REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

IHGRJ

Ano 22 • Número 22

2015

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

ano 22, número 22, 2015

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2014-2015

Presidente: *Paulo Knauss de Mendonça*
Vice-Presidente: *Esther Caldas Bertoletti*
1º Secretário: *Roberto Schmidt de Almeida*
2ª Secretária: *Miridan Britto Falci*
1º Tesoureiro: *Fernando Tasso Fragoso Pires*
2º Tesoureiro: *Alex Nicolaeff*

Conselho Fiscal
Efetivos
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Lucia Helena Pereira da Silva
Roberto Guião de Souza Lima

Suplentes
Marcus Antônio Monteiro Nogueira
Mary Lucy Murray Del Priore
Salvador Mata e Silva

Comissões Especiais
Admissão e Exclusão de Sócios
Lucia Maria Paschoal Guimarães
José Antônio Duque Estrada de Barros
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia
Arno Wehling
Maria de Lourdes Viana Lyra
Nelson de Castro Senra

Ciências Auxiliares da História
Jaime Antunes da Silva
Ondemar Ferreira Dias Junior
Vera Lúcia Botrel Tostes

Redação da Revista e/ou Anuário
Ângela de Azevedo Baloussier Ancora da Luz
Marco Aurélio Martins Santos
Surama Conde Sá Pinto

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006

REVISTA
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

IHGRJ

ano 22, número 22, 2015

Rio de Janeiro
2015

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 2015
Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Editores Responsáveis
Miridan Britto Falci
Paulo Knauss de Mendonça

Conselho Editorial
Angela Ancora da Luz
Olínio Gomes Paschoal Coelho
Surama Conde Sá Pinto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) – História – Periódicos. 2. Brasil – História – Periódicos. 3. Cultura – Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
e-mail: ihgrj@ihgrj.org.br
home page: www.ihgrj.org.br
CNPJ: 01.469.848/0001-27

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

SUMÁRIO

Apresentação – 9

DOSSIÊ TEMÁTICO
460 ANOS DA FRANÇA ANTÁRTICA

A OLARIA E HENRIVILLE: O CONCEITO TÁTICO EM VILLEGAGNON – 15
Fernando Lourenço Fernandes

VILLEGAGNON DE VOLTA À FRANÇA: SUAS ATIVIDADES NAS GUERRAS RELIGIOSAS – 39
Vasco Mariz

ANTES E DEPOIS DA GUANABARA – PERCURSOS DE PIERRE RICHER – 53
Luiz F. F. Tavares

PERO DE VILA NOVA, O FRANCÊS QUE SE INTEGROU AO MUNDO COLONIAL PORTUGUÊS – 75
Paulo Knauss

ARTIGOS

"SE EU FOSSE O PREFEITO": COMO MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, FUNDADOR DO IBGE, ATENDEU

AO PEDIDO DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL, JOÃO CARLOS VITAL, EM 1951 – 87
Nelson de Castro Senra

NILO PEÇANHA:
MEMÓRIAS E DISPUTAS POLITICAS – 105
Andréa Telo da Corte

PARAIZO E SECRETÁRIO: PARTIDOS ARQUITETÔNICOS SIMILARES DE PALACETES RURAIS DO CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA – 121
Roberto Guião de Souza Lima

A REVOLTA DAS LARANJAS – 131
Neusa Fernandes

BRANDÃO, O POPULARÍSSIMO, PROCÓPIO FERREIRA E AS COMPANHIAS TEATRAIS ITINERANTES NO RIO DE JANEIRO NOS SÉCULOS 19 E 20 – 139
Marco Santos

ORLANDO SILVA, O CANTOR DAS MULTIDÕES, EM SEU CENTENÁRIO (1915-1978) – 153
Orlando de Barros

AS COMISSÕES ESTADUAIS DE SANEAMENTO: POLÍTICA E TERRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO – 191
Adriana Branco Correa Souto
e Lúcia Silva

CONFEITARIA COLOMBO: ARQUITETURA, LITERATURA E TRADIÇÃO – 213
Olinio Gomes P. Coelho

RENASCENÇA FLUMINENSE – 247
Salvador Mata e Silva

O COLÉGIO PEDRO II E A METÁFORA
DO "NOME DO PAI" – 265
Vera Lucia Cabana Andrade

PESQUISA DOCUMENTAL

GENEALOGIA DOS PREFEITOS
DO DISTRITO FEDERAL – XVI – 281
Paulo Carneiro da Cunha

RESENHAS

MORTON, Orde. *The Story of the Marvelous City: Vitoria*, Canada, 2015 – 287
Miridan Falci

OSÓRIO, Mauro; MELO, Luiz Martins de; VERSIANI, Maria Helena; e WERNECK. Maria Lúcia (Org.). *Uma Agenda para o Rio de Janeiro: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico*. Rio de Janeiro: FGV – SINAVAL, 2015. 391 p. – 293
Roberto Schmidt de Almeida

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Relatório das atividades ano de 2015 – 303
Quadro Social – 319
Fundadores – 325

NORMAS DE PUBLICAÇÃO – 329

APRESENTAÇÃO

Com este novo número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro trouxemos algumas inovações: um Dossiê Temático e uma Pesquisa Documental.

O Dossiê Temático – "460 anos da França Antártica" – se organizou a partir da apresentação de trabalhos no *Seminário 460 Anos da França Antártica,* uma contribuição do IHGRJ para o momento da celebração dos 460 anos da cidade do Rio de Janeiro, que se realizou no dia 10 de novembro de 2015 no Museu Histórico Nacional, em promoção conjunta do IHGRJ e MHN, com o apoio do IHGB.

O Seminário constou de *duas mesas especiais*, onde se apresentaram vários palestrantes, uma *visita guiada à exposição 450 anos – marcos da fundação da cidade do Rio de Janeiro* e uma conferência de encerramento. Os trabalhos apresentados estão aqui editados.

A Revista traz 11 artigos com temas diversos sobre a cidade e sobre o Estado do Rio de Janeiro descritos abaixo.

Alguns estudos dizem respeito a questões políticas nacionais ou estaduais que afetam e interferem na vida da cidade tais como o trabalho de Nelson Senra, que analisa como *Mário Augusto Teixeira de Freitas atendeu ao pedido do prefeito do Distrito Federal, em 1951 p*ara a criação do IBGE, Andrea Telo da Corte que nos relembra *Nilo Peçanha e suas memórias e disputas* políticas, o de Adriana Branco Correa Souto e Lucia Silva sobre *As Comissões Estaduais de Saneamento, política e território no Rio de Janeiro,* de o de Salvador Mata e Silva sobre a *Renascença Fluminense*.

Outros estudos debruçam-se sobre aspectos da vida do Rio de Janeiro ou de seus elementos culturais. Estudos que nos falam de

arquitetura, de teatro, de confeitarias, de agitações sociais e de colégios, ou seja, dessa vida intensa que caracteriza esse *locus*, como o de Marco Santos sobre *Brandão Popularíssimo e Procópio Ferreira e as companhias teatrais,* o de Neusa Fernandes sobre *a Revolta das laranja*s, o de Olinio Gomes sobre *A Confeitaria Colombo,* o de Roberto Guião comparando os *Partidos arquitetônicos das fazendas do vale do Paraíba, Paraizo e Secretário* e o de Vera Cabana sobre *O colégio Pedro II.*

Em último, esta Revista apresenta a sessão Pesquisa Documental, como continuação de uma série que foi realizada em revistas anteriores, mas que fora suspensa a partir da revista nº 15 publicada em 2006. É um estudo genealógico daqueles que nos governaram, cujos documentos originais encontram-se no Colégio Brasileiro de Genealogia, no Rio de Janeiro.

Neste volume apresentamos a pesquisa genealógica realizada por Paulo Carneiro da Cunha, já falecido, pesquisa revisada por Victorino Chermont de Miranda, sobre o prefeito Francisco Marcelino Souza Aguiar, que governou o Distrito Federal no governo de Epitácio Pessoa, engenheiro militar, construtor do prédio da Biblioteca Nacional, inaugurada em 1910, hoje, a maior da América Latina e considerada a oitava do mundo. Além dessa imponente construção, Souza Aguiar, hoje imortalizado por homônimo em Hospital, construiu o Palácio do Monroe, já demolido, e o Quartel Central do Corpo de Bombeiros.

Duas Resenhas completam a Revista: a de Roberto Schmidt sobre o trabalho de Mauro Osório *et alii*, *Agenda para o Rio de Janeiro: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico, FGV 2015,* e o de Miridan Britto Falci sobre o livro do historiador canadense Orde Merton, *The Story of Marvelous City, Vitoria, Canada, 2015*, que, tendo sido professor da UFF por algum tempo, fez uma obra de divulgação sobre toda a história do Rio de Janeiro, desde os tempos coloniais, pretendendo ser um auxiliar no conhecimento dessa cidade maravilhosa, no ano de 2016, por ocasião dos Jogos Olímpicos.

Finalmente, a Revista contém, como ordinariamente o faz, a relação de seus membros e as atas com as realizações culturais do ano, apresentadas pelo primeiro-secretário Roberto Schmidt de Almeida no relatório anual de atividades.

Os Editores.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

DOSSIÊ TEMÁTICO
460 ANOS DA FRANÇA ANTÁRTICA

A OLARIA E HENRIVILLE: O CONCEITO TÁTICO EM VILLEGAGNON

Fernando Lourenço Fernandes[1]

Introdução

À margem da importância histórica da ação francesa na Guanabara, no começo da segunda metade do século XVI, restou esquecida a tarefa de se ir buscar, no terreno dos fatos indiciatórios e para mais além do noticiário dos cronistas, a localização da olaria que teria suprido de tijolos a construção de Henriville, a cidadezinha tropical idealizada por Villegagnon, iniciada aí por volta de 1556. Chegado à calha ocidental da baía do Rio de Janeiro (1555) e estabelecida no terço próximo à embocadura, suas prioridades centraram-se, naturalmente, em prover a defesa e garantir proteção ao projeto da *França Antártica*, erigindo a pequena fortaleza na ilhota de Serigipe, hoje com seu nome e quase engolfada pelo promontório barulhento do aeroporto Santos Dumont, nome, por sinal, a quem a França devota mais reconhecimento do que ao do próprio Villegagnon.

Como se sabe, pelo acurado estudo de crítica histórica conduzido por Vasco Mariz e Lucien Provençal (e que resolve questões polêmicas envoltas no tema), os principais inimigos de Nicolas Durand de Villegagnon – pelo menos naqueles anos iniciais de Brasil – não eram os portugueses, mas os próprios do grupo francês, na medida em que os antagonismos e intransigências iam crescendo entre ele e a maior parte de seus comandados europeus.[2]

---

[1] Advogado e historiador. Sócio correspondente do IHGB. Dentre outros títulos, publicou o livro *A Estrada para Fornovo*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2009.

[2] *Villegagnon e a França Antártica.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2005.

Diante de todas as graves circunstâncias que acabaram por empolgar a situação interna do círculo de Serigipe e depois, com a guerra na Guanabara e o episódio da fundação da cidade de São Sebastião (do Rio de Janeiro), pouco sobrou no interesse dos pesquisadores para deitar vistas a um assunto descoroçoado, aparentemente banal, como o da olaria de Villegagnon, a *Briqueterie*. Quanto à Henriville, tomada como um lugar de ocupação humana, não importa se aglomerado urbano ou aldeia de roça, o fato do vice-almirante de Bretanha aludi-la na carta ao duque de Guise e as execrações atribuídas ao pastor Richer não deixam dúvida quanto à existência do assentamento, provavelmente, instalado junto ao forte de madeira, paliçada, construído na bacia do Rio Carioca ou Catete.

A missiva destacava o caráter agrícola do vilarejo, com seus sessenta moradores ocupados em tirar do solo o próprio sustento.[3] Esse último detalhe, o amanho da terra, também não foi objeto de maiores indagações dos estudiosos.

Henriville, a colônia francesa, não pode ser dissociada – em termos de local e época – de suas funções objetivas e de logística do empreendimento, isto é, entreposto de pau-brasil (PB) e de produtos tropicais, sem comprometer com isso a inteireza ou a abrangência do projeto Villegagnon da *França Antártica*. É natural que os planos originais do almirante estabelecessem uma alavanca econômica, a partir da exploração da flora e fauna utilitárias. Aliás, quanto a isso (o suporte compensatório) não há dúvida. O próprio Villegagnon granjeara experiência no assunto, com os excelentes resultados obtidos em sua viagem precursora ao Cabo Frio.[4]

---

[3] Aos franceses juntavam-se, provavelmente, uma centena de índios (inclusive escravos adquiridos dos tamoios) que faziam o trabalho pesado nas construções, na carga e nas plantações (o que implica a participação de mulheres) para o abastecimento da colônia e da guarnição da ilha de Serigipe.

[4] *Idem*, p. 78. Segundo os mesmos autores, as possibilidades comerciais foram o eixo da exposição pormenorizada de Villegagnon ao rei de França (Henrique II), na defesa do projeto de uma colônia permanente no Atlântico Sul.

Em breve, a movimentação francesa na Guanabara, que já não era pequena antes da colônia, iria crescer no acostamento do tráfego mercantil, por si só, fator de ajustamentos nos planos de ocupação do espaço costeiro, de suporte da empresa e de defesa das instalações (e de seu perímetro de proteção).[5] Sem o apoio e o investimento necessários, Villegagnon estaria se metendo em sérios apuros.

Conhecimento e Situação

A presença de franceses na costa fluminense não era recente. Iniciou-se entre 1525 – 1526 e, mais certamente, após 1532, com as bordadas na direção do Rio da Prata e do Estreito. As viagens mercantis ao litoral brasileiro, focado a norte dos Abrolhos, iriam se retrair muito no período entre 1532 e 1539, para tomar novo impulso a partir daí, começando a integrar as preocupações das autoridades portuguesas a frequência da presença normanda e bretã no Rio de Janeiro.

Ao tempo de Villegagnon as relações marítimas da França com o Brasil mostravam-se firmes, permitindo justificar projetos de fixação e permanência colonizadora. Os franceses não fizeram uma escolha aleatória pela Guanabara, quando se sabe da grande experiência marítima que os levara a explorar as rotas costeiras desde o Cabo de Santo Agostinho às paragens extremas do Sul, dando-as como conhecidas em meados do século XVI. No reconhecimento cartográfico da costa, realizado por Le Testu em 1551, torna-se clara a especial importância da baía do Rio de Janeiro pela ótica francesa, tanto na geografia utilitária como nas funções táticas e de logística.

Em tais levantamentos, aflora muito da experiência portuguesa nutrida ao longo de décadas. Transparecem os contatos com os moradores do litoral do Brasil, as indagações aos navegantes portugueses em rota pela Biscaia, a ajuda de marinheiros cooptados, a busca de cartógrafos, cartografia e registros lusos, naquela faina metódica que

---

[5] Como se nota, Villegagnon já se debatia em suficientes preocupações para dispensar os terríveis problemas – do que não se livrou – enfrentados com os calvinistas, huguenotes e os intérpretes normandos prejudicados em sua intermediação mercantil.

Gilberto Ferrez designou, ao tratar do belo e detalhado mapa de Vaux de Claye, obra prima da espionagem gaulesa.[6]

É bem certo constituir a Guanabara, então, o ponto principal das investidas, de tal maneira a levar o governador-geral, Tomé de Souza, no epistolário de 1553 a El-Rei de Portugal, ao alerta de não haver lugar mais procurado pelos *entrelopos* franceses do que o Rio de Janeiro.[7] Entretanto, a própria ria carioca tornara-se ancoradouro importante no resgate luso do PB e, desde as épocas proto-históricas da primeira feitoria portuguesa no Brasil, águas familiares e sempre frequentadas por seus navios.[8]

A proximidade da capitania de São Vicente (onde não havia pau-brasil), a presença antiga de temiminós ou maracajás, os índios "portugueses" ferozes inimigos dos tamoios "franceses" e a combativa navegação de barcos ibéricos em toda a zona marítima somariam entre os fatores de risco não negligenciáveis por Villegagnon em seus planos para o Atlântico Sul.[9] O testemunho de Hans Staden é bastante

---

[6] Cfr. BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Reprodução de documentos cartográficos da cidade do Rio de Janeiro, série século XVI*; no *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965.

[7] CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae lusitana monumenta historica.* Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1965, p. 270.

[8] FERNANDES, Fernando Lourenço. *A Primeira feitoria portuguesa no Brasil.* Lisboa: Academia de Marinha, 1996. p. 38 e 39. ; GUEDES. Max Justo, *O Descobrimento do Brasil (1500 – 1548).* Lisboa: CTT C. Portugal, 2000, p. 58.

9 Não bastassem as sortidas de normandos e bretões a preocupar D. João III e, em seguida, D. Sebastião, os meados do século XVI transmitem sinais de uma Espanha insatisfeita com o que seria o avanço de Portugal em "suas" terras do Brasil e, ao mesmo tempo, com a presença francesa nos litorais do Atlântico-Sul, fosse ou não, no espaço castelhano. Pelo enfoque dessa política, São Vicente e Cananeia constituiriam territórios subordinados, pela raia de Tordesilhas, ao poder real de Espanha, tanto quanto a Ilha de Santa Catarina, no Brasil meridional. Assim, aos aborrecimentos dos portugueses somava-se a certeza de uma cobiça castelhana sobre vasta região litorânea brasileira, onde a soberania lusa poderia sofrer contestações. O Rio de Janeiro era um ponto-chave para a navegação do Rio da Prata e polo estratégico para definir a segurança de São Vicente (e, com

ilustrativo a esse respeito. O artilheiro alemão conta como viu, em 1554, um pequeno navio português – ao procurar deixar a baía de Guanabara, depois de comerciar com os maracajás – ser atacado pela nau francesa *Catherine de Vattaville* que, aliás, acabou repelida com sérias baixas e muitos estragos.[10]

O almirante deve ter se deparado com bons motivos ao escolher o ilhéu que hoje leva seu nome, para ali erguer a cidadela, o forte Coligny. Seguramente, não foi o da disponibilidade de água fresca, seja no forte ou em suas imediações, um desses fatores. A fonte de abastecimento mais próxima era o Rio Carioca, mais de um quarto de légua distante.[11]

Em termos de salubridade, o litoral às costas da posição insular e o flanco a ocidente da fortificação, encontravam-se literalmente engolfados numa sucessão de alagadiços, dividindo, em terrenos baixos cercados por morros e platibandas rochosas na linha da praia, o espaço com lagoas pantanosas e areais. Quase todas, senão todas, as atuais praças do centro do Rio de Janeiro, até o final do bairro do Catete – incluindo aí o Largo do Machado – nada mais eram do que bacias alagadas, pauís aterrados em tempos mais recentes.[12]

Villegagnon não era um despreparado em questões de defesa, muito pelo contrário. Autoridade no campo da engenharia militar e diplomata, esse cavaleiro da Ordem de Malta notabilizara-se nas lides navais e como soldado de grandes feitos, de cujos méritos, entre ou-

---

esta praça, a do planalto de São Paulo) e do Espírito Santo. Esta visão era também a dos espanhóis. Seus barcos tinham ordens de atacar, sem maiores considerações, qualquer embarcação francesa encontrada no litoral brasileiro.

[10] *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden; tradução de Guiomar de Carvalho Franco, Editora da USP e Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1974, pp. 143 e 144 e p. 122.

[11] Em sua desembocadura principal.

[12] Noronha Santos, em seu livro *As Freguesias do Rio antigo* (com introdução e notas de Paulo Berger, Rio de Janeiro: Edições *O Cruzeiro*, 1965, p. 78), destaca a insalubridade de tais brejos e regiões pantanosas tão comuns nessa parte do Rio de Janeiro.

tros autores além dos mencionados Vasco Mariz e Provençal, tratou Gaffarel. Embora não se tenha bem ideia do por que, o vice-almirante da Bretanha deve ter encontrado razões maiores e compensatórias para justificar a escolha do sítio.[13]

Certo é que o Rio de Janeiro, à causa da iniciativa francesa e na importância de neutralizarem os portugueses os objetivos de Villegagnon, foi erguido no lado ocidental e mais próximo da barra. Se for comparado com outros sítios do recôncavo, em particular com os da ilha do Governador, notam-se diferenças bem significativas que definiriam esta última como ponto mais suscetível de atração na recolha de vantagens estratégicas de natureza militar, econômica e ambiental.

Um esboço topográfico de Rio de Janeiro dos franceses de Villegagnon e dos portugueses de Mem de Sá mostraria o forte de Coligny e a cidadela do morro do Castelo, na ponta de uma grande e encharcada várzea. Esta parte constituiria o primeiro bloco desse traçado esquemático, indo até São Diogo[14]. Logo a seguir, em outro bloco, na direção do interior do recôncavo e já com alterações nas características do terreno determinadas pelos divisores nas elevações de São Cristóvão, o desenho evidenciaria um litoral recortado por abrigadas enseadas, em sucessivas praias e mangais a começar na de São Cristóvão e, a seguir, Inhaúma até a de Irajá.

O geonomástico Inhaúma – que em tupi quer dizer "barro de moldar" (ou de olaria), está vinculado à presença de argila feldspática, a matéria-prima para confecção de artigos cerâmicos, encontrada em toda a região da bacia do rio desse mesmo nome (também chamado Ububiracica) e do Irajá, na orla da Guanabara fronteira à extremidade ocidental da Ilha do Governador. A presença de argila era também um importante elemento de atração e fixação de populações indígenas em toda aquela faixa do bloco.

---

[13] Sobre o local escolhido por Villegagnon, consultar o estudo de Gilberto Ferrez na obra *História Naval Brasileira* (Rio de Janeiro: Ministério de Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, v. 1, t. 2, p. 454).

[14] Aproximadamente, no local de deságue do canal do Mangue, nos dias de hoje.

Espalhado no canal entre o continente e a ilha, um arquipélago quase compacto, formado por colinas de rochas magmáticas, cobria-se de matas de onde se extraia pau-brasil, conforme noticia Gabriel Soares de Souza.[15]

Irajá marca, por assim dizer, o limite definidor daquelas características topográficas do "segundo bloco". Em suma, o triângulo Inhaúma-Irajá-Governador delineava todo um perímetro de especiais vantagens logísticas.

Flechas, Barro e Canhoneio

A posição tática de Villegagnon na Guanabara, porém, não era assim tão má. Acumulava até mesmo vantagens, em certos aspectos. Aquela várzea de paludes às suas costas, por exemplo, dificultava a infiltração de inimigos por ali. O morro do Castelo, como seria chamado depois, interceptava o caminho pela orla litorânea, barrando um ataque dessa direção, ao mesmo tempo em que postos de vigia, ali e no morro da Glória, cobriam uma ampla zona de aproximação da fortaleza e áreas limítrofes. A barra estava perto e descoberta.

Um desembarque inimigo na praia do Rio Carioca, ainda que fosse apenas para tomar água, envolvia adentrar o perímetro de segurança da aldeia tamoia de Uruçumirim (ou *urussumirim*, abelha pequena), onde no sopé do morro da Glória escoava um dos braços do seu curso paralelo ao mar, na orla do Flamengo.[16] Sobre as elevações do Catete, em torno dos 40 m de altura, os índios edificavam aldeias, revelando a preocupação defensiva ao dar preferência aos morros em

---

[15] Os abates de PB são estendidos, por Gabriel S. Souza, a *oito ou nove ilhas* em torno da Governador. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948, p. 77.

[16] O Rio Carioca – depois de pegar cerca de uma dezena de afluentes desde o Cosme Velho (o último, hoje, vem da Rua Paissandu, ao que se presume, águas do riacho do Palácio Guanabara e morro Mundo Novo) desembocava, como ainda acontece, pela Rua Barão do Flamengo. Esta foz constituía a *aguada*, um esteiro através da linha do areal. O outro braço começaria a correr a montante do Largo do Machado, tomando a direção da Glória.

forma de "meia laranja", descortinando 360° da linha do horizonte. O acesso era franqueado pelo traço das veredas, a *piaçaba ou peassaba*, o caminho principal que levava, nas malocas, o morador até a beira do mar. As maiores e mais largas, talvez como a do Catete, ganhavam a designação aumentativa de *peabussu*.

A proteção natural era dada pela massa florestal que envolvia o terreno, definida por tipos de solo que, em certos momentos, debruçavam a floresta por sobre rochas diretamente na superfície do mar. Enseadas, nem sempre correspondendo a praias de areia, ficavam contidas amiúde pela vegetação tropical ou pelos costões de pedra.

A ausência de registros formais não impede que se possa restabelecer, em linhas conjecturais, mas objetivas, os padrões de funcionamento, subsistência e segurança na pequena colônia francesa, as vicissitudes a que a guarnição estava submetida e os esforços de sobrevivência a todos os seus integrantes reclamados.

A partir dos condicionalismos ambientais e dos fatores examinados por ocasião das pesquisas sobre a feitoria portuguesa da Ilha do Gato ou do Governador,[17] com apoio nos cronistas e na ilustração iconográfica (encarada, porém, com cautela), além do que se conhece do instrumental logístico da época, não chega a ser tarefa das mais difíceis traçar, como hipótese, o perfil esquemático de instalação da *França Antártica*.

Segundo Thevet, após dois meses de reconhecimentos pelas ilhas e trechos do litoral circunvizinho, consideraram os franceses a ilha de Serigipe o melhor lugar para instalação do baluarte principal, o chamado forte Coligny. A partir de então, a maior parte da mão de obra (até ali concentrada em erigir o *fort de boys que j'ay faict a la veue de mon Chasteau*, como explicou o vice-almirante na carta ao duque de Guise) concentrou esforços nos trabalhos da fortaleza insular.[18]

---

[17] Fernando Lourenço Fernandes. *A Primeira feitoria portuguesa no Brasil.* Lisboa: Academia de Marinha, 1996.

[18] *Apud* Vasco Mariz e Lucien Provençal, *op. cit*., p. 182.

Iniciar a edificação implicou a intervenção de sapadores, para explodir as rochas, e de canteiros, no preparo e afeiçoamento dos blocos destinado às muralhas, quartéis e paióis. Enquanto isso, no arraial em terra, completava-se necessariamente o fortim e a estacada, acumulava-se o material de obra e de preparo da argamassa para Serigipe – a cal de cascas de mariscos e ostras, o barro ou argila –, a madeira para o travamento, esteios, faxina, etc.

Não é desarrazoado supor ter sido construída a paliçada em lugar a cavaleiro da praia, com vistas sobre o acampamento, medida cautelar, corriqueira em termos táticos, semelhante e ajustada à dos aliados tamoios. Quando se sabe que foi em *Uruçumirim*, anos depois, um dos últimos pontos de resistência franco-tamoia no Rio de Janeiro, ganha força a hipótese do *fort de boys* ter sido levantado em uma das costas daquele morro, *a la vue de mon Chasteau, a la portee de mon artillery* – como acentuou o próprio Villegagnon.[19]

De seu turno, explodir rocha, talhar pedra a cinzel e picão, não são tarefas rápidas, sem contar os problemas do transporte e fixação da cantaria. Não se deve esquecer, também, outro fator adverso de retardo na execução do projeto, como a falta de animais de carga e tiro.

O chefe da expedição, porém, trazia da Europa larga experiência em fortificações, suficiente para buscar soluções de maior rapidez e formas de ganhar tempo sem comprometer os resultados. Responsável pela reorganização das defesas do porto de Brest (França), desempenhou a missão ao longo de sete anos, entre 1541 e 1548.

O amigo de Ronsard e Rabelais, certamente, conhecia as técnicas construtivas do tijolo na engenharia militar, redescobertas na Europa ocidental entre os séculos XII e XIII. Já vinha de longe, portanto, o emprego dos blocos de argila em torres, *donjons* e igrejas. Cavaleiros ingleses medievais trouxeram das guerras na França, para o seu país, a inspiração e o modelo de castelos erguidos com largo ou

---

[19] "À vista da minha fortaleza, ao alcance da minha artilharia." Obra e página citadas.

majoritário emprego de tijolos, como o Hampton Court Palace, construído em torno de 1520.

Nessa arte cerâmica – um tanto esquecida depois dos romanos –, além das características da argila e do cozimento ou queima, um adequado trabalho com tijolos envolve o emprego de boa argamassa, preparada com areia limpa, sem impurezas e adição de cal (hoje, cimento). O tijolo podia substituir a pedra e a madeira em várias partes da construção de bastiões, mas, em um forte "de bloqueio" como o Coligny, as exigências recomendavam encargos menos expostos ao impacto direto dos projéteis inimigos. O material de olaria tinha condições de largo emprego interno, em muros de arrimo dos planos inclinados (acesso aos adarves), nos cinturões de espessamento e retenção das grossas paredes de terra compactada (paióis e praças d'armas) e em outras obras similares.

A conceituação de "castelo", sinônimo de fortaleza, havia mudado, deixando para trás a morfologia das altas muralhas e pontiagudas torres da idade média. O aparecimento do canhão ou da pirobalística, tornou imperioso contrariar o velho modelo, em benefício da impenetrabilidade, vale dizer, diminuindo a altura e ampliando a espessura dos muros. Assim, o desenho das muralhas ganhou um traço mais baixo, com os paredões mais grossos e de perfil inclinado, para desviar os projéteis do canhoneio contrário.[20]

Como Villegagnon enfrentou o dilema de construir rapidamente em Serigipe, passar aos serviços em terra firme e consolidar o trabalho de defesa?

A Mata Atlântica deitava abundante a oferta de madeira, galharia e ramagem, favorecendo a utilização de um outro modelo protetório, sem o emprego ou com menor uso da pedra. Rochas, escolhos e cachopos brotavam do mar em quase toda a periferia da ilha, formando um cinturão defensivo a não permitir aproximação livre de embarcações atacantes. Vale considerar, igualmente, no emprego de canhões

---

[20] O castelo de Franz von Sicking, no velho estilo dos muros altos, foi dominado em um dia pela artilharia de Philip von Hesse, em 1523 na Alemanha.

de bordo contra a terra, as naturais dificuldades de tiro efetivo a partir das oscilações da embarcação, a distância do alvo e o poder de fogo do agressor, além das características construtivas da posição sob ataque.

A energia do impacto provocado por um projétil de canhão sobre uma muralha de terra e saibro ou areia é menor do que a do disparo contra uma de pedra, com os fragmentos e estilhaços lançados, podendo atingir a guarnição.[21] O primeiro modelo é bem mais rápido de construir e talvez resida aí a escolha de Villegagnon, possivelmente, por um partido híbrido.[22] Em tais circunstâncias, o papel da olaria, a *briqueterie*, ganha destaque, ainda mais significante se for considerado o fabrico das telhas de barro, cobertura externa indispensável na proteção contra flechas incendiárias e petardos ígneos.

Investidas a Partir do Mar

O comandante francês sabia, obviamente, o que esperar do inimigo em uma ofensiva contra a fortaleza de Serigipe ou a qualquer outra posição da sua *France Antarctique*, tanto de europeus como dos índios.

Os principais fabricantes de artilharia, desde bastante tempo, estavam na Alemanha, mas não apenas lá. Flamengos, italianos e

---

[21] Quase oitenta anos depois, em 1630, foi este o processo de construção do forte Brum adotado pelos holandeses, no Recife. Iniciado e concluído naquele mesmo ano (sem bastiões), o emprego de faxina e areia coberta de lama, em vez de pedra, definiu o levantamento do cinturão amuralhado.

[22] Variantes desse modelo foram empregadas com êxito na construção do baluarte de Estácio de Sá, no Cara de Cão, logo ao desembarcar em 1565, como descreve Anchieta, testemunha atuante dos acontecimentos e da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Diz o texto: (...) *tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão, todas cobertas de telha que trouxe de S.Vicente, e faziam-se outras e outros baluartes, e os Índios e Mamalucos faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como calhas e telhas, que é a grande defensão contra o fogo*, conclui o Apóstolo do Brasil (versão estampada por Gilberto Ferrez, obra citada, p. 464, cfr. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, de José de Anchieta, *S.I.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1933).

franceses distinguiam-se entre os mais conceituados construtores de armas pesadas. Os melhores operadores dos petrechos, no entanto, vinham dos países alemães, bombardeiros e artilheiros frequentemente encontrados nas unidades navais lusas.

A rápida evolução da artilharia no século XV e o aperfeiçoamento dos modelos e dos propelentes no século XVI possibilitaram o surgimento de uma grande variedade de peças, designadas de tal sorte que se torna difícil ensaiar uma classificação precisa.

O avanço tecnológico atingido na fundição do bronze, por sua vez, permitiu o fabrico de canhões de grandes dimensões. Estes, porém, se de pequeno calibre (circunferência interna do cano) e longos, destinavam-se a atingir alvos a grande distância. Os de cano curto e grande calibre tinham como função bater muralhas de castelos, fortalezas ou alvos a curta distância.

As peças menores, se carregadas pela culatra por meio de câmaras ajustáveis, levavam o nome genérico de "bombardas" – montadas ou não em reparos ou bancos de madeira, os "berços". As de antecarga (ou de carregar pela boca), segundo o país, recebiam as mais variadas designações. Em Portugal podiam ser chamadas de "serpentinas" (do alemão, *schange*), *serpentis* em latim. Na França, de *coulevres* (cobras), *coulevrines*, etc. As portáteis ganharam nomes ainda hoje conhecidos, como espingarda, arcabuz e outros, como termos identificadores das "bombardas de mão".[23] De qualquer forma, não se deve considerar a tentativa de classificação, nestas linhas, como algo de muito rigor. Na Itália, por exemplo, conferiam o nome de *bombarda* a peças de 4 a 7 metros de comprimento, postas em reparos para atirar pedras, pelouros de 100 kg.

Não é de estranhar, também, o emprego desse termo bombarda em designações cada vez mais genéricas, de variadas bocas de fogo, acabando por reclamar a adição de qualificativos ao termo,

---

[23] PEDROSA, Fernando Gomes. "A Guerra no mar" *In*: *História Naval Portuguesa*. Lisboa: Academia de Marinha, 1997. (V. *Navios, marinheiros e arte de navegar*, pp. 333 a 336 e 340.)

como "bombarda grossa" – peça enorme que podia lançar pelouros de quatro quintais ou 253 kg – para diferenciar da arma pirobalística bem mais comum, com tiros de 7,5 a 15 quilos, aproximadamente.

As peças importantes eram disparadas, tanto em terra como no mar, por "bombardeiros", profissionais que fabricavam os propelentes ou a pólvora e alugavam seus serviços (até mesmo os canhões) a governos e a particulares,[24] como seria o caso dos armadores de frotas. O restante da artilharia nos navios tinha como operadores os marinheiros e membros da tripulação. Disparavam os "tiros pequenos".

Villegagnon, portanto, conhecia os riscos e o potencial de um ataque desfechado por navios portugueses, em particular da artilharia das naus, e mesmo das caravelas, armadas com bombardas grossas.[25] O emprego de forças contra o baluarte Coligny, mais do que uma batalha naval propriamente dita, constituiria uma operação anfíbia, no caso, incursão com poucos navios, uma nau para apoio de fogo, vigia contra reforços, e muitos batéis artilhados, empavesados, para conduzir o desembarque e firmar a "cabeça de praia". Postos em terra, os atacantes procuravam montar uma tranqueira ou estacada – a "estância" – para dali plantar a artilharia de campo e bater a fortaleza.

O apoio de fogo do mar, além de neutralizar posições inimigas em terra firme, visaria as muralhas da fortificação, de distância su-

---

[24] Artilheiros, como Hans Staden.

[25] Consoante N. Valdez dos Santos, as naus quinhentistas portuguesas entravam em combate com artilharia pesada do tipo conhecido por "camelos" ou o seu congênere, o "camelete". Mediam de cano entre 1,80 m e 3 metros, oscilando o peso entre 800 e 1.200 quilos. Podiam também empregar, em menor número, as chamadas "selvagens" (umas duas peças), armas longas de 1.800 quilos e de 3 a 5,5 metros no comprimento do cano. Fundida em bronze, a artilharia pesada das naus carregava por antecarga (pela boca), com serventia no mar e em terra, substituindo os velhos "trons" ou bombardas de retrocarga (pela culatra) das batalhas navais de outrora. Espalhados ainda pelas amuradas e mareagens a cada bordo, montavam em seus reparos ou bancos, de 3 a 6 pequenas bocas de fogo (alimentadas por retrocarga), os berços e falconetes. (*Oceanos*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, nº 38, abril/junho de 1999, p. 137.)

ficiente para não ser atingido pelos seus tiros, mas atraindo a atenção dos defensores. Ao mesmo tempo cumpriria às bombardas grossas e outras peças da flotilha incursora, lançar contra o alvo "rocas de fogo" (projéteis ocos carregados com uma mistura incendiária ou explosiva e um rastilho aceso, também chamadas *lanternas*) e "rocas de pedra", contendo sacos ou caixas com metralha de pedra, de ferro, etc., que se rompiam ao disparo, dispersando sobre o objetivo a chuva de estilhaços.

A munição "antipessoal" podia ser conjugada, em simultâneo, com pelouros ou balas de pedra. A bala, mais pesada, ia mais baixa e curta e a metralha, mais leve, tomava trajetória mais alta e longa, ganhando a parte interna da posição inimiga e despejando-se por sobre o espaço ocupado por seus defensores. Assim, a cobertura adequada nos tetos dos abrigos, paióis e praças d'armas da fortaleza era indispensável, fundamental no dispositivo de defesa, o que aponta, uma vez mais, para a importância da olaria, da *briqueterie* no esquema francês.

Vale recordar que os portugueses, sob o comando de Estácio de Sá, ao desembarcar nas praias do Cara de Cão, junto ao Pão de Açúcar, em 1º de março de 1565, e de imediato iniciar o erguimento da cidade com o roçado e a construção da cerca fortificada, seus baluartes e as primeiras instalações da pequena vila, cobriram todas as guaritas e posições edificadas com as telhas que a flotilha trouxera de São Vicente, enquanto as casas de madeira e barro, erigidas para habitação no interior da cidadela, recebiam os troncos rachados de palmeiras, cortados ao meio como telhas de canoa, "que é a grande defensão contra o fogo", como explicava o padre José de Anchieta, em sua carta ao provincial da Companhia de Jesus, de 9 de julho de 1565.[26]

Examinada a importância dos artefatos de barro no modelo de defesa de Villegagnon – também presentes nos procedimentos de fixação militar lusa e fundação da cidade no Rio de Janeiro, em 1565 –, cabe investigar a localização da olaria que os supria, especialmente

---

[26] Entre outras cópias publicadas, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. III, 1841, pp. 248 a 258.

de telhas, conforme a ênfase adotada pelo cartógrafo normando Vaux de Claye, no seu mapa da Guanabara de 1579, ao apontar a *briqueterie* no atual bairro da Glória e consignar a legenda explicativa: *Ice ce pren la thuile*, "aqui se fazem as telhas".

A Voga da Olaria

O que se sabe do posicionamento geográfico da fábrica de telhas decorre de imprecisas menções dos cronistas ou memorialistas do episódio da *França Antártica*, da cartografia histórica da Guanabara e da historiografia crítica a qual, sustentada nessas mesmas fontes, muito pouco acrescenta. Conflitiva, por vezes.

Philippe Bonnichon, em sua contribuição para a História Naval Brasileira, situa o vilarejo de Henryville (grafia adotada) junto a uma pequena feitoria perto do atual centro da cidade do Rio de Janeiro. Em consequência, deslocaria para essa área geográfica a olaria, em face de não se mostrar admissível maiores dispersões dos efetivos de segurança e dos próprios moradores da colônia e como argumenta o autor, ser tal lugar chamado de *briqueterie* por Léry.[27] Jean de Léry, detrator de Villegagnon, negava a existência da povoação.

Os historiadores Vasco Mariz e Provençal alinham a comunidade de Henriville na praia do Flamengo o que, pelas mesmas razões táticas, implica aceitar ali a olaria, ainda que se possa admitir o transporte das manufaturas – não obstante a carência de animais de carga ou tração – em barcos, desde os fornos até os canteiros de obras, o caso da edificação da fortaleza na ilha de Serigipe.[28] Chermont de Brito desloca o projeto da vila para perto do morro do Leripe (o outeiro da Glória, segundo ele) e adjacências.

---

[27] *A França Antártica*, capítulo *A Invasão. In*: *História Naval do Brasil*, v. l, t. 2, pp. 430 e 431.

[28] MARIZ e PROVENÇAL, *op. cit*., p. 87. Mais adiante, os autores confirmam tal localização entre o desaguadouro principal do Rio Carioca e o outeiro da Glória (pp. 92 e 99).

A hipótese de que a *briqueterie* tenha sido instalada na "Casa de Pedra", próximo ao leito principal do Carioca, é também aventada por Vasco Mariz e Provençal.[29] Os testemunhos, por assim dizer "arqueológicos", recolhidos nas escavações para a medição do termo da cidade em 1667 e que partia justamente do citado prédio, localizaram os vetustos alicerces da edificação bem chegados ao morro da Viúva, na extremidade oposta do Flamengo. Se considerado o arco da praia balizado pelos dois morros, o da Glória e o da Viúva, a flecha descansa entre as ruas Almirante Tamandaré e Machado de Assis, *grosso modo*, nas adjacências daquela torrente, apartando a ideia de proximidade ou de contiguidade entre o curso do rio e aquela velha construção, para alguns publicistas, da época de Martim Afonso de Souza (c.1531).

Gaffarel (1878), Heulhard (1897) e Peillard (1991) reconhecem a boa escolha de Serigipe para a localização do forte e a perfeita execução da obra, considerada inexpugnável.[30] Conforme o próprio Villegagnon, na correspondência para o duque de Guise, os trabalhos foram encerrados no final de 1557, data da mensagem (30 de novembro).

Álvaro Teixeira Filho, por outro lado, ao tratar do rochedo de Iriripe mostrado na carta geográfica de João Teixeira Albernas (I), de 1631 (*Estado do Brasil...*), remete a Jean de Léry (*Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil*, de 1578) para identificar o *Mont'Henri* no Morro da Viúva – onde os primeiros franceses teriam se acomodado ao desembarcar com Villegagnon em 1555. Segundo Teixeira Filho, o rochedo do Iriripe ou *Mont Corguilleray* tornou-se conhecido pelos portugueses como morro do Leripe, conforme o autor, corruptela de Léry que ali se refugiara após o sério desentendimento com Villegaganon.[31] Por via de consequência, o sítio da *briqueterie*.[32]

---

[29] MARIZ e PROVENÇAL, *op. cit*., p. 103.

[30] *Apud* MARIZ e PROVENÇAL, *op. cit.*, p. 154.

[31] TEIXEIRA FILHO Álvaro. *Roteiro cartográfico da baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro – século XVI e XVII*; prefácio de Eduardo Canabrava Barreiros. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, pp. 91 e 92.

[32] Uma passagem em Noronha Santos resvala na ambiguidade (e no equívoco) ao tratar do Leripe. *Na praia do Flamengo (...) foi edificada a primeira casa de*

A planta ficta da baía de Guanabara – *La France Antartique autrement le Rio Janeiro*, de autoria anônima, com base nos relatos de André Thevet e Léry – que aparece no estudo de Heulhard[33], comentada por Gilberto Ferrez,[34] situa a olaria dos franceses no paralelo da ilha-bastião, deslocando, consequentemente, o terreiro da cerâmica mais para a base do morro do Castelo, na impossibilidade de operar nos charcos do Boqueirão, se aceita com rigor a posição geográfica alvitrada. De outro modo, elide-se o mencionado alinhamento.

Na interpretação de Álvaro Teixeira Filho, porém, o mapa do livro de Heulhard justapõe a olaria na "ilha da Carioca" (figura de referência, pela conformação do rio em dois braços ao longo da praia do Flamengo ou Catete, tornando "insular" o espaço interno), proximidades do morro da Glória.[35] Eduardo Canabrava Barreiros adota a mesma paragem, precisando a praia da Glória, aos pés do outeiro, o lugar dos oleiros.[36]

Como se nota, a *briqueterie* voga por extensa área, cerca de 4 km em linha reta, entre o morro do Castelo e o rochedo do Iriripe, o Morro da Viúva. Poderiam ser tentados novos enfoques para o exame do assunto, na busca de elementos indiciatórios para a localização?

---

pedra do Rio de Janeiro – próximo do Morro da Viúva, antes do Leripe e pertencente ao sapateiro Sebastião Gonçalves.(...). Dizem que foi mandada edificar para nela ser estabelecida uma fábrica de tijolos e telhas. De 1568 a 1574, residiu nessa casa Pedro Martins Namorado, primeiro juiz do Rio de Janeiro. Muitos anos depois residiu na casa que fora de Martins Namorado o ilustre publicista francês Léry (Jean de Léry ?). Cfr. *As Freguesias do Rio antigo (vistas por Noronha Santos)*, introdução, notas e biobibliográfica por Paulo Berger. Rio de Janeiro: Edições *O Cruzeiro*, 1965, p. 64.

[33] *Villegaignon, roi d'Amerique*, p. 111.

[34] *História Naval do Brasil. op. cit*. v. e t. citados, p. 466.

[35] TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *op. cit*, p. 46.

[36] Cfr. a planta conjectural do Rio de Janeiro à época de sua fundação, *in Atlas da evolução urbana da Cidade do Rio de Janeiro 1565-1965*, Rio de Janeiro, 1965.

Condicionalismos Físicos

Procurar a olaria, pelo enfoque proposto no *caput*, implica necessariamente determinar a fonte de matéria-prima, a argila feldspática, o barro gordo empregado na modelagem das peças, tijolos ou telhas. A manufatura, exigindo amassamento, reclama o emprego de água, o que, nos procedimentos em série da *briqueterie*, sugere a proximidade de um curso fluvial ou regato abastecedor. As duas condições facultam um dos elementos indiciadores, os outros seriam a proximidade da linha do mar ou o fácil acesso a este, de maneira a permitir o escoamento da produção em benefício do principal canteiro de obras, a fortaleza de Serigipe.

As narrativas da época justaposta aos acontecimentos, as que tratam da Guanabara no século XVI, na primeira metade do XVII e mesmo a cartografia coeva, não aportam subsídios a esse respeito e, em certos casos, podem até mesmo enlear, ainda mais, a busca, suscitando falsas pistas.[37]

Ao que parece, o melhor e mais autêntico repertório de dados fisiográficos e elementos indiciatórios está contido nos autos da posse, medição e demarcação do patrimônio territorial da cidade em 1667, procedimentos que ficaram inconclusos e que só foram atalhados entre 1753 e 1755, com o encerramento do feito. Uma série de problemas, as disputas surgidas com os jesuítas (detentores de sesmarias) e os embargos por estes opostos, retardaram a medição, assunto estudado em detalhe por João da Costa Ferreira.[38]

Naquele ano, mais de um século depois da cidade fundada, iniciaram-se os trabalhos da primeira medição, mesmo assim, vinte e quatros anos após a provisão real de 1643 que a determinara. O ato foi

---

[37] Por exemplo, a carta de João Teixeira Albernaz (I), de 1640, com a figuração de uma *Praia da Olaria* em Botafogo, no trecho da atual Praia Vermelha. Cfr. Álvaro Teixeira Filho, obra citada, p. 102.

[38] *A Cidade do Rio de Janeiro e seu termo*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, edição fac-similar do estudo publicado na separata nº 164 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1931, impresso em 1934.

diligenciado na forma prescrita pelo édito de D. João IV, provido em 7 de janeiro daquele ano.

As normas eram minuciosas, tanto nos aspectos formais quanto nos operacionais. A primeira formalidade essencial – consoante destacou J. Costa Ferreira – consistia no reconhecimento da posição da tão falada "Casa de Pedra" na Carioca, ponto original de onde deveria partir a medição na praia do Flamengo, a então denominada *Aguada dos Marinheiros*.[39] No dia 25 de maio de 1667, com o auxílio de dois peritos (antigos moradores ou os mais velhos habitantes daquela área litorânea) e diante da Câmara reunida no local, curiosos e acompanhantes, foram encontrados os alicerces do prédio, conforme os assentamentos do processo.

Os autos da medição prosseguem descrevendo as diligências do início dos trabalhos, com as tratativas do ouvidor-geral (juiz do feito administrativo) no sentido de não deixar dúvidas a respeito do lugar exato buscado, em face da existência em Botafogo (enseada a seguir à do Flamengo, na direção Sul) de uma suposta "casa de pedra". Os peritos, lembrando que o fato se devia à presença de uma furna conhecida pelos índios como Itaoca, negaram qualquer possibilidade de ser considerado ali o sítio procurado, mas um local onde todos se encontravam, proclamado com os seus testemunhos e o dos alicerces postos à luz. Portanto, só havia uma "Casa de Pedra" na Carioca: na extremidade meridional da praia do Flamengo, junto ao Morro da Viúva.

No desenrolar da medição, os trabalhos executados nos primeiros dias (25 a 27 de maio) trouxeram a informação da existência de duas olarias no trecho contido pelo alinhamento entre o Morro da Viúva e o da Glória, por sinal, logradouros até hoje conhecidos pelos mesmos nomes. Vale recordar constituir o Flamengo, ainda naquele tempo, arrabalde ínvio, sertão mal devassado coberto por areais na orla do mar, vegetação de restinga e vastas capoeiras de flora arbórea da Mata Atlântica e, na medida em que o terreno ganhava o interior, solos irregulares, cambiando patamares secos e bolsões paludosos nas

---

[39] *Idem*, p. 338.

proximidades da Glória, particularmente. O chão do Catete, relevo caprichoso percorrido em determinado setor por um caminho de carro, levou os demarcadores, ao cruzá-lo, a confrontar a primeira olaria descrita nos autos, a de Joanna Coutinho. Estaria hoje próxima do cruzamento da Rua Correia Dutra com a do Catete.

Mais adiante, os demarcadores atravessaram outro caminho que ia dar na olaria de Domingos Coelho (26 de maio), equivalente a um ponto da atual Rua Pedro Américo junto à encosta da elevação que a separa da Rua Santo Amaro. A elevação, responsável, com o morro da Glória pela garganta e cotovelo no início da Rua do Catete, devia alterar, naturalmente, a cota da via.

O ângulo ou rumo tomado na medição a partir da Casa de Pedra, *nornoroeste* (uma linha em diagonal à costa), levou a comitiva a transitar por áreas mais ou menos planas até chegar à Rua Pedro Américo e só então encontrar as olarias. Vale dizer, adentrar a zona das jazidas de argila nas barreiras próximas.

A distância entre as duas cerâmicas era pequena. Os autos mostram não mais de 200 braças, ou seja, 440 metros. Como não existiam morros argilosos e, portanto, barreiras à retaguarda do estabelecimento de Joanna Coutinho, a fonte da matéria-prima só poderia estar à frente, na direção da Glória e, tudo indica, realmente estava. No raio das 200 braças, barreiras só deveriam ser encontradas nas encostas da elevação da Pedro Américo e da vertente oeste-sudoeste do morro da Glória, na face, hoje, lindeira aos fundos do Colégio Zacarias e vizinhanças. Sinais dos desbastes dessa barreira (sotopostos ao curso em ladeira da Rua Barão de Guaratiba) ainda se mostravam visíveis nos anos quarenta do século passado.

O mapa da cidade, que foi mandado fazer em 1794 pelo vice-rei, conde de Rezende, induz a uma certa confusão entre o traçado dos caminhos do bairro e o curso do Rio Catete (Carioca), mesmo quanto à desembocadura principal no Flamengo, além de não identificar os pântanos da região. Entretanto, a planta do Rio de Janeiro,

desenhada na década de 1770,[40] estampa claramente a situação hidrográfica da região, o terreno disputado pelos charcos e bolsões pantanosos, de tal sorte que a *Estrada do Catete* transitava "à veneziana". Os trechos mais enxutos às margens da via, onde se inclui a borda ocidental do Outeiro, quedavam-se, justamente, naquelas 220 braças que separavam as duas olarias em 1667, ocupadas por algumas chácaras e propriedades.

Até 1770, pelo menos, o bairro não havia sido drenado, situação equivalente, em termos, a dos dias de Villegagnon. A falta de escoamento dos brejos e a conformação do terreno levam a outra questão. Constituindo bacia pantanosa quase todo o lado ímpar da atual Rua do Catete, notadamente no arco entre o Palácio do Catete e o largo da Glória, como poderia escorrer para o mar o leito secundário do rio Carioca (nessa mesma banda da praia) contornando o Outeiro? Que a Estrada do Catete encontrasse caminho por uma cota mais alta do terreno, não remanesce dúvida, especialmente quanto ao percurso entre o que viria a ser as ruas Pedro Américo, Santo Amaro e Benjamim Constant. Todavia, atravessar o bolsão de pântanos nesse cotovelo entre dois morros levava o trajeto a cruzar mais dois cursos d'água, hoje desaparecidos, cada um deles correspondente ao traçado em declive das duas últimas ruas mencionadas. Tais rios ou riachos punham-se como tributários formadores do desaguadouro apontado habitualmente como o do Carioca, aos pés do morro da Glória, e o ajudavam a escavar. Ainda mais constrangida pelos taludes provenientes da Lapa, a embocadura restava presa naquele trecho e no futuro, mesmo na época das chuvas, deixaria passar adiante a Rua do Catete, bem mais alta ali e, a partir desse ponto, já com o nome de Rua da Glória.[41]

---

[40] Segundo a reprodução do detalhe do Outeiro da Glória *in Nossa Senhora da Glória do Outeiro*. De TELLES, Augusto C. da Silva. Rio de Janeiro: Agir, 1969. p. 78 (mapa do acervo da Mapoteca do Serviço do Patrimônio do Exército).

[41] Só em 1801 – nas palavras de Gilberto Ferrez – foi rebaixado e aplainado o trecho montanhoso paralelo ao mar e consertado o caminho, melhorando o trânsito regular nesse trecho da cidade (*A Muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, Raymundo Castro Maia *et alii* (ed.), 1965, p. 188.

É intrigante não ter encontrado o Rio Carioca – contido, retardado pelos pântanos e diferenças do terreno – uma saída natural junto à encosta do Outeiro da Glória (em vez do lado oposto) no Flamengo, seguindo por onde é hoje a Rua Silveira Martins até o mar.[42] Teria existido essa foz em outros tempos?

Conclusões

Como se nota, as condições para operar o canteiro da olaria de Villegagnon seriam, aparentemente, bem mais favoráveis para os lados da banda Sul e Sudoeste do morro da Glória, no Catete, do que em qualquer outro lugar daquele eixo de 4 km entre os morros do Castelo e o da Viúva, mormente se considerado o fator matéria-prima. Descartando os charcos e o próprio curso do Carioca, a presença de fontes de água para a manipulação do barro é testemunhada, até o final do século XIX, em sítios da Rua Pedro Américo e, não há como duvidar, também acessíveis no próprio morro da Glória.[43]

Telhas e tijolos, transportados em balsas de troncos, seriam levados à praia da Glória e distribuídos. Embarcação auxiliar dessa

---

[42] Na planta conjetural de Eduardo Canabrava (*A Cidade do Rio de Janeiro na época de sua fundação em 1565*, do *Atlas de evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro*, de 1965), aparece um curso d´água descendo o morro da Nova Cintra na direção do Valdetaro (o largo diante do Palácio de Catete) para ganhar a bacia do Carioca, seguramente o escoadouro do divisor a montante da Rua Tavares Bastos (ladeira que tem início na Rua Bento Lisboa). Surge, então a pergunta: a água do morro e mais as dos pântanos do Valdetaro iriam suportar o volume da descarga nas enchentes de verão e, mesmo constrangidas pelo cotovelo da Glória, não buscariam um saída pela "Silveira Martins", mais baixa? Jamais?

[43] Em 1900, Noronha Santos aponta na freguesia da Glória duas fábricas de cerveja, uma delas na Rua Pedro Américo e a outra na Pereira da Silva, ambas, zonas de encosta (obra citada, p. 57). Nessa época, as fontes naturais constituíam importante fator para a qualidade do produto, guiando a localização das fábricas. A presença de tabas indígenas no morro da Glória é um claro indicador da disponibilidade de água na elevação, da mesma maneira que a presença, em 1770, de chácara no topo de uma de suas vertentes, a mais isolada. No talude fronteiro à Igreja de N.S. da Glória, terreno rochoso, foi necessário escavar cisterna (ainda lá) para o recolhimento da água.

época de navios à vela e capazes de suportar cargas pesadas, as jangadas de pranchas ou de toras acompanhavam o serviço dos ancoradouros.[44] Guiadas por um simples governalho, desciam a corrente dos rios, transitavam com facilidade pelas zonas pantanosas, venciam a arrebentação nas praias e, rebocadas, cumpriam tarefas nas águas restritas de litorais abrigados.

Empregadas como pontões, ajudavam no abastecimento dos navios, na aguada e nas descargas, embarcações imprescindíveis para levar a costões rochosos e a ilhas sem praias chãs, qualquer espécie de suprimento. O caso de Serigipe, da ilha de Villegagnon.

Refrerências Bibliográficas

PEDROSA, Fernando Gomes

FERREZ, Gilberto (A Muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Raymundo Castro Maia *et alii* (ed.), 1965, p. 188.

TELLES, Augusto C. da Silva. Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Rio de Janeiro:Agir, 1969.

ALBERNAS, João Teixeira.A Cidade do Rio de Janeiro e seu termo. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, FILHO Álvaro. Roteiro cartográfico da baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII.

SANTOS, Noronha. As Freguesias do Rio antigo. *O Cruzeiro*, 1965, p. 78.

ANCHIETA, José de. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. Editora Civilização Brasileira, 1933.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. III, 1841, pp. 248 a 258

FERNANDES, Fernando Lourenço. *A Primeira feitoria portuguesa no Brasil*. Lisboa: Academia de Marinha, 1996.

---

[44] Jangadas também faziam parte do esquema tático das batalhas navais e operações anfíbias. As montadas com tábuas sobre barris, por exemplo, podiam ser utilizadas como minas flutuantes, balsas incendiárias (*brulotes*), etc. Cfr. Fernando Gomes Pedrosa, *op. cit*., p. 366.

MARIZ,Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2005.

Resumo

O artigo, por meio de pesquisas em vários autores, como Gilberto Ferrez, Augusto Carlos da Silva Teles e outros, narra a iniciativa de Henriville. Analisando o local da pequena cidade, mostra as dificuldades da instação da mesma, ressaltando os objetivos econômicos da aldeia, os conflitos ali ocorridos e o fracasso da iniciativa.

Palavras-chave: Villegagnon; Henriville; Geografia; História.

Abstract

This article, througout researches in various authors, like Gilberto Ferrez, Augusto Carlos da Silva Teles and others, tells us the Henriville iniciative. Analising the little town, it shows the installation difficulties , highlighting the economic goals, its conflicts and failure.

Keywords: *Villegagnon; Henriville; Geography; History.*

Recebido em 2 de dezembro de 2015. Aprovado em 4 de janeiro de 2016.

VILLEGAGNON DE VOLTA À FRANÇA: SUAS ATIVIDADES NAS GUERRAS RELIGIOSAS

Vasco Mariz[1]

Depois da derrota francesa no Rio de Janeiro em 1560, Villegagnon, que antes havia regressado à França, não teve outra alternativa senão conformar-se com a realidade e tratou de ajustar-se à difícil conjuntura em seu país. Sua situação financeira não tinha nada de brilhante e só melhorou depois de receber polpuda indenização do governo português. Seus amigos, a família e os cavaleiros de Malta se esforçaram por dar-lhe um posição honrosa. Tinha ele então cinquenta anos, idade que, na época, já era o começo da velhice. Teve a sorte de que seu amigo e lugar-tenente na aventura do sequestro de Maria Stuart, Jean Parisot de la Valette, acabara de ser eleito grão-mestre da Ordem de Malta.

Por uma bula de 18 de maio de 1560, o presidente da Ordem Parisot doou a Villegagnon a comandaria[2] de Beauvais-en-Gatinais, situada perto de Nemours. Os termos da bula recordam os méritos do agraciado:

> *"L'insigne qualité de tes vertus, les nombreux dons de l'âme dont tu es revetu et par lesquels tu te recomendas à nous, en outre les lovables services que tu a rendus à notre religion et que tu lui rendras*

---

[1] Bacharel em Direto, diplomata e historiador. Sócio do IHGB. Entre inúmeros títulos publicados, é autor (com Lucien Provençal) de *Villegagnon e a França Antártica* (com Lucien Provençal). 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[2] As comandarias eram departamentos administrativos da Ordem de Malta. Tradução literal de Parisot: "A insigne qualidade de tuas virtudes, os numerosos dons de alma de que és revestido e pelos quais tu te recomendas a nós, além dos louváveis serviços que prestaste à nossa religião e que tu certamente prestarás no futuro, merecem que nós te elevemos ao governo e aos benefícios da nossa Ordem."

certainement dans l'avenir, méritent que nous t'élevions au gouvernement et benéfice de notre Ordre".

Como vemos, os católicos da França não acreditaram nas calúnias espalhadas pelos calvinistas despeitados pelo insucesso de sua intervenção no Brasil. Constata-se assim, mais uma vez, que Villegagnon não era o monstro, o assassino pintado pelos pastores reformistas.

Beauvais-en-Gatinais seria o refúgio final de Villegagnon, mas isso não significou que ele se limitaria a gozar as mordomias da "comandaria". Pelo contrário, continuou ativíssimo após um ligeiro descanso para reorganizar suas finanças e seu novo bailio, aliás bastante rentável. Recebia ele como rendas anuais cerca de 3.600 libras e, além das propriedades em Beauvais, ainda dispunha de uma confortável residência em Nemours, que Villegagnon ocupava amiúde. Parisot, portanto, foi generoso com seu amigo e antigo chefe. O irmão de Villegagnon, Felipe, por um ato diante do tabelião de Jouy, de 15 de novembro de 1560, deu-lhe também o usufruto das casas, das terras e da senhoria de Villegagnon pelo resto de seus dias.

Uma vez reorganizada sua vida na França, Nicolas retomou a antiga querela com Calvino. Passou uma temporada em Paris na residência do grão-mestre da Ordem de Malta e lá redigiu um documento intitulado *Resposta aos artigos que os ministros de Calvino publicaram na França Antártica sobre a eucaristia*. Seu texto teve a aprovação do cardeal de Lorena e, posteriormente, do rei de França. Enviou cópias ao condestável de Montmorency, aos magistrados de Genebra e a Calvino. Com isso queria obrigar Calvino a aceitar um debate público, um duelo oratório com testemunhas e claras punições ao perdedor. Enfurecido, Calvino rasgou o documento e o pisoteou. Enviou recado a Villegagnon que, se ele viesse à Genebra, não sairia vivo. Tanto Calvino como os magistrados de Genebra se recusaram ao debate, e a opinião pública na França considerou o desfecho como uma vitória de Villegagnon. Isso comprova a capacidade intelectual de Villegagnon e os seus profundos conhecimentos da fé católica.

Como Calvino não aceitou o desafio de debater com ele, Villegagnon tentou forçar o almirante Coligny a se definir entre a fé catô-

lica e a protestante. O biógrafo Peillard comentou que esta seria uma boa oportunidade para esclarecer as responsabilidades do fracasso no Brasil. Mas tal como Calvino, Coligny encolheu-se ao desafio. Pouco depois ocorreu o fato que iria desencadear as terríveis guerras de religião na França. A morte de Francisco II, marido de Maria Stuart, elevou ao trono um rapaz de 15 anos, Carlos IX, e deixou o governo nas mãos da viúva de Henrique II, a italiana Catarina de Médicis. Nesse ano de 1561 os calvinistas dispararam novamente violentas acusações contra Villegagnon, tachando-o de ateu, bêbado, anabatista, sedicioso, frenético, insensato, etc. Visando desforrar-se dele pelo desafio a Calvino, imprimiram um folheto de oito páginas contra Villegagnon, que não continha o nome do autor, nem do editor e nem da cidade onde foi impresso, provavelmente na Suíça. O autor deve ter sido Pierre Richer ou Théodore de Bèze, este um teólogo chegado a Calvino. O texto de Richer parece ter sido utilizado no famoso livro de Jean de Léry, publicado pela primeira vez muito depois, em 1578. Suas palavras, que até hoje prejudicam a imagem histórica de Villegagnon, nunca foram por ele lidas, pois o almirante já havia falecido em 1572.

Léon Guérin comenta e destaca sua defesa, reproduzindo a última resposta de Villegagnon a seus acusadores anônimos:

> *"Para concluir, direi que se algum homem de bem tiver razão de queixar-se de mim, neste reino ou no exterior, me encontrará sempre pronto a responder-lhe, na esperança de que a honra e a justiça estarão do meu lado, e a injustiça do lado deles. Esta é a última resposta que desejo dar a essa gente sem cara e sem nome, pois não desejo ser visto combatendo contra fantasmas."*[3]

Guérin acrescenta que essa querela ocupou a França durante anos. Villegagnon defendeu-se com vivacidade e eficácia das acusações de ateísmo feitas pessoalmente por Calvino, e a opinião pública na França julgou que o almirante quase sempre argumentou com vantagem.

---

[3] GUÉRIN, León. *Les navigateurs français*. Paris: Belin – Leprieur 1847, p. 193.

Na época, Villegagnon foi escolhido pelo grão-mestre da Ordem de Malta como seu embaixador junto ao importante Concílio de Trento, mas não pôde comparecer por motivo de doença, ou "talvez" porque ele não aprovava a conduta escandalosa do papa Julio III.

A 17 de janeiro de 1562, Catarina de Médicis assinou um édito autorizando os huguenotes a exercer seu culto fora das cidades e no interior de suas casas. Para os católicos isso foi demais e para os protestantes, de menos, e as violências e assassinatos prosseguiram. Mercenários suíços e alemães cometeram atrocidades de ambos os lados. O príncipe de Condé solicitou auxílio da rainha Elisabeth para a causa protestante e o risco era imenso: a Normandia poderia cair nas mãos dos ingleses.

E o "velho" Villegagnon pegou em armas novamente por ocasião do cerco de Rouen, sitiada pelos católicos, em 1562. Armado da cabeça aos pés, Villegagnon foi dos primeiros a entrar nas brechas abertas nas muralhas pela artilharia dos católicos. Infelizmente, um golpe de arcabuz feriu-o. Ao cair por terra quebrou uma perna e teve de ser retirado da batalha. Rouen foi tomada finalmente pelos católicos e Villegagnon convalesceu em Plombières, aproveitando suas águas minerais. Depois desse acidente, ele passou a mancar de maneira permanente, embora mais tarde tenha podido cavalgar. A 10 de janeiro de 1563, Pereira Dantas, embaixador de Portugal em Paris, recebeu a visita de um cavaleiro que caminhava com dificuldade, apoiado em uma bengala. Era Villegagnon, que vinha pedir uma indenização que o governo português pagaria.

Seu amigo François de Guise foi assassinado no mesmo ano e isso abateu Villegagnon. A situação dos católicos na França estava periclitante e Villegagnon chegou a planejar uma viagem à Espanha para oferecer seus serviços ao rei Felipe II, filho de seu antigo protetor Carlos V. Antes, porém, foi recebido em audiência por Catarina de Médicis clamando pelo julgamento de Coligny. A regente ouviu-o atentamente e lhe disse: "*Assurez-vous, Villegagnon, je suis votre amie",* mas não tomou providências, evitando agravar ainda mais a questão religiosa. Villegagnon tinha 53 anos e estava cansado: voltou

a Beauvais e passou o ano seguinte tratando de seus problemas de rotina da administração da comandaria.

Em janeiro de 1565, Villegagnon estava de novo de armas na mão para acompanhar o cardeal de Lorena, que desejava entrar à força em Paris com seus alabardeiros. O condestável Montmorency, governador da capital, desarmou-os na porta de Saint-Denis, inclusive Villegagnon que estava na primeira fila ao lado do cardeal. Os poetas huguenotes aproveitaram para fazer versinhos e canções debochando de Villegagnon.

Villegagnon le premier
y conduisait l'avant-garde
monté dessus un coursier
tenant une hallebarde![4]

Alguns historiadores da Ordem de Malta se perguntam por que Villegagnon, em 1565, não foi defender a ilha, cercada pelos turcos, e tenha preferido participar das guerras de religião. Parece-nos explicável que o almirante havia sido ferido em Rouen e mancava, e sobretudo porque já não era mais o jovem cavaleiro que doze anos antes organizara a defesa da ilha. Também a antiga disputa com o então grão-mestre d´Olmèdes não lhe deixara bom sabor na boca. Por isso, talvez, preferiu defender os interesses da Ordem na França, terminando sua carreira como seu embaixador junto à Corte francesa.

Pouco depois ele teve de entrevistar-se com Catarina de Médicis por assuntos da Ordem de Malta. A regente pretendia oferecer o grande priorato da França ao cavaleiro Michel de Seurre, mas a direção da Ordem discordou e encarregou Villegagnon de apresentar suas *remontrances* à Rainha-mãe. Ele defendeu tão bem os pontos de vista da Ordem nessa audiência que Catarina lhe deu ganho de causa e o cavaleiro de Seurre não foi nomeado.

---

[4] Tradução literal: "Villegagnon era o primeiro e conduzia a vanguarda, montado sobre um corcel segurando uma alabarda."

Em julho de 1566, Villegagnon aceitou acompanhar Henrique, jovem duque de Guise (filho de seu amigo Francisco, recém-assassinado), à Hungria. O rapaz só tinha 16 anos e Villegagnon deveria aprimorar a educação militar do príncipe. Villegagnon aproveitou para redigir cartas e relatórios diplomáticos e militares ao cardeal de Lorena sobre as intenções dos turcos e do imperador. De volta, esteve na Alemanha, mas depois regressou à calma de Beauvais. Nesse ínterim, a guerra religiosa tomava maior volume. Condé e Coligny prepararam um golpe para sequestrar Catarina e Carlos IX, visando à abolição dos entraves comerciais contra os huguenotes. Catarina foi salva pelos mercenários suíços e afinal compreendeu que não podia continuar a contemporizar com os protestantes. A guerra civil esquentou novamente e Villegagnon foi nomeado governador da cidade de Sens, uma das principais entradas da vizinha capital. Seu protetor, o condestável Montmorency, acabava de morrer em uma escaramuça perto de Paris.

A situação das tropas reais, católicas, estava precária, tanto mais que os sucessores de Montmorency, os duques de Anjou e de Guise, eram pouco experientes em face dos competentes chefes protestantes Coligny e Condé. Villegagnon foi notável na defesa de Sens, pondo em fuga as tropas muito mais numerosas do príncipe de Condé. Logo depois ele se apoderou de Auxerre, fechando definitivamente o caminho de Paris para os protestantes. Em 1568, Condé foi morto e Coligny refugiou-se na Alemanha. Foi a vez dos *chansonniers* de Paris cantarem as proezas de Villegagnon... Tinha ele então 58 anos.

O duque de Anjou, que temia a queda de Sens, escreveu-lhe pessoalmente agradecendo sua atuação e iniciou sua carta saudando-o como *Mon frère*, meu irmão. Por outro lado, Villegagnon manteve correspondência regular com o rei Carlos IX, informando todos os pormenores da guerra civil em Sens e Auxerre. Depois da paz, Villegagnon atuou até como urbanista em Sens, lá construindo dois *boulevards* nas áreas destruídas pelos bombardeios dos protestantes. Em março de 1568 a paz foi assinada, Villegagnon deixou Sens completamente reequipada e reorganizada, e voltou a Beauvais. Mas ele não tinha ilusões sobre aquela paz tão frágil.

No seu bailio, Villegagnon descansou e leu muito. Redigiu outra controvérsia religiosa contra o luterano Valentin Vannius e levou seu manuscrito à Sorbonne, obtendo aprovação da faculdade de teologia. Entretanto, a guerra religiosa reacendeu-se e Villegagnon teve novamente de deixar a pena pelas armas. Designado outra vez para defender a região de Sens, ele não perdeu tempo. O duque d'Alençon escreveu ao rei Carlos IX: "*le dit sieur de Villegagnon a jusques ici fort bien nettoyé le pays"*.[5]

A partir de junho de 1569, ele regressou a Beauvais e não tomou mais parte em batalhas. Carlos IX nomeou-o *gentilhomme* da câmara do rei de França. O gosto pelos estudos de direito foi retomado por Villegagnon e frequentou a Sorbonne e o Parlamento, do qual havia sido expulso 40 anos antes. Em 1570, ele foi escolhido pela Ordem de Malta como seu embaixador junto à Corte francesa. Era um fim de carreira honroso para um homem de sessenta anos.

Villegagnon fez ainda várias aparições na Corte francesa, mas teve o desagrado de ver a volta de Coligny, outra vez no favor de Catarina de Médicis. A italiana era admirável na arte de tergiversar, de prometer e não cumprir. Em 15 de janeiro de 1571 (1572 pelo novo calendário), Villegagnon falecia em sua cama, como um bom burguês. Deus não lhe deu a satisfação de saber do assassinato de seu inimigo Coligny, de ouvir que seu cadáver foi defenestrado, atirado ao Rio Sena nu e pendurado pelos pés. Villegagnon já estava morto havia mais de oito meses quando ocorreu a trágica noite de 24 de agosto de 1572, a noite de São Bartolomeu, na qual 5.000 protestantes foram trucidados em toda a França, três mil só em Paris.

Ao falecer, Nicolas Durand de Villegagnon não deixou uma grande herança. Legou todos os seus bens aos pobres de Paris: "*à ceux condamnés à l'éternelle misère, le peuple de Paris"*.[6] Foram apenas 1.850 libras, mas depois de impostos e descontos burocráticos, os pobres de Paris só receberam a metade... Villegagnon foi enterrado na

---

[5] Tradução literal: "O dito senhor de Villegagnon até agora limpou a região muito bem".

[6] Tradução literal: "... àqueles condenados à eterna miséria, o povo de Paris."

capela da "comandaria" de Beauvais. Na verdade ele não morreu lá e sim em Pluviers-en-Beauce, onde havia ido para fazer uma inspeção. O que resta dele hoje? Uma placa na sua casa natal e uma ilha com seu nome na baía da Guanabara... Na velha capital da ilha de Malta, hoje uma nação independente e membro das Nações Unidas, ainda existe uma "Villegagnon street". E agora, um obelisco feito com pedras da ilha de Serigipe foi erigido em uma praça de Provins, homenagem do governo brasileiro àquele que acreditou com tanta firmeza no futuro do Brasil para a França.

A principal fonte de informações sobre o que ocorreu na França Antártica é o livro de Jean de Léry. Subsídios secundários são o livro de André Thevet, que, no entanto, só ficou na Guanabara durante três meses, antes das querelas religiosas; a tremenda catilinária provavelmente escrita por Pierre Richer e publicada em 1561 sem o nome do autor, e, finalmente o pequeno relatório de Nicolas Barré, que era também protestante, embora amigo e pessoa de confiança de Villegagnon.

Parece-nos claro que Léry distorceu e certamente até mentiu em muitas das informações que nos transmitiu. Richer ou talvez Théodore de Bèze teriam aprovado o seu texto, publicado pela primeira vez em 1578, dezenove anos depois da volta de Villegagnon e durante a pior fase da sangrenta guerra civil. O livro saiu muito depois da troca de insultos públicos na França entre Villegagnon e os calvinistas. Trata-se assim de um depoimento tardio, apaixonado, rancoroso, inspirado pelas frustrações e pelos sofrimentos que Villegagnon, direta ou indiretamente, lhes impôs durante a sua permanência no Brasil. Assim sendo, devemos dar ao livro de Léry considerável desconto em suas acusações, se quisermos ser objetivos e imparciais. Mas mesmo dando esse amplo desconto e considerando até mentirosas algumas das afirmações de Léry, ainda sobra ampla matéria para uma avaliação sobre alguns aspectos do comportamento de Villegagnon no Brasil.

Apesar da simpatia ou até admiração por seus feitos anteriores, os biógrafos franceses Gaffarel (1878), Heulhard (1897) e Peillard (1991) reconhecem que ele errou bastante na preparação da viagem,

na sua concepção quase exclusivamente militar na colônia, na sua disciplina demasiado rigorosa com seus compatriotas em geral, na sua falta de flexibilidade, ou intransigência excessiva, no trato com os pastores protestantes. Acertou porém na escolha do local do forte Coligny, na construção da fortaleza e sobretudo ao cultivar as boas relações com os indígenas, o que os portugueses não souberam fazer. Mas era ele um paranoico, como alegou mais tarde Richer? Certamente não. A palavra nos parece demasiado severa, pois em sua vida anterior ou posterior não encontramos sintomas de paranoia. Longe disso. Sua saúde no Brasil parece ter sido boa e não temos qualquer informação de que tenha sofrido de alguma doença mental. Quando da partida de André Thevet, três meses depois da chegada da expedição, e após a primeira revolta dois dias depois, sabe-se que Villegagnon passou dias trancado no seu quarto e se sentia deprimido e desanimado. As suas cóleras súbitas eram atribuídas ao calor na Guanabara até pelos próprios calvinistas. Portanto, não eram tão graves assim. O excessivo rigor de suas punições aos franceses, em contraste com sua atitude compreensiva com as faltas dos indígenas, pode ser entendida, até certo ponto, pela sua formação militar na Ordem de Malta, que exigia obediência cega dos subordinados. Na verdade, há uma contradição no comportamento de Villegagnon, entre o hábil diplomata, militar e cortesão, e o almirante rigoroso e pouco flexível que dirigia a colônia.

Arthur Heulhard interpretou a situação na França Antártica, naquele final dos anos cinquenta do século XVI, como o primeiro sintoma do que seria a tragédia das guerras religiosas na França, nos anos sessenta e setenta, culminando com a terrível noite de São Bartolomeu. O mesmo autor admirou-se como Villegagnon pôde suportar a guerra surda que lhe moviam os pastores calvinistas junto aos demais franceses, depois da crise de Pentecostes. Com os poderes absolutos de que dispunha naquela época, em que os direitos humanos contavam muito pouco, outro chefe no seu lugar, com menos escrúpulos, poderia ter organizado um julgamento tendencioso pelo Conselho da colônia e feito enforcar os incômodos calvinistas, que eram pouco numerosos. No entanto, Villegagnon não tocou em um só fio de cabelo deles e deixou-os partir, dando-lhes todo o auxílio possível. Aceitamos até a

ideia que assim o fez porque tinha a esperança de que o velho navio "Jacques" afundasse na viagem, o que aliás quase aconteceu.

Se Villegagnon cometeu falhas no planejamento e na direção da colônia, já os calvinistas erraram redondamente, pois a sua missão era "apenas" de observar as condições de vida na França Antártica e transmitir seu parecer, positivo ou negativo, ao almirante Coligny, que pretendia criar uma grande colônia protestante na Guanabara, longe das perseguições na França. Se não tivessem se envolvido em inúteis disputas com o almirante, é bem possível que Coligny conseguisse convencer os reis Henrique II ou Francisco II, ou ainda Catarina de Médicis, regente do reino, a exportar para o Brasil milhares de incômodos protestantes, com o devido suporte militar que Villegagnon julgava indispensável para assegurar o futuro da colônia e impedir ataques portugueses. Ao chegar a Paris, de volta do Brasil, o senhor de Du Pont deveria ter dito a seu amigo Coligny que a Guanabara era um local excelente para instalar uma grande comunidade calvinista. As condições de vida eram razoáveis e poderiam ser melhoradas com facilidade, a fortaleza construída por Villegagnon era inexpugnável e as relações com os indígenas eram muito boas. Faltaria dar à colônia maior apoio militar e substituir o almirante, cujo temperamento era incompatível com a religião reformada.

Afinal era Villegagnon um vilão ou um herói? Um de seus contemporâneos assim o descreveu: "audacioso como um francês, esperto como um inglês e dissimulado como um jesuíta espanhol". Sem dúvida, ele foi audacioso, valente e até imprudente em combate. Esperto também para superar as limitações de sua pequena nobreza. Dissimulado por vezes sim e, como um jesuíta espanhol, ele foi sempre fiel a Deus, ao catolicismo e a seu rei.

Os protestantes inventaram que no Brasil ele se havia convertido ao calvinismo e depois repudiado e perseguido ferozmente os calvinistas. Tudo mentira, mas essas mentiras foram repetidas durante séculos e danificaram a sua imagem de bom católico, homem honesto e valente. Em 1991 foi publicada na França a biografia de Leonce Peillard, que o defende e refuta todas as invenções de seus inimigos

calvinistas, à luz de novos documentos. Imediatamente, em 1995 e 2009, novas edições do livro de Jean de Léry, em Paris e no Rio de Janeiro, renovaram todas as acusações falsas contra Villegagnon. Será que tantos anos depois de sua morte estaria sendo reativada a controvérsia entre católicos e protestantes na França Antártica?

No Brasil, diversos livros e folhetos, desde o século passado, repetem as acusações dos protestantes e silenciam a defesa de seu outro contemporâneo André Thevet. Em 1985, o escritor brasileiro Chermont de Brito publicou um livro que defende veementemente Villegagnon. Nós não temos dúvidas em ficar do lado de seus biógrafos Heulhard, Peillard e Chermont de Brito. Ao longo do presente estudo, acreditamos que ficou amplamente provada a inocência de Villegagnon de quase todas as acusações contra ele. Se houvesse nelas um fundo de verdade, como entender que os reis Francisco II e Carlos IX, Catarina de Médicis, a Ordem de Malta, o cardeal de Lorena, o duque de Guise, o condestável Montmorency, isto é, os maiores líderes católicos da época, o tivessem prestigiado tanto, *depois* dos acontecimentos do Rio de Janeiro? Como *la calúnia è un venticello,* até hoje se fala nos pretensos atos de perfídia e violência cometidos por Villegagnon na Guanabara. Por isso, não podemos, nem devemos, julgar fatos, e sobretudo o comportamento de pessoas em meados do século XVI, com os parâmetros morais do século XXI.

Portanto, vilão certamente ele não foi. Como compará-lo aos conquistadores espanhóis sanguinários contemporâneos, a um Pizarro ou a um Cortéz? Tampouco foi um pirata. Era católico inflexível e intransigente e, por isso, pagou com o desgaste pessoal e de sua fortuna. Seus atos sempre ocorreram dentro da mais total legalidade. Seu comportamento foi o de um soldado apaixonado pelas tarefas que lhe confiaram. Hábil diplomata e negociador, foi demasiado rígido em defesa de suas crenças religiosas. Bom advogado, escritor culto, não suportava divergências dogmáticas e reagia com violência. Por isso, alienou amigos e simpatizantes, e complicou sua vida. Tivesse ele realmente fraquejado em sua fé no Brasil, não teria sido depois altamente prestigiado pela Ordem de Malta e por toda a realeza católica da França.

Foi ator e testemunha dos grandes acontecimentos do seu tempo, viveu uma existência fascinante e inconcebível para uma pessoa de sua origem relativamente modesta. A universalidade de sua atuação política e militar parece até inexplicável neste início do século XXI. Mas seria ele um herói? Sem dúvida realizou feitos heroicos: o sequestro de Maria Stuart, sua atuação na batalha de Argel, sua defesa da ilha de Malta, nos cercos de Rouen e da cidade de Sens.

Em geral os heróis sobrevivem aos seus atos, mas infelizmente a obra de Villegagnon parecia fulminada por uma maldição: a batalha de Argel, onde ele tanto se destacou, foi um fracasso para Carlos V; o sequestro de Maria Stuart levou-a ao trono da França, mas seu marido faleceu dois anos depois que ascendeu ao trono. De volta à Escócia, ela acabou prisioneira da rainha Elisabeth e foi executada. A França Antártica, tão promissora, terminou melancolicamente. Com o passar dos séculos, nada restou do seu castelo perto de Provins. Ao ser construída a estrada de ferro Paris-Nice, foram destruídos o seu túmulo e a sua comandaria. Tudo parece haver conspirado para apagá-lo da história. Só permanece a sua casa e agora o obelisco brasileiro.

Referência Bibliográficas

GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisonneuve et Libraires, 1878.

GUÉRIN, León. *Les navigateurs français*. Paris: Belin-Leprieur, 1847.

HEULHARD, Arthur. *Villegaignon: Roi d'Amerique*. Paris: Leroux, 1897.

MARIZ, Vasco & PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEILLARD, Leonce. *Villegagnon*, *Vice-Amiral De Bretagne, Vice-Roi Du Brésil*. Paris: Perrin, 1991.

Resumo

O artigo trata da volta de Villegagnon à França, relatando sua participação em novas guerras e na Corte, assim como as novas posições políticas e sociais, chegando a ser nomeado *gentilhomme* da

câmara do rei de França por Carlos IX. Conta também sobre sua morte como um bom burguês, doando sua pequena herança aos pobres de Paris.

Palavras-chave: Villegagnon; Vida; Retorno; França.

Abstract

This article is about Villegagnon's return to France, describing his participation on new wars and at the court and his new political and social thoughts, being nominated gentilhomme by the french chamber's Carlos IX. It also narrates about his death as a good bourgeois, donating his little inheritage to Paris people.

Keywords: *Vilegagnon; Life; Return; France.*

Recebido em 4 de dezembro de 2015. Aprovado em 4 de janeiro de 2016.

ANTES E DEPOIS DA GUANABARA – PERCURSOS DE PIERRE RICHER

Luiz F. F. Tavares[1]

O tema das questões religiosas em torno da França Antártica é virtualmente inesgotável e é vasto demais para ser devidamente abordado nos limites de um artigo[2]. Desse modo, concentraremos nossos esforços sobre o personagem Pierre Richer, pastor reformado que veio de Genebra para a colônia da Guanabara, e que desempenhou destacado papel nas polêmicas que posteriormente se estabeleceram na França, acerca do experimento colonial. Discorrer sobre Richer é tarefa duplamente desafiadora, tanto por se tratar de personagem polêmico quanto pela relativa escassez de registros diretos acerca de sua trajetória.

Costumamos falar de Richer principalmente devido a sua breve e tumultuada passagem pela Baía de Guanabara. Todavia, seu percurso anterior à experiência da França Antártica e, principalmente, sua trajetória de volta à Europa não são desprovidos de interesse. Na verdade, esses dois períodos de sua vida podem mesmo lançar nova luz sobre sua aventura americana. Dessa maneira, o presente artigo articular-se-á em dois momentos, explorando a figura de Pierre Richer por duas vertentes: primeiro, traçaremos breve panorama biográfico, com ênfase em suas atividades pastorais em La Rochelle, após a Fran-

---

[1] Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e pós-doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional. Professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC-RJ) e da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

[2] Dois de meus livros versam exatamente sobre esse assunto (TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Entre Genebra e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011; TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Da Guanabara ao Sena*. Niterói: EdUFF, 2011).

ça Antártica. Em seguida, faremos algumas reflexões sobre seus escritos polêmicos, à luz de sua trajetória.

Segundo consta, Pierre Richer de Lisle nasceu na cidade de Provins, por volta de 1509, mesmo ano em que nascia Calvino[3]. Antes de aderir à Reforma, o jovem Richer entrou na Ordem do Carmo, formando-se como doutor em teologia pela Sorbonne. Tais informações têm grande interesse para nossa análise, como veremos[4].

Em primeiro lugar, cabe traçar alguns comentários sobre a Ordem do Carmo e, principalmente, sobre sua trajetória no século XVI. Fundada nas proximidades de Jerusalém em 1209, durante as Cruzadas, a ordem segue regra centrada na contemplação e na prática da oração, tendo sua principal inspiração na figura bíblica do profeta Elias. Durante o século XVI, a ordem sofreu grande influência da mística desenvolvida desde o século XIV pelo movimento da *devotio moderna*. É interessante notar que a proposta da *devotio moderna* se situava bastante próxima à dinâmica original da Ordem do Carmo, privilegiando práticas como a leitura dos Evangelhos e a oração mental. Nesse sentido, convém destacar que Pierre Richer foi contemporâneo às figuras de Teresa de Jesus e João da Cruz, que, em grande parte inspirados pelo pensamento da *devotio moderna*, iniciaram na Espanha o movimento de renovação da Ordem do Carmo, dando origem à nova regra seguida pelos carmos e carmelitas descalços[5].

---

[3] Cf. VIAL, Marc. *Jean Calvin – Introduction à sa pensée théologique*. Genebra: Musée International de la Réforme, 2008, p. 15.

[4] As informações biográficas sobre Pierre Richer aqui utilizadas foram consultadas no interessante livrinho *Pierre Richer de Lisle – Disciple de* Calvin, de Olga de Saint-Affrique (SAINT-AFFRIQUE, Olga de. *Pierre Richer de Lisle – Disciple de Calvin*. La Rochelle: Musée Rochelais d'Histoire Protestante, 2009). Descobri recentemente a existência de uma biografia escrita pelo teólogo Robert Vareilles, mas não consegui consultá-la (VAREILLES, Robert. *La vérité de Pierre Richer*. La Rochelle: Rumeur des ages, 2007).

[5] Cf. JOUANNA, Arlette *et alii*. *France de la Renaissance – Histoire et dictionnaire*. Paris: Robert Laffont, 2001, pp. 761-762; SESÉ, Bernard. *Teresa de Ávila*. São Paulo: Paulinas, 2008; PEDROSA-PÁDUA, Lúcia. *Santa Teresa de Jesus – Mística e humanização*. São Paulo: Paulinas, 2015.

Na França, o pensamento da *devotio moderna* conheceu grande influência desde a primeira década do século XVI, em especial junto ao clero regular. De modo convergente, ganhava espaço o movimento identificado pelo historiador Pierre Imbart de la Tour como "Evangelismo", cuja principal proposta era a redescoberta do texto evangélico em sua "pureza", para além das interpretações e comentários acumulados ao longo dos séculos pela tradição católica. Tal movimento se inspirava no humanismo erasmiano e encontrou grande sucesso entre os eruditos franceses, recebendo, a princípio, o apoio do rei Francisco I[6].

Como salienta Arlette Jouanna, as ordens religiosas constituíram um dos grupos mais afetados por esses movimentos de renovação, gerando tensões, divisões e disputas no seio dessas comunidades. As influências do evangelismo e do humanismo se mostravam particularmente perturbadoras, devido a suas críticas aos ideais monásticos de busca por uma perfeição inacessível aos demais fiéis, como demonstra a fórmula de Erasmo, "monachatus non est pietas" – "a vida monástica não é piedade", denunciando os traiçoeiros sentimentos de superioridade espiritual que o pertencimento às ordens religiosas instilava entre os membros do clero regular. Essa crise se tornou mais aguda a partir da década de 1520, quando as influências da Reforma começavam a se fazer mais fortes na França. Grande número de clérigos regulares passa então a abandonar a Igreja Católica, aderindo à Reforma, com estimativas apontando para 10 a 20% de defecções para o campo reformado. Tal seria o caso do próprio Pierre Richer. Em sentido oposto, muitos membros das ordens se endureciam no combate pela ortodoxia católica, assumindo tarefas de propaganda por meio das publicações impressas, em contraposição à crescente influência reformada entre clérigos e leigos[7].

Nesse sentido, é importante traçar algumas palavras acerca da Faculdade de Teologia de Paris, então conhecida como Sorbonne, onde Richer obtivera o título de doutor. Vale notar que muitos dos

---

[6] Cf. JOUANNA, *France...*, *Op. cit.*, pp. 803-804.

[7] Cf. JOUANNA, *France...*, *Op. cit*., pp. 982-984.

doutores formados pela instituição, como Richer, eram membros de ordens religiosas. Desde 1522 essa instituição assumira o papel de baluarte da ortodoxia católica na França, em oposição à ameaça da "heresia" reformada, numa postura intransigente muito criticada pelos humanistas franceses, como Rabelais, que denunciava os "sofistas, sorbilhantes, sorbonagros, sorbonígenos, sorbonícolas, sorboniformes"[8]. O papel da Sorbonne como centro da ortodoxia católica no reino se configurava principalmente por meio da frequente emissão de pareceres sobre a fé, elaborados em reuniões que se tornavam cada vez mais frequentes ao longo do século XVI, atingindo uma média de 33 por ano. A instituição também tinha destacada atuação como órgão de censura, visando impedir a proliferação de publicações consideradas heréticas.

Como vemos, a vivência católica de Richer, antes de sua conversão à Reforma, se deu num contexto de grande efervescência religiosa. Vale notar que sua trajetória, abandonando a Ordem do Carmo e aderindo à Reforma, nada tinha de excepcional, sendo semelhante à de muitos outros membros do clero regular naquela época. Da mesma forma, sua formação como doutor em teologia pela Sorbonne era traço comum a muitos membros de ordens religiosas. Todavia, esses fatos têm alguma importância em seu posterior envolvimento com a querela da França Antártica, como explicarei adiante.

Em 14 de agosto de 1555, o cavaleiro de Malta Nicolas Durand de Villegagnon partia da França na primeira expedição rumo à Guanabara, onde fundaria a colônia francesa, sob os auspícios de Henrique II[9]. Nesse mesmo ano, segundo registros, Pierre Richer ainda se encontrava formalmente ligado à Ordem do Carmo, mas suas pregações na cidade de Annonay adotavam caráter cada vez mais abertamente reformado, despertando a atenção das autoridades religiosas

---

[8] ..."*sophistes, sorbillans, sorbonagres, sorbonigènes, sorbonicoles, sorboniformes*" (cf. JOUANNA, *France...*, *op. cit.*, p. 808).

[9] Cf. TAVARES, *Entre Genebra...*, *op. cit.*, pp. 43-49.

da cidade. Perseguido, Richer buscaria refúgio em Genebra, onde se tornou discípulo de Calvino[10].

É importante notar que, nesse momento, a obra teológica de Calvino já se destacava no panorama reformado internacional, mas o reformador ainda não era reconhecido entre os huguenotes franceses como a grande autoridade teológica que hoje conhecemos. Na verdade, Calvino e suas ideias ainda encontravam grandes oposições entre os cidadãos de Genebra, especialmente entre as famílias mais tradicionais e de maior destaque na política local. Calvino se envolveu em inúmeras querelas ao longo de sua vida em Genebra: em 1538, fora banido pelo Conselho Geral da cidade, retornando apenas em 1541; nos anos seguintes, esteve no centro de inúmeros conflitos com o patriciado genebrino, como os atritos com François Favre, em 1546 ou com Pilibert Berthelier, em 1553, entre outros. Segundo Marc Vial, o auge dessas tensões situar-se-ia entre 1548 e 1554, ou seja, o período imediatamente anterior à chegada de Richer em Genebra. Em 1555, Calvino conquistava uma posição política mais confortável, na medida em que numerosos de seus aliados saíram vitoriosos das eleições para o Conselho. Desse modo, aproximando-se do círculo de Calvino, o processo de integração de Richer à república genebrina se realizava no centro das tensões que agitavam a comunidade, por meio da inserção em um grupo envolvido nas disputas de poder locais[11].

Em 1556, menos de dois anos após sua conversão pública e adesão formal à Reforma, Pierre Richer deixava Genebra, como líder espiritual da comitiva genebrina chefiada pelo nobre Philippe de Corguilleray, senhor Du Pont, acompanhado pelo jovem ministro Guillaume Chartier[12]. Nesse sentido, é interessante questionar por que motivo as autoridades seculares e eclesiásticas genebrinas confiavam essa tarefa a dois pastores tão inexperientes; como salienta Olga de

---

[10] Cf. SAINT-AFFRIQUE, *op. cit*., p. 5.

[11] Cf. Cf. SZCZECH, Nathalie. *Fabrique et usages de l`image de Genève dans les écrits de Calvin*. In: LIECHTENHAN, Francine-Dominique (org.). *Histoire, écologie et anthropologie. Trois générations face à l`oeuvre d`Emmanuel Le Roy Ladurie*. Paris: PUPS, 2011, pp. 133-154; VIAL, *op. cit.*, pp. 25-31, 39-48.

[12] Cf. TAVARES, *Entre Genebra...*, *op. cit*., pp. 51-52.

Saint-Affrique, Richer aparentemente estava pouco preparado para sua tarefa missionária. Ao que tudo indica, isso vem a confirmar a hipótese de que a colonização francesa e sua complementação espiritual constituíam interesse dos mais periféricos para a comunidade reformada em Genebra[13].

A comitiva genebrina chegou à Guanabara em 10 de março de 1557, e a princípio as relações dos huguenotes de Genebra com o cavaleiro de Villegagnon foram amistosas. No entanto, menos de um mês depois, em 27 de março, surgiram os primeiros desentendimentos teológicos entre Villegagnon e os huguenotes de Genebra. Ainda assim, em 1º de abril, Richer e Chartier enviaram carta a Calvino falando do cavaleiro de Malta em termos elogiosos e entusiásticos, comparando-o a figuras bíblicas como Ninfas, Áquila ou Priscila. Em outra carta ao reformador, assinada individualmente, Richer identificava Villegagnon como um instrumento a serviço de Deus para a propagação do Evangelho no Novo Mundo[14]. Em 4 de junho, aprofundando-se os desentendimentos, o pastor Guillaume Chartier retornava à Europa, com o objetivo de consultar Calvino sobre o problema da Eucaristia, permanecendo Richer na Guanabara, em suas atividades pastorais. No entanto, ao longo do ano, as relações entre Villegagnon e os reformados genebrinos se deterioraram a tal ponto que em 4 de janeiro de 1558 eles tomaram o rumo de volta à Europa[15].

Vale notar que, em carta endereçada em fevereiro de 1558 a Guillaume Farel ("Farello", na versão latinizada), reformado residente em Paris, Calvino manifestou nítido desagrado quanto à inépcia de Chartier (e, subentende-se, Richer) em defender satisfatoriamente uma questão teológica tão simples – a seu ver. Em 16 de março, em carta a Macarius, outro reformado residente em Paris, Calvino manifestava sua desconfiança quanto a Chartier, suspeitando que o pastor agisse de má-fé, e pedia que Macarius se informasse melhor sobre a situação, para que pudesse decidir se responderia ou não às solicitações

---

[13] Cf. SAINT-AFFRIQUE, *op. ci*t., p. 10.

[14] Cf. TAVARES, *Da Guanabara...*, *op. cit.*, pp. 181-182.

[15] Cf. TAVARES, *Entre Genebra...*, *op. cit*., pp. 52-58.

dos encarregados da congregação na França Antártica. Tais suspeitas talvez se agravassem pela carta enviada da Guanabara alguns meses antes, cheia de elogios ao cavaleiro de Malta. Não é improvável que as notícias sobre a querela da Guanabara perturbassem os esforços de Calvino na disputa por influência na cidade de Genebra, colocando-o em descrédito diante da comunidade genebrina e do movimento reformado francês; a aparente incompetência e as suspeitas de traição por parte de dois pastores em quem Calvino depositara sua confiança talvez fragilizasse sua posição perante seus adversários políticos na república suíça. Com efeito, em carta anterior, Macarius recomendava a Calvino que respondesse rapidamente às solicitações de Chartier, salientando que caso ele retornasse ao Novo Mundo sem uma resposta, o reformador se expunha a acusações de má-fé e negligência. Em 21 e 27 de março, Macarius escrevia mais duas cartas pedindo que Calvino abandonasse suas suspeitas contra Chartier; a necessidade de tal insistência sugere quão grave era a desconfiança do reformador. Vale salientar ainda que a irritação e a desconfiança do próprio Calvino quanto aos dois ministros da Guanabara são bastante sugestivas do impacto negativo que tais rumores poderiam ter entre os reformados franceses e suíços[16].

Em 24 de maio de 1558, Pierre Richer desembarcava de volta à França, no porto de Audierne, Bretanha, após uma terrível viagem marcada por grave privação de alimentos, posteriormente descrita por Jean de Léry em seus angustiantes detalhes. Não há como imaginar como Richer foi recebido de volta à Europa, ou que hostilidades eventualmente encontrou entre os meios reformados ou católicos. Sabemos, todavia, que poucos meses depois, durante o verão de 1558, Richer chegava a La Rochelle, um dos principais portos atlânticos do litoral francês. Como salienta Saint-Affrique, a Reforma chegara à cidade durante a década de 1540, atingindo diversos grupos sociais. No entanto, o culto era realizado apenas na esfera doméstica, celebrados em segredo e de forma não institucionalizada, devido às perseguições e proibições legais. Essa situação mudaria graças à atuação de Pierre Richer, que em 1559 fundou a igreja reformada de La Rochelle, se-

[16] Cf. TAVARES, *Da Guanabara...*, *op. cit*., pp. 186-188.

gundo a disciplina eclesiástica preconizada por Calvino. Em 30 de maio de 1562 Richer, e os pastores Faget e La Valée celebraram um culto em praça pública, atraindo numerosos participantes e contribuindo para a divulgação da Reforma na cidade. Durante os primeiros tempos a congregação se manteve na clandestinidade, até 1563, ano em que a Coroa francesa permitiu aos reformados que se reunissem publicamente. Por volta de 1564, o governador da cidade, Guy Chabot de Jarnac, se converteu publicamente à Reforma, e Richer parece ter desempenhado um importante papel de intermediação pela comunidade reformada junto às autoridades locais. Como destaca Saint-Affrique, por volta dessa época Richer se tornou um notável da cidade, e há registros de que foi padrinho dos filhos de diversas pessoas de destaque. Também durante esse período Richer se integrava à comunidade casando e tendo uma filha, constituindo família. O papel de Richer à frente da congregação de La Rochelle constitui certamente a página mais brilhante de seu ministério, valendo-lhe o epíteto de "pai da Igreja reformada de La Rochelle", concedido por Lancelot de La Popelinière, um dos maiores literatos protestantes do século XVI[17]. Em sua *História Eclesiástica*, publicada anos mais tarde, em 1580, Théodore de Bèze, o principal sucessor de Calvino, não poupa elogios à atuação de Richer junto aos rochelenses, narrando os acontecimentos de 1559:

> *"Nesse tempo, então, Pierre Richer, retornando da América, onde ele tinha sofrido muito sob a tirania de Villegagnon, apóstata muito malvado e infeliz, veio a La Rochelle, onde ele encontrou cerca de cinquenta pessoas que tinham sido reunidas para o Senhor pelo ministério de La Fontaine e de La Place, dos quais falamos na história do ano anterior, o qual pequeno rebanho ele fortaleceu de tal maneira em tão pouco tempo, que um consistório com o resto da disciplina eclesiástica foi ali estabelecido, e esse começo foi tão favorecido por Deus, que em pouco tempo uma boa parte da cidade aderiu à Igreja do Senhor, abandonando as superstições da igreja romana, preparando assim o Senhor esse lugar, para fazer frente aos mais duros esforços de seus adversários."*[18]

---

[17] Cf. SAINT-AFFRIQUE, *op. cit.*, pp. 13-14, 17.

[18] BÈZE, Théodore de. *Histoire ecclésiastique des églises réformées au royaume de France*. Paris: Fischbacher, 1883, T. I, p. 164.

Muitas páginas à frente, Bèze ainda comenta:

> *"A ilha de Ré, situada a quatro léguas de Oléron, quase em La Rochelle, foi ao mesmo tempo visitada por Richer, ministro de La Rochelle, com tal favor de Deus, que aqueles que antes eram maravilhosamente depravados e semibárbaros como costuma ser toda a gente de marinha, requisitaram um ministro que desde então perseverou constantemente ali."*[19]

Como demonstra a obra de Bèze, nos anos que sucederam à experiência da França Antártica, Pierre Richer conseguiu consolidar uma reputação respeitável junto aos meios reformados franceses. De fato, os elogios de Théodore de Bèze foram publicados no ano mesmo da morte de Richer, falecido em 8 de março de 1580. Tal reputação parece ainda mais significativa por sua associação à cidade de La Rochelle, que constituiu um dos grandes bastiões da Reforma no reino francês durante as guerras de religião que assolaram a França entre 1560 e 1598.

Em 1571 – estando Richer ainda vivo – La Rochelle sediou a reunião conhecida como "Sínodo dos Príncipes", uma importante assembleia de pastores e nobres reformados franceses e estrangeiros, onde foi assinada a Confissão de Fé de La Rochelle, um dos mais importantes documentos da reforma francesa, que permaneceu por séculos como a principal profissão de fé do protestantismo francês. O presidente dessa importante assembleia era ninguém menos que o próprio Théodore de Bèze. Também é interessante notar que a cidade foi nessa época um importante polo de impressão, que muito contribuiu para a difusão do pensamento reformado[20].

No entanto, a cidade de La Rochelle desempenhou papel muito mais significativo para a Reforma francesa do ponto de vista político e militar, principalmente a partir de 1572, quando resistiu vi-

---

[19] *Idem*, p. 238.

[20] Cf. SAINT-AFFRIQUE, *op. cit.*, pp. 21, 23; JOUANNA, Arlette (org.). *Histoire et dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Robert Laffont,1998, pp. 189-190, 1217.

toriosamente a um longuíssimo sítio ocorrido na esteira do massacre de São Bartolomeu, tornando-se um ícone de valorosa resistência, perseverança e fidelidade à causa, sendo comparada à cidade de Libna, mencionada no Antigo Testamento por sua resistência contra o tirano Joram. Como porto muito bem fortificado, La Rochelle se tornou uma das principais ligações entre os huguenotes franceses e os protestantes dos Países Baixos. A cidade permaneceu como importante praça estratégica para os huguenotes até o reinado de Luís XIII, muito tempo depois do fim das sangrentas guerras de religião, por vezes servindo de refúgio a figuras importantes do movimento reformado, como Coligny, Jeanne d'Albret ou Henrique de Navarra. Em 1627 a cidade se rebelou contra a Coroa francesa, em aliança com protestantes ingleses; La Rochelle só sucumbiu após outro longo cerco, que durou quase um ano e constituiu um passo importantíssimo na carreira do Cardeal Richelieu – mas essa é outra história... Como vemos, retornando da Guanabara, Pierre Richer se associou de modo indelével à história de uma das cidades mais importantes para a Reforma na França[21].

Convém agora retornar ao ano de 1561, quando Pierre Richer publicou as duas versões de seu célebre panfleto *A refutação dos loucos devaneios, execráveis blasfêmias, erros e mentiras de Nicolas Durand, que se nomeia Villegagnon.*[22] Disponível em francês e em latim, o libelo visava tanto os eruditos quanto um público mais amplo. A obra de Richer possui muitos detalhes interessantes, cuja abordagem ultrapassaria o espaço disponível para o presente artigo, desse modo destacaremos apenas os detalhes que contribuam para a problemática proposta. Vale salientar que buscamos aqui muito mais que adivinhar

---

[21] Cf. SAINT-AFFRIQUE, *op. cit.*, p. 20; JOUANNA, *Histoire...*, *op. cit.*, pp. 178-181, 207-213; BÉLY, Lucien. *La France Moderne 1498-1789*. Paris: PUF, 2006, pp. 284-286; PETITFILS, Jean- Christian. *Louis XIII*. Paris: Perrin, 2008, pp. 629-630; ERLANGER, Philippe. *Richelieu*. Paris: Perrin, 2006, p. 393.

[22] RICHER, Pierre. *La réfutation des folles rêveries, exécrables blasphèmes, erreurs et mensonges de Nicolas Durand, qui se nomme Villegagnon: divisée en deux livres*. [Sem local ou editor], 1561. Em latim: RICHER, Pierre. *Libri duo apologetici ad refutandas naenias, et coarguendos blasphemos errores, detegendaque mendacia Nicolai Durandi qui se Villegagnonem cognominat* [sem local ou editor], 1561.

as intenções das refutações do ministro de La Rochelle, resgatar as condições de inteligibilidade em que seu texto se apresentava aos leitores da época, e as possibilidades de interpretação cabíveis em seu contexto específico de publicação.

Em primeiro lugar, convém abordar as motivações que Richer alegava para a publicação dessa obra polêmica. Logo no início do panfleto, o pastor acusava explicitamente o cavaleiro de Malta de ter sido recebido "pela puta romana" ao chegar da América, ou seja, de apostasiar a religião reformada[23]. Segundo ele, retornando da América, Villegagnon empregara "sua língua balbuciante para semear e espalhar suas maldições, ou melhor, latidos de cão raivoso". Richer dizia que Villegagnon chegara do Novo Mundo em condições miseráveis, e caíra em descrédito junto às pessoas virtuosas e honestas; assim, para garantir sua sobrevivência, "tomara deliberação de se vender aos furiosos adversários e perseguidores de Jesus Cristo, persuadindo-se que assim ele as poderia ter em favor"[24].

De fato, mal chegado à França, em 1560, Villegagnon publicara em latim uma obra de polêmica teológica, traduzida para o francês no ano seguinte, 1561. O panfleto do cavaleiro de Malta se voltava principalmente contra as teorias protestantes da Eucaristia, inclusive desafiando Calvino a um debate teológico. Richer zombava dessa pretensão, se questionando se "Calvino, ocupado com tantos estudos graves e santos, tem o lazer e o tempo livre para se preocupar com tais devaneios"[25]. A narrativa do pastor trabalha sempre no sentido de

---

[23] "*Reçu à son retour par la putain romaine*" (*Idem*, fl. 3).

[24] "*...[Villegagnon] revenu du Pole Antarctique, a loué et offert l`iniquité de sa langue babillarde, pour semer et épandre ses malédictions, ou plutôt abois de chien enragé [...] Car comme il était pauvre et affamé, il fallait, par nécessité, qu`il cherchât quelque manière et moyen de vivre. Il connaissait que toutes personnes honnêtes et vertueuses le fuyaient et avaient à mépris, donc pour dernier refuge il a pris cette délibération, de se vendre aux furieux adversaires et persécuteurs de Jésus Christ, se persuadant que par cela il les pourrait avoir pour favorables, et les apaiser de leur haine autrefois conçue contre lui*" (*Idem*, fl. 4).

[25] "*... c`est à savoir si Calvin occupé à tant de graves et saintes études, a ce loisir et temps opportun de se soucier de telles rêveries*". (*Idem*, fl. 6)

desacreditar Villegagnon nessa polêmica e na querela panfletária que se seguiu, apresentando motivações interesseiras para sua defesa da teologia eucarística católica. Por sinal, o ministro aprofundava esse argumento, desmentindo o cavaleiro de Malta, que afirmava ter retornado à França exclusivamente para combater a heresia reformada; segundo Richer, Villegagnon também teria deixado o Novo Mundo pura e simplesmente porque na Guanabara "esse infeliz e pobre miserável não tinha nada para comer e devorar[26].

Desse modo, antes mesmo de debater os argumentos teológicos apontados por Villegagnon, Richer já os deslegitimava a partir de sua motivação supostamente interesseira. Mais ainda, o pastor explicava que não escrevia por vontade própria, mas constrangido pelas circunstâncias:

> *"Quanto a mim, embora não fossem meus planos, fui constrangido a escrever pela importunidade dessa besta. Pois quando depois de muitos discursos e mutações de ar, de terra e mar, tendo maior tranquilidade e repouso, eu me exercia na vocação à qual Deus em sua singular graça e bondade me havia chamado, tomando prazer em ensinar a meus discípulos e ouvintes, esse execrável Polifemo veio perturbar meu pacífico exercício, pelo que fui constrangido a me preparar para receber seus impetuosos assaltos."*[27]

---

[26] "*De semblable folie et vanité est le mensonge de son retour en notre pays pour expressément batailler et contester contre nous. [...] Mais si ce roi déguisé pour jouer sa tragédie sur un théâtre peut être tiré plus près de la lumière, il sera contraint de de confesser, d`avoir quitté, sceptre, appareil royal et toute sa superbe outrecuidance pour ce que le malheureux et pauvre misérable n`avait plus rien pour manger et dévorer*"(*Idem*, fls. 30-31).

[27] "*Quant à moi, outre mon espérance, par l`importunité de cette bête, j`ai été contraint d`écrire. Car quand après plusieurs discours et mutations d`air, de terre et mer, ayant plus grande tranquillité et repos, je m`exerçais en la vocation à laquelle Dieu par sa singulière grâce et bonté m`avait appelé, en prenant plaisir d`enseigner mes disciples et auditeurs, cet exécrable Polyphème est venu pour donner trouble à mon paisible exercice, dont j`ai été contraint de me préparer à recevoir se impétueux assauts*". (*Idem*, fls. 4-5)

De fato, como vimos, Richer se dedicava a seu ministério em La Rochelle desde 1559, mas mesmo assim se predispunha a responder ao embate teológico lançado pelo cavaleiro de Malta, demonstrando certa surpresa em ter sido também desafiado por Villegagnon:

> *"Mas não sei como esse ultrajante gigante, esquecendo os esgrimistas mais fortes e robustos [...] preparou e endereçou suas armas e todas suas forças contra mim sozinho, culpável e desprovido de meios, certamente ele não fez essa empresa para buscar triunfal e gloriosa vitória contra mim, o qual ele sempre teve em pequena e abjeta reputação, não me estimando digno de que ele medisse forças comigo, mas ele pensou que receberia um grande acréscimo de honra, se tendo assaltado um homem de pequena valia, ele provocasse com injúrias e calúnias João Calvino, homem tão louvável e de tão santa autoridade na união cristã."*[28]

Mais adiante, desenvolvia o mesmo tema, afirmando que só tomou parte contra as publicações de Villegagnon por pressão de seus amigos,

> *"...pois eles estimavam que uma tão grande audácia e louca arrogância de homem pernicioso contra João Calvino, religioso profeta de Deus, só poderia ser melhor rechassada por aquele que, por um divino benefício tinha neste caso causa conjunta com ele."*[29]

---

[28] "*Mais je ne sais comment cet outrageux géant, en oubliant les plus forts et robustes escrimeurs, (avec non sans effusion de sang il devait combattre) a préparé et addressé ses armes, et toutes ses forces, contre moi seul, incoulpable et dépourvu, certainement il n'a fait cette entreprise pour chercher triomphale et glorieuse victoire sur moi, lequel il a toujours tenu en petite et abjecte réputation, ne m`estimant digne, qu`il éprouvât ses forces contre moi, mais il a pensé qu`il recevrait un grand accroissement d`honneur, si ayant assailli un homme de petit prix, il provoquait d`injures et calomnies Jean Calvin, homme tant louable et de tant sainte autorité en l`union chrétienne*".

[29] "*...car ils estimaient qu`une si grande audace et folle arrogance d`homme pernicieux contre Jean Calvin, religieux prophète de Dieu, ne pouvait être mieux repoussée que par celui, qui par un divin bénéfice avait en cette affaire la cause conjointe avec lui*". (*Idem*, fl. 76).

O emprego de tais argumentos procura o tempo todo reforçar a associação entre Richer e Calvino, constituindo nessa polêmica, nas palavras do ministro, uma "causa conjunta". Todavia, vale questionar até que ponto, naqueles anos posteriores à experiência da Guanabara, essa causa era realmente "conjunta". Nesse sentido, cabe destacar a indiferença de Calvino e da comunidade de Genebra perante os desafios de Villegagnon, devidamente registrada nas minutas do conselho da cidade. Da mesma forma, o próprio texto de Richer jamais afirma uma ligação direta entre o reformador e sua iniciativa de redigir uma refutação contra o cavaleiro de Malta; na vasta correspondência de Calvino, em boa parte preservada, não há qualquer indício nesse sentido. Tudo indica, na verdade, que a relação entre Richer e o reformador sempre foi distante.

Segundo toda aparência, essa "causa conjunta" interessava muito mais a Richer do que a Calvino. Por outro lado, o esforço do pastor de La Rochelle em caracterizar sua disputa com Villegagnon como uma causa defendida conjuntamente ao lado de Calvino parece apontar no sentido de uma legitimação de sua posição perante os meios reformados franceses e, possivelmente, diante de sua própria congregação em La Rochelle. A correspondência de Calvino parece deixar muito claro que a reputação de Chartier e Richer sofrera considerável abalo pelas repercussões do episódio da França Antártica.

Não à toa, Richer faz questão de salientar que as opiniões atribuídas por Villegagnon aos genebrinos foram forjadas "em sua bigorna doméstica [...] e essas coisas que ele nos atribui, não somente ele mentiu que nós as tenhamos divulgado em seu reino magnífico, mas também que nós as tenhamos defendido [...]".[30] Richer ainda acusava seus adversários de haverem distorcido suas palavras, extraindo e descontextualizando suas palavras nas homilias que havia feito no novo mundo[31]. Segundo Saint-Affrique, a Bibliotheca Carmelitana registra a existência do manuscrito *Briefs sommaires de la tradition de Cal-*

---

[30] "*sur son enclume domestique [...] et ces choses qu`il nous attribue, non seulement il a menti que nous les ayons publiées en son royaume magnifique, mais aussi que nous les ayons défendues...*" (*Idem*, fl. 108).

[31] *Idem*, fl. 32.

vin, que Richer teria redigido na Guanabara, mas ele não faz qualquer menção a esse manuscrito em sua *Réfutation*[32]. De qualquer forma, o ministro de La Rochelle se dá ao trabalho de repertoriar, capítulo por capítulo, as opiniões que Villegagnon teria falsamente atribuído à comitiva genebrina na Guanabara, dedicando-se, em seguida, a expor seu ponto de vista sobre os pontos em questão, de modo a deixar clara sua ortodoxia. Além disso, o autor recorre ao testemunho de terceiros: "as orelhas dos santos observadores da cristã piedade podem apresentar suficiente testemunho, que sempre me ouviram falar disso contra a magistratura e poder de Durand"[33]. Ao que parece, Richer necessitava comprovar sua fidelidade à ortodoxia calvinista não apenas por meio de seu livro, publicado em 1561, mas também desde seu retorno do Novo Mundo, em 1559, razão pela qual convoca esses testemunhos em seu favor. A mera necessidade expressa por Richer de se defender dessas acusações sugere que alguém efetivamente lhes desse ouvidos nos meios reformados.

Podemos imaginar o peso que tais acusações adquiriam, especialmente considerando a recente conversão de Richer e seu passado como membro de ordem monástica e teólogo formado pela Sorbonne. Ao longo de sua refutação, o ministro procura constantemente associar Villegagnon ao pensamento "dessas loucas cabeças, os mestre da escola de Paris", também qualificados como "ministros de Satã e sofistas da Sorbonne". Os argumentos do cavaleiro de Malta são tirados do "lixo sorbônico" e suas opiniões eram supostamente aprovadas "pelos velhos jarros de vinho da Sorbonne". Discorrendo sobre a encarnação de Cristo, o ministro de La Rochelle se dirige a Villegagnon: "por que não acrescentas ainda, também dos tesouros da Sorbonne, que Jesus Cristo pôde tomar a carne de um asno, ou a semelhança de uma abóbora?" Desse modo, Richer opera uma dupla manobra retórica: ao salientar constantemente as vinculações entre as opiniões de Villegagnon e os posicionamentos teológicos da Sorbonne, o pastor

---

[32] Cf. SAINT-AFFRIQUE, *op. cit*., p. 18.

[33] "*les oreilles des saints observateurs de la chrétienne piété en peuvent porter suffisant témoignage, qui toujours m`ont ouï parler de cette chose contre le magistrat et puissance de Durand*". (RICHER, *op. cit.*, fl. 33)

não apenas apela para a desqualificação do cavaleiro de Malta com argumentos que poderíamos dizer "*ad institutionem*", mas também demarca seu próprio distanciamento em relação à escola teológica onde ele mesmo se formara, de modo a sublinhar seu compromisso para com a teologia reformada, de modo a evitar dúvidas sobre a solidez de sua conversão[34].

Em sentido oposto, Richer compara Villegagnon a Michel Servet em suas opiniões sobre a natureza do Cristo, destacando, todavia, que Servet utilizara argumentação mais sutil que o cavaleiro de Malta[35]. Essa comparação parece bastante interessante, na medida em que Servet era figura polêmica entre os meios reformados, particularmente em Genebra e entre os seguidores de Calvino. A celebridade de Servet hoje em dia deriva menos de suas opiniões teológicas que do fato de ter sido condenado à morte por heresia em Genebra. Defensor da teologia unitária (isto é, renegando a Santíssima Trindade), Servet foi condenado à morte em 1553, pelo Conselho de Genebra. Vale destacar que Calvino não teve envolvimento direto com o processo de Servet. Contudo, o teólogo francês Sébastien Castellion, que também buscara refúgio em Genebra, publicou um ano depois um livro questionando o tratamento aos hereges, onde censurava severamente a condenação e a execução de Servet, como um ato de barbárie cometido por cristão contra cristão. Nos anos seguintes, Castellion se tornou encarniçado adversário de Calvino, pregando contra ele em solo genebrino. Em suma, percebemos que a comparação entre Villegagnon e Servet implicava profundas ressonâncias entre os meios reformados franceses e genebrinos, contribuindo para consolidar o posicionamento de Richer dentro de uma ortodoxia reformada que se tornava cada

---

[34] "*ces folles têtes, les maîtres de l`école de Paris"; "ministres de Satan et des sophistes de Sorbonne"; "ordure sorbonnique"; "Voilà les belles et graves sentences et dits mémorables de ce grand Roi Antarctique, et calomniateur Durand, approuvés par ces vieux vaisseaux à vin de Sorbonne"; "que n`ajoutes tu aussi des trésors de Sorbonne, que Jésus Christ a pu prendre la chair d`un âne, ou la semblance d`une courge?*" (*Idem*, fls. 32, 85, 103, 126, 166).

[35] "*Car Durand a aussi cela de commun avec Servet, naguère condamné d`hérésie e impiété, en ce qu`il songe que la chair de Jésus Christ a été céleste et divine, mais Servet explique plus subtilement son mensonge [...]*" (*Idem*, fl. 134).

vez mais fortemente centrada em torno de Calvino; a refutação de Richer não apenas demarcava seu distanciamento em relação ao catolicismo, mas também em relação às correntes reformadas que se afastavam da proposta teológica e eclesiológica de Calvino[36].

Nesse sentido, cabe observar que Richer publicava seu libelo em 1561, ano crucial para as polêmicas religiosas na França, devido à celebração do famoso Colóquio de Poissy, organizado pela iniciativa do chanceler Michel de l`Hôpital e da regente Catarina de Médici. O colóquio, que corria em paralelo à organização do Concílio de Trento, era uma tentativa de promover o debate entre católicos e reformados, de modo a estabelecer uma solução de compromisso em torno das polêmicas teológicas, com a finalidade de restabelecer a unidade religiosa no reino. O colóquio foi um grande fracasso, devido à intransigência de todas as partes envolvidas. Um dos temas mais polêmicos foi a questão da eucaristia; desde sua fala de abertura, Théodore de Bèze, enviado por Calvino, fez questão de salientar que esse ponto estava além de qualquer compromisso, com sua categórica afirmação de que a presença real de Cristo estava tão longe da hóstia quanto o céu da terra. De qualquer forma, 1561 foi o ano em que se tornou muito claro para a maioria dos franceses que a curto prazo não havia esperanças de um retorno à unidade religiosa, fazendo com que os grupos se vissem cada vez mais entrincheirados em suas respectivas posições. Assim, percebemos que o cuidado demonstrado por Richer em demarcar seus posicionamentos de modo claro e rígido correspondia ao espírito da época[37].

Essa necessidade de marcar posição parece bem clara na versão de Richer sobre a ruptura definitiva entre Villegagnon e os genebrinos durante uma discussão em que o cavaleiro de Malta teria ofendido pessoalmente a figura de Calvino: "[...] esse furioso Polifemo ciclopiano veio a ameaças, violências e injúrias, chamando Calvino de herético, que não tendo podido espalhar e publicar sua falsa doutrina

---

[36] Cf. JACOBY, Russell. *Bloodlust – On the roots of violence from Cain and Abel to the present*. Nova York: Free Press, 2011. pp. 17-19; VIAL, *op. cit.*, pp. 45-47.
[37] Cf. JOUANNA, *Histoire...*, *op. cit.*, pp. 87-91, 1210.

na cristandade, lhe tinha enviado seus falsos profetas". [38] A resposta atribuída ao Senhor Du Pont pela narrativa de Richer tem tons de fúria profética, dignos do Antigo Testamento:

> *"Tu mentiste contra teu chefe [o rei], contra o santo Evangelho de Deus e contra JESUS CRISTO, ó impostor, filho da perdição, ao ofender assim esse santo e verdadeiro profeta de Deus [Calvino], por tuas execráveis maldições e blasfêmias! Mas tome cuidado para que isso não aconteça outra vez, pois se tu voltas a esse vitupério e injúria, tu sentirás por minhas mãos a ira vingadora de Deus."*[39]

Finalmente, depois desse desentendimento, Villegagnon teria deixado de frequentar os cultos conduzidos pelos genebrinos. Vale notar que, ao contrário do que registram as narrativas de outros autores huguenotes, como Jean Crespin e Jean de Léry, a ruptura definitiva em Richer deriva menos da querela teológica sobre a eucaristia que da reação dos genebrinos à ofensa *pessoal* contra Calvino. É tentador imaginar que essa briga "ad hominem" seria uma versão mais fiel do ocorrido, mas talvez seja uma dedução precipitada – e, no fim das contas, está além de qualquer confirmação possível. Nesse sentido, é mais interessante observar que a opção de Richer por colocar o reformador em papel tão destacado talvez derivasse de sua necessidade de reaproximação junto aos segmentos reformados que então gravitavam em torno de Calvino.

Concluindo essa análise, convém observar que a *Refutação* publicada por Richer corresponde não apenas às disputas acontecidas na Guanabara, mas também – talvez principalmente – às condições de seu retorno à França, onde procurava se reintegrar aos meios re-

---

[38] "*...ce furieux Polyphème cyclopéen vint aux menaces, violences et injures, appelant Calvin hérétique, qui n`ayant eu pouvoir d`épandre et publier sa fausse doctrine par la chrétienté, lui avait envoyé ses faux prophètes*" (RICHER, *op. cit.*, fl. 27).

[39] "*Tu as menti contre ton chef, contre le saint Évangile de Dieu et contre JÉSUS CHRIST, ô imposteur, fils de perdition, de blâmer ainsi ce saint et véritable prophète de Dieu, par tes exécrables malédictions et blasphèmes! Mais donne toi garde que cela ne t`advienne une autre fois, car si tu retournes à ce vitupère et injure, tu sentiras par mes mains l`ire vengeresse de Dieu*" (*Idem*, fl. 27).

formados, onde sua reputação se encontrava abalada, bem como em consolidar sua posição à frente da recém-formada congregação de La Rochelle. A julgar pelas afirmações de Théodore de Bèze em sua *História Eclesiástica*, Pierre Richer foi bem-sucedido em seus intentos.

Por fim, esse texto pretende lembrar que, apesar de sua curtíssima duração, a experiência francesa na Guanabara e suas posteriores repercurssões na França ainda apresentam muitos meandros por explorar, nesse sempre intrigante universo da França Antártica[40].

Referência Bibliográficas

TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Entre Genebra e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.

TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Da Guanabara ao Sena*. Niterói: EdUFF, 2011.

VIAL, Marc. *Jean Calvin – Introduction à sa pensée théologique*. Genebra: Musée International de la Réforme, 2008, p. 15.

SAINT-AFFRIQUE, Olga de. *Pierre Richer de Lisle – Disciple de* Calvin. La Rochelle: Musée Rochelais d'Histoire Protestante, 2009.

JOUANNA, Arlette *et alii*. *France de la Renaissance – Histoire et dictionnaire*. Paris: Robert Laffont, 2001, pp. 761-762.

SESÉ, Bernard. *Teresa de Ávila*. São Paulo: Paulinas, 2008.

PEDROSA-PÁDUA, Lúcia. *Santa Teresa de Jesus – Mística e humanização*. São Paulo: Paulinas, 2015.

SZCZECH, Nathalie. Fabrique et usages de l'image de Genève dans les écrits de Calvin, *in Histoire, écologie, anthropologie. Trois générations face à l'oeuvre d'Emmanuel Le Roy Ladurie*, Paris, Presses universitaires de Paris-Sorbonne, 2011, pp. 133-154

LIECHTENHAN, Francine-Dominique (org.). *Histoire, écologie et anthropologie. Trois générations face à l`oeuvre d`Emmanuel Le Roy Ladurie*. Paris: PUPS, 2011, pp. 133-154.

---

[40] Agradeço ao prof. Paulo Knauss pelo convite para apresentar a versão original desse trabalho no *Seminário 460 anos da França Antártica* e, muito especialmente, à Sr.ª Janick Pilot e à Association des Amis du Musée Rochelais d'Histoire Protestante, pela gentileza de enviar um exemplar do livro de Olga de Saint-Affrique.

BÈZE, Théodore de. Histoire ecclésiastique des églises réformées au royaume de France. Paris: Fischbacher, 1883, T. I, p. 164.

JOUANNA, Arlette (org.). *Histoire et dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Robert Laffont,1998, pp. 189-190, 1217.

BÉLY, Lucien. *La France Moderne 1498-1789*. Paris: PUF, 2006, pp. 284-286.

PETITFILS, Jean- Christian. *Louis XIII*. Paris: Perrin, 2008, pp. 629-630.

ERLANGER, Philippe. *Richelieu*. Paris: Perrin, 2006, p. 393.

RICHER, Pierre. La réfutation des folles rêveries, exécrables blasphèmes, erreurs et mensonges de Nicolas Durand, qui se nomme Villegagnon: divisée en deux livres. [Sem local ou editor], 1561.

JACOBY, Russell. *Bloodlust – On the roots of violence from Cain and Abel to the present*. Nova York: Free Press, 2011. pp. 17-19; VIAL, *op. cit*., pp. 45-47.

Resumo

O artigo trata da história de Pierre Richer, pastor reformado que veio de Genebra para a colônia da Guanabara, e que desempenhou destacado papel nas polêmicas que posteriormente se estabeleceram na França, acerca do experimento colonial, ressalta os desentendimentos com Villegagnon e conclui acerca da importância de novas pesquisas.

Palavras-chave: Pierre Richer; França; Guanabara; Religião.

Abstract

O artigo trata da história de Pierre Richer, pastor reformado que veio de Genebra para a colônia da Guanabara, e que desempenhou destacado papel nas polêmicas que posteriormente se estabeleceram na França, acerca do experimento colonial, ressalta os desentendimentos com Villegagnon e conclui acerca da importância de novas pesquisas.

Keywords: *Pierre Richer; France; Guanabara; Religion.*

Recebido em 15 de dezembro de 2015. Aprovado em 4 de janeiro de 2016.

PERO DE VILA NOVA, O FRANCÊS QUE SE INTEGROU AO MUNDO COLONIAL PORTUGUÊS

Paulo Knauss[1]

Nas leituras históricas da experiência colonial da França Antártica, o entendimento dos acontecimentos enfatiza sobremaneira o papel das lideranças e personalidades de saber. Genericamente podemos caracterizar que a colônia francesa se dividiu em três grupos, tendo como fato marcante uma querela religiosa que complexifica a imagem de senso comum de colônia huguenote da França Antártica.

Segundo narra Jean de Léry, a França Antártica se dividiu após duas ceias, quando se desenvolveu uma disputa teológica entre o comandante Villegagnon, os pastores huguenotes e Jean Cointa, Senhor de Boles, reunindo assim os homens de saber da colônia francesa. O último era um homem de armas e letrado, que segundo o mesmo cronista se dizia doutor da Sorbonne. Os pastores possuíam naturalmente reconhecida formação teológica. Villegagnon, por seu turno, era não apenas investido como Cavaleiro da Ordem de Malta, mas também havia sido antigo colega de universidade de João Calvino. O encontro destes personagens conduziu a uma discussão doutrinária tensa acerca da transubstanciação e consubstanciação do pão e do vinho da eucaristia. Segundo Léry a discordância teológica revelou a posição clara dos ministros protestantes de que a máxima "este é o meu corpo, este é o meu sangue" era uma imagem figurada. Ao contrário, Villegagnon e Cointa a consideravam pelo efeito mágico que de fato promovia o contato com o corpo e o sangue de Cristo.

Interessa aí destacar o fato de que a querela teve consequências ao dividir a colônia em grupos identificados por suas lideranças,

---

[1] Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (Biênio 2014-2015).

ou três partidos coloniais, como prefiro dizer: o partido de Villegagnon; o partido dos pastores calvinistas; e o partido de Jean Cointa, Senhor de Bolés.

Cada um desses grupos se recolheu em áreas diferentes da França Antártica. Cada um desses grupos se identifica por suas lideranças, mas igualmente pelos espaços diferentes da França Antártica que terminaram constituindo. O partido de Villegagnon, identificado pelo projeto de Henriville, manteve-se na ilha com o comandante e pressupondo sua hegemonia sobre os nativos da terra. O grupo liderado pelos calvinistas terminou se retirando para o continente, localizando-se no local que Léry chamou de La Briqueterie, ou a Olaria. Em relação aos nativos, os huguenotes praticavam uma pedagogia da conversação, tal como indica Frank Lestringant, que caracterizava um diálogo de consciências e permitia uma convivência sem que os mundos sociais se mesclassem, mantendo a devida distância entre o cristianismo dos europeus e o gentilismo dos nativos da terra do Novo Mundo. Por fim, o terceiro partido que se formou no seio da França Antártica se identificou pela liderança de Jean de Cointa, ou Senhor de Bolés. Ainda que nos faltem elementos para caracterizar quantos homens compunham este grupo, sabemos que se retiraram da ilha sob o comando de Villegagnon, mas também não foram compartilhar a convivência com o grupo liderado pelos pastores protestantes. Os homens deste grupo se juntaram aos índios do continente, passando a viver sob as condições de vida da gente da terra. Aproximaram-se, então, da gentilidade, expressão de época que caracterizava a marca da adoção dos hábitos indígenas. Portanto, a ordem territorial traduziu formas diferentes de se relacionarem com a população nativa, caracterizando a diversidade dos sentidos do projeto colonial que envolvia os grupos de franceses na Guanabara.

O fato de que para o conhecimento do projeto colonial francês na baía de Guanabara desenvolvido entre 1555 e 1560 recorremos principalmente às fontes escritas de época, condiciona a memória dos acontecimentos, afinal, os autores das narrativas que nós conhecemos eram letrados de boa formação e que se dedicaram ao debate sobre os

significados da experiência colonial e sobre o papel de cada uma das lideranças destacadas.

Por consequência, nós sabemos muito pouco sobre os personagens comuns da experiência colonial francesa quinhentista na baía de Guanabara, que não se destacaram seja como liderança seja pela sua produção letrada. Enquanto os destinos de Villegagnon, Pierre Richer e Jean de Cointa, assim como o de André Thevet e Jean de Léry são conhecidos, tendo suas opiniões registradas em seus escritos, nada sabemos, por exemplo, sobre o destino dos encarcerados na França que ganharam liberdade em troca de seu engajamento na expedição organizada pelo comandante Villegagnon e que seguramente não participavam da cultura letrada e por isso não deixaram o seu registro dos acontecimentos que envolveram a experiência colonial na baía de Guanabara.

O enfoque na rivalidade da disputa colonial entre franceses e portugueses e seus desdobramentos na baía de Guanabara insiste na rivalidade entre estados colonizadores e na oposição dos atores que servem ao Estado, como o comandante Nicolas Durand de Villegagnon, e os que confrontam a ordem social definida em favor do fortalecimento do Estado, como no caso dos huguenotes que se transferiram para a França Antártica sob a liderança do pastor Pierre Richer. Essa leitura do processo histórico evita a percepção da experiência da gente comum, dos homens e mulheres que não participam da construção da ordem social sob controle do estado diretamente.

É nesse contexto que a história do francês Pero de Vila Nova é elucidativa. É por meio da Inquisição portuguesa que se tornou possível conhecer esse personagem inusitado da França Antártica, não pela sua excepcionalidade ou por sua capacidade autoral, mas justamente por não ter escrito nada sobre sua vivência pessoal e nem apresentar uma reflexão política ou filosófica sobre sua visão do Novo Mundo. Sua singularidade reside justamente no fato de poder ser representante do destino do homem comum da experiência colonial francesa na baía de Guanabara.

Mas, contraditoriamente, Pero de Vila Nova mesmo tendo vindo para o Novo Mundo engajado em um projeto colonial específico, sua trajetória evidencia que foi possível que ele ultrapassasse a fronteira da rivalidade dos estados colonizadores europeus e passasse a viver no mundo colonial da Coroa rival que o conduziu pela travessia oceânica. A indicação do destino e trajetória deste personagem histórico consta no livro da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591-1592), conhecido também como Confissões da Bahia, e publicado pela primeira vez no início do século XX por Capistrano de Abreu. Surpreende ainda o fato de que na mesma fonte de época também há referência a outros franceses denunciados ao Santo Ofício, tal como nosso Pero de Vila Nova, e que chegaram ao Brasil por meio da experiência colonial da França Antártica. O destino de Pero de Vila Nova conhecemos um pouco mais que dos outros por termos localizado o processo inquisitorial na Torre do Tombo em Lisboa.

A partir destas fontes, sabemos que Pero da Vila Nova foi um francês nascido em Provins e diz-se que era filho do cavaleiro Nicolau de Colenhi. Nota-se nestas referências certas raras coincidências, pois a cidade indicada como lugar de nascimento de Vila Nova é a mesma cidade de Villegagnon. Além disso, a indicação da paternidade sugere parentesco com o almirante Coligny, mas que não tinha o pré-nome indicado. O prenome indicado, no entanto, era o mesmo de Villegagnon. Observa-se, portanto, uma possível confusão de dados, no que se refere à caracterização do denunciado da Inquisição. Importa que, diante do Santo Ofício, o suplicante depôs informando ainda que era filho de Nicola Simonheta, ressaltando que sua mãe e pai eram franceses católicos. Evidentemente este dado, diante do Santo Ofício, era fundamental, mas, por outro lado, pode-se imaginar que a geração anterior à de Pero de Vila Nova ainda não havia sido envolvida pelas posições religiosas da Reforma religiosa. A genealogia católica de Pero de Vila Nova era reforçada no seu depoimento ao Santo Ofício ao destacar que era casado com Leonor Marques de Mendonça, que se distinguia pela qualidade de ser cristã-velha.

Segundo os autos do processo existente na Torre do Tombo, importa ressaltar o fato de que o Pero de Vila Nova veio para o Brasil

em 1557, na 2ª expedição de colonos da França Antártica, comandada por Bois-le-Comte, chamado de Debuella Conte (sic) nos autos, quando tinha cerca de 20 anos. No livro das confissões se destaca que o comandante era católico, assim como outros senhores mencionados, entre eles De Bolex, que certamente é referência ao Senhor de Bolès, Jean de Cointha. Ao lado disso, indica-se que a maior parte dos passageiros eram luteranos. Nos autos pessoais, por sua vez, registra-se que durante esta viagem foi quando conviveu com "luteranos", como são caracterizados em termo genérico nos autos os calvinistas protestantes. Assim, evidencia-se que o colono francês integrou a mesma expedição que trouxe o grupo de calvinistas sobre a liderança do pastor Pierre Richer e, portanto, não fez parte do grupo dos primeiros colonos que vieram com o comandante Villegagnon. Por outro lado, a divisão religiosa da tripulação de bordo procura situar o personagem histórico ao lado dos católicos, o que sem dúvida deve ser entendida no contexto inquisitorial do depoimento de 1592. De todo modo, a expedição de Pero de Vila Nova é a mesma que a do jovem genebrino Jean de Léry, que se notabilizou como cronista da experiência colonial francesa na baía de Guanabara e um dos autores fundamentais para o desenvolvimento da teoria do bom selvagem sobre os índios do Novo Mundo. Além disso, cabe destacar que Pero de Vila Nova teria declarado que

> *"os luteranos eram mais e mais poderosos que os católicos, começaram a espalhar seus livros luteranos e semear sua doutrina luterana, fazendo escolas públicas de sua seita luterana, constrangendo e forçando com açoites a todos os moços e mancebos de pouca idade que fossem às ditas escolas e doutrinas."*

Consta ainda que Pero de Vila Nova, jovem naquela altura, teria frequentado as tais escolas nove ou dez dias afirmando que "foi as ditas vezes às ditas escolas com medo de lhe fazerem mal". Não se pode duvidar que esse depoimento é comprometido pelas suas condições, mas fica claro a leitura de que os huguenotes da colônia não eram inexpressivos.

Em sua confissão consta que teria vivido na ilha do forte Coligny cerca de 11 meses. Segundo os autos, depois de conviver sob im-

posições dos chamados "luteranos", o depoente mencionou a querela sobre o pão e o vinho e que dividiu a colônia. Assim, seu depoimento também sublinha o evento-chave no desenrolar dos acontecimentos da França Antártica e que foi decisivo para seu enfraquecimento. Segundo consta, Pero de Vila Nova abandonou a ilha e passou nove ou dez meses vivendo com os índios, chamados "negros gentios" no processo, antes de "fugir para os cristãos portugueses", tal qual se diz nos autos. Assim, Pero de Vila Nova acompanha o percurso de João de Bolès, seguindo os mesmos passos que o conduziram a se aproximar da gentilidade, ou seja, do modo de vida comum ao gentio indígena. Tal como João de Bolés, ou Jean de Cointa, Pero de Vila Nova também deixou assim o grupo sob o comando de Villegagnon, tampouco se uniu ao grupo de huguenotes ligados à Igreja de Genebra, e, depois de viver entre índios, terminou apoiando a reação portuguesa contra os franceses na baía de Guanabara. Sabe-se ainda pelas Confissões da Bahia que Pero de Vila Nova viveu entre os índios entre 9 ou 10 meses, tendo perdido a noção de quando era domingo, e ao não saber que dia era, não sabia se estava na Quaresma, o que justifica que tenha comido carne em dias que Igreja interdita seu consumo.

Ao contrário de João de Cointa, porém, Pero de Vila Nova se integrou e foi absorvido no processo de construção do mundo colonial lusitano. A Inquisição demorou a pegá-lo, e terminou por liberar o colono de origem francesa ao final do processo com a pena de fazer a abjuração de Levi e com a obrigação de se confessar, devendo respeitar as penas colocadas por seus confessores, conforme consta nos autos. [2]

Assim, a trajetória de Pero de Vila Nova surpreende ao indicar que os colonos da França Antártica terminaram por participar do projeto colonial rival, demonstrando seu descompromisso com a política dos estados colonizadores rivais e revelando um traço possí-

---

[2] Registro meus agradecimentos a Rogério Ribas, meu colega no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, que localizou este processo no Arquivo da Torre do Tombo e trouxe em microfilme. A leitura, no entanto, foi permitida ainda pela transcrição de Rodrigo Bueno Abreu, que utilizou o documento em sua monografia de Bacharelado na mesma universidade. Aos dois colegas devo minha gratidão.

vel da gente colonial menos engajada na ordem dos estados do que se pressupõe, em geral.

Sobre Pero de Vila Nova, certo é que se tratava de um francês que se encontrava vivendo no Brasil em 1592, época de sua confissão, quando tinha cerca de 55 anos. Vivia como morador de Sergipe do Conde, que foi um engenho instalado em 1563, que pertenceu ao governador-geral Mem de Sá, que o menciona em seu testamento e que ficava localizado na capitania da Bahia, em terras que se situam na região entre os atuais municípios de São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação e Saubara. Não se pode deixar de considerar que Mem de Sá foi o propulsor da Guerra da Guanabara que caracterizou a reação portuguesa contra a presença francesa na região do Rio de Janeiro. O destino fez com que um dos trabalhadores de seu engenho tenha sido justamente um colono francês que integrou a expedição naval combatida pelo governador dono de engenho.

Em sua confissão, Pero da Vila Nova menciona ainda dois outros nomes que também teriam ficado no Brasil: Martim Paris, que, segundo consta, em 1592, diziam estar casado no Rio de Janeiro, e André de Fontes, que viveria casado em São Vicente. Sobre André Fontes sabemos pouco, mas sobre Martim Paris sabemos que teve trajetória similar à de Pero da Vila Nova, deixando a colônia francesa da Guanabara, aliando-se a portugueses e apoiando sua reação contra as forças de rivais colonizadores sob o comando de Villegagnon. Graças aos seus serviços recebeu a sesmaria cujos limites coincidiam com as terras doadas para a criação do aldeamento de São Lourenço, e que é considerado a origem do povoamento de Niterói. Neste caso, porém, há que se admitir que o francês Martim Paris já havia se estabelecido na mesma região.

Estes nomes, tal como o de Pero da Vila Nova, caracterizam-se pela ausência da marca do personagem do saber, por contraste com as lideranças da França Antártica. Não há notícias de que tenham estudado em universidade, ou que tenham tido formação teológica específica. Nesse sentido, distinguem-se de Villegagnon, Richer e Cointa. Mas possuem uma característica inusitada: estabeleceram-se e enrai-

zaram-se nas terras do Brasil, encontrando o seu lugar nos interstícios do mundo colonial português. Sem lugar para um projeto colonial arquitetado pelo discurso intelectual, estes homens comuns da colonização da terra do Brasil ocuparam um espaço social próprio no Novo Mundo que se constituía como rascunho de um processo histórico.

Referências Bibliográficas

LÉRY, Jean. *História de uma viagem feita à Terra do Brasil. In Emerson Santiago*. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k580169/f1.image.langPT>. Disponível em <http://www2.lib.virginia.edu/exhibits/gordon/renworld/lery.html#histoire>

THEVET, Andre. *Les singularites de la France Antarctique, autrement nommée Amerique, & de plusieurs terres et isles decouvertes de nostre temps*. Paris:1557.

ABREU, Capistrano. *O descobrimento do Brasil. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu*. 1929.

VAINFAS, Ronaldo. *Confissões da Bahia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1º de janeiro de 1997.

Microfilme do processo de Pero de Vila Nova. Arquivo da Torre do Tombo. Lisboa.

Resumo

O artigo trata da história do francês Pero de Vila Nova, personagem inusitado da França Antártica, não pela sua excepcionalidade ou por sua capacidade autoral, mas justamente por não ter escrito nada sobre sua vivência pessoal e nem apresentar uma reflexão política ou filosófica sobre sua visão do Novo Mundo. Sua singularidade reside justamente no fato de poder ser representante do destino do homem comum da experiência colonial francesa na baía de Guanabara.

Palavras-chave: Pero de Vila Nova; França; Guanabara; Singularidade.

Abstract

This article is about the french Pero de Vila Nova's history, unusual character on the França Antártica, not for his exceptionality nor his authorial capacity, but for not having written about his personal experience nor presenting a reflexion over politics or filosophy about his visions over the Novo Mundo. His singularity resides on the fact that he was a regular man on the french colony at the baía de Guanabara.

Keywords: *Pero de Vila Nova; France; Guanabara; Singularity.*

Recebido em 15 de dezembro de 2015. Aprovado em 4 de janeiro de 2016.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

ARTIGOS

"SE EU FOSSE O PREFEITO": COMO MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, FUNDADOR DO IBGE, ATENDEU AO PEDIDO DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL, JOÃO CARLOS VITAL, EM 1951

Nelson de Castro Senra[1]

Teixeira de Freitas, em carta ao educador Fernando de Azevedo, em 5 de junho de 1951, lhe diz que após ouvi-lo discursar na posse do novo presidente do IBGE, o general Polli Coelho, João Carlos Vital, que recém-assumira a prefeitura do Distrito Federal[2], o surpreendera com o que considerava "um estranho pedido", que lhe escrevesse uma carta onde lhe dissesse o que faria "se eu fosse o prefeito". Esse pedido ocorrera em 2 de maio, e João Carlos Vital assumira a prefeitura em 24 do mês anterior. Pois no momento em que relatava aquele fato a Fernando de Azevedo, Teixeira de Freitas já estava a meio caminho de atender ao pedido do Prefeito, e o faria em carta enviada a 6 de julho seguinte. Não uma carta qualquer, mas antes uma carta longa e minuciosa, em 36 páginas datilografadas[3], e diz a Fernando de Azevedo de que forma a faria, não exatamente se imaginando o prefeito, pois que sabia ser uma hipótese impossível, "mas não hesitarei em dizer o que eu gostaria de ver realizado pelo Prefeito", e assim conclui o assunto:

---

[1] Doutor em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador e Professor no IBGE. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

[2] Sucedia a Ângelo Mendes de Morais, que fora prefeito de 16 de junho de 1947 a 24 de abril de 1951.

[3] Sua letra era horrível, e ele o admitira em várias ocasiões, razão por que datilografava sua correspondência. E tinha por hábito guardar cópia de todas as cartas que enviava, o que hoje facilita as pesquisas.

> *"Confio em Vital como administrador; temo, todavia, que não me compreenda bem, ou, se compreender, não se anime – pelo menos como seria mister – a tomar as iniciativas que propugno. Todos desejam uma nova ordem de cousas, mas quando se trata de "tocar" na desordem vigente, sobrevém o temor a uma inibição absoluta. Apesar de tudo, porém, é o Vital no momento, o "homem" em que podemos depositar esperanças."* (FREITAS, 1951, p. 2)

Enfim, na carta ao prefeito Teixeira de Freitas começa por dizer que por algum tempo pensou que o pedido não fora feito a sério. Mas acabou por não resistir e considerou como algo sincero, e ficou a pensar como o atenderia. De que forma poderia formular uma resposta, e assim imaginou a seguinte situação hipotética: que o prefeito, resolvido a fazer uma espécie de "inquérito Gallup, me houvesse abordado na rua, como a um anônimo, para perguntar, à queima-roupa, quais as atitudes e as iniciativas que eu – 'cidadão desconhecido' – gostaria de ver tomadas pelo Governador da Cidade". Pois diante daquela pergunta, ele, como um "surpreendido transeunte", um simples "plebeu", lhe daria atenção "em nome do povo", e lhe diria: "aponte, pois, o seu lápis, e anote as cousas – certas ou erradas – que o 'homem cá de baixo' tem na cabeça e vai apresentar lhanamente ao 'homem lá de cima'" (FREITAS, 1951, p. 1)[4]. Nessa linha de imaginar um inquérito hipotético, Teixeira de Freitas irá se referir ao Prefeito, ao longo da carta, como "Prefeito inquiridor" ou "Prefeito interpelante".

Os atores desta história

Antes de seguir adiante, detalhando o conteúdo da longa carta de Mário Augusto Teixeira de Freitas a João Carlos Vital, é necessário traçar-lhes um breve perfil. Antes do mais, importa registrar que eles eram amigos, amigos fraternos, de terem trabalhado juntos muitas vezes. Conheciam-se e valorizavam-se, o que bem explica e justifica o pedido de João Carlos Vital a Teixeira de Freitas, pois o sabia um

---

[4] A partir deste ponto, a menos que seja dito o contrário, todas as citações serão referidas a esta carta de Teixeira de Freitas ao prefeito João Carlos Vital, donde, para simplificar, estará indicada apenas a página de onde foi retirada a citação.

pensador da renovação brasileira, e, sobremodo, o sabia um pensador da renovação municipal.

Comecemos por Teixeira de Freitas. Ele nasceu em São Francisco do Conde, na Bahia, em 31 de março de 1890, mas ainda criança seguiu com a família para Curitiba, onde sua mãe lhe deu a primeira educação. Em 1907 ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Ainda no segundo ano, por seu desempenho acadêmico, o diretor da Faculdade, o jurista Dr. João Evangelista de Bulhões Carvalho, o recomenda ao diretor-geral da Diretoria Geral de Estatística, o médico Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, seu irmão. Presta concurso e se torna servidor público, dando início a uma longa carreira na atividade estatística brasileira. Gradua-se em Direito em 1911.

Em 1919, sendo servidor da Diretoria Geral de Estatística há onze anos, mas já mostrando competência, recebe uma difícil comissão, ou seja, é designado delegado sensitário em Minas Gerais para o Censo de 1920. Fazer o censo era um desafio, mormente em Minas Gerais, pela dimensão do território, e pela natural reserva dos políticos mineiros. Artur Bernardes é, então, o presidente (governador) de Minas Gerais, com quem estabelece um convívio harmonioso, vencendo as naturais reticências dos mineiros. Pouco a pouco é aceito entre os políticos mineiros, e ocupa espaço entre os diversos intelectuais que logo teriam renome nacional. Em face do seu sucesso é instado a permanecer em Minas Gerais, de modo a organizar as estatísticas mineiras. Aceita o convite, e é cedido pelo governo federal, ficando por toda a década em Minas Gerais. Naquela década ganharia régua e compasso com os quais traçaria os novos rumos da atividade estatística brasileira, chegando à idealização do IBGE, uma das mais longevas instituições brasileiras, que em 2016 chega à marca de 80 anos.

Com todos os mineiros manteve um convívio especial ao longo da vida, e com três deles relacionou-se marcadamente: Francisco Campos e Gustavo Capanema, ambos como ministros da Educação e Saúde, e Carlos Drummond de Andrade, como chefe-de-gabinete de Gustavo Capanema. O fato é que Teixeira de Freitas, ao retornar por

vontade própria ao Rio de Janeiro, aceita convite de Francisco Campos para formar em 1931, no recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, uma repartição de estatística, em cuja chefia ficaria até se aposentar em dezembro de 1952. Pois foi desta função que idealizou e fundou o IBGE, e o dirigiu, não como presidente, cargo que nunca ocupou, mas como seu secretário-geral, de 1936 a 1948, quando se retirou por vontade própria. Ainda que aposentado, até 22 de fevereiro de 1956, quando faleceu, no Rio de Janeiro, manteve-se atuante, e com prestígio em alta, ocupando diferentes funções de Conselho. Não esmoreceu jamais.

Por fim, para dar cores vivas ao seu perfil pode-se valer da opinião de alguns homens de seu tempo, que com ele conviveu, a começar por Anísio Teixeira, que o considerava "o mais brasileiro dos brasileiros" (em carta de 6 de junho de 1940), e que, ao expressar sua admiração pelo IBGE, dizia que uma "organização tão complexa e de molas tão sutis só funciona quando o espírito que o dirige é dos mais capazes de dar vida à própria organização" (em carta de 24 de agosto de 1940).

Sigamos com três pontos de vista: primeiro de Lourenço Filho, em seguida de Fernando de Azevedo, terminando com Carlos Drummond de Andrade:

> *"Nenhum dos grandes aspectos da vida nacional deixou de atrair o espírito de Mário Augusto Teixeira de Freitas. (...) Que explica esse esforço inaudito?... A inquietação de espírito?... Não. Nenhuma inteligência era mais calma e repousada. O desejo de aparecer?... Não. Nenhum homem era mais simples, mais modesto, mais desejoso de esconder-se na hora dos aplausos e das demonstrações de reconhecimento, a que sempre fez jus.*
>
> *O que o explicava era o desejo de melhor conhecer para bem servir. Teixeira de Freitas era, antes de tudo, um enamorado de nossa terra e de nossa gente. Amou-as com fervor, e essa foi a primeira e grande lição de sua vida exemplar. E amou-as com lucidez, procurando a cada dia, a cada instante, conhecê-las com maior profundidade, para melhor compreendê-las em suas complexas condições."* (LOURENÇO FILHO, 1957)

> *"Esse homem retraído e melancólico, a que o trajar severo e os óculos escuros emprestavam aspecto mais sombrio, andando sempre de cabeça baixa e falando à meia voz, muito perto do interlocutor e inclinado para ele, era, no entanto, uma força viva e um dos cidadãos de maior prestígio e influência do País. Prestígio pessoal, sem dúvida, que não provinha de cargos e posições nem se escudava no poder de grupos, mas dele se desprendia como esse fluido estranho que emana da personalidade inteira e da conduta inspirada por uma nobre e generosa concepção de vida."* (AZEVEDO , 1956)

> *"Antes dele, nossa estatística era um serviço à espera de uma fórmula, e essa fórmula foi ele quem a cunhou e fez aplicar: cooperação interadministrativa. Não teríamos nunca estatística brasileira por um esforço federal isolado, maciço que fosse; era necessário, transpondo montanhas de inibições, interessar no assunto todas as unidades políticas, chegar até o município, criar um sistema. O sistema está em pleno funcionamento, malgrado os golpes que a política lhe vibra. E se hoje nos conhecemos mais a nós mesmos, se é possível elaborar planos de governo com base em dados positivos, se a iniciativa particular na promoção de riquezas dispõe de elementos essenciais para conhecimento do meio social e econômico, tudo isso se deve a Teixeira de Freitas. Teve antecessores ilustres e colaboradores de grande porte, mas a ideia, repito, é dele, como também a prática, e dele a maior glória."* (ANDRADE, 1956)

Passemos a João Carlos Vital. Ele nasceu em Porto Alegre em 11 de março de 1900. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro. Ocupou, como cartógrafo, várias posições na atividade estatística, quando da expectativa de que haveria o Censo de 1930 (ainda na Diretoria Geral de Estatística), bem assim, no efêmero Departamento Nacional de Estatística (que substituíra a Diretoria Geral de Estatística somada à também extinta Diretoria de Estatística Comercial, do Ministério da Fazenda), no recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, desta forma tendo sido colega de Teixeira de Freitas. Foi ministro interino do Trabalho, Indústria e Comércio de maio a setembro de 1938, quando criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social. Foi idealizador (1939) e primeiro-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), cuja presidência deixou em 1946. Afora várias outras posições:

de 1942 a 1943, integrou o Conselho de Coordenação da Mobilização Econômica, criado para centralizar as atividades ligadas à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com íntima relação à atuação do IBGE na ocasião, o que o punha próximo a Teixeira de Freitas. Foi idealizador e primeiro presidente do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas. Entre muitas outras atuações, foi fundador do Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho, de São Paulo. Era incansável, e não esmorecia.

Em abril de 1951, no segundo governo Vargas, tornou-se prefeito do Distrito Federal. À frente da Prefeitura, elaborou o Primeiro Plano de Obras, iniciando a construção da primeira adutora do rio Guandu. Elaborou o anteprojeto do Metropolitano do Rio de Janeiro. Apresentou ao Legislativo um projeto de lei tributária que gerou intensa polêmica na imprensa, acabando por incompatibilizar a administração com a Câmara, resultando na demissão do Prefeito em dezembro de 1952.[5]

Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1984.

Sobre João Carlos Vital, há um contundente depoimento do engenheiro Emílio Ibrahim, que o realça como um homem que "já nasceu grande, mas também realizou grandeza e pôde oferecer profundas lições de grandeza aos seus semelhantes", realçando como traços vitais de sua forte personalidade "a inteligência, a honradez, o otimismo, a coragem, a bondade, a temperança, sempre conjugando passado, presente e futuro", enfim, afirma, "uma vida honrada e profícua, caracterizada por marcantes realizações". Em sua trajetória como Prefeito, relembra o "famoso Projeto 1000", que afiança que houvesse sido posto em execução, a partir de 1951, "teria hoje resolvido os graves problemas que o Rio já enfrentava, muitos dos quais ainda enfrenta". E assim trata desse Projeto 1000:

> *"O Projeto 1000, o primeiro Plano Integrado de Governo no antigo Distrito Federal, previa a execução das seguintes obras e medidas*

---

[5] Foi sucedido por Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, de 12 de dezembro de 1952 a 4 de setembro de 1954.

> *para a Cidade do Rio de Janeiro: construção do Metropolitano; construção da Adutora do Guandu, desmonte do Morro de Santo Antônio; construção das Avenidas Radial Oeste, Perimetral e Norte--Sul; abertura dos Túneis Rebouças e Uruguai-Gávea; implantação dos serviços de Trolley-Bus; conclusão das Avenidas Brasil e Bandeiras e duplicação da Avenida Grajaú-Jacarepaguá; construção de 160 escolas primárias; construção de armazéns frigoríficos, silos, câmaras de expurgo, entrepostos em mercados de gêneros alimentícios; execução de serviços para resolver o problema das enchentes; construção de hospitais-sanatórios, com capacidade para 2 mil leitos, e construção do Palácio da Municipalidade."* (IBRAHIM, 1984)

Por fim, vale notar o quanto esses dois perfis revelam inúmeras identidades entre ambos, bem assim, vale registrar que Teixeira de Freitas punha João Carlos Vital entre os que trabalharam pela consolidação do IBGE, ao lado de Francisco Campos, de Juarez Távora, de Luiz Simões Lopes, de Léo d'Affonseca, de José Carlos de Macedo Soares, e, sobretudo, de Getúlio Vargas. Tinha-o assim como um dos pioneiros do IBGE. Dizia que sem o apoio diuturno dessas pessoas o Instituto não teria vencido instantes difíceis pelos quais passara.

Três saberes essenciais

Enfim, Teixeira de Freitas inicia sua carta enumerando três conhecimentos fundamentais que o Prefeito deveria possuir para bem dirigir a cidade: 1) conhecer a máquina cuja direção assumiu, e em associação à legislação municipal; 2) conhecer as obrigações assumidas pelas administrações anteriores na forma de acordos, de contratos, de convenções, e outros; 3) ouvir o que chama a "voz do povo", para bem entender o andamento administrativo. E passa a explicar esses saberes.

Quanto ao que nomina a máquina e a legislação, não se trata de impor ao Prefeito a leitura de volumes e volumes de legislação e regulamentos, adverte. Mas entende que todo esse material poderia ser tornado disponível ao Prefeito por meio de "esquemas – estruturais e funcionais – do aparelho em globo, e de cada uma das peças,

da administração municipal" (p. 2). Teixeira de Freitas usava muito esse recurso de esquema, diagrama, organograma como formas de dar visão abrangente de uma totalidade não raro complexa, e João Carlos Vital bem sabia do que ele estava falando, pois já vira alguns de seus diagramas. Claro, ele não estava a imaginar que o Prefeito teria tempo, ele próprio, para elaborar esses esquemas – como ele próprio, um trabalhador incansável, muitas e muitas vezes fazia por si –, mas, antes, valendo-se de auxiliares competentes e dedicados que os fizessem para ele. Como fosse, queria com esses recursos visuais apontar, ou não, conexões, paralelismos, convergências, divergências, de modo a corrigir, metodizar o que fosse preciso, fazendo a máquina mais eficiente.

No segundo caso, seu "Prefeito ideal", como diz, não poderia deixar de cumprir compromissos assumidos, sob pena de terem sido, seus antecessores, levianos ao assumi-los, já que o fizeram, em geral, por livre vontade, sem maiores obrigações. Claro, tendo presente esses compromissos, e, quando baseados em estudos, se fossem nocivos à saúde financeira do município, os poderia e deveria denunciar nos foros legais, mas, o que não poderia fazer, de modo algum, seria simplesmente ignorá-los, esquecê-los. Por outro lado, muitos desses compromissos seriam favoráveis à municipalidade e, ao serem ignorados, perdiam-se vantagens, o que tornavam essas atitudes de omissão ainda mais perniciosas aos interesses públicos. O fato é que todo e qualquer compromisso assumido por livre vontade deveria ser feito sempre sopesando a qualidade dos interesses da municipalidade, e não sendo fruto de um mero momento de festividade, de mero valor político.

O terceiro saber básico é o mais interessante, e o que mais entra na sapiência natural de Teixeira de Freitas, a prática da pesquisa. Pois, para ouvir a "voz do povo", são sugeridas duas formas: 1) "a resenha diária, bem-feita, das reclamações, protestos, acusações, apelos, sugestões, que ao Prefeito se dirigissem por correspondência ou mediante o noticiário dos jornais"; 2) "um inquérito inteligente, segundo plano sistemático, a ser realizado por pessoas para isso bem qualificadas, capazes de o executarem com bastante tato, penetração, perspicácia e discrição", e segue, com pleno domínio do trabalho de

campo: "que, na esteira das suas indagações ou verificações, não deixassem, atrás de si, desconfianças, temores, azedumes, mas sim comedidas esperanças de melhores tempos para cada serviço ou campo de interesses que fosse investigado" (pp. 4-5). Em tudo e por tudo, Teixeira de Freitas bem sabe que ambas as formas são delicadas, a exigir pessoas e estruturas especializadas: "os homens escolhidos para efetuar essa pesquisa haveriam de ser competentes, ativos e honestos" (p. 5). E conclui, quanto aos resultados dessas pesquisas:

> *"Os relatórios apresentados (que cumpriria se revestissem de caráter confidencial, é claro) esclareceriam sinteticamente situações confusas, anômalas, deficientes, aberrantes, possivelmente criminosas ou erradas, acaso encontradiças, e apontariam em suas conclusões os meios para corrigi-las. (...) As conclusões desses estudos orientariam a ação do Prefeito quando houvesse ele de decidir a respeito das reformas necessárias ou das medidas corretivas que se estivessem impondo."* (p. 5)

Três saberes básicos

Seguindo, Teixeira de Freitas aponta três saberes básicos, básicos porquanto de sustentação da administração: 1) conhecer o território; 2) conhecer a divisão do território; 3) conhecer os números municipais. Sem essa conjugação de conhecimentos e sem bem articulá-los não haveria como bem conduzir uma administração municipal.

Quanto ao território, entende que não basta dispor do mapa do município, ainda que ele importe bastante, com sua topografia detalhada. É preciso também dispor de um "cadastro predial e domiciliário", organizado e mantido com rigor em dia, com as "respectivas sínteses cartográficas" (p. 6). E se queixa disso não já estar pronto, uma vez que fora previsto e assumido como obrigação das Unidades da Federação na Convenção Nacional de Estatística em 1936, quando da composição do Sistema Estatístico Nacional. Como fosse, sugere que a Prefeitura se valha da estrutura do IBGE, com suas "15 Agências Distritais", para realizar esse trabalho, já atrasado no tempo (p. 6). E augura também a elaboração de mapas do subsolo, bem assim, da estrutura geológica, de modo a facilitar futuras obras públicas, como o

futuro "metropolitano", e, neste particular, "seria preciso, sobretudo, deixar definitivamente fixadas – mantendo-se o seu traçado rigorosamente em dia – todas as redes subterrâneas já existentes e as que estivessem sendo construídas ou apenas planejadas" (pp. 6-7), o que obviamente evitaria muitos dos problemas cotidianos que ainda hoje ocorrem na cidade, quando uma empresa de serviços público causa danos a canos e fios de outro serviço público.

Quanto ao segundo ponto, Teixeira de Freitas, depois de ponderações quanto ao melhor nome a se adotar, finalmente sugere que o território da cidade seja dividido em Circunscrição, que seria adotada pelas organizações administrativa, educacional, judiciária, eleitoral, etc. Sem impedimento de que uma circunscrição, em sendo necessário, fosse dividida, mas jamais afrontando seus próprios limites. Por certo a adoção por todos os setores públicos de uma divisão territorial é fundamental para a associação de informações estatísticas (aliás, de quaisquer outras informações), como, por exemplo, as de saúde com as de educação. Mas, a infeliz adoção de diferentes divisões pelos diversos setores públicos dificulta, quando não mesmo invalida todos os esforços de dotar a administração municipal de um sistema de informações articulado, sistemático, e, sobretudo, contínuo.

O ponto seguinte é a questão das estatísticas, que entende fundamental na administração municipal. Ele diz que, a uma rápida mirada, parecem muito os tantos números que havia na esfera do Município, mas não era o caso. O que havia (e se fazia) nada mais era do que atender às demandas nacionais do IBGE, e isso não significava atender ao cotidiano da administração municipal. Assim, advoga haver unidades de estatística nas secretarias, nos órgãos autônomos, etc., ou seja, "um centro de levantamento estatístico das respectivas atividades e dos fatos a que estas se referem", dando a essas unidades um "centro de comando estatístico" para uniformizar conceitos, definições, métodos, etc., ao molde do IBGE. E, como este, que estava subordinado ao presidente da República, o centro de comando estatístico municipal deveria estar subordinado diretamente ao Prefeito (p. 8). Infelizmente, passado tanto tempo, segue nessa seara um imbróglio,

a despeito de inúmeras tentativas de solução, em diversas gestões do Instituto Pereira Passos.[6]

Dois pontos (ditos) gerais

A seguir Teixeira de Freitas trata de pessoal e de material. Sobre material, embora o mencione, e o tenha como um problema e mesmo como uma fonte de evasões de recursos e de desperdícios, diz não ter muito que falar, a menos que estudasse o assunto. Assim se dedica a tratar de pessoal, assunto sobre o qual já pensara, enquanto à frente do IBGE, e da repartição de estatística do Ministério da Educação e Saúde, e por que preocupado com a questão social tão clamada pela doutrina social-cristã da Igreja Católica.

Ele inicia com ênfase: "é preciso acabar com o escândalo das nomeações de favor, promovidas por manobras domésticas ou partidárias, e que se inspiram no mais indecente espírito de 'nepotismo' ou procuram amparo na torção artificiosa das normas legais e éticas", isso se dando tanto no Executivo quanto no Legislativo (pp. 10-11). Por demais, acha que em isso acontecendo o administrador da cidade fica cercado de pessoas incapazes de efetivamente ajudá-lo, tendo, ao contrário, de carregar pessoas inúteis na gestão pública.

Como solução advoga uma Lei Orgânica rigorosa, "protegida por medidas judiciárias", e que imponha a seleção de pessoal por concurso público, "quanto à cultura básica exigida para as funções" (p. 11). O funcionário assim admitido passaria por um curso interno de um ou dois meses, para uma aprendizagem efetiva das tarefas, seguiria remunerado a título precário por um ano, quando então faria uma prova prática de suficiência, de cujo resultado dependeria sua entrada definitiva no serviço público. Na verdade, Teixeira de Freitas sempre foi muito cioso de não aumentar o quadro de servidores públicos, se-

---

[6] Vale lembrar que em 6 de fevereiro de 1939, Teixeira de Freitas envia carta a Henrique Dodsworth (então interventor do Distrito Federal), lamentando os problemas da estatística municipal. Ele começa "Meu caro Henrique", e segue detalhando as dificuldades que vislumbra nas estatísticas municipais: as mesmas ao tempo daquela carta para João Carlos Vital (e de agora).

não ao mínimo necessário, e assim agira no IBGE enquanto foi seu secretário-geral.

Mas não se ilude, e sabe que mesmo assim não faltariam "'afilhados' incapazes, de protetores poderosos e sem escrúpulos" capazes de burlar tais regras ideais, de modo que só mesmo uma mudança geral do serviço público em todo o país, partindo da esfera federal, seria capaz, de fato, de garantir segurança absoluta (p. 12). E passa por várias páginas explicando sua proposta, o que não cabe aqui avançar, mas é oportuno observar que Teixeira de Freitas defende a mobilidade dos funcionários numa instituição, algo que a moderna prática de gestão defende, e ainda é vista com resistência; explica o que considera vantagens dessa mobilidade, e ressalta os cuidados a se tomar para evitar os abusos de pessoas que poderiam procurar lugares onde trabalhariam menos ou teriam tarefas mais leves. Mas se diz contra a requisição entre órgãos públicos (cessão), porquanto sendo em geral fonte de favor de padrinhos.

Por fim, ele afirma que o sistema a que alude, ele o apresentara pela primeira vez ao senador Paulo de Frontin em 1914, portanto, apenas três anos após se graduar em Direito, e que o voltara a apresentar ao presidente Getúlio Vargas, por meio de Luiz Simões Lopes – à frente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938 – quando da reforma do serviço público, que teria tido uma reação muito favorável à proposta, contudo, como o projeto de governo já estava em curso, suas ideias só em parte foram usadas.

Descentralização administrativa

Este ponto é quase o último, e é o que mais acerta no futuro.

Teixeira de Freitas tinha em mente o Sistema Estatístico Nacional, cuja coordenação centralizada cabia ao IBGE. Pois ao IBGE cabiam as funções normativas, ao início das campanhas estatísticas, e fiscalizadoras ao longo delas, mas suas funções operativas eram inteiramente descentralizadas. Assim também, pensava e afirmava Teixeira de Freitas, deveria funcionar o Distrito Federal em suas muitas atividades, e defende sua proposta:

> *"A administração municipal, em tudo que disser respeito a serviços de rotina, relacionados de modo direto com as diferentes zonas do seu território que realmente se distinguem pelo fato de gravitar sua vida social e econômica em torno de determinados centros da distribuição urbanística da metrópole, precisa ser "descentralizada". Assim há de acontecer, se se quiser que ela seja eficiente e atenda aos justos interesses da população. Além dos órgãos técnicos especializados, cada um dos quais possua o seu objetivo bem definido e que não seja executável parceladamente, ou regionalmente, só devem permanecer integrados na administração central os "órgãos gerais", de direção ou coordenação."* (p. 28)

A seguir afirma que o caráter peculiar do Distrito Federal, tendo influência sobre diversos municípios circundantes, o exige atuar além-fronteiras, numa espécie de Consórcios Intermunicipais, a serem constituídos de forma convencional, ou seja, por alguma "Convenção" acordada entre as partes, tal e qual o IBGE o fora. Essa forma de se constituir importaria porquanto muitas "obras novas" de interesse do Distrito Federal transcendiam sua abrangência territorial, e mesmo sua população. Todo um sistema de cooperação intermunicipal precisaria ser constituído e formalizado, de modo a permitir as decisões sociopolíticas, bem assim, a facilitar as operações técnico-operacionais.

Feita essa ilação, de valor não apenas naquele presente, mas no atual presente, Teixeira de Freitas volta a falar da descentralização da administração, e desenvolve a proposta de criação das subprefeituras, o que só viria ao tempo do primeiro período do prefeito César Maia[7], em meados dos anos 1990. As subprefeituras seriam instaladas, na concepção de Teixeira de Freitas, nas circunscrições (das quais se falou antes), e se assemelham às Regiões Administrativas criadas ao tempo do governo Carlos Lacerda[8], no antigo Estado da Guanabara. Assim expressou Teixeira de Freitas:

> *"A descentralização administrativa da Prefeitura Municipal instituirá em cada uma das circunscrições onde for julgado conveniente*

---

[7] De 1º de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1996.

[8] De 5 de dezembro de 1960 a 11 de outubro de 1965.

> *criá-las, um aparelho administrativo local, identificado com as necessidades e a vida da população, no seu bom sentido de pequeno "círculo de campanário". As Subprefeituras receberão os sérvios já organizados e em fase de rotina, com relação a tudo que concernir aos respectivos territórios. Limitar-se-ão a administrá-los. Tal encargo referir-se-á apenas à conservação e ao regular funcionamento das cousas já realizadas e postas em movimento. A coordenação geral desses serviços, bem como todas as obras novas, tal será a tarefa que ficará competindo à administração técnica da Prefeitura, esta, sim, de caráter necessariamente centralizado. A Junta dos Subprefeitos, com adequada organização, funcionaria utilmente como Conselho administrativo, presidido pelo Prefeito, uma vez que o Distrito já possui o Poder Legislativo."* (p. 33)

Teixeira de Freitas entende que esta forma de governar a cidade, além das vantagens de ordem técnica e administrativa, teria relevante significado social, econômico e político. Afora que seria um poderoso meio de administração bem democrático, porquanto em contato direto com o povo. Seria uma forma de se criar nos subúrbios da cidade um "regime cooperativo de vida", rompendo em definitivo ao que chama "essa muralha chinesa de preconceitos, inércia e timidez" que inibe o Distrito Federal de dar um belo exemplo de civilidade ao País todo. E melhor explica sua concepção das vantagens dessa descentralização:

> *"A instalação das Subprefeituras em cada uma das circunscrições instituídas constituiria, para a respectiva área, um poderoso elemento de vitalidade, de animação do progresso, e de estímulo à respectiva comunidade social, cujas aspirações ou reivindicações seriam melhor ouvidas e melhor atendidas. A sede da Subprefeitura, em cada circunscrição, situada de preferência em uma ampla praça, desenvolveria em excelentes condições os logradouros vizinhos, além de dar estabilidade e feição social e econômica à respectiva circunscrição. E assim, os centros sociais, ou comerciais, – possivelmente, também centros industriais – que aí ou em seus arredores se formassem, descongestionariam proveitosamente o "Grande Centro" da Cidade. Também poderiam atenuar bastante a "trança" tremenda (antieconômica e antissocial) que é o deslocamento diário*

> *das massas operárias, em ida e volta, do local da residência para o local do trabalho, às vezes de um lado da cidade para o lado oposto."* (p. 34)

Em assim fazendo, o Distrito Federal, daria um belo exemplo aos demais Municípios brasileiros, e, por sua posição de ressonância, mostraria uma alternativa de boa gestão da coisa pública, revelando uma prática benfazeja. Se então a experiência municipal pudesse ser complementada por igual prática descentralizadora das ações federais, sempre tendo o IBGE como referência intelectual, por certo se estaria criando um novo tempo da vida Municipal Brasileira, muitíssimo renovado, um sonho antigo de Teixeira de Freitas.

O final da carta

Ao final da carta, em apenas uma página, Teixeira de Freitas relaciona alguns temas sobre os quais diz não haver ainda refletido o bastante, prometendo fazê-lo em novas cartas ao Prefeito, em ocasião oportuna, ao longo de sua gestão. Toma-os como "complexos e delicados", e, afora não se sentir preparado no momento, se os tratasse de pronto, deixaria o Prefeito fatigado "com a leitura estirada de uma exposição cansativamente longa". Ora, como se já tivesse feito, nesta carta uma já cansativa exposição ao Prefeito, mas este que já o conhecia, ao provocá-lo com seu pedido, bem sabia o que iria receber. Fosse como fosse, eis os tais assuntos referidos, que deixaria para ulterior ocasião:

> *"... abastecimento d'água; o tráfego no centro urbano; a recuperação dos elementos marginais, inclusive a assistência aos menores desamparados; a drenagem das enxurradas; a obtenção da "sala de visitas" da nossa cultura metropolitana (o Palácio do Silogeu ou da Cultura[9]); o asseio e o "toucador" da cidade; a assistência à população escolar."* (p. 35)

---

[9] A construção deste Palácio foi um sonho antigo de Teixeira de Freitas, primeiro no contexto da Associação Brasileira de Educação, e depois no contexto do IBGE. Para acompanhar sua história ver: SENRA, Nelson de Castro. Macedo Soares reúne IBGE e IHGB. "Em busca do Palácio do Silogeu Brasileiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 169, pp. 243-257, 2008.

Espantoso como essa relação de temas mantém atualidade, de certa forma tendo se agravado, talvez porque não tratado naquele tempo. E para concluir seu arrazoado, Teixeira de Freitas levanta a questão do destino da "Cidade Maravilhosa", quando da mudança da Capital da República, outrossim, aborda a questão da criação da Fundação dos Municípios,[10] algo que então vinha sendo discutido, com seu apoio, retomando seus antigos sonhos, que entende deveria ser matéria a ser liderada pelo governo do Distrito Federal.

Conclusão

As prometidas outras cartas, se foram feitas, não estão no Fundo Teixeira de Freitas, de guarda do Arquivo Nacional. Este Fundo é composto por mais ou menos 13 mil documentos, de várias ordens, inclusive um livro relativamente concluído, que compuseram em vida os arquivos de Teixeira de Freitas. Após sua morte, a família houve por bem doá-los ao IBGE, que aceitou o conjunto com indizível prazer, mas, tendo por objetivo torná-los mais visíveis a um grupo maior de pesquisadores, o IBGE, com o respaldo da família, repassou o conjunto ao Arquivo Nacional. Ledo engano! Dada sua não prioridade para o Arquivo Nacional, todo o agora chamado Fundo Teixeira de Freitas ficou sem tratamento por muitos e muitos anos, de modo que, em novo tempo histórico no IBGE, tornou-se oportuno envolver recursos humanos e materiais na organização e digitalização desses documentos. Finalmente, então, no próximo ano, 2016, como parte dos festejos dos 80 anos do IBGE, o Fundo Teixeira de Freitas estará disponível aos pesquisadores, inteiramente digitalizado.

Mas, ainda que não estejam no Fundo Teixeira de Freitas, já que o manuseei, há outra possibilidade para a eventual existência dessas outras cartas. O fato é que, este ano, netos de Teixeira de Freitas entregaram ao IBGE um grande conjunto de documentos. Como eles ainda não foram organizados, não é possível afirmar se são cópias dos existentes no Arquivo Nacional, ou se são inéditos. O fato é que podem ser cópias, pois Teixeira de Freitas as mantinha em diferentes

---

[10] O tema fora posto em pauta pelo Ministro Adroaldo Mesquita, da Justiça.

lugares, talvez para tê-las em mãos, sempre que delas precisava, já que era um escriba incansável e compulsivo. Mas podem ser inéditos, tendo sido mantidos separados por alguma razão que só ficará clara quando se conhecer seu conteúdo. Pode ser mesmo que as tais outras cartas prometidas ao prefeito João Carlos Vital estejam entre as desta nova leva de documentos, e que Teixeira de Freitas apenas não as tenha enviado em face do término da gestão de seu amigo. Por demais, seria interessante encontrar uma carta dele com alguma manifestação sua em face do término daquela gestão à qual hipotecou tantas expectativas, tanto confiava em João Carlos Vital.

Referências Bibliográficas:

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Carta a Henrique Dodsworth. Em 6 de fevereiro de 1939. Fundo Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Acesso Livre.

TEIXEIRA, Anísio. Carta a Teixeira de Freitas. Em 6 de junho de 1940. Fundo Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Acesso Livre.

TEIXEIRA, Anísio. Carta a Teixeira de Freitas. Em 24 de agosto de 1940. Fundo Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Acesso Livre.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Carta a Fernando de Azevedo. Em 5 de junho de 1951. Fundo Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Acesso Livre.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Carta a João Carlos Vital. Em 6 de julho de 1951. Fundo Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Acesso Livre.

O FALECIMENTO do Dr. M. A. Teixeira de Freitas. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, n. 65, pp. 57-71, jan./mar. 1956, p. 63. (O texto de Carlos Drummond de Andrade é transcrito nesta página.)

AZEVEDO, Fernando de. Idealismo e espírito público. Como eu via Teixeira de Freitas. *In*: LOPES, Waldemar (org.). Um grande brasileiro: idealismo e ação, devotamento e espírito público, pertinácia e trabalho: M. A. Teixeira de Freitas. Recife: Editora Livros de Amigos, 1999. P. 39-58.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. A extraordinária figura humana de M. A. Teixeira de Freitas. *In*: LOPES, Waldemar (org.). Um

grande brasileiro: idealismo e ação, devotamento e espírito público, pertinácia e trabalho: M. A. Teixeira de Freitas. Recife: Editora Livros de Amigos, 1999, pp.59-66.

IBRAHIM, Emílio. João Carlos Vital, *Jornal do Brasil*, 7 de maio de 1984. Disponível em http://www.emilioibrahim.eng.br/art_4-35jcvital.shtml. Acesso em 20/02/2015.

Resumo

Em 1951, ao assumir a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o então Distrito Federal, João Carlos Vital pediu ao seu amigo, e grande pensador brasileiro, Mário Augusto Teixeira de Freitas, que lhe dissesse em carta sua visão sobre como governar a cidade. Que ao lhe preparar a resposta ele se sentisse como "se fosse o próprio prefeito". Teixeira de Freitas aponta diversos aspectos que entende dariam ao Prefeito melhor visão da cidade e melhores condições de torná-la melhor.

Palavras-chave: João Carlos Vital; Mário Augusto Teixeira de Freitas; Rio de Janeiro.

Abstract

In 1951, when assuming the City Hall of Rio de Janeiro, then the Federal District, João Carlos Vital asked his friend, and great Brazilian thinker, Mario Augusto Teixeira de Freitas, who told him in a letter his views on how to govern the city. According the Mayor, when preparing the answer he should fell as "if he was the Mayor himself." Teixeira de Freitas points out several aspects that would give the Mayor better understands views about the city and better capacity to make it better.

Keywords: *João Carlos Vital; Mário Augusto Teixeira de Freitas; Rio de Janeiro.*

Recebido em 7 de janeiro de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.

NILO PEÇANHA: MEMÓRIAS E DISPUTAS POLITICAS

Andréa Telo da Corte[1]

Introdução

O acervo Nilo Peçanha do Museu do Ingá é fruto da doação da senhora Maria da Conceição Tinoco realizada em 1984 e é composto por fotos, com destaque para as da viagem da campanha presidencial da Reação Republicana em 1921; documentos alfandegários particulares do politico; jornais e revistas avulsos, postais, cartas, e três álbuns. Ao todo o conjunto perfaz 78 retratos, 588 reportagens e 20 correspondências.[2]

No caso deste trabalho utilizei como fonte os referidos álbuns, cujo somatório de laudas constitui um total de 1.000 páginas. Dessas, 45,2% estão recobertas por jornais, dos quais se destacam veículos como os conhecidíssimos *O Imparcial*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Fluminense*, *A Tribuna*, *Correio do Brasil*, *A Noite*, *O Dia*, *O Estado*, *Gazeta de Notícias*, além de outros menos conhecidos e de alguns com duração efêmera, como *A Rua*, *A Semana*, *O Combate*, *Novo Horizonte*, *Diário da Noite*, *A Esquerda*, *Vanguarda*.

---

[1] A autora é doutora em História Social pela UFF. É coordenadora do Centro de Estudos de História Fluminense do Museu do Ingá.

[2] Dentro dos limites desse artigo, recortei como questão central, a narrativa que resulta da ação do autor ou produtor do arquivo. Questões relativas ao que é transformado em "fonte", autoria e critérios podem ser encontradas em Corte, 2014. De toda forma remeto o leitor para JANNA, Aurélio, LISSOVSKY; Maurício, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de jul.-dez. 1986. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados'. Arquivo & Administração, v. 2, n. 10-4, pp. 62-76.; e HEYMATLL'l, Lucialla Quillet. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *In Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 36, julho-dezembro de 2005, pp. 43-58.

Revistas como *O Malho*, *O Careta*, *A Semana*, *O Jornal das Moças*, *Fon Fon*, *Petit Bleau*, *Brazil Ilustrado*, *Nictheroy*, e *A Situação* também podem ser encontrados nos referidos álbuns. Assim como publicações oficiais como *O Anno Presidencial*, de 1910, e semanários de cidades do interior fluminense. Essas fontes acabam por se revelar um manancial de informações sobre a prática jornalística da época. Boa parte dessas publicações foi editada no Distrito Federal, onde parcela da imprensa foi simpática a Nilo Peçanha.

Tais álbuns, ao serem explorados, mostram-se espirais de turbilhão que ecoam as múltiplas e diversas vozes atuantes na Primeira República, assim como a diversidade política existente no período.

Não se sabe quando começaram a ser produzidos, nem seu autor direto, ou produtor. Mas, contudo, contem uma narrativa em que as fases da trajetória de Nilo Peçanha aparecem embaralhadas, entre o passado mais remoto, o recente e o *post mortem*, perfazendo um "ziguezague" na trajetória desse político que viveu entre os anos de 1867 e 1924.[3] Assim, artigos e reportagens referentes às exéquias e missas anuais celebrativas do seu falecimento são justapostas à narrativa de seu primeiro governo no Estado do Rio de Janeiro, e também da sua conturbada posse na presidência do Rio, em 1914, assim como da campanha presidencial da Reação Republicana (1921-22), e da intervenção federal no Estado fluminense, efetuada por Artur Bernardes, em 1923.

O "autor" em seu "método" relaciona a revolta tenentista (1922) e a revolução de 30 à atuação de Nilo Peçanha durante a campanha da Reação Republicana. Da narrativa emerge, portanto, um quadro complexo da trajetória do homenageado, onde se apreende também suas contradições.

Nesse trabalho destacaremos a narrativa produzida nos álbuns sobre a prática politica de Nilo Peçanha, sua memória e algumas apropriações do mito.

---

[3] Sobre a trajetória de Nilo Peçanha ver CORTE, 2010 a; CORTE, 2014.

Nilo Peçanha: breve trajetória e folclore político

Nilo Peçanha, como bem demonstrou Surama Conde Sá Pinto[4] em seu estudo detalhado sobre a correspondência trocada entre ele e os chefes políticos do Estado do Rio de Janeiro, era um oligarca. Sua trajetória política remonta ao movimento republicano, mas foi em 1903, quando se elegeu pela primeira vez pelo Partido Republicano do Rio de Janeiro à presidência fluminense, que se consagrou como dirigente máximo do partido. A partir daí desenvolveu uma política de cooptação das lideranças estaduais para construir uma máquina política consistente e que garantisse sua longevidade no poder. Dessa data em diante, seu nome nunca mais saiu do noticiário, alcançando projeção nacional, o que poucos políticos fora do eixo São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, conseguiram.

Para tanto, seu sucesso como administrador foi fundamental. Conseguiu, dentro de um quadro de crise política e falência financeira de setores da economia fluminense, reerguer parcialmente e projetar o Estado no Rio de Janeiro no cenário brasileiro, sendo citada a época, como modelo de dirigente a ser seguido.

Apesar do sucesso administrativo sua consolidação como oligarca foi difícil: o niilismo, instalado no Estado desde 1903, teve que conviver com a constante instabilidade política das elites fluminenses. E é bom lembrar que essa instabilidade levou o Estado do Rio de Janeiro ao risco sucessivo de intervenções federais.

Mas Nilo Peçanha foi um político popular, com carisma e gosto pelas massas. Em virtude disso e de sua capacidade de articulação, sedução, seus gestos teatrais, e de sua oratória poderosa, recebeu inúmeros epítetos – *"caudaloso Nilo", "pega na chaleira"; "Paz e Amor", "goiabada campista"*, mas também apelidos vulgares, dúbios como *"Iscariotes Peçanha", "republicano da Praia do Flamengo", "político Judas",* e outros, mais pesados, que não convém mencionar. Seu modo de fazer política e alimentar a clientela tornou-se folclóri-

---

[4] PINTO, 1998.

co e até glorificado, podendo ser encontrados diversos exemplos nos álbuns.

Um dos recortes selecionados pelo autor reproduz parte de um discurso proferido por Raul Fernandes, pela ocasião de sua morte. Nele, Fernandes relembra o embate entre Peçanha e o general Pinheiro Machado sobre a política das salvações do marechal Hermes da Fonseca. Recorda Fernandes "[Nilo] chegou a fretar um navio e disponibilizar um batalhão do exército para que ele [o presidente deposto] voltasse ao Amazonas e reassumisse o cargo." Dois anos depois da contenda, Fernandes e o próprio Pinheiro Machado foram ao cais receber Nilo Peçanha, em regresso de uma viagem à Europa. Fernandes afirma ter ouvido da boca de Machado, a seguinte pérola: "Nilo velho! Já reconquistei o Amazonas"...

No mesmo elogio fúnebre citado acima, Raul Fernandes falava da relação que Nilo Peçanha mantinha com o povo simples. Segundo Fernandes era como se ele mergulhasse:

> "*Na massa anonyma, onde os caipiras o abordavam com familiaridade, às vezes no interesse das suas minúsculas contendas de campanário envenenadas do mais intransigente personalismo, mas outras vezes no ingênuo deleite de confabular com homem tão falado.*" (*Correio da Manhã,* 30 de maio de 1924 *apud* NPP0076 a NPP00190, Livro verde, p. 35).

Uma dessas vezes recorda-se Fernandes, um caipira de Magé, acostumado a ouvir os promotores e advogados do Tribunal do Júri, fez questão de abordar Nilo Peçanha para dizer-lhe*:* "Sim senhor! Oradores conheci dois na minha vida: Sizinando Nabuco e Cyro de Azevedo [advogados famosos na época]. Mas jogo de scena como o seu nunca vi!" E segundo Fernandes:

> "*Era isso mesmo, o caipira tinha o seu senso crítico porque a oratória de Nilo era para ser vista e ouvida, realçada pela teatralidade do gesto e pela sedução da voz. A leitura, o effeito era incomparavelmente mais fraco. Por isso a sua grande arma de proselytismo eram a presença e a conversação que se adaptavam flexivelmente à mentalidade de cada interlocutor, a cujos gestos e inclinações elle acom-*

> *modava os themas por natural gentileza. Negar sem desenganar, despedir como retendo, suggerir sem affirmar, manejar a reticência como se maneja um escudo – quantas cólleras elle desarmou assim, quantas esperanças sustentou, e também ai delle: quantos equívocos mortaes engendrou sempre que pretenderam traduzir em formulas absolutas os seus conceitos saturados de relatividade.*" (*Correio da Manhã*, 30 de maio de 1924 *apud* NPP0076 a NPP00190 , Livro verde, p. 35).

O desejo de ser popular foi uma constante na trajetória de Nilo Peçanha. Em *A Noite*, de 30 de março de 1925, na celebração de seu primeiro aniversário de morte, Nilo Peçanha era destacado como um homem do povo: "confundindo-se com ele". O autor do texto relembra episódios ocorridos no Palácio do Catete e no Itamaraty, em que populares eram convidados para bailes e chás dançantes:

> "*Aos olhos espantados das damas da alta roda, como do diplomata e do mundo official, os salões se apresentaram despidos dos rigores do protocolo e exhibindo a mescla de gente simples à qual os porteiros tinham ordem de não fazer exigências. Certa vez no palácio das Relações Exteriores, conhecido jornalista disse-lhe, na intimidade, durante uma recepção com partida dançante: '– Dr. Nilo, este salão está de metter inveja a qualquer rancho carnavalesco', '– Pouco me importa o protocolo. O que eu quero – redarguiu sua excelência – é que ellas digam e ouçam dos pares com quem estão bailando que sahem daqui com o Dr. Nilo no coração.*" (*A Noite* de 30 de março de 1925 *apud* NPP-RP 076 a NPP-RP-019, Livro verde, p.33).

Ao frisar que Nilo confundia-se com o povo, vislumbra-se uma questão que um olhar mais apurado da análise da trajetória de Nilo Peçanha aponta. Nilo era mulato, tocava violão, gostava de samba, ia ao povo, dançava, era bem humorado, foi inclusive alvo de uma grande paródia no cinema[5], à revista musical *Paz e Amor*, *slogan* que

---

[5] Refiro-me à revista musical *Paz e Amor*, produzida pela Companhia Produtora William e Companhia, com argumento de Antonio Simples, considerado o primeiro filme mudo produzido no País. A ação passa-se no "Mundo da Lua" e Nilo Peçanha é parodiado pela personagem Rei Olin I. Nilo, então presidente da República, tomou para si o *slogan* Paz e Amor.

tomou para si. Ou seja, Nilo Peçanha apresentava comportamentos distintos dos tradicionais ocupantes do Catete. Suas *performances* políticas, portanto, apontam para tradições políticas bastante diferentes daquelas refletidas por presidentes paulistas, ou por antigos conselheiros do império alçados à presidência da República, e que foram predominantes nas duas primeiras décadas republicanas. Questões que permanecem aguardando um pesquisador para investigar.

Do prócer da proclamação da República ao campeão da democracia e precursor da Revolução de Trinta: um herói disputado.

Fora do âmbito do Estado do Rio, Nilo Peçanha constituiu um projeto particular nacional de poder. Intentou articular sua candidatura à presidência da República diversas vezes –1910/1914/1919/1921. Assumiu, com muita ambiguidade, a liderança da Campanha (oposicionista) da Reação Republicana em 1921, defendendo propostas alternativas de gestão do poder, a eliminação das fraudes eleitorais, assim como maior distribuição de poder aos estados federados, o reforço do legislativo e o atendimento às reivindicações das Forças Armadas. A defesa de uma política econômica ortodoxa coexistiu em seu discurso de candidato juntamente com a defesa de direitos dos trabalhadores e um discurso vago de inclusão das massas no jogo político. Propostas, que, embora vagas, como sublinhei, repercutiam vozes da sociedade daquele momento histórico específico, servindo para adicionar elementos de renovação ao cenário político da época.

Em que pese Nilo Peçanha ter encarnado a Reação Republicana como um líder oligarca que desejava maior fatia de poder para os estados representados na dissidência, e não almejasse uma ruptura política, apenas mudanças dentro da lei, como defendem autores como Marieta de Moraes Ferreira, Surama Conde Sá, Claudia Viscardi, entre outros[6], ao questionar os resultados das urnas e levar a eleição para os tribunais, transformou uma disputa intraoligárquica em uma cruzada nacional pela renovação da República, compartilhadas por atores

---

[6] FERREIRA; &; PINTO, 2006; VISCARDI, 2001.

diferenciados normalmente marginalizados, mas que desejavam, naquele contexto, participar da vida política plenamente.

Assim, das ações deflagradas pela Campanha da Reação Republicana, mesmo que as oligarquias dissidentes tenham rejeitado o caminho revolucionário, emergiram uma multiplicidade de valores, gestos, vocabulários e rituais, em suma culturas políticas, heterogêneas e conflitantes, que de alguma forma se colaram à figura política de Nilo Peçanha e deram margem à construção de uma narrativa mistificadora da sua trajetória. Narrativa que repercutiu durante décadas na vida fluminense.

Tal discurso aparece nas dezenas de recortes de jornais que insistem em afirmar que o desaparecimento de NP produziu um vácuo na política nacional, uma vez que ele teria sido o político que "melhor soube encaixar os sentimentos nacionais". Um verdadeiro "psicólogo da insofreguidão popular". E os sentimentos nacionais naqueles anos finais da tumultuada década de 1920 estavam confusos, como se pode notar no recorte abaixo extraído do jornal *A Esquerda*, encontrado nos álbuns:

> "*Estamos vivendo um minuto decisivo para a história do Brasil, senão para a história da América Latina. Não é retórica. O verbalismo caiu da moda, porque a eloquência que fala ao exigente espirito de investigação da época é a eloquência dos fatos. Nilo Peçanha, menos lido na literatura clássica, talento nada livresco, mas talento vivido – o menino pobre de Campos, o estudante das aperturas, uma carreira toda pontilhada de golpes de inteligência, em meio à miséria ambiente, ao peso de sacrifícios – Nilo foi "o psychologo da insofreguidão popular." Por isso, a sua bandeira já levemente colorida, e não a bandeira branca, reacionária, trapo desbotado da campanha da incompreensão dita do "civilismo", acabou apurando o tom na mão de Siqueira Campos, de Isidoro, de Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes, como o 'pendão da esperança'; esse sim, de toda uma nacionalidade! (...). Haveremos de ter um largo sistema político, apurando anseios e satisfazendo a vontade das mais profundas camadas da população*." (*A Esquerda*, 11 de julho de 1929, Artigo assinado por Pedro Motta Lima *apud* NPP-RP 076 a NPP-RP 0190, Livro verde, p. 173)

A julgar por esses recortes, e esse último chama a atenção por sair de um jornal denominado *Esquerda*, a morte de Nilo Peçanha produziu um luto nacional até o desencadear das ações da Aliança Liberal culminando com a deposição de Washington Luís em 1930. Tal data põe fim ao referido "luto", marcando, por sua vez, o triunfo das ideias do líder da Reação Republicana, o que promoveu uma revigora da memória de Peçanha.

Nesse sentido, os álbuns estão repletos de recortes selecionados pelo autor que relacionam Nilo Peçanha diretamente ao movimento tenentista e à Revolução de Trinta. Para o "autor" da fonte, Nilo "é o herói, um prócer da proclamação da república, um republicano histórico, um campeão da democracia e o precursor da Revolução de Trinta".

Em *A Batalha* de 31 de março de 1931, Nilo Peçanha aparece como o precursor do movimento de 1930:

> "*A Reação Republicana teve, por isso, um caráter mais nacional, em torno da bandeira desfraldada por Nilo Peçanha, congregaram-se paisanos e militares. O direito de trabalhar para a obra que nem mesmo a campanha civilista conseguira perturbar... O levante de 1922 e a revolução de 1924, com os seus episódios intermediários e posteriores, mostraram quão perfeita se tornava a identificação do povo e das classes armadas, no tocante à renovação dos nossos costumes políticos. A Aliança Liberal veio encontrar a corrente em marcha... Contra cidadãos e soldados estes, reclamando o respeito à lei de que são, sustentáculos; aqueles, dispondo-se a vestir a blusa e empunhar o fusil – os dias dos satrapas estavam contados. A Revolução de Outubro teve, pois, suas raízes morais no movimento encabeçado por Nilo Peçanha, que lançou as bases da união sagrada do elemento civil com o militar em prol da implantação de um regime que não fosse República apenas no rotulo.*" (*A Batalha* 31/03/1931 *apud* NPP-RP 0191 à NPP-RP 0484, Livro preto, p. 227).

Na mesma data, no *Jornal do Brasil*, pode-se ler algo de teor semelhante:

> "*A data que hoje transcorre recorda o falecimento há sete anos passados do grande brasileiro e notável estadista Dr. Nilo Peçanha. Existência toda dedicada a Republica, a de Nilo Peçanha foi das mais brilhantes e mesmo a de maior projeção nestes últimos anos de agitada vida do regime. Tombando logo após a maior campanha política como a em que o seu nome figurou como bandeira das reivindicações populares, campanha que foi, sem duvida, o início do grande movimento só agora vitorioso com a revolução de Outubro, Nilo Peçanha ainda hoje é lembrado com comovidas saudades pelos que sempre o acompanharam nas memoráveis pelejas pela implantação de um regimen de moralidade, de liberdade e de justiça*." (*Jornal do Brasil*, 31/3/1931 *apud* NPP-RP 0191 à NPP-RP 0484, Livro preto, pq. 218).

Nilo Peçanha: disputas por seu espólio político

Quem quer que tenha sido o autor da fonte, ele deixa escapar a existência de uma disputa política pelo espólio do niilismo mostrando-os até o final de suas páginas – e o último recorte de jornal data de 1945 – como os niilistas e antiniilistas vão se comportar para angariar a herança política de Nilo Peçanha no Estado do Rio.

Sob a manchete *"O Niilismo Latente no Coração do Povo Fluminense"*, *A Manhã*, de 21 de outubro de 1926, além de homenagear Peçanha, o artigo franqueia ao leitor do presente, a disputa pelos despojos políticos do ex-líder e o surgimento de novos chefes do Partido Republicano Federal do Rio de Janeiro. Em nome do niilismo, Mario Rodrigues, João Guimarães, Cesar Tinoco, Joaquim Peçanha, Letelbe Barroso, Lincoln Lacerda, Godofredo Tinoco, Carlos Fonseca e Miranda Filho percorrem o Estado anunciando seus nomes como sucessores, adeptos, ou partidários do antigo chefe político. Clamam também pela libertação do Estado fluminense do sítio imposto por Bernardes logo após a sua posse. Mas é no discurso de César Tinoco, em banquete realizado na cidade de Campos, que a filiação e a luta pela herança política de Nilo se tornam mais claras:

> "*Quando mais apertou o colete de aço que cinge o povo e de que nos falou Nilo Peçanha, em sua última visita a Campos, e quando o roble imenso, não resistindo ás cutiladas macabras e traiçoeiras,*

> *rolou a esmagar todas as energias, seu partido, o único partido existente no Estado, não enrolou a Bandeira. Cobriu-a de crepe, e, ajoelhando-se no altar da Pátria, ficou a rezar a Missa Nova que o Mestre pregou por amor dos destinos da República.(...) Campos de Nilo Peçanha ouviu também o vibrar da fanfarra. E, presa dos ideais do Mestre, obediente aos seus princípios e ansiando por Liberdade, não fugiu ás tradições e poz-se em forma. Quis, no entanto permanecer em forma para que o chefe querido passasse revista ás forças e, assumindo o comando, desse o grito de marcha. Dahi a ideia deste banquete que congregasse em torno de sua pessoa os que não perderam a fé nos destinos do povo e na salvação da República. Mas o nilismo não é um partido, porque é uma irmandade, porque constitue uma família. Annunciado nosso intento (...) não foi possível manter esta homenagem dentro dos âmbitos do município. Vieram adesões amplas e vibrantes de todos os outros recantos aonde chegou uma scentelha do gênio e uma palpitação do amor de Nilo Peçanha. (...) Aqui estão os soldados. Mas estão também todos os fiéis generaes das campanhas e das cruzadas que ele empreendeu pelo fulgor da Republica e pela felicidade do povo. Retiramos hoje o crepe da bandeira do Nilismo. Substituímos o emblema da fé pela imagem gloriosa do apostolo feito Deus*."(*A Manhã*, 21/10/1926 *apud* NPP-RP 076 a NPP-RP0190, Livro verde, p. 152).

Importa destacar que os niilistas embalados no discurso que vinculou as ações de seu Mestre à derrubada do governo Washington Luís ganharam sobrevida, e, mesmo digladiando-se internamente, ocuparam cargos importantes nas sucessivas Interventorias fluminenses, resistindo às investidas varguistas para aplainar a vitalidade da política regional. Até 1937 representaram-se por intermédio do *Partido Popular Radical*, sob a chefia de Raul Fernandes e José Eduardo de Macedo Soares. Macedo Soares, na expectativa de chegar ao governo do Estado em 1938, influiu na indicação de Amaral Peixoto para Interventoria em 1937.

Na década de 1940, debalde às ações amaralistas para apaziguar as disputas fluminenses, ainda havia niilistas militando nas hostes da política – poucos e velhos, mas declarando ainda seu vínculo à herança política de Nilo Peçanha. Na Constituinte de 1946, João

Guimarães elegeu-se deputado constituinte federal e no ano seguinte foi eleito vice-governador.

Das apropriações: a campanha de 1958

Mortos os niilistas, ficou o mito, o discurso. Em 1958, em meio ao debate político sobre a sucessão do governador Miguel Couto, uma contenda que colocou em xeque a liderança de Amaral Peixoto, do PSD, a colunista Adalgisa Nery, do jornal *Última Hora*, em declarada empreitada a favor do jovem trabalhista Roberto Silveira, lembrava aos fluminenses que:

> "*(...) Há longos anos, depois de Nilo Peçanha, nunca mais a comunidade fluminense teve a permissão de articular a sua própria política de acordo com os seus legítimos interesses e isto porque um grupo de ambiciosos e bandoleiros, menosprezando as liberdades alheias, decidiu implantar determinações nas quais os motivos nada têm com o bem-estar do povo do Estado do Rio e sim inicialmente com propósitos ligados à desenfreada e absurda conveniência da equipe exploradora*." (*Última Hora*, 27 de agosto de 1958. p.3.)

Em outro artigo, a *Última Hora* resume a campanha de Roberto Silveira como: *"encarnando as aspirações de ressurreição e rejuvenescimento de 61 municípios virtualmente riscados das cogitações políticas nacionais desde que Nilo Peçanha deixou a Presidência da República"* [7].

Em outra edição do mesmo jornal, Bocayuva Cunha, candidato a vice na chapa udenista[8], sintetiza a história política do Estado do Rio de Janeiro, da seguinte forma:

> "*(...) com o advento da República – prossegue – Benjamin Constant, Silva Jardim e Quintino Bocayuva, mantiveram o nome do Estado do Rio sempre presente às grandes resoluções nacionais, como Estado atuante na federação. Com Nilo Peçanha encerrou-se esta tradição*

---

[7] *Última Hora*, 5 de setembro de 1958, p.7.

[8] Na referida eleição, a UDN fluminense compôs aliança com a chapa petebista. Bocayuva Cunha foi indicado a vice na chapa pela UDN.

> *de liderança. As sucessivas interventorias depois de 30 determinaram composições ao Governo do Estado do Rio, que consultavam mais os interesses do Distrito Federal. (...). Roberto Silveira vem, pois, reviver a tradição de liderança interrompida e reencontrar o povo fluminense em seus interesses até agora subestimados*." (*Última Hora*, 5 de setembro de 1958, p.7.)

À guisa de conclusão

Assim, à guisa de conclusão, podemos afirmar com segurança que os álbuns examinados revelam, por parte do autor, uma vontade obsessiva de imprimir uma imagem pública positiva para o homenageado, consolidá-la, atualizá-la com os recortes acumulados através do tempo, e por fim, preservá-la ao conceder *status* de monumento ao documento[9] lentamente construído. Revelam uma vez mais que não há neutralidade possível nos registros da memória, eivados que são de "consertar" o passado e delinear uma expectativa de futuro.

Apontam, também, que, para além da ação do autor, a máquina niilista não parou de atualizar a memória do seu líder em momento algum, atualizando-o sempre em relação às novas realidades nacionais, o que bem demonstra a quantidade dos recortes acumulados.

A construção da narrativa apoteótica da trajetória de Nilo Peçanha e do discurso de seu legado para a democracia foi, entretanto, acompanhada pelo esquecimento de que na maior parte do tempo ele agiu conforme as regras de seu tempo – manipulando resultados eleitorais, fazendo conchavos conforme sua conveniência, desprezando práticas democráticas dentro de seu próprio partido, uma vez que era do gabinete que regia com mãos de ferro sua clientela política.

Todavia, a empreitada mostrou-se na duração bem-sucedida como demonstrado no caso da disputa para governador em 1958. Em-

---

[9] LE GOFF, 1994. Como explica o autor francês, monumentalizar um documento significa perpetuá-lo historicamente. Nos álbuns analisados, o autor, ao selecionar algumas reportagens e ordená-las de forma a construir um determinado discurso, acaba consagrando uma narrativa que se perpetua como monumento.

bora o contexto vivido no Brasil de 1958 em nada possa dialogar com o Brasil da Primeira República, o discurso construído sobre Nilo Peçanha, do qual os álbuns são testemunhos, adaptou-se às necessidades políticas daquela conjuntura democrática e popular, chamando a atenção, portanto, para os múltiplos usos da memória, capaz de esmaecer diferenças tão profundas entre o Brasil de 1924, ano da morte de Nilo, e o de 1958, considerado um dos períodos mais democráticos da história nacional.

No caso específico, a lembrança, a memória de Nilo Peçanha, as comparações entre aquele presente (1958) e o passado remoto do líder campista foram utilizados pela frente petebista como uma forma de história para interligar tempos distantes e superar obstáculos do presente.

A narrativa produzida sobre Nilo mostrou grande plasticidade, e transformada em história colou-se a Roberto, emprestando-lhe características que marcaram a atuação de Nilo, que tal qual Roberto assumiu o governo do Estado muito jovem. Essa operação acaba por cristalizar a produção de uma narrativa sobre a história fluminense em que Nilo Peçanha emerge como protagonista principal, campeão da modernidade e da democracia, apagando seus opositores. Nada mais contraditório com sua forte atuação como chefe oligarca.

Fontes

Acervo Nilo Peçanha do Museu do Ingá

Álbuns Nilo Peçanha, 3 vols.

NPP-RP-0064 a NPP-RP-0075 (1904-1924)

NPP-RP-0076 a NPP-RP-0190 (1923-1930)

NPP-RP-0191 a NPP-RP- 0484 (1924-1945)

– Biblioteca Nacional

Ultima Hora - 1951 a 1984 – PR_SPR_02345_091_386030

Ultima Hora, 27 de agosto de 1958. p.3

Ultima Hora, 5 de setembro de 1958, p.7

Referências Bibliográficas

CORTE, Andréa Telo da. *Política, Economia e Finanças* – Nilo Peçanha. Niterói: Museu do Ingá, 2010.

____. "Nilo Peçanha: escritas, narrativas e apropriações" *In* Corte, Andréa Telo da. *Novos Capítulos de História Fluminense* (org.) Niterói: Museu do Ingá, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. RJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), 1998.

VISCARDI, Claudia. *O Teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. BH, C/Arte, 2001.

Resumo

Esse artigo investiga a narrativa produzida sobre Nilo Peçanha em uma fonte, até então inédita, encontrada no Acervo Nilo Peçanha do Museu do Ingá. A referida fonte, na verdade são três álbuns repletos de recortes de jornais que abordam um período de tempo que oscila entre 1903-1945, eleva o político fluminense a herói da Revolução de Trinta. Os álbuns revelam também as disputas por seu espólio político.

Palavras-chave: Nilo Peçanha; Memória; Historia Fluminense.

Abstract

This article investigates the produced narrative about Nilo Peçanha in a historical source which has never been published and found at Nilo Peçanha Archive located at Ingá's Museum. This source was actually three albuns full of newspaper clippings from a time around 1903-1945. Besides, this material turns the fluminense politician into the hero of the 1930 Revolution. It also reveals the disputes over his political booty.

Keywords: *Nilo Peçanha; Memory; Fluminense History.*

Recebido em 7 de janeiro de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.

PARAIZO E SECRETÁRIO: PARTIDOS ARQUITETÔNICOS SIMILARES DE PALACETES RURAIS DO CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA

Roberto Guião de Souza Lima[1]

Antecedentes

Esse tema veio à baila acidentalmente quando ao escrever o capítulo 5 do livro *A História da Fazenda do Paraizo*[2] *e de sua Gente*, que tratava especificamente da sua casa-sede, buscava descobrir o período da sua construção. Como não foram encontradas fontes primárias e diante da fragilidade das fontes secundárias que pudessem esclarecer a questão, foi formulada a hipótese de que as obras teriam sido iniciadas em 1845 e concluídas em 1853[3], portanto oito anos de construção. Para avaliar a validade desta hipótese, foram analisados diversos aspectos, sendo um deles os possíveis períodos de construção de casarões similares ao de Paraizo e que tivessem acontecido em épocas próximas às mencionadas.

Um dos casarões examinados foi o da fazenda do Secretário, em Vassouras, que sofreu grande reforma em meados do século XIX e que deu a ele as feições retratadas em litografia de Victor Frond, de 1859, constante do livro *Brasil Pitoresco*, vol. 1, de Charles Ribeyrolles, "aformozeamento" este comentado por Augusto Carlos da Silva Telles com base em manuscrito de José Matoso Maia Forte, *A Fazenda do Secretário*[4]. Ao realizar o exame, sem outra pretensão a não ser

---

[1] Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ e titular do Colégio Brasileiro de Genealogia – CBG. Comunicação apresentada na Sessão de Estudos e Pesquisas de 11 de junho de 2015.

[2] Grafia oficial do nome da fazenda.

[3] Data calculada a partir de informação constante da partilha dos bens do visconde do Rio Preto, de 1869.

[4] Silva Telles assim se refere a ela: "A casa que se vê é produto de uma *grande*

a citada, fiquei surpreso ao constatar que havia grande semelhança entre os riscos das duas casas e aprofundando a observação confirmei que, realmente, as semelhanças eram extraordinárias. Esta constatação, aliada ao fato de se tratar de construções notáveis e legítimas representantes dos belos palacetes rurais do café, justificou um pequeno "desvio de pesquisa" por meio do qual comentei essas semelhanças em um anexo ao capítulo 5 do livro da fazenda do Paraizo, anexo este posteriormente apresentado em sessão técnica (ver Nota de Rodapé 1) aos associados e convidados do IHGRJ e que, adaptado, está sendo incluído agora na revista da Instituição.

Observações gerais

Embora a casa de Secretário tenha dimensões menores que a de Paraizo[5], a arquitetura "básica" de ambas é similar e as soluções arquitetônicas usadas em uma são nitidamente vistas na outra. Ambos não fogem, entretanto, à preocupação em atender ao padrão de necessidades das casas rurais do café[6] que dividia a habitação em três áreas distintas e isoladas: comercial/acolhimento de visitantes; íntima, de uso restrito à família, e serviços. Todavia, por paradoxal que possa parecer, os pontos que as aproxima são exatamente os que as afasta

---

reforma que a *adaptou* aos novos gostos do século XIX" (grifo nosso).

[5] O corpo frontal de Paraizo, a base do grande "U" que é o formato básico da casa (ver texto), é dividido ao meio, no sentido horizontal, por um grande corredor que une as laterais esquerda e direita do prédio. A largura desse corredor, acrescida da parte construída após ele para os fundos, dá ao total deste corpo quase o dobro da área do corpo frontal de Secretário, que só possui a parte que corresponderia aos cômodos antes do corredor de Paraizo. As duas pernas do "U" da casa de Paraizo são bem mais longas que as equivalentes da moradia de Secretário (ver texto) e praticamente da mesma largura. Como ambas as casas possuem dois pavimentos iguais (Secretário, com ligeiras diferenças), a área maior do 1º pavimento de Paraizo se repete também no 2º pavimento, o que concorre para aumentar a diferença entre as áreas totais das duas casas que são: Paraizo: 2.150,0 m^2 e Secretário:1.342,6 m^2. Em contra partida, a fachada frontal de Secretário, 41,7 m, é 4,7 m maior que a de Paraizo.

[6] Este padrão de necessidades não é exclusivo das casas rurais do café, derivando, por sua vez, de padrões culturais anteriores como, por exemplo, os observados nas casas mineiras do ciclo do ouro.

do "normal" das moradias rurais do café, ou seja, elas "extrapolam" o padrão usualmente observado no conjunto dessas casas.

Em relação a Secretário – embora não tenha sido feita verificação *in loco* e a análise baseou-se nas plantas baixas e nas finalidades atuais dos cômodos –, percebe-se que se algumas das mudanças internas que hoje a casa exibe não tivessem acontecido, certamente ainda existiriam mais aproximações com a filosofia da moradia de Paraizo, que não sofreu alterações na sua planta básica original, exceto a introdução de banheiros e mudanças nos acessos internos. Por esta razão, excluindo as alterações que introduziram banheiros e outras facilidades de uma casa atual, as possíveis mudanças ocorridas na planta original de Secretário não foram consideradas para permitir adequada comparação com a planta de Paraizo.

Se o arquiteto/construtor de uma foi o mesmo da outra[7]; se os proprietários, o barão de Campo Belo e o barão, à época, do Rio Preto (ambos nobilitados como tal em 1854) e futuro visconde de mesmo título, dividiram informações; se as baronesas trocaram cartas sobre pinturas parietais e decorações dos seus palacetes, são pontos ainda sem resposta. Todavia, parece não restar dúvida de que os modelos são semelhantes e que alguma influência uma exerceu sobre a outra.

Vou comentar as semelhanças, deixando as incógnitas como desafios a futuras pesquisas.

---

[7] Segundo J. C. Bruzzi Castello, teria sido o major Julio Frederico Koeller – responsável dentre outras obras pelo projeto urbano de Petrópolis – provavelmente o autor do risco da casa, de 1830. Entretanto, a Secretário aqui enfocada é fruto de grande reforma de meados do século XIX, como comentado no texto. A moradia de Paraizo teria sido concluída em 1853 e, assim, a época da reforma de uma e da construção da outra seria bem próxima. Não se identificou o construtor de Paraizo.

Pontos comuns:

Ambas possuem dois pavimentos totalmente habitáveis e foram construídas soltas no terreno, condições, principalmente a primeira, já de início não características das moradias "normais" da época.

Possuem formatos básicos semelhantes. Paraizo, um U com pernas iguais, e Secretário, um U com pernas desiguais, a superior um pouco mais curta que a térrea em face da cozinha.

Os acessos principais se dão exatamente no meio das fachadas frontais dos pavimentos térreos em vestíbulos, com salas e alcovas/quartos pelos dois lados, tendo ao fundo escadas centrais com dois lances[8] para os pavimentos superiores que, embora não sejam iguais, são grandes e magníficas obras de marcenaria, objetivando, certamente, causar admiração imediata a quem entrasse nas casas.

Duas estátuas francesas de uma das fundições do Val d'Osne de mesmo formato – dois escravos negros representando um malabarista e um encantador de serpentes – guarnecem as entradas. As diferenças hoje observadas são que os dois de Secretário, maiores, ficam um de cada lado do exterior da porta principal e os do Paraizo, um de cada lado do início da escada mencionada no item anterior. Registre-se que na litografia do palacete do Secretário de Victor Frond, de 1859, essas estátuas não se encontravam no local mencionado.

1º pavimento (térreo)

Embora Paraizo apresente maior diversidade de cômodos e de dimensões, este pavimento obedece ao padrão de necessidades das habitações rurais do café na época e, assim, a função principal das suas salas, das alcovas/quartos e escritório fronteiros era tratar de negócios e da administração da fazenda, receber e acomodar visitantes e viajantes de todos os tipos – em especial os "comerciais" – e, subsidiariamente, servir de complemento aos salões do 2º pavimento por ocasião de recepções e festas. Essa era exatamente a finalidade

---

[8] A perna da direita da escada da casa de Paraizo foi suprimida.

do pavimento equivalente da moradia de Secretário com suas salas, quartos e escritório.

Ambas possuem grandes capelas, pela lateral esquerda de quem entra nas casas, nos pavimentos térreos e balcões nobres, acessados pelo 2º piso, para atender de forma claramente distinta, embaixo, escravos/empregados e, em cima, proprietários/convidados. No caso de Secretário, a capela ocupa toda a fachada lateral esquerda[9] de ambos os pavimentos e a de Paraizo, cerca de metade da lateral esquerda térrea e 1/3 da mesma lateral no 2º pavimento.

Pela direita, ainda no térreo, outras semelhanças. Ambas têm, na lateral direita, de acordo com o padrão de necessidades citado, a sua área de serviço igualmente isolada da ala comercial/social já apresentada. Ali ficam a sala de almoço do dia a dia, copa, despensa, cozinha e outras dependências auxiliares. Mais uma vez, também nesse bloco, Paraizo possui um conjunto maior e mais diversificado de cômodos do que Secretário, mas, em essência, as pernas desses Us das duas casas servem à mesma finalidade.

Ainda na lateral direita térrea encontra-se outra solução comum muito interessante. Ambas possuem escadas internas, em idênticos Ls invertidos, que permitiam que os proprietários acessassem as alas íntimas das casas, seus dormitórios, sem passar pela entrada principal e que servia de ligação, também, entre as copas/cozinhas e os salões nobres de jantar no 2º pavimento para permitir que ali fossem servidas essas refeições. Além dos formatos, também são iguais as localizações dessas escadas, mais ou menos no meio das áreas de serviços das laterais direitas.

Para concluir, as localizações das cozinhas são idênticas, ambas o último cômodo dessa lateral.

---

[9] As referências esquerda e direita no texto têm como base o observador olhando a casa de frente, ou seja, como se tivesse acabado de chegar a ela. Os arquitetos e engenheiros adotam critério inverso, considerando o observador localizado dentro da casa e olhando para a sua porta de entrada.

2º pavimento

Acessando o 2º pavimento pela escada principal, no caso de Secretário, uma saleta de chegada e, pela esquerda, um grande salão de festas com pequenos quartos laterais, possivelmente para acomodar em ocasiões especiais parentes próximos, visitantes ilustres e/ou autoridades, e, pela direita, outro salão (chamado hoje de "sala dos retratos"), com outros pequenos quartos que, tudo indica, deveriam servir à mesma finalidade. A mesma solução se vê na casa de Paraizo, embora nela também em grau maior, ou seja, mais salas e mais quartos e/ou alcovas pequenas, com a diferença de que estas ficam juntas e não separadas em dois conjuntos como em Secretário. Embora os riscos dessa ala das casas sejam diferentes devido à variação na quantidade de cômodos existente entre elas, as funções são as mesmas e por ali se dá, também em ambas, o acesso ao balcão nobre da capela, antes comentado.

Ambas possuem as suas salas de jantar nobre e aqui os projetos originais das duas não atendeu ao desejável isolamento da ala íntima de dormitórios da família em relação às salas de jantar, tendo em vista o trânsito de alimentos e pessoas entre as cozinhas e estas salas – pelas escadas em L antes mencionadas – quando da realização das festas. Na casa-sede de Paraizo, possivelmente em data próxima a da sua conclusão e observando o dia a dia da sua utilização, foi feita uma modificação na planta com a criação de uma nova escada – em caracol e em outro cômodo – que permitiu que o trânsito por ali acontecesse sem prejudicar o isolamento, reservando a escada original ao uso exclusivo dos proprietários e fora desse circuito. Tudo indica que ficou sem solução o problema similar da habitação de Secretário.

Na lateral direita do 2º pavimento e seguindo o padrão de necessidades das casas rurais da época, ficavam as alas íntimas das respectivas famílias, que consistiam, basicamente, dos seus dormitórios. Em ambas, existiam os aposentos exclusivos dos donos das casas compostos dos dormitórios propriamente ditos e de saletas de vestir/estar. A diferença é que a "suíte", sem banheiro naturalmente, do Secretário ficava na ponta dessa fachada voltada para os fundos e a do

Paraizo em posição exatamente inversa, ou seja, voltada à frente da casa.[10]

Diversos

Ambas possuem pinturas parietais de José Maria Villaronga[11], nas quais ele utilizou, dentre outras, as técnicas "trompe l'oeil" e "faux marbre".

As citadas datas da grande reforma de uma (Secretário) e da construção da outra (Paraizo) – meados do século XIX – são próximas, o que pode reforçar a influência do risco de uma sobre o da outra.

Por fim, na partilha dos bens do visconde do Rio Preto, em 1869, a casa-sede de Paraizo foi avaliada por 12 contos de réis e no inventário da baronesa de Campo Belo, em 1873, a casa-sede de Secretário foi avaliada pelo mesmo valor. As datas são próximas e a inflação naqueles tempos era praticamente zero. Assim, teria o valor da primeira influenciado na avaliação da outra ou teria sido mais uma "coincidência" a ser somada ao rol de tantas outras?

Registre-se, todavia, que as localizações das instalações cafeeiras seguiram projetos diferentes até pela topografia dos locais onde as fazendas foram assentadas, restringindo-se as semelhanças às respectivas casas-sedes. Todavia, os grandes e completos engenhos de café de ambas deveriam possuir máquinas e configurações semelhantes.

---

[10] A vista da primeira privilegia a bela paisagem formada pela cachoeira do ribeirão Secretário e a ampla visão do ambiente rural e a da segunda, o olhar sobre as mais importantes instalações agrícolas do café, o belo acesso à casa-sede emoldurado pelo renque de palmeiras imperiais e a ampla várzea ao fundo da qual a fazenda foi construída. Embora imagens diferentes, ambas de grande beleza e simbolismo.

[11] Alguns autores questionam se são de Villaronga as pinturas de Secretário contra o que se contrapõe a semelhança dos traços de várias delas existentes nas duas casas. Entretanto, foge ao objetivo dessa comparação essa discussão, adotando-se nela a posição registrada no texto.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba.* Rio de Janeiro: [s.n.], 1989.

CALVANTE, Eurico Antonio. Q*uissamã.* Capítulo: "Acervo arquitetônico das fazendas de Quissamã", IPHAN, 1991.

CASTELLO, José Carlos Bruzzi. *A Fazenda do Secretário – Vassouras.* Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2000.

FACULDADE DE ARQUITETURA DE BARRA DO PIRAÍ – Fundação Educacional Rosemar Pimentel – FERP. *Levantamento Arquitetônico da fazenda do Secretário* – Barra do Piraí: Década de 1970 – Acervo do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC.

FORTE, José Matoso Maia. *A Fazenda do Secretário.* Manuscrito do acervo do SPHAN – Notas datilografadas e comentadas por Augusto Carlos da Silva Telles.

LIMA, Roberto Guião de Souza. Notas sobre as obras do artista José Maria de Villaronga y Panella. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* (IHGRJ), Rio de Janeiro: ano 14, nº 14, 2005.

___. *A História da Fazenda do Paraizo e de sua Gente.* Volta Redonda: Edição do Autor, 2014 (divulgação restrita).

MIRANDA, Alcides da Rocha e CZAJKOWSHI, Jorge. *Aspectos de uma arquitetura rural do século XIX* (parte do livro *Fazendas*: solares da região cafeeira do Brasil Imperial). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas fazendas de café da província fluminense*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

___. *Fazendas*: solares da região cafeeira do Brasil imperial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. *Villaronga, um pintor esquecido na corte do rei café.* São Paulo: Jornais "O Estado de São Paulo" e "DO Notícias" – várias matérias publicadas entre 1977 e 1986

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco – 1º vol.* São Paulo: Livraria Itatiaia Editora Ltda. (Editora da Universidade de São Paulo – USP), 1980.

Resumo

Neste trabalho, foram levantadas e comentadas as semelhanças existentes entre as plantas baixas dos dois pavimentos das casas--sede das fazendas do Paraizo, em Rio das Flores, RJ, e do Secretário, em Vassouras, RJ, ambas de meados do século XIX, e de como e por que foi realizada esta análise comparativa. Todavia, não foram identificadas as razões que levaram a estas semelhanças nem os responsáveis pelas respectivas construções.

Palavras-chave: Palacetes rurais; Fazendas; Paraizo; Secretário; Arquitetura; Vale do Paraíba Fluminense.

Abstract

In this work we raised and discussed the similarities between low-plants of two floors of the houses of Paraizo farm, in Rio das Flores, RJ, and Secretario farm, in Vassouras, RJ, bot the mid-nineteenth century, and how and why it was carried out this comparative analyses. However, the reasons for these similarities nor responsibles for their construction have not been identified.

Keywords: *Rural mansions; Farms; Paraizo; Secretário; Architecture; Vale do Paraíba Fluminense.*

Recebido em 7 de janeiro de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.

A REVOLTA DAS LARANJAS

Neusa Fernandes[1]

Os cariocas são pessoas maravilhosas, conhecidas por sua alegria de viver, pela solidariedade, pela camaradagem, pelo alto astral e pela inadiável obrigação de estar felizes. Esse espírito carioca marcou uma das manifestações mais divertidas que a nossa cidade abrigou no final da monarquia. Na manhã de 25 de julho de 1889, em meio aos debates políticos que marcaram o período, o Rio de Janeiro assistiu a uma manifestação estudantil pacífica e jocosa, que historicamente recebeu o impróprio nome de Revolta das Laranjas.

No ano em que o Brasil virou República, no golpe de 15 de novembro, havia uma quitandeira famosa, descendente de escravos, que trabalhava nas ruas do Rio de Janeiro e atendia pelo nome de Sabina. Durante anos, a vendedora manteve o seu comércio de laranjas, em frente à porta da Faculdade de Medicina. No meio desse ano, os estudantes de medicina, seus principais clientes, resolveram alvejar com as frutas do tabuleiro da vendedora a carruagem do Visconde de Ouro Preto, chefe de gabinete do Império, que cruzou à frente da escola. Na manhã seguinte, o subdelegado da Freguesia de São José, Jacome Lazary, expulsou Sabina do ponto, apreendeu seu tabuleiro e proibiu-a de manter seu pequeno comércio naquele local.

Em consequência, os estudantes reuniram-se em frente ao edifício da Faculdade, às 10h, portando laranjas fincadas nas pontas de bengalas e de guarda-chuvas e caminharam em passeata, forma de luta consagrada desde 1880, na Revolta do Vintém. Abria o cortejo estudantil uma espécie de estandarte formado por uma coroa feita com frutas e legumes. Penduradas, duas largas fitas, nas quais foram gravadas as seguintes inscrições, em uma: Ao subdelegado do 1º distrito

---

[1] Pós-doutora em História Social. Presidente do IHGRJ.

da freguesia de S. José oferece a Escola de Medicina; e em outra: Ao eliminador das laranjas. Os estudantes tomaram cuidados especiais, mantendo o bom humor e evitando transparecer qualquer conteúdo político implícito no evento. Saíram do largo da Misericórdia, ganharam a Rua 1º de Março e a Rua do Ouvidor e foram até a Rua Uruguaiana, sempre saudados pelo povo que, das calçadas e das janelas, os cumprimentavam, aplaudindo e acenando lenços. Nessa altura, a passeata já abrigava uma enorme multidão, com a incorporação dos alunos da Escola Politécnica que fizeram larga colheita de laranjas, compradas no primeiro tabuleiro que encontraram. Continuaram o percurso e atingiram a Travessa de S. Francisco, ruas Sete de Setembro e Gonçalves Dias. No trajeto, os estudantes cumprimentaram os jornalistas, presentes nas redações dos jornais: *Novidades*, *Dia*, *Gazeta da Tarde* e *Revista Illustrada*.

Diante da reação popular causada pela remoção da quitandeira mais famosa da cidade, o subdelegado demitiu-se e foi desautorizado pelo seu superior, o chefe de polícia, que permitiu que o pequeno comércio de Sabina voltasse a funcionar no mesmo local.

Condenando o comportamento do subdelegado, os estudantes resolveram premiá-lo com uma coroa cívica, que penduraram na porta principal do prédio ocupado pela autoridade. Daí, caminharam de volta até a Escola de Medicina, onde se reuniram em sessão solene que homenageou os solidários colegas da Politécnica. Esta sessão foi coberta pelo *Diário de Notícias*, de 26 de julho de 1889.

O grupo de jovens protestando ruidosamente contra o subdelegado tem analogias com formas ritualizadas de protesto, como o *charivari,* forma cultural de resistência, entendida também como música ruidosa, utilizada pelas camadas populares para recriminar publicamente os infratores das normas da comunidade. Objeto de estudo do jornalista e historiador norte-americano, Robert Darnton, o "charivari" se parece com "rough music", pesquisado pelo historiador Edward Thompson, que a identificou como uma espécie de "teatro de rua para divulgar um escândalo, empregado em geral para dirigir zombarias ou hostilidades contra indivíduos que desrespeitam certas normas da

comunidade". Se estas formas de protesto não faziam parte do nosso repertório cultural, corrente na Corte em 1889, os jovens cariocas tinham outra referência: o carnaval. Realmente, a passeata em defesa de Sabina lembrou muito o desfile alegre de alguma agremiação carnavalesca, pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, pelo uso constante da palavra "préstito" (pertencente ao vocabulário do Carnaval), pelas adesões espontâneas que recebiam pelos caminhos e pela presença da música. Em todos os relatos presentes nos jornais, foi lembrada a ridicularização humorística, que remetiam às alegorias dos carros de críticas das sociedades carnavalescas, ponto alto dos desfiles do Carnaval naquela época. Vale lembrar que estas grandes sociedades carnavalescas caracterizavam-se por seu engajamento na campanha abolicionista, e com certeza o fato de os estudantes terem assumido a defesa da mulata Sabina não deixava de trazer mais esta referência ao Carnaval na passeata. No ano seguinte, logo depois da queda do Império, os irmãos Arthur e Aluísio Azevedo popularizaram a mulata vendedora Sabina na revista teatral intitulada *A República*. Vale lembrar que numa época em que o racismo era ainda mais explícito e quase não havia atrizes negras, a artista que representou Sabina no teatro era uma grega, muito alva, Ana Menarezzi. A revista alcançou enorme sucesso. A canção *As Laranjas de Sabina*, composta para o espetáculo, acabou sendo, segundo o pesquisador José Ramos Tinhorão, uma das primeiras em que a expressão mulata apareceu na história da música brasileira:

> *"Uma grande passeata*
> *Deste modo provaram*
> *Quanto gostam da mulata, ai..."*

Com o prolongado sucesso, a revista foi remontada na versão *Bendegó*, de Oscar Pederneiras, no ano de 1900, incluindo uma nova roupagem de "As Laranjas da Sabina", agora denominada "O Tango da Quitandeira", cantada por Aurélia Delorme. A música foi gravada em 1902, figurando entre as primeiras gravações realizadas no Brasil.

Cumpre registrar que a chamada Revolta das Laranjas foi noticiada, com grande destaque, por todos os periódicos, matutinos e vespertinos, que circulavam na época. A imprensa foi unânime na

cobertura dada à manifestação, destacando-se os elogios ao seu caráter pacífico e bem humorado: "pilhéria monumental dos estudantes de medicina" (*Novidades*, 27-7-1889), "na melhor ordem possível, e sem ocorrência alguma desagradável" (*Gazeta da Tarde*, 25-7-1889), "genuinamente acadêmica, alegre, barulhenta e inofensiva" (*Gazeta de Notícias*, 26-7-1889), "não houve da parte dos que a promoveram e levaram a efeito intuito de desprestígio a ninguém, nem de desobedecer a nenhuma autoridade". (O *Jornal do Commercio*, 26-7-1889.)

> *"A boemia acadêmica de há vinte anos passados ressurgiu ontem, trocista e pilhéria, em plena rua do Ouvidor, vinda da escola de Medicina com escala pelas ruas da Misericórdia e Direita. A procissão das laranjas, que passou estrepitosamente às 11 horas da manhã, é o rejuvenescimento do espírito acadêmico, de que já não tínhamos hoje quase nenhuma manifestação, dessa troça que sumira-se na profunda vida de seriedade dos rapazes de agora, que escrituram como qualquer negociante a receita da pensão mensal com as despesas dos bailes obrigados à casaca, e que abandonaram as belas noitadas ao luar, em serenatas de modinha ao violão, pelas notas graves dos gravíssimos concertos clássicos."* (*Gazeta de Notícias*, 26-7-1889.)

E até o historiador Vieira Fazenda, em 1907, opinou a respeito da manifestação estudantil de 1889:

> *"torna-se claro que a vendedora tinha seu próprio ponto de vista a respeito de sua situação, e certamente menos idílico que o fornecido pelo jornalista citado. E não seria arriscado imaginar que utilizasse sua freguesia privilegiada como meio de obter alguma distinção. A longa convivência com sua clientela provavelmente lhe deu algum status, o que se verificaria na dificuldade de retirá-la de seu posto quando da proibição."*

Entretanto, alguns jornalistas afirmaram que a punida não foi Sabina, mas outra vendedora de sua quitanda, de nome Geralda, porque Sabina já tinha falecido.

A morte de Sabina foi acontecimento digno de nota para a comunidade médica. A revista *Brazil Médico*, o principal periódico da

medicina brasileira do período, registrou o fato, por intermédio de seu diretor Azevedo Sodré:

> *"Há bastante tempo não nos é dado registrar semana tão fértil em acontecimento interessando de perto à classe médica como a que vem de findar-se. Desde a recrudescência paroxística da letal endemia que de há longos anos assola e desacredita esta cidade, até a visita que ao hospital da Jurujuba fez o nobre Sr. Ministro do Império; desde o desaparecimento imprevisto da legendária Sabina, a conhecida e estimada vendedora de frutas junto às portas da Faculdade, até o suposto envenenamento das crianças em Niterói, tudo isso sobremaneira preocupou a atenção da classe médica e merece ser aqui devidamente consignado."*

Também a *Gazeta de Notícias* de 26 de julho de 1889, registrou: "[...] Sabina morreu, morreu num quarto de hospital, para morrer no seu lar, entre a sua família, porque a família da Sabina eram todos os estudantes [...]."

Desde então, seu posto havia sido assumido por Geralda, outra vendedora. Mas para muitos tal fato passou despercebido, e a protagonista do evento foi chamada pelos jornais de "Sabina", "Geralda", "Sabina II" ou, um tanto estranhamente, "Rosa Sabina Geralda". Um jornalista chegou a observar que "a autoridade policial, que não se animara a rebelar-se contra a Sabina, revoltava-se agora contra a instituição, atacava o segundo reinado que proibiu a venda de laranjas!" (*Gazeta de Notícias*, 26-7-1889.)

A manifestação estudantil consagrou a passeata como eficaz forma de luta, marcou a rua como o lugar onde se dava o social como espetáculo, o lugar por excelência do outro, e imortalizou Sabina pela cultura das ruas cariocas.

Fontes

Arquivo da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia, Caixa 37, n.º 796 (Arquivo Nacional).

Careta, nº 606 de 31-1-1920, 607 de 7-2-1920, 661 de 19-2-1921, 709 de 21-1-1922, 762 de 27-1-1923.

Fon-Fon, de 31-1-1920.

Gazeta de Notícias, de 28 de julho de 1889.

Diário de Notícias, de 26 de julho de 1889.

VIEIRA FAZENDA. *Op. cit.*, p. 53

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Edigar de. *Nosso Sinhô do Samba*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1981, pp. 23 e 29.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia*: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 130-149.

DARNTON, Robert. "Os Trabalhadores se Revoltam: o grande massacre dos gatos na Rue Saint-Severin". *In*: *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sônia Coutinho. 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1996, pp. 103-139.

____. *O Iluminismo Como Negócio – História da Publicação da Enciclopédia 175.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. "Razões do desgoverno". *In*: *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Trad. Mariza Corrêa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 87-106.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir, história de violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Artur Azevedo e Sua Época*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 189-191.

RUIZ, Roberto. *O Teatro de Revista no Brasil*: das origens à Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Inacen, 1988, pp. 35-36.

TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular*: teatro & cinema. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 17.

THOMPSON, Edward P. "Rough Music". *In*: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichemberg, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 353-403.

____. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. "A Mulher de Cor e o Canibalismo Erótico na Sociedade Escravocrata". *In*: *O Canibalismo Amoroso*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

Resumo

O artigo trata de uma das manifestações mais divertidas que a nossa cidade abrigou no final da monarquia. Estudantes de medicina organizaram passeata em defesa de uma quitandeira famosa, descendente de escravos, que trabalhava nas ruas do Rio de Janeiro e atendia pelo nome de Sabina. Durante anos, a vendedora manteve o seu comércio de laranjas, em frente à porta da Faculdade de Medicina. Perdeu seu ponto de venda em virtude dos estudantes terem usado as frutas que vendia para atacar a carruagem de autoridade.

Palavras-chave: Revolta - laranjas - Sabina.

Abstract

Il s'agit d'une manifestation étudiente très amusante qui est passée au fin de la monarchie. Les étudiants de médecine ont organizé une marche pour défendre une vendeuse de fruits , Sabina, descendant des africaines. Pendant quelques années, Sabina a maintenu son commerce dans la cité. A perdu son point à cause des étudiants qui ont attaqué une autorité, avec ses fruits.

Keywords: *Manifestation; oranges; Sabina.*

Recebido em 11 de fevereiro de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.

BRANDÃO, O POPULARÍSSIMO, PROCÓPIO FERREIRA E AS COMPANHIAS TEATRAIS ITINERANTES NO RIO DE JANEIRO NOS SÉCULOS 19 E 20

Marco Santos[1]

Introdução

Historicamente, o Teatro Ocidental sempre apresentou funções outras, além de entretenimento, esta talvez a menos importante delas. O teatro é o espelho da sociedade, o reflexo do ser humano e suas idiossincrasias, contradições, complexidades.

Na Grécia Clássica, onde o Teatro Ocidental foi criado, essa arte integrava Arte, Religião, Política e Filosofia. O teatro expõe o pensamento social de uma coletividade. Sua função social, como manifestação artística, pressupõe uma visão crítica sobre a realidade, transformando pensamento em ação. Nunca é demais lembrar que "atuar, ator" e "ação" têm o mesmo radical semântico. Logo, o ator é aquele que age. A palavra grega "drama" significa "ação". A divisão de uma peça de Teatro chama-se "ato". Cabe ao ator, agente que atua, representar o espírito humano por meio de ações, como ensinou Eugênio Kusnet . Em seu livro *Ator e Método*, reproduz uma definição de Konstantin Stanislavski, célebre homem de Teatro nascido na Rússia: "A arte dramática é a capacidade de representar a vida do espírito humano, em público e em forma estética". (KUSNET, 1987, p. 6.)

Ao longo da história do mundo, inúmeros atores se incumbiram de representar o "espírito humano". Alguns com maior ou menor talento. No Brasil, onde o teatro surgiu pelas mãos de Anchieta e suas

---

[1] Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

representações religiosas, tivemos uma multidão de autores e atores que procuram encenar esse "espírito humano". Hoje, trataremos de apenas dois, que servem de símbolos de tantos. Um deles, teve a maior parte de sua carreira no século 19. Outro, atuou nos palcos integralmente no século 20. Ambos percorreram a *terra brasilis* incluindo a *terra fluminensis*. O primeiro, ficou célebre como "Brandão, o Popularíssimo". E foi talvez o mais popular ator de seu tempo. O outro, alcançou fama e glória com o nome de Procópio Ferreira. Em sua época, certamente o ator de maior popularidade no Brasil.

Dois "Joões" no Teatro

João Augusto Soares Brandão era açoriano, nascido na ilha de São Miguel, em 18 de junho de 1844. Migrou para o Brasil com 11 anos, trabalhou no comércio, até ser picado pela "mosca azul do Teatro". Após participações em algumas peças no Rio de Janeiro, em 1862 foi convidado por uma empresária de companhia teatral itinerante para ir juntar-se ao seu grupo, em Vassouras. Ali começava uma carreira que durou quase 60 anos, em boa parte deste tempo, viajando de cidade em cidade, levando sua arte para ricos e pobres. Por cerca de três décadas, perambulou em companhias teatrais itinerantes por Rio, São Paulo e Minas Gerais, até ser "descoberto" e trazido para o Distrito Federal, onde brilhou nas revistas de Arthur Azevedo, Moreira Sampaio e outros. De 1891, quando estreou em "Viagem ao Parnaso", revista de Arthur Azevedo, com música de Chiquinha Gonzaga, até sua última aparição em teatro, em 11 de outubro de 1921, em um espetáculo beneficente, apresentando o monólogo "Uma ova!", ele alcançou o topo da popularidade de um ator de Teatro.

São incontáveis suas criações de sucesso. Cito algumas apenas para registro: o "Progresso", da revista *Abacaxi*, o "Rio de Janeiro", da revista *Rio Nu*, O "Seu Eusébio", de *A Capital Federal*, o "Frazão", de *O Mambembe*, o "Dudu", de *A última do Dudu*, entre tantos outros.

O outro ator citado neste trabalho, outro João por nascimento, na pia batismal recebeu o nome de João Álvaro de Jesus Quental Ferreira. Este João veio ao mundo numa casa da Rua dos Inválidos, nº 78,

no Centro do Rio, em 8 de julho de 1898. Seus pais eram portugueses, de Funchal, na ilha da Madeira.

Seu contato com o teatro se deu por ter sido um menino estudioso. Por ser aluno aplicado, recebeu como prêmio uma ida ao Teatro Maison Moderne[2]. Em suas palavras, ele "saiu com o espetáculo nos olhos" (FERREIRA, 2000, p. 26). Decidiu que seria ator, embora não o confessasse aos pais. Entrou secretamente para a primeira turma da recém-criada Escola Dramática Municipal (atual Escola Martins Pena). Seu pai descobriu e o expulsou de casa.

Uma vez formado ator, fez sua estreia no dia 22 de março de 1917, no Teatro Carlos Gomes. Por conta dessa sua primeira apresentação, ganhou o nome com que seria conhecido, conforme contou em entrevista feita no Serviço Nacional de Teatro, publicada no livro "Depoimentos I". O secretário da Companhia teatral que o contratou perguntou seu nome. Ele disse o nome completo de batismo. "É muito grande, isso não cabe no programa, vamos encurtar isso", disse o funcionário. E perguntou ao grande Olympio Nogueira que nome poderiam dar ao iniciante.

> "*– Em que dia você nasceu? – perguntou Olympio.*
>
> *– Em 8 de julho.*
>
> *– Dia de São Procópio. Está aí um bom nome. Procópio Ferreira.* (BRASIL, 1976, p. 94.)"

Na verdade, no dizer de Décio de Almeida Prado,

> *"ele receberia posteriormente a mais alta homenagem prestada aos grandes homens pela opinião pública brasileira – perderia o so-*

[2] Essa casa de espetáculo ficava na atual Rua Pedro I, esquina com Praça Tiradentes, defronte ao Teatro Carlos Gomes. Naquele espaço, havia uma parte coberta e outra descoberta. A primeira era uma estrutura de ferro, onde aconteciam peças de *vaudeville*. Na descoberta, havia um verdadeiro mafuá, com apresentações circenses, roda-gigante, estande de tiro ao alvo, malho para fazer soar o gongo, diorama, máquinas caça-níqueis e exposição de animais ferozes etc.

> *brenome. Quando se falava em Procópio, ninguém tinha dúvida de que se tratava naturalmente de Procópio Ferreira."* (PRADO, s.d., p. 11.)

O certo é que a juventude de Procópio e mesmo toda a sua vida trazem histórias com versões diferentes de acordo com a fonte, mesmo que esta seja ele mesmo. Sobre as histórias, às vezes contraditórias, sua filha Bibi Ferreira tem a sua teoria:

> *"Papai misturou completamente vida com Teatro. Daí, ele ser tão absurdamente natural no palco, enquanto era extremamente teatral no dia a dia. Acho que ele se acostumou a não ver a realidade, porque no Teatro ela é uma fantasia. E, provavelmente, ele pensava assim; que quando quisesse, também podia mudar de cenário na vida."* (BARCELLOS, 1999, p. 16.)

Em 62 anos de carreira, Procópio atuou em 427 peças, interpretando mais de 500 personagens. Estreou com "Amigo, mulher e marido", de Flers e Caillavert. Em 1919, começou a ser notado, atuando em "Juriti", de Viriato Corrêa, com música de Chiquinha Gonzaga, onde fez magnificamente o personagem "Zé Fogueteiro". Essa peça subiu à cena em 16 de julho daquele ano, no Teatro São Pedro, e faria 206 representações ininterruptas. Arrecadou 230 contos de réis, com média de 2,3 contos por noite. A peça foi assistida por mais de 250.000 espectadores. Um sucesso retumbante! Tinha no elenco, além de Procópio, sua futura comadre, Abigail Maia e Vicente Celestino.

Por ter sido notado, conseguiu entrar para a Companhia do Teatro Trianon, atuando em comédias de costumes como "Onde canta o sabiá", "Manhãs de sol" e "Ministro do Supremo".

Após sete anos de carreira, fundou, em São Paulo, sua própria companhia, com repertório fortemente baseado no teatro argentino. Em 1925, estreou um de seus grandes sucessos: "Cala a boca, Etelvina!", de Armando Gonzaga. Em 1932, estreou o que talvez possa ser considerado seu maior êxito: "Deus lhe pague", de Joracy Camargo. Dez anos depois, lançou sua filha, Bibi, na peça "O inimigo das mulheres", de Goldoni. Atuou no Brasil, na França e em Portugal. Seu

último trabalho em Teatro foi no monólogo de sua autoria, "o vendedor de gargalhadas".

Companhias itinerantes: iam onde o povo estava

As companhia teatrais itinerantes foram parte importante da história do teatro brasileiro. Era principalmente nas trupes mambembes que atores realmente se formavam, visto que a primeira escola de arte dramática, como visto, só apareceria na segunda década do século 20 e não era levada a sério pelos atores. O próprio Procópio, formado por ela, admitiu que saiu de lá sem saber o que era teatro na prática. Brandão fazia pouco caso dessa escola, embora reconhecesse em Procópio o único ator 'que valia a pena" que tinha saído de lá.

No Século 19, quando a atividade teatral já estava mais solidamente estabelecida no Brasil, centenas de cias itinerantes cruzaram as estradas de terra batida. No dizer do letrista Fernando Brant, na canção "Nos bailes da vida", "com a roupa encharcada e a alma repleta de chão, todo artista tem que ir aonde o povo está". E aqueles artistas teatrais mambembes estiveram onde havia quem pagasse ingresso para assisti-los.

As companhia itinerantes também tinham função social específica, muito além de levar mero entretenimento aos rincões afastados. Eram elas que levavam notícias para lugares onde os meios de comunicação incipientes da época não alcançavam. Artistas provenientes da ou que tinham passado pela Capital Federal ou outro centro político importante eram inquiridos e ouvidos com avidez pelo morador das cidades distantes. A História precisa reconhecer esse aspecto social das companhias itinerantes.

Ao tempo de Brandão, as companhias itinerantes ou grupos mambembes poderiam ser uma empresa organizada, disciplinada, com estrutura sólida e regular, ou se constituíam de forma improvisada, desestruturada. Em ambos os casos, o intuito era lucrar, conseguir algum dinheiro. Mas as primeiras tinham mais chances de atingir o objetivo.

Na peça "O Mambembe", de Arthur Azevedo e José Piza, os autores contam as desventuras de um grupo teatral desorganizado, chefiado por um ator célebre, "Frazão", que transitava pelo interior do país se apresentando até por hospedagem e comida. O próprio Arthur admitiu que escreveu esta peça baseado nos relatos vividos por seu amigo Brandão, que viveu histórias como as descritas na peça em seus muitos anos como ator de companhia itinerante.

Mas, trapalhadas à parte, companhias sérias eram bem recebidas pelas cidades do interior, e há diversos casos em que atores acabam se integrando à população do município, nem que seja por algum tempo. O próprio Brandão viveu por meses em Vassouras, no Rio de Janeiro, e em Sabará/MG, como morador da cidade, com casa constituída e tudo o mais.

Já no tempo de Procópio, para uma companhia teatral excursionar, precisava sempre de uma estrutura mais sólida, uma organização quase de empresa. O grande ator empreendeu longas viagens com sua companhia, visitando inúmeras localidades. Dizia-se na época uma frase lapidar: "Procópio pôs mais cidades no mapa que o IBGE". O itinerário da companhia era traçado com antecedência, nunca chegavam sem estar tudo pronto e organizado. Procópio era uma celebridade nacional. No dia de sua chegada à cidade, era comum ver a população se postar ao longo da avenida por onde o carro do ator passaria para acenar para ele, desejando avidamente um olhar, uma atenção, por mínima que fosse, de Procópio.

O objetivo das caravanas artísticas de seu tempo também era, como na época de Brandão, auferir lucros. Procópio nunca escondeu isso. Décio de Almeida Prado conta em seu livro sobre o ator que o pai de Bibi dizia a quem quisesse ouvir:

> *"Pois veja: toda arte, meu amigo, é comercial, toda ela. O fato é que a arte é comercial. Você não deve oferecer ao público aquilo que o público não quer. Por que eu sempre ofereci ao meu público peças para fazer rir? Porque o público quer rir, o público precisa de rir."* (PRADO, s.d., p. 12.)

Procópio fez mais viagens com seu grupo nos anos 40/50. Justamente quando o teatro no Rio de Janeiro passava por transformações estéticas. O teatro de costumes, típico da chamada "Geração Trianon", da qual Leopoldo Fróes, Jayme Costa e ele, Procópio, eram os grandes representantes, saía gradativamente de cena, dando espaço a atores com postura moderna, especialmente após a chegada ao Brasil de diretores europeus e da própria disposição de alguns atores de modernizar o teatro, como Dulcina, por exemplo, que baniu o "ponto", uma verdadeira instituição dos tempos antigos, onde os artistas não decoravam o texto.

Procópio, pelo menos naquele momento, não estava disposto a capitular. Desta forma, optou por levar a sua arte onde o seu nome era querido e respeitado, e o teatro que fazia, centrado no "culto à personalidade", bem aceito pelo público.

Ele foi a primeira personalidade a apostar na união da indústria com a arte, pelo menos no Brasil. Sabendo-se idolatrado até nos confins do país, mandou confeccionar em fábrica bonecos com a sua estampa e que eram vendidos nas cidades por onde sua caravana passaria. E os artefatos se esgotavam!

Ao tempo de Brandão, e por muitos anos depois dele, o máximo de aproximação da produção em massa com a lide artística era a confecção em gráficas de fotos impressas dos principais artistas, que eram vendidas antes de começar o espetáculo. Procópio, como se vê, foi bem além disso.

A censura e o anedotário no Teatro

Tanto Brandão quanto Procópio tiveram problemas com censura. Nenhum dos dois tinha envolvimento diretamente com política. Ambos era amigos de poderosos. Brandão tinha, entre seus admiradores, o presidente Floriano Peixoto, que ia disfarçado ao teatro para vê-lo. Ruy Barbosa também costumava assistir suas peças. Procópio foi amigo de diversos grandes políticos e de homens do Poder: Getúlio Vargas e Castelo Branco estavam entre eles, só para citar dois

presidentes. Mesmo assim, Procópio e Brandão foram alcançados em algum momento pelo censor.

No tempo do Brandão, os censores tinha lugar marcado no teatro, e lá estavam sempre atentos aos figurinos das atrizes, para que não mostrassem mais do que achavam necessário. E costumavam acompanhar as peças com o texto na mão para saber se o que era dito era o aprovado. Nos espetáculos beneficentes, quando não havia censura prévia, a admoestação vinha *a posteriori*.

A censura esteve presente na carreira de Procópio, inclusive, dando-lhe considerável prejuízo. Sua companhia havia produzido e montado, no Cassino Beira Mar, a peça "Marabá", texto de Joracy Camargo. Ao terceiro dia, sob alegação de ser uma peça "comunista", o famigerado Felinto Muller ordenou que Procópio tirasse a peça de cartaz, no que foi prontamente obedecido pelo ator.

Como foi dito anteriormente, as companhias itinerantes acabavam se tornando a verdadeira escola para formação de atores. Ao tempo de Brandão e mesmo na época de Procópio, um célebre ator de teatro era admirado e querido pela sociedade, mas a profissão era vista pelas famílias conservadoras como algo marginal. Não eram poucos os escândalos envolvendo artistas de teatro, especialmente com atrizes no meio. Citando trecho de "Popularíssimo: o ator Brandão e seu tempo", do mesmo autor deste artigo:

> *"As relações sociais naquele tempo mantinham a herança do patriarcado que sempre permeou a sociedade colonial brasileira. No tocante aos valores morais, a tradicional família católica primava por um conservadorismo na teoria e bastante liberalismo na prática. Na verdade, vivia-se uma moral hipócrita onde as aparências tinham privilégios sobre o conteúdo. Não bastava ser "uma pessoa de bem" tinha-se que parecer ser "de bem", mesmo sem realmente sê-lo. A literatura da época está cheia de exemplos de senhores de aparência nobre e distinta, mas que, como nas palavras de Jesus Cristo, eram "sepulcros caiados", abrigando muita podridão na sua vida longe dos olhos dos outros."* (SANTOS, 2007, p. 271/272.)

Por tudo isto, se algum filho de família "de bem" demonstrasse pendor para as artes cênicas era prontamente demovido por duas instituições do passado nem tão remoto assim: "o Dr. Chinelo e o Prof. Cinturão". Mas mesmo assim, havia quem quisesse tentar carreira e o atalho passava por entrar para grupos mambembes. Sem muita ou sem nenhuma experiência, eram comuns erros, que levavam apresentações ao fracasso. Alguns destes erros acabaram entrando para o acervo de histórias impagáveis do teatro brasileiro.

Quando o candidato a ator não tinha muito talento, ou ainda era muito cru para receber um papel de destaque, costumava ser chamado de "formigão" pelo jargão da época. Para a má ou inexperiente atriz, o jargão reservava outro epíteto: "pataqueira", que evocava os tempos em que grupos teatrais de priscas eras se apresentavam em praças públicas e pagavam "uma pataca" para pessoas do povo fazerem figuração.

Exemplos de erros de "formigões" enriquecem o anedotário teatral. Um, que ainda haveria de se tornar um excelente ator um dia, em seus tempos de iniciante, proferiu a seguinte fala: "é *inútel (sic)* continuar, condessa, a senhora é uma *despóta (sic)*." (SANTOS, 2007, p. 339.) Ou aquele que tinha que dizer uma única fala: "O almoço está na mesa e a carruagem está na porta". Ele se atrapalhou e disse: "A carruagem está na mesa e o almoço está na porta" (SANTOS, 2007, p. 237). E também houve o caso do ator iniciante que, no drama "Jack, o Estripador", entrou em cena e falou: "Jack, o terrível assassino, acaba de *arrombar* a minha filha". (SANTOS, 2007, p. 237.) É óbvio que ele tinha de falar "acaba de *assassinar* a minha filha", mas sabe-se lá o que o levou a cometer aquele desastre diante do público, que precisou de alguns minutos para interromper o riso assistindo a um dramalhão.

Entre as atrizes, ser chamada de "pataqueira" era ofensa imperdoável. Já foi famosa a história acontecida numa companhia teatral itinerante de Minas Gerais. A primeira atriz da Companhia. estava fazendo uma cena romântica no proscênio, quando, subitamente, saiu de sua marca, abandonou o lugar junto ao galã, foi até a saída da coxia e gritou: "– Pataqueira é a tua mãe!"

E retornou para a frente do palco, junto ao galã, como se nada tivesse acontecido. O público e o ator não entenderam nada. Depois, foi esclarecido: a primeira atriz tinha se desentendido com a segunda atriz da Companhia nos bastidores do teatro e as duas discutiram pouco antes da atriz principal entrar em cena para contracenar com o galã. E quando ela estava no palco, dizendo as falas de mocinha apaixonada, ouviu a desafeta resmungar da coxia: "– Olha só essa pataqueira!"

Ao ouvir o xingamento, a primeira atriz não titubeou em dar a resposta malcriada e voltar para o proscênio e para suas falas românticas.[3]

O popularíssimo Brandão também sofreu nas mãos de "formigões". Certa vez, no tempo em que ele já não era tão requisitado para liderar elencos importantes, ele estava excursionando com uma companhia itinerante repleta de atores em início de carreira. A peça era do gênero *grand-guignol*, que se notabilizava por seu excesso de realismo, especialmente nas cenas sangrentas. Além de ator, Brandão também era o ensaiador daquela companhia improvisada. Em uma cena especialmente dramática, onde pai e filho tinham áspera discussão, o galã, que fazia o "filho", deveria cravar um punhal no peito do próprio pai. Com o intuito de obter maior efeito, Brandão tinha conseguido um papo de peru, transformado em bolsinha contendo tinta vermelha fazendo as vezes de sangue. O pequeno invólucro foi pendurado sob o paletó do ator que fazia o "pai", com o auxílio de um fino barbante. O "filho" desnaturado deveria esfaquear o saquinho, fazendo a cena alcançar fortíssima carga dramática por conta do sangue que espirraria. Ao galã, Brandão recomendou: "– Veja lá, não deixe de golpear o papo; a tinta jorra e dá ao público o efeito do sangue espadanando. Acerte no papo, não se esqueça! Acerte no papo!"

Na noite da estreia, no ápice daquela cena eletrizante, quando o galã vai apunhalar o "pai", depois de uma virulenta discussão, na

---

[3] História narrada em SANTOS, Marco. Popularíssimo: o ator Brandão e o seu tempo.

hora H o barbante que segurava o papo do peru arrebentou e a bolsinha caiu no chão.

O galã frente ao pai, com a faca na mão; o pai, diante dele, estatelado. O ator avançou com o punhal e cravou... no papo que estava no chão!

E diante daquela cena inusitada, o "pai", vendo o "filho" esfaquear o papo do galináceo caído no palco, levou as mãos ao peito e caiu estrebuchando como se fosse apunhalado.

O Teatro veio abaixo. Brandão, inicialmente, se desesperou, depois acabou rindo junto com o público.[4]

Procópio Ferreira também deve ter tido problemas com "formigões" e "pataqueiras". Ele próprio, quando era iniciante, cometeu vários erros lembrados por ele em entrevistas. Em "Depoimentos I", ele contou como foi sua estreia:

> *"– Eu me atrapalhei muito na hora de entrar em cena. Em vez de entrar por um lugar, entrei por outro. Pelo lugar errado, por sinal. Eu anunciava uma visita e dizia a minha patroa: 'Baronesa, o Sr. Barão acaba de chegar'. Voltou-se a Baronesa: 'E o Sr. Barão entrou pela janela do meu quarto' Disse eu: ' Não, senhora. Ele está no hall'. 'Então vá chamá-lo'. Mas nesse momento, quando me encaminhava para o hall, para chamar o Barão, o ator que fazia o papel, querendo salvar a cena, entrou pelo quarto da Baronesa. Foi pior a emenda que o soneto. Uma gafe danada. Riram os artistas, riu a plateia, então, toda vez que eu entrava no palco, o público caía num gargalheiro danado, já esperando outra gafe".* (BRASIL, 1976, p. 95.)

Ao tempo de Brandão, era raro um ator, ensaiador ou mesmo empresário ter um fim de vida confortável, deixar pecúlio para filhos e familiares. Ele mesmo, que em seu auge recebeu fortunas, terminou seus dias pobre, morando em Jacarepaguá em uma casa modesta com

---

[4] *Id. ibid.*

sua esposa Beatriz e seus seis filhos com ela. A mais indesejável das visitas chegou quando ele contava com 77 anos, no dia 16 de novembro de 1921. Ele saiu de casa para ir ter com o filho João, que trabalhava como secretário no Democrata Circo, na Rua Figueira de Melo, próximo à Praça da Bandeira. Esperando o filho acabar suas tarefas, estava assistindo à representação no Democrata quando foi acometido por uma forte tosse. Para não incomodar os espectadores, saiu do pavilhão e, de tanto tossir, caiu no chão. Chamaram João, que foi acudir o pai. Ao ser colocado sentado no escritório, teve uma síncope cardíaca e deixou o mundo dos vivos. Em seu bolso, só tinha uma moeda de 400 réis para pagar a passagem do bonde.

Procópio, ao longo de sua vida, ganhou fortunas e as perdeu com a mesma intensidade. Gostava do bom e do melhor. Seus ternos eram confeccionados por um alfaiate particular, sob medida. Sua mesa era farta, sempre aberta a comensais que gravitavam à sua volta. Gostava de bons vinhos, mas não foram eles que lhe arruinaram a saúde, dita, "de ferro". Seu (péssimo) hábito de fumar quatro maços de cigarros por dia cobrou-lhe a conta em forma de um enfisema pulmonar. Aos 80 anos, esteve internado no quarto 406 do Hospital Quarto Centenário, durante 21 dias, com suspeita de cálculos renais. Seu estado de saúde se agravou e no dia 18 de junho de 1979, o coração que amava o teatro, deixou de bater. Dois grandes atores, Brandão e Procópio, que entregaram seus corações à Arte Cênica, foram traídos por esse músculo, para muitos, sinônimo de amor. Cai o pano.

Referências Bibliográficas

BARCELLOS, Jalusa. *Procópio Ferreira*: o mágico da expressão. Funarte: Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Nacional de Arte. Serviço Nacional de Teatro. *Depoimentos I*. Funarte: Rio de Janeiro, 1976.

FERREIRA, Procópio. *Procópio Ferreira apresenta Procópio*. Rocco: Rio de Janeiro, 2000.

PRADO, Décio de Almeida. *Procópio Ferreira*: a graça do velho teatro. Brasiliense: São Paulo, 1984.

SANTOS, Marco. *Popularíssimo*: o ator Brandão e seu tempo. Ed. do Autor: Rio de Janeiro, 2007.

Resumo

Dois dentre os maiores atores de Teatro no Brasil em todos os tempos, Brandão, o Popularíssimo, e Procópio Ferreira, se caracterizaram por comandar companhias teatrais itinerantes que circularam por todo Estado do Rio e pelo Brasil. Esse agrupamento de atores eram artistas que levavam arte ao povo, onde o povo estivesse, vivenciando histórias e casos trágicos ou cômicos. Por seu talento, Brandão e Procópio se tornaram populares em tempos em que os meios de comunicação de massa eram incipientes.

Palavras-chave: Brandão; Procópio; Teatro.

Abstract

Two of the greatest theater actors in Brazil at all times, Brandão Popularíssimo and Procópio Ferreira, were characterized by command itinerant theater companies that have circulated throughout the State of Rio and Brazil. This group of actors were artists who took art to the people where the people were, living stories and tragic or comic cases. For his talent, Brandão and Procópio became popular in times when the mass media were incipient.

Keywords: *Brandão; Procópio; Theater..*

Recebido em 11 de fevereiro de 2015. Aprovado em 26 de março de 2015.

ORLANDO SILVA, O CANTOR DAS MULTIDÕES, EM SEU CENTENÁRIO (1915-1978)

Orlando de Barros[1]

Passadas algumas décadas, não se espera mais estranheza na publicação de um estudo sobre um intérprete de canções populares numa revista de História oficialmente publicada por uma instituição tão respeitável e admirada como é o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. É que a Grande História, tal como retratada por Vermeer ou Rembrandt, destinava-se aos grandes temas heroicos, ou aos grandes feitos patrióticos nacionais ou, ainda, ao estudo dos feitos nobres, como os da ciência, cultura e arte. O estudo do cancioneiro não era propriamente um tema acadêmico. Tanto é assim que dois historiadores conhecidos, em meio ao século XX, acharam prudente usar pseudônimos, quando das publicações de seus livros, em ambos os casos, resultado de exaustivas e bem documentadas pesquisas. O primeiro, o historiador francês Henri-Irènèe Marrou, que escreveu uma obra sobre a canção francesa, assinando como Henry Davenson. O segundo, o historiador britânico Eric Hobsbawm, que publicou uma história social do jazz sob pseudônimo de Francis Newton.[2]

Não era para menos, com tantas objeções levantadas aqui e acolá contra os temas da cultura de massa, que deveriam ser estudados, no máximo, como folclore, e assim foi durante certo tempo. Em

---

[1] Orlando de Barros é professor aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde ensinou por 46 anos, em cursos de História do Brasil. Presentemente atua no Programa de Pós-graduação em História da UERJ, na qualidade de professor visitante sênior, onde desenvolve projeto de pesquisa e orienta mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos.

[2] DAVENSON, Henry [Henri-Irènèe Marrou]. *Introduction a la connaissence de la chanson populaire française. Le livre des chansons*. Neuchâtel: Ed. de la Bacconière, 1982. NEWTON, Francis [Eric J. Hobsbawm]. *História social do jazz*. SP, Paz e Terra, 1990.

oposição à cultura de massa estavam, por exemplo, os filósofos da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheim, combatendo a alienação, a produção da cultura como se fosse em linha de montagem, a indústria cultural, a repetição redundante. Ou a reprodução *ad nauseam*, o decalque, ou o clichê, marcas da cultura massiva, tema caro a Walter Benjamin. Ou, ainda, numa visão estreitamente literária elitista e reacionária, a visão de que as canções, o cinema e o entretenimento em geral constituíam o engodo dos párias, conforme assim via o escritor francês Duhamel.[3] O surgimento de estudos acadêmicos aprofundados, sob influência de ciências como a linguística, a semiologia, as teorias da comunicação e a crítica literária, abriram a oportunidade para que as formas da cultura popular viessem a ser vistas como expressão de uma poética diversa, passível de distinta compreensão, todavia aquinhoada igualmente pela metodologia científica.

Ainda que o século XX tivesse nascido sob o aceno da nascitura cultura de massa, com o gramofone e o cinema, ainda que tivesse recebido adiante o reforço do rádio e da televisão, em aperfeiçoamento rápido e contínuo, não foi nada fácil aos intelectuais dos novos tempos reconhecerem os "produtos intangíveis" gerados pelas inovações tecnológicas como dignas de estudos respeitáveis. O trajeto até a aceitação foi longo e, às vezes, tumultuado. Muito contribuíram, nesse sentido, pensadores como Umberto Eco e Edgard Morin, que revisaram as teorias restritivas antecedentes, tendo eles próprios escrito obras dedicadas a diferentes aspectos da cultura de massa.[4] Da mesma forma, alguns historiadores aproveitaram-se para dedicar suas vidas de pesquisa àqueles temas, dentre os quais Roger Chartier, Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli.[5] Desde então, no âmbito da História e das ciências sociais, com muita razão, obras importantes foram escritas, com êxito de público e aceitação acadêmica. Nesses autores, e nos pioneiros H-I. Marrou e E. J. Hobsbawn, nos inspiramos para escrever

---

[3] Ver DUHAMEL, Georges. *Défense des lettres*. Paris: 1937, *passim*.

[4] ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1979. MORIN, Edgard: *Cultura de massas no século XX (O espírito do tempo)*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

[5] RIOUX, J-P., SIRINELLI, J-F. *La culture de masse en France. De la Belle Époque à aujourd'hui*. Paris: Fayard, 1999.

este pequeno ensaio sobre Orlando Silva, um intérprete inexcedível de canções populares brasileiras, na ocasião em que se celebra o seu centenário de nascimento.

Orlando Silva nasceu em 1915, quando o Brasil era essencialmente um país exportador de matérias-primas e importador de produtos industrializados e capitais, sendo a história da nação sob um regime republicano de um quarto de século de vida, alternando crises na dívida externa com negociação consolidada das dívidas, que dava ao país fôlego para ir adiante. O ano de 1915 marcou o sombrio horizonte internacional com o prosseguimento da Grande Guerra na Europa e, no interno, a herança maldita do governo Hermes, uma de algumas que o país já teve. Nasceu Orlando Silva em outubro, menos de mês depois do assassinato do todo-poderoso senador Pinheiro Machado, que deflagrou uma forte crise republicana, que só amainou quando ficou claro que aquela morte também era um sinal de solução de não poucos conflitos e problemas, que logo foram substituídos por outros problemas e conflitos. A Guerra em curso, problemática em muitos sentidos, também serviu para manter os militares aquietados nos quartéis, pelo menos até o fim do conflito, pois a jovem oficialidade desejou e planejou reformas para o País, se é que não quis estar à frente da nação desde a campanha de Hermes.[6]

Do começo do século XX até 1930, uma onda de modernidade atingiu o Brasil, sob a forma de reformas urbanas nas principais capitais dos Estados, fazendo circular a riqueza por meio dos investimentos públicos. As epidemias cessaram, principalmente na capital federal. O Rio chegava ao primeiro milhão de habitantes, todavia com muitas dificuldades a vencer. Embora fosse a cidade com melhor padrão de vida, era difícil conseguir trabalho, o que era agravado com a chegada constante de imigrantes do interior do país e dos que desembarcavam no cais. Assim, as rendas eram baixas e não permitiam, mesmo na classe média, uma vida folgada. Nas classes baixas, a vida era dramaticamente ruim em termos de habitação, alimentação e saú-

---

[6] Ver BORGES, Vera Lucia Bogéa. *A Batalha eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

de, sem contar com as dificuldades para alojar a infância nas escolas. O analfabetismo passava dos 50 por cento da população. Não custa a entender, pois, que Orlando Silva, ao começar a carreira, no começo dos anos 30, tivesse que conquistar a imensidão de fãs que possuía tendo por pano de fundo muita tensão social e política.

A carreira artística de Orlando Silva, e de outras celebridades parecidas, se fez em meio a intensas transformações ocorridas na sociedade brasileira, seguindo o eixo da modernização do país, atinente ao período iniciado em 1930, com a ascensão do regime de Getúlio Vargas. Foi o período que se consagrou como a "época de ouro" da música popular brasileira, ocasião assinalada pelo aparecimento de notáveis autores e intérpretes, cuja produção era vasta em qualidade e quantidade.

Orlando Garcia da Silva nasceu e morreu no Rio de Janeiro (3 de outubro de 1915 e 7 de agosto de 1978). Era filho de José Celestino da Silva e de Balbina Garcia, e neto de D. Maria Garcia, natural das Ilhas Canárias.[7] Nasceu na Rua Augusto, 25, depois General Clarindo, 45, no subúrbio do Engenho de Dentro, ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil. O pai era operário das oficinas da estrada de ferro, cujo salário sustentava sete filhos. Foi o que lhe impediu de seguir a instável vida artística, cortando a carreira de exímio violonista. Esteve para tomar parte na famosa excursão dos Oito Batutas a Paris, pois integrou o grupo, em uma das suas formações, mas desistiu da viagem. Era um "chorão", isto é, um instrumentista de conjuntos de choro, muito chegado a Pixinguinha, que foi amigo da família por toda a vida. É provável que a vida musical do pai tenha influenciado o ambiente familiar, e daí a musicalidade do menino Orlando Silva, não obstante o pai tenha falecido de gripe espanhola quando o futuro cantor tinha apenas 3 anos de idade. A mãe casou de novo, e a família mudou de bairro algumas vezes: morou no Méier, em Todos os Santos e em Pilares", na Avenida Suburbana.[8]

---

[7] "Um cantor ganha uma rua" e "Voz de Orlando: vinho antigo não tem idade". *O Cruzeiro*, 17 de outubro de 1959, pp. 20-22.

[8] *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

Assim como a maior parte dos brasileiros, a origem de Orlando era pobre e mestiça, morador das zonas pobres da cidade, sem boas perspectivas de existência, não fosse a sua voz milagrosa, que se revelou prodigiosa ainda menino. Não foi além da educação elementar, mas era muito vivaz, e dono de uma memória espantosa, de que deu mostras em alguns depoimentos gravados em disco ou vídeo.[9] Estudou nas escolas Padre Antônio Vieira, Visconde de Caxias e depois na Nossa Senhora das Dores, mas logo precisou trabalhar para ajudar nas despesas da família.[10] Aos 12 anos, empregou-se na Cerâmica Trajano de Medeiros, em São João de Meriti. Dos 14 aos 16 anos, foi aprendiz de sapateiro e trabalhou no comércio.[11] Depois, foi balconista de loja de tecidos na Rua do Ouvidor e estafeta da Western. Conta-se que em 1930, quando tinha 15 anos, foi a um baile, com a irmã, de sapatos novos. No dia seguinte chovia e, ao tomar um bonde, escorregou no estribo e teve de amputar parte do pé esquerdo, o que dificultou o andar pelo resto da vida.[12] Como estafeta, tinha de caminhar por boa parte do dia; por causa do acidente, teve de procurar outra ocupação em que pudesse trabalhar sentado. Empregou-se como cobrador de ônibus, primeiro na linha Lins-Belas Artes e, mais tarde, na Lins--Mourisco. Esta última ocupação foi importante para que Orlando se decidisse por uma tentativa numa emissora radiofônica. O trajeto foi marcado por peripécias. Vale a pena reconstituí-lo, pois é paradigmático da revelação dos fenômenos canoros que brilharam nos anos da "época de ouro" da canção popular brasileira, no rádio, nas gravações e nos shows. No caso de Orlando Silva, como de mais ninguém, temos

---

[9] Um desses discos, de que o autor destas linhas tem cópia, foi editado pela RCA em 1975. Um outro, da mesma gravadora, pelo selo Camden, data de fevereiro de 1979. Quanto aos vídeos, há três, com depoimentos do cantor. Um foi da TVE, do programa"Um lugar no passado", que em 1989 fez reprise de um depoimento feito pouco antes da morte do cantor. Outro vídeo foi produzido pela TV Cultura de São Paulo, de que também o A. tem cópia. O terceiro é cópia do Especial da TV Globo, feito por ocasião da morte do compositor.

[10] *Dicionário Cravo Albin de MPB*. http://www.dicionariompb.com.br/ (Consulta ao longo de fevereiro de 2016).

[11] *ENCICLOPÉDIA DA MÚSICA BRASILEIRA: erudita, folclórica e popular*. São Paulo: Art ed., 1977, 2 v.

[12] "O começo". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

abundância de informações, às vezes um pouco divergentes, já que o cantor deu numerosos depoimentos ao longo da carreira.

Durante as viagens de ônibus, cantarolava músicas, cujas letras via n' *A Modinha*, a mais popular das revistas de letras de canções da época. Procurava então imitar seus cantores prediletos, Almirante, Noel Rosa, Francisco Alves e Silvio Caldas, que eram então os ídolos do rádio brasileiro.[13] Em 1959, Orlando Silva concedeu entrevista a *O Cruzeiro*, em que revelou passagens de sua vida de cantor embrionário. Disse que começara a cantar ainda bem antes das viagens de ônibus como trocador, pois desde pequeno gostava de cantar e sempre levava consigo folhetos de modinhas, no bolso ou entre as folhas dos cadernos da escola (embora jamais tenha estudado música ou canto, mesmo quando procurava alcançar uma posição sólida na profissão).[14]

Contou que sua mãe enviuvara pela segunda vez, quando moravam na Avenida Suburbana, em Pilares, e que tinha de tomar conta dos irmãos menores, enquanto a D. Balbina e a avó se desdobravam nas máquinas de costura para sustentar a família. Como tinha que ficar em casa ou nas redondezas, distraía-se cantando e jogando futebol com as crianças vizinhas. Um testemunho dá conta de que, mostrando vocação musical, cantava para as meninas das vizinhanças.[15] Assim Orlando Silva resumiu esse tempo ao repórter de *O Cruzeiro*:

> *"Foi num quintal da Avenida Suburbana que comecei a cantarolar do alto de uma amoreira – arte de menino – atraindo sem querer o interesse de uma vizinha, D. Elvira, mãe de Renato, meu companheiro de pelada. Minha primeira fã gritava de lá: "Orlandinho, canta aquela". Eu atendia."Cai a tarde tristonha e serena" ["Ave Maria"]. Minha avó na máquina de costura, também fazia seu pedido com sotaque espanhol, e eu fazia questão de agradá-la cantando: "Era uma tarde em Sevilha quando uma dama formosa eu vi". Na casa defronte morava a esposa de um tenente do Exército. D.*

---

[13] *Idem*.

[14] *ENCICLOPÉDIA DA MÚSICA BRASILEIRA: erudita, folclórica e popular*. São Paulo: Art ed., 1977, 2 v.

[15] *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

Dejanira, minha segunda fã. Por essa época, eu cantava êxitos de Augusto Calheiros, que fazia sucesso no Teatro Lírico, segundo eu ouvia dizer, porque vir à cidade, eu nem sonhava.'"[16]

E foi cantando para os vizinhos que se desinibiu aos poucos. E também, mais tarde, para os colegas, na empresa de ônibus em que trabalhava como trocador. Foram estes que lhe animaram a procurar uma emissora de rádio e tentar uma oportunidade nos programas de calouros, que eram muito populares naquela época.[17] Por esse tempo fez a primeira apresentação em público, graças a Dona Alice, uma atriz que organizava trupes de amadores, que o convidou para um festival no Cine Pilares.[18] Foi o irmão Edmundo e um motorista chamado Conceição que, de tanto ouvirem Orlando, insistiram para que fosse fazer um teste numa emissora.

A primeira tentativa não deu em nada. Edmundo soube por um jornal que o radialista e compositor Ari Barroso procurava um cantor. Edmundo esteve na redação algumas vezes, mas não conseguiu estabelecer contato, perdendo assim Ari Barroso a oportunidade de revelar o grande talento que tentava a vida artística.[19] Um vizinho da Avenida Suburbana, Luis Pimentel, amigo de Luís Barbosa, o famoso cartaz de chapéu de palha do rádio carioca, foi quem pela primeira vez tomou a iniciativa prática para levá-lo a cantar no rádio. Foi Luís Barbosa, "camarada formidável, muito vivo, cheio de bossa", que o levou a um diretor da Rádio Cajuti, uma modesta emissora sediada no Tijuca Tênis Clube. Mas este o pôs para aguardar, enquanto Orlando teria de esperar a vez de ser testado para verificar se tinha "voz microfônica". Morando em Pilares, vir à cidade em hora de folga era quase impossível; mas esteve na rádio três vezes. Aprontando-se para a quarta vez, disse para a mãe: "Hoje é a última vez que eu vou lá".[20]

---

[16] "Um cantor ganha uma rua" e "Voz de Orlando: vinho antigo não tem idade". *O Cruzeiro*, 17 de outubro de 1959, pp. 20-22.

[17] "O começo". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

[18] "Um cantor ganha uma rua". *O Cruzeiro*, 17 de outubro de 1959, pp. 20-22.

[19] CABRAL, Sergio. "Lembranças do nosso maior cantor de todos os tempos". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 40.

[20] "Voz de Orlando: vinho antigo não tem idade". *O Cruzeiro*, 17 de outubro de 1959,

O teste seria realizado num estúdio situado na Avenida 13 de Maio, no centro da cidade, com o violonista Henrique Brito, com quem começou a cantarolar no corredor, enquanto esperava pelo técnico de som. Foi quando o compositor Bororó, autor da famosa canção "Curare", que estava de passagem, o ouviu, e perguntou se ele cantava ali por perto, na Rádio Guanabara. Orlando Silva respondeu que só cantava em casa e no ônibus onde trabalhava.[21] Bororó, então, pegou-o pelo braço e o levou ao Café Nice, "quartel-general" dos boêmios, intelectuais e artistas da época. Lá o apresentou, entusiasmado, ao consagrado cantor Francisco Alves. "Chico Viola" hesitou: estava cansado de apresentar novatos à vida artística que não deram em nada.[22] Bororó insistiu tanto que ele levou Orlando Silva para o seu carro, estacionado na Rua Chile. E lá, o rapazinho franzino de 18 anos "soltou a voz".[23]

Cristóvão de Alencar (conhecido por "Amigo Velho", por causa da saudação que dirigia aos ouvintes da Cajuti), que então comandava os microfones, como apresentador, levou uma semana convocando os ouvintes, entre 7 e 9 horas da manhã, a identificarem o cantor que seria a surpresa do domingo seguinte no "Programa Francisco Alves".[24] Anos depois, Chico Viola, a propósito desse episódio, afirmou, orgulhoso, em seu livro autobiográfico "Minha vida": "Os elementos novos [como Orlando Silva] que lancei e que estão aí atuando com sucesso em nossas principais estações atestam de modo positivo que o meu esforço foi útil e fecundo". A estreia daquele incomparável "elemento novo" se deu mesmo na modesta Rádio Cajuti,

---

pp. 20-22.

[21] "O começo". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8..

[22] Francisco Alves não queria ajudar mais ninguém, magoado com ingratidões que lhe teriam sido feitas por Aurora Miranda, João Petra de Barros e Mário Reis. *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8. O que se sabe é que, pouco depois, era apresentado pelo compositor Bororó a Francisco Alves conforme o cantor narrou em seu livro "Minha Vida": CABRAL, Sergio. "Lembranças do nosso...", *op. cit*.

[23] "Voz de Orlando: vinho antigo não tem idade". *O Cruzeiro*, 17 de outubro de 1959, pp. 20-22.

[24] *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8. / O Globo 16 de agosto de 1978, p. 37 Jota Efegê.

no dia 23 de junho de 1934, um domingo, às 9 horas da manhã, com o pseudônimo de Orlando Navarro, que manteve por algum tempo.[25] Orlando Silva cantou "Mimi", um brilhante sucesso da ocasião, que foi muito aplaudido pelo pequeno auditório e, na semana que se seguiu, cartas e telefonemas, dos ouvintes que não tinham visto pessoalmente o cantor, registraram que a surpresa daquele domingo havia sido o consagrado Silvio Caldas.[26]

Orlando Silva permaneceu na Rádio Cajuti de junho a dezembro de 1934, quando começou também, levado por Chico Alves, a cantar no coro da RCA Victor, do qual faziam parte os cantores Ciro Monteiro, Araci de Almeida e Herivelto Martins, dentre outros.[27] Nesse ano gravou o primeiro disco, na Columbia, com o samba "Olha a baiana" (composição da dupla Kid Pepe e Germano Augusto) e a marcha "Ondas curtas" (de Kid Pepe e Zeca Ivo), canções lançadas no carnaval do ano seguinte. Ainda no ano da estreia, os acontecimentos se precipitavam rapidamente: com 18 anos, o diretor da RCA Victor, o norte-americano Mister Evans, o chamou à sua sala e pediu que ele escolhesse duas músicas, para gravar sozinho, como cantor. Disse Orlando certa vez que quase morreu de susto, pois se considerava ainda inexperiente para gravar na prestigiosa Victor, mas escolheu a difícil "A Última Estrofe", de Cândido das Neves, o "Índio", e "Lágrimas", que já haviam sido gravadas por Vicente Celestino, sem que obtivesse sucesso.[28]

Essas foram lançadas num disco de numeração posterior, ao que parece que sem o respaldo de contrato assinado com a gravadora. No mesmo ano (1934), por intermédio de Francisco Alves, assinou contrato com a Victor, onde seu primeiro disco trazia "No quilômetro 2" (J. Aimberê) e o samba "Para Deus somos iguais" (J. Cascata e

---

[25] *Dicionário Cravo Albin de MPB*. http://www.dicionariompb.com.br/ (Consulta ao longo de fevereiro de 2016). JOTA EFEGÊ [pseudônimo de João Ferreira Gomes]."Da modesta Cajuti à consagração no arranha-céu da Praça Mauá". *O Globo*, 16 de agosto de 1978, p. 37.

[26] "O começo". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

[27] "A fama". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

[28] *Idem*.

Jaime Barcelos). Desde cedo, como nas quatro gravações mencionadas, teve a sorte de contar com instrumentistas da mais alta competência, como Pereira Filho (violão), Luís Bittencourt (violão) e Luperce Miranda (bandolim), que o acompanharam, formando no "conjunto regional".[29]

Então, muito rapidamente a carreira começou a se acelerar. Também em 1934 participou do filme "Cidade-mulher", da Brasil-Vita Filmes, dirigido pela atriz Carmen Santos, baseado em livro muito difundido de Álvaro Moreyra, interpretando a marchinha de Noel Rosa que deu título ao filme. Em março de 1935, passou a atuar na Rádio Transmissora, que naquela época, pertencia à RCA Victor.[30] As gravações continuaram, produzindo grandes sucessos, que se difundiam rapidamente graças às suas constantes aparições no rádio e nos shows para os quais Orlando Silva era contratado. Não houve antes uma carreira assim meteórica na vida artística brasileira, e que se confirmou um mês antes de completar a maioridade. Em 12 de setembro de 1936, na inauguração da Rádio Nacional, que logo seria a principal emissora de rádio brasileira, o consagrado locutor Celso Guimarães o apresentou aos ouvintes, ocasião em que interpretou "Caprichos do Destino", que se tornaria um de seus sucessos de sempre. Logo passou a ter um programa próprio, de meia hora, aos domingos, ao fim da tarde, conquistando enorme popularidade.[31]

Tal popularidade crescente estendeu-se por todo o País, especialmente em São Paulo, onde colheu, talvez, as demonstrações de afeição de público mais apoteóticas e massivas de sua vida, como a de fevereiro de 1938, na sacada da Rádio São Paulo, com as ruas repletas pelo povo que foi ouvi-lo. Nessa ocasião, talvez, tenha gravado o melhor disco da história dos registros fonográficos brasileiros, do ponto de vista da qualidade interpretativa e vocal, contendo, de um lado, o

---

[29] *ENCICLOPÉDIA DA MÚSICA BRASILEIRA: erudita, folclórica e popular*. São Paulo: Art ed., 1977, 2 v.

[30] *Idem*.

[31] "A fama". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

fox "Nada além" e, do outro, a valsa "Enquanto houver saudades", ambas as canções dos parceiros Custódio Mesquita e Mário Lago.[32]

A consulta à revistas daquela época, como *Carioca* e *Revista da Semana*, mostra registros de suas viagens em fotos muito expressivas. Sempre rodeado pelos fãs do Brasil inteiro, moças choravam, desmaiavam, agrediam-se por causa dele. Arrancavam-lhe botões da roupa, rasgavam suas gravatas e ternos, para ficar com uma lembrança, que testemunhavam a comunhão com o ídolo. Ele mesmo declarou certa vez: "Esse negócio de rasgar roupa de artista começou comigo".[33] Sua fama crescia sempre, e multidões se acotovelavam na Praça Mauá, disputando a peso de ouro um ingresso para os seus programas, na Rádio Nacional.

Tendo começado a gravar quase no momento mesmo do início da carreira no rádio, e tendo atuado profissionalmente até quase a véspera da morte, em 1978, Orlando Silva nos legou 45 anos de registros em disco dos mais variados gêneros musicais, não só dos brasileiros legítimos, mas também de estrangeiros, como os foxes, as valsas, os tangos, etc. O número dessas gravações ainda é debatido, embora um dos biógrafos de Orlando Silva, Jorge Aguiar, tenha feito uma discografia detalhada ao longo de 36 páginas.[34] Até 1944 o ritmo de gravações foi muito intenso; declinou um tanto a partir daí, até 1952, quando atravessou uma fase aziaga na vida artística. Retomou o trabalho duro depois de 1952, com períodos de maior ou menor intensidade até 1973, época a que faltam dados sobre algumas gravações que, efetivamente, realizou. Por ocasião da morte do cantor, algumas matérias davam conta da discordância do número de gravações: 1.200, 1.300, 1.400, tendo sido este último número o mais repetido. Passou por várias gravadoras ou "selos", às vezes com mais de um retorno,

---

[32] Declaração do produtor musical e sobrinho de Custódio Mesquita Albino Pinheiro ao autor destas linhas em 1994.

[33] "A fama". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

[34] Jorge Aguiar. "Nada Além, a vida de OS". São Paulo: 1995. A Discografia está entre as páginas 289 e 325.

e foram: Colúmbia, RCA Victor, Odeon, Mocambo, Carnaval, Star e Copacabana.[35]

Em 1978, Moacyr Andrade, no *Jornal do Brasil*, fez uma boa relação dos maiores sucessos de Orlando Silva. Sobre o frequentemente apontado primeiro grande sucesso gravado, "Lábios que Beijei" (J. Cascata-Leonel Azevedo), que data de 1937, diz Moacyr que não procede. Que realmente, "na verdade, o marco inicial dessa incrível e longa sequência de êxitos é a gravação em 1935, do disco que contém, de um lado, "A Última Estrofe", e do outro, "Lágrimas", ambas de Candido das Neves. Nas duas, o bandolim de Luperce Miranda".[36]

O mesmo jornalista faz também uma impressionante lista de 14 grandes sucessos de 1938, gravados com diferenças às vezes de apenas alguns dias entre um e outro: "Tua Beleza" (Bide-Marçal)), "Abre a Janela" (Roberto Martins-Arlindo Marques Júnior), "Caprichos do Destino" (Claudionor Cruz-Pedro Caetano), "História de Amor" (J. Cascata-Humberto Porto), "Meu Romance" (J.Cascata). "Neusa" (Antonio Caldas-Celso de Fiqueiredo), "Meu Pranto Ninguém Vê" (Ataulfo Alves e Zé da Zilda), "Errei... Erramos" (Ataulfo Alves), "Página de Dor" (Pixinguinha – Candido das Neves), "Eu sinto uma Vontade de Chorar" (Dunga), "Uma Saudade a Mais, Uma Esperança a Menos" (Silvino Neto-Carlos Morais), "Balalaica" (Georges Moran -Armando O. Fernandes), além das duas canções que citamos "Nada Além" e "Enquanto houver saudades". Acrescenta outra reportagem que, mesmo depois de afastado dos microfones, suas músicas só eram superadas, em vendas, em todo o país, por Roberto Carlos e pelas trilhas sonoras das novelas de TV.[37]

Os discos complementavam, de maneira duradoura, o que os fãs tinham visto ou ouvido nos rádios, nas praças, nos cassinos, nos teatros, e outros lugares de shows, assim como nas telas de cinema (não fez muitos filmes, infelizmente) e, por fim, na televisão. Foi isso

---

[35] *Idem*.

[36] "A fama". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

[37] "Orlando Silva morre aos 62 anos de ataque do coração". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

que garantiu o título que recebeu do locutor Oduvaldo Cozzi, em São Paulo, em fevereiro de 1938, o "Cantor das Multidões", como que se lhe colasse na pele como uma segunda fisionomia. Tornou-se estátua, com bustos erigidos em praças públicas no Méier, no Rio, e em Aracaju, Sergipe.[38] Mais tarde seu nome foi dado à rua em que nasceu, no Engenho de Dentro, que se chamava Augusto, passou a General Clarindo e, agora, virava rua Orlando Silva. A revista *O Cruzeiro* documentou, com foto, a visita do ídolo popular àquela rua, em 1959, com a legenda "E o intérprete de tanta coisa bonita assina autógrafos para suas fãs de hoje". Ele mesmo, naquele instante, deu mostra, com orgulho, de sua trajetória de menino trabalhador e anônimo ao próspero Cantor das Multidões: "Nasci no Engenho de Dentro. Quando é que um órfão suburbano, filho da viúva D. Balbina Garcia, neto de D. Maria, das Ilhas Canárias, podia esperar por isso? Mas está acontecendo. E tem mais: os moradores da rua receberam com simpatia a iniciativa da homenagem. Hoje, eu moro no Posto 2, ao lado do Copacaba Palace, e D. Balbina, minha mãe, no Posto 5".[39]

A propósito, por ocasião da passagem do centenário de nascimento do cantor, o jornalista Ancelmo Goís, de *O Globo*, sabedor da irrestrita admiração do senador paulista José Serra por Orlando Silva, sabendo cantar muitos de seus sucessos, quis dele algumas palavras. Serra respondeu às quatro da madrugada, para não perder a ocasião do centenário, em palavras emocionadas a solicitação do jornalista. Eis um trecho, referente ao episódio em que Orlando Silva mereceu de Cozzi o "Cantor das Multidões":

> *"Na história da música popular brasileira, Orlando Silva foi o intérprete mais idolatrado pelos paulistas. No bairro operário da Mooca, onde nasci e me criei, sua voz encantava as moças e incitava os homens à fantasia de imitá-lo. Na Praça do Patriarca, na segunda metade dos anos 1930, ele protagonizou o maior show musical de rua da História, totalmente improvisado, cantando, da sacada de um prédio, para uma grande multidão. Como as pessoas souberam*

---

[38] *Idem*.

[39] "Voz de Orlando: vinho antigo não tem idade". *O Cruzeiro*, 17 de outubro de 1959, pp. 20-22.

> *e foram até lá? Lotaram a praça, as ruas adjacentes e avançaram sobre o Viaduto do Chá. Minha mãe e suas três irmãs estavam na multidão. Eu nasci anos depois, e, desde bebê, ouvia-as comentar e contar sobre o acontecimento. Foi por esse evento em São Paulo que o carioca Oduvaldo Cozzi, o grande locutor de rádio da época, emplacou: Orlando Silva, o Cantor das Multidões.”*[40]

Orlando Silva soube se adaptar bem às convenções do cancioneiro popular nos primeiros anos de 30, onde predominavam as valsas lânguidas, de melodias sentidas e com versejação que, para o cronista Jota Efegê, “embora popular, tinha boa sintaxe e tirava dos dicionários termos raros para, alardeando erudição, encantar quem as interpretava e os que as ouviam”. O cantor foi, aos poucos, aprendendo e se adestrando no estilo dos pretensos tenores e tenorinos, “ensaiando agudos que ele estendia o quando possível, pondo sentimento e trêmulos na interpretação, incorporando o langor, a lamúria das letras que a música conduzia”.[41]

É quase unânime entre os especialistas no cancioneiro deste tempo que o melhor de Orlando Silva foi gravado entre 1935 e 1942, vindo depois um período de decadência, devido a sérios problemas pessoais. É da época anterior a 1942 que os estudiosos exprimem entusiasmados elogios. Colhemos depoimentos sobre as melhores características de Orlando Silva, quase sempre sob a aparição de “o maior de todos”, e aqui transcrevemos as opiniões mais relevantes.

José Ramos Tinhorão, ao avaliar uma reedição da canção “Febre de Amor” (samba do compositor cearense Lauro Maia), diz que Orlando se apresentava exibindo tudo que um cantor moderno gostaria de ter, a saber, registro amplo, capaz de uma variedade de recursos, o que fazia com a maior naturalidade, timbre bonito, balanço e um

---

[40] GOIS, Ancelmo. [Entrevista].”José Serra sobre Orlando Silva: 'O maior cantor popular de todos os tempos' “. *O Globo*, 3 de outubro de 2015. O senador Serra é um aficionado confesso e conhecido do “cantor das multidões”.

[41] JOTA EFEGÊ [pseudônimo de João Ferreira Gomes].”Da modesta Cajuti à consagração no arranha-céu da Praça Mauá”. *O Globo*, 16 de agosto de 1978, p. 37.

sentido rítmico precioso, capaz de intimidar os músicos acompanhantes), tudo com "uma bossa realmente de causar inveja".[42] Em outra ocasião, Tinhorão também afirmou que "tinha tudo o que um cantor popular de qualquer país do mundo poderia desejar: timbre agradável, respiração perfeita, extensão da voz (passava das notas mais graves às mais agudas com uma facilidade e uma limpeza que, por vezes, parecia fundir o som da voz ao dos instrumentos), afinação e, o que é mais impressionante, capacidade de criação interpretativa".[43] Por isso, afirma Tinhorão, acabou se transformando em primeiro grande ídolo popular de massa no Brasil (existe uma foto impressionante, que o mostra cantando da sacada de um teatro-cinema do bairro do Brás, em São Paulo, em 1937, para uma multidão de mais de 10 mil pessoas – o mesmo que impressionou o senador Serra).[44]

Jonas Vieira, primeiro biógrafo de Orlando Silva, acha que o ano de 1943 marca o tempo exato em que grande ídolo parece atingir o mais alto grau de maturidade artística, com um intenso brilho da voz, "resultando daí, um timbre sem paralelo em beleza e interpretação, na história da música popular brasileira".[45] O produtor musical Zuza Homem de Mello, conforme José Nêumane Pinto, afirmou categórico que Orlando foi o maior de todos os cantores da história da música popular brasileira. Que nunca houve ninguém semelhante a ele ou que dele se aproximasse muito".[46]

Sérgio Cabral disse que se fossem levadas em conta as condições da época em que Orlando Silva foi o grande ídolo da música popular brasileira, a conclusão é a de que, além de ter sido o nosso

---

[42] TINHORÃO, J. R. "Regravações comprovam: Orlando Silva ainda é o maior cantor brasileiro". *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1979, cad. B, p. 3.

[43] TINHORÃO, J. R. "Orlando Silva". *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

[44] TINHORÃO, J. R. "Cantor é das multidões não das multinacionais". *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1976, cad. B, p.1. Tinhorão comete algumas imprecisões na data e local onde Orlando Silva fez reunir uma multidão.

[45] VIEIRA, Jonas. "O cantor das multidões nos anos 40". *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1978, cad. B, p. 4.

[46] PINTO, José Nêumane. "Orlando Silva sempre vivo". *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1978, cad. B, p. 4.

maior cantor, foi também o mais expressivo fenômeno de comunicação, justificando, assim, o título que Oduvaldo Cozzi lhe deu: "O Cantor das Multidões".[47] Sérgio Cabral também narra um encontro que teve em Nova York com o cantor João Gilberto, no qual trocaram ideias sobre Orlando Silva. Cabral teria dito a João Gilberto que havia quem afirmasse ser ele o maior cantor brasileiro. Reagiu João Gilberto "– Que é isso? O melhor cantor brasileiro de todos os tempos é Orlando Silva". Depois cantarolou várias músicas gravadas por Orlando, disse que gostava também de Ciro Monteiro e Lúcio Alves, mas não admitia qualquer comparação com o chamado "Cantor das Multidões". Conclui Cabral: "Naquele dia, descobrimos que o interesse de nós dois pela música popular brasileira nascera da admiração por Orlando Silva".[48] A propósito, na mesma ocasião, o colunista Tárik de Sousa, escrevendo no *Jornal do Brasil*, narrou um episódio interessante que confirma as palavras de Sérgio Cabral:

> *"Quando a iconoclastia da bossa nova abateu-se sobre a música brasileira tradicional, parecia combater precisamente Orlando Silva, então um cantor de notas prolongadas quase caricatas e exagerada impostação. João Gilberto , por isso, com seu intimismo preciosista parecia o anti-Orlando Silva, que os novos já conheciam por grandiloquente e pesadão. Nada disso: muito antes de celebrar que "no peito dos desafinados / também bate um coração", João Gilberto freqüentava as garoentas noites e madrugadas paulistanas trancado na casa do pesquisador Miecio Caffé, devorando com os ouvidos um a um os 78 rotações da fase áurea de Orlando Silva. "Aprendendo muito", como se confessaria o próprio João em 71."*[49]

Quando da notícia da morte de Orlando Silva, parece que foi o colunista Arthur da Távola o que mais se comoveu, e deixou transparecer sua comoção em artigos da época. Num deles afirmou que o cantor tinha sabido "manter sempre alta a chama desse grande intér-

---

[47] CABRAL, Sérgio. "Lembranças do nosso maior cantor de todos os tempos". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 40.

[48] *Idem*.

[49] SOUZA, Tárik de. "A morte e morte de Orlando Silva". *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

prete da alma brasileira". No mesmo texto disse que passou aquele dia ouvindo os discos da chamada fase áurea, a de 1935 a 1945, mais ou menos, não atingida até aquela data por qualquer cantor "popular ou erudito". Afirmou também que quem não conhecia as gravações daquela época não podia avaliar, pois as rádios nunca as tocavam. Sintetiza, por fim: "Jamais surgirá no Brasil um cantor como o Orlando Silva desta fase, tão doce, tão afinado, tão profundamente brasileiro e mestiço".[50] Nêumane Pinto fez uma comparação de Orlando com outros ídolos da canção da época, o que chamou de "quatro pilares da nossa música popular nos anos 30 e 40", ao lado de Chico Alves, Carlos Galhardo e Silvio Caldas, tido como consenso de quem estuda a chamada "época de ouro" da música popular brasileira.[51]

O verbete da *Enciclopédia Albin* (sítio na Internet) referente a Orlando Silva também faz uma interessante comparação do cantor com outros grandes intérpretes da época e diz que sua voz podia não ter a mesma limpidez, extensão e beleza da de Francisco Alves; ou a bossa e a clareza da dicção de um Sílvio Caldas. Que, também, provavelmente, o superava Mário Reis, "com sua graça, suas divisões inventivas e o esperto uso da voz pequena totalmente adequada aos microfones", sendo, por isso, possivelmente, mais influente. Mas, combinando todas as características mencionadas, Orlando Silva teria sido o maior cantor brasileiro de seu tempo e, por isso, foi o que mais perdurou em sucesso, e pelos recursos interpretativos que estabeleceram uma forma moderna brasileira de cantar. Lembra também que o revolucionário João Gilberto atribuía ao cantor, que era seu paradigma, a sua paternidade vocal e estética.[52]

Quanto às fases, ou melhor, a polêmica das fases, alguns acham que nunca houve um período áureo e outro decadente de Orlando Silva; ele teria apenas sofrido as consequências da passagem do

---

[50] TÁVOLA, Arthur da. "Carta para Maria de Lurdes, viúva do cantor das multidões". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 50.

[51] PINTO, José Nêumane. "Orlando Silva sempre vivo". *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1978, cad. B, p. 4.

[52] *Dicionário Cravo Albin de MPB*. http://www.dicionariompb.com.br/ (Consulta ao longo de fevereiro de 2016).

tempo, mas teria mantido a alta qualidade até o fim. Jonas Vieira, de maneira bem original, lança luz sobre o problema. Diz que os estudiosos do cancioneiro brasileiro costumam apontar a década de1930 como "a época de ouro da música popular brasileira", pelo surgimento de grandes valores, cantores, compositores, músicos, da mesma maneira que houve também grande divulgação junto ao povo, por meio do disco e do rádio. As canções, da mesma forma, encontravam abrigo nos teatros de revistas e nos filmes musicais. Isso, entretanto, não aconteceu entre 1940 e 45, por causa da Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil se envolveu. O prejuízo se deu por causa da divulgação, com a atenção do público e da mídia radiofônica voltada para os acontecimentos do conflito. Vieira considera que "Assim, boa parte do repertório dos cantores da época passou quase superficialmente pelos ouvidos do povo, sem exceção para nenhum artista, até mesmo Orlando Silva, tido como intérprete de maior prestígio popular desde seu aparecimento no rádio, em 34, e no disco em 35".[53]

Entretanto, nem toda a carreira e a vida de Orlando Silva foram felizes. As renovações de contrato com a Rádio Nacional ocorreram normalmente, sem grandes dificuldades. Ao completar 25 anos de carreira, em 1960, concedeu entrevista à *Última Hora*, em que sustentou que naquele quarto de século não conhecera jamais um fracasso, que o público jamais o havia esquecido.[54] Em 1940, a revista *Carioca* fez reportagem com ele, por ocasião de novo contrato como cantor exclusivo da emissora por mais ano e meio: "Orlando Silva, o cantor mais perfeito do Rádio. Uma reportagem com o 'cantor das multidões'".[55] No contrato de 1942, ainda que exclusivo e sob apoio de um único anunciante, dividia com Nuno Roland, cantor recentemente revelado, as graças do microfone da rádio (e, ainda, com cantoras de expressão, como Aracy de Almeida).[56]

---

[53] VIEIRA, Jonas. "O cantor das multidões nos anos 40". *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1978, cad. B, p. 4.

[54] "Povo leva última homenagem ao Cantor da Multidões". *Luta Democrática*, 9 de agosto de 1978, p. 5.

[55] *Carioca*, setembro de 1940, p. 42.

[56] Histórias e Crônicas sobre a Rádio Nacional do Rio. Homenagem aos 20 anos da Emissora. Publicação de 1956.

Em 1944 já não conseguiu renovar o contrato com a Nacional, base de sua ligação com o público. Estava em crise pessoal, deprimido e se comportando mal. Diz David Nasser, em reportagem na revista *O Cruzeiro*, que tudo começou por causa de um amor não correspondido (com a cantora Zezé Fonseca), mas também por "outras razões talvez, e ele nos aparecia pelas ruas como um verdadeiro farrapo humano. O dinheiro, rios de ouro que ganhara, transformava-se em rios de conhaque". A. Migueis, que assinava uma coluna na *Revista da Semana* e que, por qualquer razão, não simpatizava com o cantor, registrou, em 1949, que tinha voltado à baila o ingresso de Orlando Silva na Rádio Guanabara, "esquecido pelos seus fãs, o 'Cantor das multidões' continua lutando para sobreviver".[57] O repórter David Nasser também contou que a Rádio Guanabara lhe deu uma oportunidade, "mas cortou-lhe a chance quando o cantor desafinou frente ao microfone. O povo, entretanto, pedia o seu ídolo de ontem, e no Teatro João Caetano, consagrou-lhe cinco minutos de aplausos, de pé, como um veemente e doloroso apelo para que ele voltasse a ser o Orlando Silva de outros tempos".[58]

No fundo, o que aconteceu, por um tempo, a Orlando Silva foi a autodestruição, nada incomum aos grandes ídolos populares, que sucumbem à pressão imensa do público, que eles não querem frustrar de nenhum modo. "Ao transformar-se no primeiro ídolo de massa da música popular brasileira", disse Tinhorão, "entre os anos de 1935 e 1941, o outrora menino modesto do subúrbio transformou-se também numa das primeiras vítimas da máquina que se alimenta da fama".[59] Arthur da Távola, rememorando aqueles tempos, afirmou que "Orlando era bom demais, simples e cândido demais pra enfrentar as altas e baixas da idolatria e do ostracismo, da glória e da queda".[60] Não houve jornalista especializado que não se condoesse com o cantor, naquela fase autodestrutiva, a do Orlando Silva da bebida e das drogas. Mas

---

[57] *Revista da Semana*, 5 de março de 1949, p. 18.

[58] NASSER, David. "Ressurreição de Orlando". *O Cruzeiro*, 18 de abril de 1953, pp. 55-6.

[59] TINHORÃO, J. R. "Orlando Silva". *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

[60] TÁVOLA, Arthur da. "Carta para Maria de Lurdes, viúva do cantor das multidões". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 50.

haveria de se recuperar, recuperação que Sérgio Cabral e Arthur da Távola atribuíram a um novo amor, que encontrou, naquela que se tornou sua esposa, Maria de Lourdes, que foi duradouro até a morte do cantor.[61] Em depoimento a *O Cruzeiro*, Orlando Silva deu versão pessoal da recuperação: "em 1948 diziam que eu estava acabado, fui para o interior, passei três anos cantando por lá e arrumei minha vida – voltei para ser eleito o melhor de 52".[62]

Quanto à qualidade da voz, depois que Orlando se recobrou, houve quem achasse a recuperação completa, com leves mudanças, como achou o colunista especializado em música popular brasileira Tárik de Sousa, para quem a parada por motivos pessoais, no meio da década de 1940, fez surgir daquela crise um novo Orlando Silva, virtualmente ressuscitado, a começar como um novo cantor, oposto do anterior, "um incomparável cantor de voz leve, de interpretação sutil aparentemente estudada, porém natural".[63] Para Arthur da Távola, a voz que surgiu adiante não perdeu a beleza, nem o cantor a capacidade de interpretar, mas perdeu certas sutilezas do timbre, as maviosidades da tonalidade mais alta da juventude, a delicadeza e o alcance dos agudos tenorinos.[64]

Uma oportunidade de ouro para um recobramento completo da carreira se deu em 1952, e que foi aproveitada, ainda que à custa de uma grande tragédia para a música popular brasileira. Em 27 de setembro, em um terrível desastre de automóvel, faleceu Francisco Alves, contratado da Rádio Nacional, onde fazia o programa do meio-dia dos domingos, sob o patrocínio exclusivo de uma empresa comercial, o Rei da Voz. Era então o programa musical de maior audiência do rádio brasileiro. Orlando Silva foi então convidado a superar aquela

---

[61] CABRAL, Sérgio. "Lembranças do nosso maior cantor de todos os tempos". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 40.

[62] "Voz de Orlando: vinho antigo não tem idade". *O Cruzeiro*, 17 de outubro de 1959, pp. 20-22.

[63] SOUZA, Tárik de. "A morte e a morte de Orlando Silva". *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

[64] TÁVOLA, Arthur da. "Carta para Maria de Lurdes, viúva do cantor das multidões". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 50.

perda, e era o único com carisma suficiente para tanto, dada a popularidade de Chico Alves. Ali, o grande ídolo se refez, cumpriu o papel que dele se esperava; às vezes claudicava aqui e ali, e não era mesmo o conhecido Orlando Silva de antes. David Nasser, o conhecido repórter de *O Cruzeiro*, referindo-se à crise do ídolo nacional entre 1945 e 52, e à sua reabilitação logo depois de ter assumido o lugar de Chico Alves, diz, em palavras fortes, o que foi aquele inferno.

Conta a "história dramática e empolgante de um rapazola" que, de trocador de ônibus chegou a ser o maior ídolo do Brasil. E, depois, "dando um pontapé na glória, transformou-se em farrapo humano, para, finalmente, encetar a jornada decisiva da reabilitação e ser o maior cantor do ano". A reabilitação em causa foi a recuperação de Orlando Silva, escolhido pelo voto popular como o maior cantor de 1952, o que surpreendeu a muitos, inclusive ao repórter de *O Cruzeiro*: "aquele corpo franzino de caboclo urbano ocultava energias jamais adivinhadas a olho nu".[65] Mas, depois da "ressurreição", não contou com o unânime reconhecimento dali em diante, e assim foi até o fim, apesar das apreciações apologéticas dos jornalistas Sérgio Cabral, Tárik de Sousa e Arthur da Távola, convidados para escrever sobre o cantor por ocasião do falecimento dele.[66]

Por exemplo, com quase 30 anos de carreira, em 1961, compareceu a um programa de televisão, com outros cartazes da canção popular. A coluna "TV Todo Dia", do jornal *Última Hora*, fez uma resenha, considerando que o melhor e mais moderno cantor daquela noite tinha sido Lúcio Alves, que mereceu, por isso, apenas um pequeno parágrafo. A maior parte do texto foi para Orlando Silva, apresentado como um contraste de Lúcio Alves, que o superava então:

> *"Musical – Assisti a um musical de televisão, oferecido por certa indústria de leite em pó. Muita conversa antes. Extenso o texto de*

---

[65] NASSER, David. "Ressurreição de Orlando". / "Tragédia do Cantor". *O Cruzeiro*, 18 de abril de 1953, pp. 55-6.

[66] Dos dois biógrafos, já supracitamos Jorge Aguiar. O outro título: VIEIRA, Jonas. Orlando Silva [o cantor das multidões], Rio de Janeiro: Funarte/INM, 1985.

apresentação, inútil mesmo, mas, o musical em si, continha pontos altos.

Por exemplo, Orlando Silva, que foi o homem mais famoso de todo o Brasil em 1938. Estava ali, cantava, ainda, um personagem a lembrar.

Há 22 anos, quando o rádio era tudo na vida desta cidade, Orlando Silva (sem exagero) não podia, sequer, atravessar uma rua. (...) O público o amava, de verdade. O público corria para ele, para tocar-lhe a roupa e ouvir-lhe a palavra. Naquele tempo, não havia auditórios.

Orlando Silva, é necessário que se recorde, foi a voz mais bonita e foi quem melhor cantou, no tempo áureo do rádio. Quem não se recorda de 'Súplica', aquela valsa de um amor perdido, onde o cantor atrasava e adiantava, fazendo o que queria, com as palavras e com o desenho da música? Orlando Silva estava ali.

Mas, o tempo passou. Mudaram as modas e os modos. Substituíram-se os valores. Lá estava Orlando Silva. Ia ser julgado. Dividir opiniões. Talvez, para muitos, fora de forma. Para nós, era ainda o bom espetáculo. As lembranças do que ele foi nos ajudava a gostar do que ele ainda era."[67]

Nessa altura, evoquemos novamente o crítico José Ramos Tinhorão, que tinha coluna fixa no *Jornal do Brasil* sobre música popular brasileira, um crítico feroz das multinacionais do disco, por ele consideradas a alteridade maléfica da cultura brasileira. Tinhorão tinha opiniões muito enfáticas a respeito e, por certo, teria muito a vociferar por ocasião do passamento de Orlando Silva. E assim foi, de fato, acabando por provocar polêmicas. Tinhorão gostava de Orlando Silva. Reclamou muito das gravadoras que insistiam em sonegar os sucessos gravados do período considerado áureo. Reprovou a tentativa frustrada da Camden (ramo da RCA Victor), em 1976, que tentou fazer um LP com depoimentos do cantor com uma antologia musical

---

[67] "RPS" (não identificamos de quem era o pseudônimo RPS). *Última Hora*, 2 de maio de 1961, 2º cad., p. 3 [TV Todo Dia].

ao fundo, quase inaudível. Enfim, mostrou-se muito irritado e agressivo com tudo isso. Mas, passados uns meses da morte de Orlando, o esperado LP apareceu em fins de 1978, agora por iniciativa da Associação Brasileira dos Produtores de Discos e do Ministério da Educação e Cultura, o que contentou o crítico: "Embora o melhor período de Orlando Silva como cantor tenha sido realmente o que compreende suas gravações da RCA Victor, entre 1935 e 1942, algumas de suas interpretações reunidas no LP 'Orlando Silva dos Anos 40' só vêm confirmar ter sido ele, de fato, o maior intérprete de música popular brasileira de todos os tempos".[68]

Mas, em agosto de 1978, por ocasião da morte de Orlando Silva, Tinhorão destoou das considerações apologéticas, evocando muito do que achou de ruim que aconteceu desde que o grande ídolo assumiu o posto de Francisco Alves. Achou que, em 1952, o cantor apareceu aos microfones da Nacional "de voz irreconhecível pelos que o tinham ouvido cantar" nos primeiros anos em que gravou, consumiu durante os dez anos seguintes o que restara de sua fama, "arrastando o manto da majestade perdida por entre os escombros de um mundo artístico que não era mais o seu". Não poupa também o grande patrocinador de programas de rádio, que nada mais fez que substituir o cantor por outro que lhe rendia o mesmo lucro. Continuava, enfim, a transformação do mito do rádio; ninguém se preocupava com a figura humana do antigo jovem suburbano que venceu, mas com a exploração da sua legenda.[69]

---

[68] TINHORÃO, J. R. "Regravações comprovam: Orlando Silva ainda é o maior cantor brasileiro". *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1979, cad. B, p. 3. Um ano antes, Tárik de Sousa havia escrito sobre o assunto. O eterno descaso das gravadoras com o patrimônio da música popular brasileira resultou nisso: seu maior ídolo natural em todos os tempos tinha para a juventude uma falsa imagem. Parecia curtição simplesmente nostálgica dos mais velhos. Nem se poupou a Orlando o desastre de uma gravação pretensamente atualizadora, com um punhado de músicas e novos autores que nada tinham a ver com ele, e apenas aprofundavam o fosso que o separava de ouvintes menos idosos. SOUZA, Tárik de. "A morte e a morte de Orlando Silva". *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

[69] TINHORÃO, J. R. "Orlando Silva". *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

Tinhorão já vinha falando volta e meia do que gravadoras e empresários faziam ao explorar a imagem do cantor. Em 1976, por ocasião do lançamento de uma antologia de gravações de Orlando, muito irritado, usou palavras fortes para expressar o desagrado por terem os produtores lhe impingido que gravasse compositores dos anos 60, que nada tinham a ver com ele. Teria sido manipulado desumanamente, para aparecer em programas de supostas homenagens, "que na verdade usavam na televisão sua figura de velho ídolo, como escada para o triunfo de cantores da moda" (...) "amparado numa bengala, de boca murcha e voz roufenha". Não se furtou de aconselhar o cantor, "Esperamos que Orlando Silva pense nisso: nos últimos 20 anos, o que ele vem fazendo, ao insistir em gravar novos discos, é apenas destruir uma imagem insubstituível: a de maior cantor de música popular brasileira de todos os tempos".[70]

Tinhorão indaga também quem é, naquela altura, que tinha, de fato, ouvido a voz que tinha dado fama ao cantor, já que as gravadoras tinham descurado de fazer reedições dos primeiros discos. Por isso, pareceu ao aguerrido jornalista que "Agora, quase quarenta anos depois – e nem o próprio cantor poderá negar –, esse grande Orlando Silva não é o mesmo. Então, por que continuar a gravar? Talvez apenas por duas razões: porque o cantor, sem outras fontes de renda, precisa ganhar algum dinheiro, e a gravadora, rica, deseja mais dinheiro".[71]

Mas, ao que parece, o motivo não era esse, Orlando Silva não precisava lutar para sobreviver, no fim da vida. Aos repórteres que foram noticiar o velório do cantor, os irmãos declararam que, depois de deixar a trepidante rua Rodolfo Dantas, em Copacabana, Orlando Silva morava numa casa confortável na rua Bruni Guimarães, 455, no Jardim Guanabara, na Ilha do Governador,[72] que não fora difícil de adquirir, porque "o cantor não tinha problemas financeiros, pois todo

---

[70] TINHORÃO, J. R. "Cantor é das multidões não das multinacionais". *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1976, cad. B, p.1.

[71] *Idem*.

[72] "Depoimentos". *Luta Democrática*, 9 de agosto de 1978, p. 5.

o dinheiro que ganhava economizava". Na mesma ocasião, os irmãos do cantor informaram que o cantor se beneficiara recentemente da onda de regravações de canções sentimentais naqueles anos e citaram uma frase que ouviram de Orlando: "Gozado. Vão me pagar uma nota para cantar a "Última Estrofe", que gravei há mais de 40 anos. Essa onda de nostalgia melhorou muito a minha vida. Jamais ganhei tanto dinheiro. E já velho".[73]

A propósito do mencionado artigo irado de Tinhorão, fomos colher também, em contraponto, a opinião de uma fã de Orlando Silva. Encontramos uma carta de uma leitora do *Jornal do Brasil* que, aliás, em muito colide com as ideias e expressões fortes do jornalista e, ao mesmo tempo, tão comovente em sua devoção ao grande ídolo desaparecido.

> *"Li o artigo "O Verdadeiro Orlando Silva que é Preciso Conhecer", do Sr. J. R. Tinhorão, no Jornal do Brasil, de 12 de agosto. Muito interessante e justo na defesa do cantor, porém, com pontos que não entendi e com os quais não concordo.*
>
> *Como já estou bem adiantada na casa dos 40, ouvi o verdadeiro Orlando, cresci ao som das canções de sua voz, maravilhosa. Achei notável a sugestão que o jornalista fez a respeito dos álbuns com as gravações originais de Orlando Silva e folhetos explicativos, assim como concordo em que o cantor não devesse gravar na década de 60 músicas de autores citados, com os quais nada tinha a ver, explicadas só pela exploração e ganância das gravadoras.*
>
> *Não compreendo, porém, a crítica feita à volta de Orlando Silva para substituir Francisco Alves no programa das 12 horas de domingo, porque isso era de interesse comercial. Ora, qualquer patrocinador teria interesse em levar Orlando Silva para o lugar de Chico. Nada mais justo. (...)*
>
> *Depois falou sobre as falsas homenagens feitas pela TV, onde Orlando serviu de escada para o triunfo de cantores da moda, mas não concordo, pois, nas homenagens Orlando apareceu ao lado de can-*

[73] "Família". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

tores como Roberto Carlos, Ronnie Von, Moacyr Franco, Caetano Veloso, Vanderlei Cardoso e outros nomes que não precisam escada, pois já são bem famosos. (...) Quanto a "vir de bengala, boca murcha e voz roufenha" isso é a marca inexorável do tempo da qual ninguém escapa. E eu pergunto: como homenagear um velho ídolo? Ele tem de aparecer como é: velho ou feio. Aparecendo e cantando ao lado de nomes famosos, Orlando provou que botava todos eles no chinelo, aos 62 anos. (...)

Eu, que ouvi o Orlando dos anos 30 e 40, confesso que deixei-me enlear ainda mais nos últimos anos com o Orlando Velho. Talvez mesmo pelo contraste de sua voz e de suas músicas, com as vozes e as músicas de hoje.

Portanto, não se deve afligir o Sr. J.R. Tinhorão, que tão brilhantemente defendeu Orlando, pois os que conhecem Orlando Silva através das homenagens, conheceram-no muito bem. Sentiram a beleza impar de sua voz, suas interpretações magníficas e, também, a figura humana em cujo coração só havia lugar para o amor.

Yara Araújo – Rio de Janeiro."[74]

Certamente, nesse altura, já temos um perfil profissional de Orlando Silva e dos sobejos motivos que o levaram a ser o Cantor das Multidões. Passemos agora a dizer um pouco da memória que dele restou, para que se ilumine um pouco também alguns de seus traços pessoais. Era uma pessoa muito devotada à família, especialmente à mãe, e procurou amparar e encaminhar os irmãos à vida. De um modo geral, levou uma existência modesta (temos fotos dele tomando ônibus de volta para casa, numa época em que não dava conta dos contratos que surgiam). Algumas vezes, em matérias jornalísticas, Orlando Silva disse de si mesmo, como nessa confissão: "Eu sou romântico, um seresteiro; só canto o amor, a beleza. Só gravo músicas com sensibilidade, com melodias bonitas. Hoje, se faz um ídolo em oito dias, tudo é orientado".[75]

---

[74] "O cantor das multidões" [Seção Cartas]. *Jornal do Brasil*, 11 de setembro de 1978, p. 5.

[75] *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

Nas reportagens que colhemos, quase sempre transparece a visão de um Orlando Silva equilibrado, a sobejar bonomia. Sérgio Cabral o entrevistou mais de uma vez, tendo a impressão, a cada vez, que a entrevista seria "de bom astral", de um homem que não guardava mágoas e que não se insurgia contra os novos como se inimigos fossem. Tinha as suas preferências, como os compositores Chico Buarque de Holanda e Paulinho da Viola; e cantores, como Roberto Carlos e Antônio Marcos, mas não entendia muito bem a obra de Milton Nascimento e certas músicas de Caetano Veloso, mas nunca foi visto instilando ódio aos novos que apareciam no primeiro plano da música popular brasileira, os que ocupavam o lugar que foi apenas dele, durante muitos anos. Também foi Sérgio Cabral que disse de Orlando Silva que, quando o conheceu pessoalmente, tinha ficado muito impressionado com a sua dignidade, com o comportamento de quem sabia que o ídolo tem que ser jovem, e um novo ídolo surge sempre a cada nova geração.[76] Arthur da Távola disse dele algo mais ou menos parecido: "Criando continuou artista, continuou profissional, continuou cantando. Jamais dele se soube qualquer estrelismo, qualquer ato menor, ressentido, magoado. A dignidade de Orlando Silva foi outro de seus traços de vida mais bonitos".[77]

A visão simpatizada de Orlando Silva é a que predomina quase unanimemente, mas encontramos uma exceção. E a achamos numa matéria de David Nasser em *O Cruzeiro*, em abril de 1953, meio ano depois da morte de Francisco Alves. Nasser era muito ligado a Chico Alves, intérprete predileto das canções do jornalista e compositor. Ao que parece, Nasser achava que Orlando Silva não deveria tê-lo sucedido, pois Chico Alves andava ressentido pela "ingratidão" de Orlando. Como dissemos, Orlando devia a Chico Alves a sua introdução no meio artístico, no rádio e na gravadora RCA Victor. Mas, segundo Nasser, logo que Orlando galgou o sucesso, se transformou, tornou-se "antipático, mascarado, sofisticado, só era admitido e suportado por-

---

[76] CABRAL, Sérgio. "Lembranças do nosso maior cantor de todos os tempos". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 40.

[77] TÁVOLA, Arthur da. "Carta para Maria de Lurdes, viúva do cantor das multidões". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 50.

que, quando começava a cantar, mudava tudo. Sua voz era uma prece às coisas boas da terra, uma espécie de saudade musical. Suas interpretações – o próprio Chico admitiria depois – jamais poderiam ser ultrapassadas em beleza e sentimento". Por isso David Nasser achava que não devia ocupar o programa que foi de "Francisco Alves, a quem, anos antes, Orlando Silva quase negara o cumprimento". Não vimos esse assunto em outra fonte.[78]

Orlando Silva não foi tão somente o "Cantor das multidões", pois foi também o predileto de três presidentes da República. Ele mesmo costumava dizer: "Vou cantando para o povo e para presidentes". Diz-se que Getúlio Vargas volta e meia lhe telefonava para pedir que cantasse "a camélia que caiu do galho" ("A Jardineira"). Juscelino, já presidente da República, tinha preferência por "se eu pudesse e se Papai do Céu me desse" ("Sertaneja"). Certa vez, depois de um *show* em Belo Horizonte, pediu ao cantor que ficasse, tirou os sapatos e ouviu Orlando Silva por mais de duas horas. João Goulart pedia "cante passaste hoje ao meu lado, vaidosa de braço dado" ("Número Um"). O senador José Serra escreveu um apaixonado artigo sobre sua devoção a Orlando Silva, em *O Globo*, no dia do centenário de nascimento do cantor. Se tivesse, portanto, ganhado as eleições que disputou com José Inácio Lula da Silva, teria sido outro presidente fã do "Cantor das multidões".[79]

Moacyr Andrade conta outras duas histórias de relações com a "realeza". A primeira data de 1939, quando Orlando Silva quis estudar canto com Tito Schipa, o grande tenor italiano, que costumava cantar nas temporadas de ópera sul-americanas. Encontrando-se com o tenor nos camarins do Teatro Municipal, Orlando falou de suas pretensões. Schipa pediu que ele cantasse alguma coisa. Aos primeiros versos de "Lágrimas" (valsa de Candido das Neves), foi interrompido: Tito Schipa disse-lhe que qualquer estudo não faria mais do que estragar aquela voz maravilhosa, que ele próprio, quando jovem, queria

---

[78] NASSER, David. "Tragédia do Cantor". *O Cruzeiro*, 18 de abril de 1953, pp. 55-6.

[79] GOIS, Ancelmo. [Entrevista]."José Serra sobre Orlando Silva: 'O maior cantor popular de todos os tempos' ". *O Globo*, 3 de outubro de 2015.

algo assim para si, mas não quis contrariar a família. Outro grande nome da música estrangeira que "Orlando guardava com muito carinho é o de Cole Porter". Em março de 1945, gravou uma versão da famosa canção "Beguin the Beguine", do compositor norte-americano. "Recebeu de Cole Porter uma carta – para ele, um dos mais preciosos documentos de seus guardados – cumprimentando-o e considerando-se admirado de como um cantor estrangeiro conseguira superar seus compatriotas na interpretação da música".[80]

Orlando Silva, torcedor do Flamengo, gostava muito de futebol. Na noite do dia 3 de agosto de 1978 recolheu-se para assistir pela televisão a partida Palmeiras *versus* Internacional, depois foi dormir. De madrugada, acordou passando mal; e quando atendido pela esposa, Maria de Lourdes, já se encontrava semi-inconsciente. Foi levado, então, para o Hospital Gafrée Guinle, na rua Mariz e Barros, na Tijuca. O estado de saúde permaneceu inalterado desde que foi internado, aos cuidados de um cardiologista e de um neurologista, até a tarde do dia 7, segunda-feira. Nesse dia, às 16:30 entrou em coma, para falecer quinze minutos depois, sem deixar filhos, dois meses antes de completar 63 anos, vitimado por um acidente cardiovascular isquêmico. Logo que o corpo foi para a capela do hospital e a notícia da morte foi divulgada, uma multidão de fãs se dirigiu para o hospital, onde o corpo ficou por algumas horas, velado por sua mulher, irmãos e amigos. Mas a direção impediu que os fãs entrassem no recinto do hospital.[81]

Um dos fãs insistiu muito para entrar na capela. Os irmãos do cantor pediram permissão e obtiveram. Tratava-se do senhor Hélio Caminha Gonçalves, de 54 anos, que disse ser admirador do cantor desde os tempos da Rádio Cajuti. Tinha um caderninho com muitos autógrafos e revelou que não podia deixar de prestar sua última homenagem. Até o começo da noite, ninguém do meio artístico havia comparecido à capela do hospital, exceto o cantor José Ricardo. Cravo Albin ficou encarregado de solicitar à Câmara de Vereadores que

---

[80] ANDRADE, Moacyr. "Orlandíadas". *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

[81] "Orlando Silva morre aos 62 anos de ataque do coração". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

dispusesse um salão para o velório, o que foi recusado pela família. Preferiram aceitar a oferta do Flamengo, onde foi velado na sede velha do clube, no Morro da Viúva.[82] O corpo do artista seguiu pela Avenida Rui Barbosa, pelo Aterro, pela rua Professor Álvaro Rodrigues e, na contramão, ao longo da São João Batista. O repórter de *Última Hora* contou cerca de 500 pessoas no enterro do "cantor das multidões"; às 16 horas do dia 8 de agosto, no Cemitério de São João Batista, o corpo desceu à sepultura sob o som de "Carinhoso".[83]

No *Jornal do Brasil*, Tinhorão disse que a imprensa brasileira, de uma maneira geral, tinha sido generosa com o cantor Orlando Silva, ao menos na hora da morte, embora esta tivesse de disputar o noticiário com a morte do Papa Paulo VI e as notícias sobre o primeiro aniversário da morte de Elvis Presley.[84] Arthur da Távola, em *O Globo*, ao saber que a Rede Globo de Televisão ia fazer um programa especial em homenagem ao cantor, rogou que pusessem as canções gravadas entre 1935 e 42, mesmo que estivessem com ruído. Os jovens não sabiam por que se faziam aquelas homenagens tão ruidosas por um cantor que só conheciam pelas regravações dos anos 50 em diante: "É preciso levar ao grande público aquelas interpretações, pois ali está o maior patrimônio artístico do canto popular brasileiro".[85] Dias depois, registrou o veterano cronista Jota Efegê que, do microfone da modesta Cajuti, o jovem Orlando Silva conseguiu atingir o 22º andar do arranha-céu da Praça Mauá nº 7, e lá, teve a justa e merecida consagração como o "cantor das multidões".[86]

---

[82] *Idem*.

[83] "Multidão dá seu adeus a Orlando". *Luta Democrática*, 9 de agosto de 1978, p. 5.

[84] TINHORÃO, J. R. "Orlando Silva". *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

[85] TÁVOLA, Arthur da. "Carta para Maria de Lurdes, viúva do cantor das multidões". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 50.

[86] JOTA EFEGÊ [pseudônimo de João Ferreira Gomes]."Da modesta Cajuti à consagração no arranha-céu da Praça Mauá". *O Globo*, 16 de agosto de 1978, p. 37.

Referências Bibliográficas

DAVENSON, Henry [Henri-Irènèe Marrou]. Introduction a la connaissence de la chanson populaire française. Le livre des chansons. Neuchâtel: Ed. de la Bacconière, 1982.

NEWTON, Francis [Eric J. Hobsbawm]. História social do jazz. SP, Paz e Terra, 1990.

DUHAMEL, Georges. Défense des lettres. Paris: 1937, *passim*

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1979.

MORIN, Edgard: *Cultura de massas no século XX (O espírito do tempo)*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

RIOUX, J-P., SIRINELLI, J-F. *La culture de masse en France. De la Belle Époque à aujourd'hui*. Paris: Fayard, 1999.

BORGES, Vera Lucia Bogéa. *A Batalha eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

"Um cantor ganha uma rua" e "Voz de Orlando: vinho antigo não tem idade". *O Cruzeiro*, 17 de outubro de 1959, pp. 20-22.

Jornal do Brasil, 8 de agosto de 1978, p. 8.

Dicionário Cravo Albin de MPB. http://www.dicionariompb.com.br/ (Consulta ao longo de fevereiro de 2016)

ENCICLOPÉDIA DA MÚSICA BRASILEIRA: erudita, folclórica e popular. São Paulo: Art ed., 1977, 2 v.

"O começo". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

CABRAL, Sérgio. "Lembranças do nosso maior cantor de todos os tempos". *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 40.

JOTA EFEGÊ [pseudônimo de João Ferreira Gomes]. "Da modesta Cajuti à consagração no arranha-céu da Praça Mauá". *O Globo*, 16 de agosto de 1978, p. 37.

"A fama". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

AGUIAR, Jorge. "Nada Além, a vida de OS". São Paulo: 1995.

"Orlando Silva morre aos 62 anos de ataque do coração". *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

GOIS, Ancelmo. [Entrevista].”José Serra sobre Orlando Silva: ‘O maior cantor popular de todos os tempos’ “. *O Globo*, 3 de outubro de 2015.

TINHORÃO, J. R. “Regravações comprovam: Orlando Silva ainda é o maior cantor brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1979, cad. B, p. 3.

TINHORÃO, J. R. “Orlando Silva”. *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

TINHORÃO, J. R. “Cantor é das multidões não das multinacionais”. *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1976, cad. B, p. 1.

VIEIRA, Jonas. “O cantor das multidões nos anos 40”. *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1978, cad. B, p. 4.

PINTO, José Nêumane. “Orlando Silva sempre vivo”. *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1978, cad. B, p. 4.

SOUZA, Tárik de. “A morte e morte de Orlando Silva”. *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

TÁVOLA, Arthur da. “Carta para Maria de Lurdes, viúva do cantor das multidões”. *O Globo*, 10 de agosto de 1978, p. 50.

“Povo leva última homenagem ao Cantor da Multidões”. *Luta Democrática*, 9 de agosto de 1978, p. 5.

NASSER, David. “Ressurreição de Orlando”. / “Tragédia do Cantor”. *O Cruzeiro*, 18 de abril de 1953, pp. 55-6.

“RPS” (não identificamos de quem era o pseudônimo RPS) *Última Hora*, 2 de maio de 1961, 2º cad, p. 3.

TINHORÃO, J. R. “Regravações comprovam: Orlando Silva ainda é o maior cantor brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1979, cad. B, p. 3.

“Depoimentos”. *Luta Democrática*, 9 de agosto de 1978, p. 5.

“Família”. *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1978, p. 8.

“O cantor das multidões” [Seção Cartas]. *Jornal do Brasil*, 11 de setembro de 1978, p. 5.

ANDRADE, Moacyr. “Orlandíadas”. *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1978, p. 5.

"Multidão dá seu adeus a Orlando". *Luta Democrática*, 9 de agosto de 1978, p. 5.

Orlando Silva canta ao microfone da Rádio Nacional, a emissora de maior alcance no território brasileiro. Foto: *Revista Carioca*, Janeiro de 1940. Acervo Biblioteca Nacional

Orlando Silva em 1934, aos 20 anos. Cena do filme "Cidade Mulher", com as Irmãs Pagã. Acervo Biblioteca Nacional.

Orlando Silva em 1938, colhendo as glórias de uma rápida carreira. Foto: *Revista da Semana*, agosto de 1938. Acervo Biblioteca Nacional.

Orlando Silva em São Paulo, 12 de fevereiro de 1938. Canta para uma multidão de cerca de dez mil pessoas e ganha o título duradouro de "O cantor das Multidões". Foto: *Revista Carioca*. Acervo Biblioteca Nacional.

Custódio Mesquita e Mário Lago "ensinam" Orlando Silva a interpretar "Nada além", 1938. Foto cedida por D. Camila, irmã de Custódio, ao autor deste texto em 1991.

Orlando Silva c. 1953. Foto de capa de disco.

Orlando Silva em *show* na televisão, 1959. Acervo Biblioteca Nacional.

Orlando Silva na televisão, com uma garota-propaganda, e o cantor João Gilberto, que o tinha como o maior cantor de todos os tempos. C. 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

Resumo

Em outubro de 2015 cumpriu-se o centenário de nascimento de Orlando Silva, o intérprete da canção popular brasileira considerado quase que unanimemente o melhor de todos os tempos. Como a maioria dos brasileiros, nasceu pobre e mestiço, em uma família numerosa. Não foi além da educação elementar e teve de trabalhar desde os 12 anos de idade. Tendo praticado os variados gêneros da canção brasileira desde cedo, aos 18 anos teve a oportunidade de trabalhar em uma emissora de rádio, que foi o início da carreira artística. Logo depois, começaram as gravações que, ao longo de 45 anos, chegaram a quase milheiro e meio. Dessas gravações surgiram clássicos esplendorosos. Entretanto, as produtoras de disco não reeditaram os discos gravados entre 1935 e 45, que são os melhores. Passando por uma grave crise pessoal de 1945 a 52, Orlando Silva voltou ao trabalho regular, mas não conseguiu o alto desempenho dos primeiros anos. Por isso, a maior parte dos aficionados da canção brasileira não podiam compreender os motivos de tão alto apreço pelo cantor pelas gerações mais velhas. Tendo reunido multidões incontáveis em *performances* improvisadas, foi aclamado como "O Cantor das Multidões".

Palavras-chave: Orlando Silva; Canção brasileira; Artes performáticas; Cultura de massa..

Abstract

In October 2015 fulfilled the centenary of the birth of Orlando Silva, the interpreter of Brazilian popular song almost unanimously considered the best of all time. Like most Brazilians, he was born poor and mixed race in a large family. It was beyond elementary education and had to work from the age of twelve. Having practiced the varied genres of Brazilian music from an early age, to 18 years had the opportunity to work in a radio station, which was the beginning of his artistic career. Soon after, they began recording that, over 45 years, reached nearly thousend and a half. These recordings emerged splendid classics. However, disk producers not reissued the albums recorded between 1935 and 45, which are the best. Going through a serious

personal crisis 1945 to 52, Orlando Silva returned to regular work, but did not get the high performance of the early years. Therefore, most of the fans of Brazilian music could not understand the reasons for such high appreciation for the singer by older generations. Having collected countless crowds in improvised performances, it was hailed as "The Singer of Crowds".

Keywords: *Orlando Silva; Brazilian song; Performing arts; Mass culture..*

Recebido em 16 de dezembro de 2015. Aprovado em 20 de janeiro de 2016.

AS COMISSÕES ESTADUAIS DE SANEAMENTO: POLÍTICA E TERRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO

Adriana Branco Correa Souto[1]
e Lúcia Silva[2]

Introdução

Durante a República Velha duas Comissões de Saneamento foram instituídas pelo governo fluminense para dessecar a planície do Estado do Rio de Janeiro. Para entender a atuação destas Comissões e a sua importância na discussão sobre o ideário de revitalização econômica da região, é necessário percorrer o processo de instituição e a leitura política que estava atrelada a sua existência.

As comissões estaduais de saneamento eram repartições públicas, isto é, eram um espaço dentro da secretaria de obras públicas (que ao longo do tempo tiveram várias designações), sendo organizadas para atuarem na planície do Estado do Rio de Janeiro. As comissões como repartições públicas deveriam se reportar, obrigatoriamente, ao secretário de obras públicas, por meio da apresentação de um relatório anual. Estes relatórios deveriam conter a discrição dos trabalhos efetuados, a relação de empregados, das despesas em geral, uma lista de maquinários e os projetos a serem concluídos, além de considerações que o engenheiro chefe considerasse pertinente.

A Primeira Comissão Estadual foi instituída em 1894 e pode ser pensada como resultado de anos de disputas político-econômicas que giraram em torno das concepções sobre o uso e apropriação da planície do Estado. Com a perda do *status* de centro dinâmico da eco-

---

[1] Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

[2] Doutora em História Social com pós-doutoramento em Planejamento Urbano e Regional.

nomia nacional, na medida em que o Estado fluminense deixou de ser "a grande província imperial", as finanças do Estado do Rio de Janeiro depois da Proclamação da República entraram em crise, agravada pela instabilidade política, a ascensão na balança comercial da agricultura paulista e mineira, cansaço das terras, abolição, etc. (FERREIRA, 1994, p. 8.)

As formas de superação da crise financeira estiveram presentes nos diversos governos fluminenses, sejam pelo aumento de terras cultiváveis, da diversificação de produção, do saneamento e dessecamento para liberar espaço a lavoura, sejam da legalização das terras para aumentar a arrecadação de impostos territoriais, da criação de novas indústrias, da proteção das matas e reflorestamento. De acordo com a orientação político-administrativa-econômica de cada gestão, dava-se mais ou menos destaque para uma das estratégias, mas de maneira geral, sempre estiveram presentes de alguma forma nas mensagens dos governadores no período analisado (1894 a 1907).

Antes da instituição da Primeira Comissão Estadual em 1894, a planície tinha sido palco de intervenções que buscavam seu dessecamento e ampliação da produtividade agrícola. Desde os primeiros movimentos de saneamento, as políticas que atuaram na região estiveram sob a égide de uma elite agroexportadora que comandou a política/administração/economia, ativamente no fim do Império e durante todo o período da Primeira República. O grupo dominante comandando pelos açucareiros do norte fluminense atuava de forma hegemônica dentro da administração do Estado do Rio de Janeiro, ao lado dos demais grupos locais, explicitando uma divisão na constituição das intervenções.

Desta forma entende-se por que o norte do Estado ter sido alvo da primeira grande intervenção, ainda no Império, cujo objetivo era beneficiar os produtores da região, por meio da construção do Canal Macaé / Campos. O canal foi construído com a finalidade de facilitar o transporte entre Campos, Macaé e outros povoados em suas margens, além de substituir o porto de São João da Barra. Sua conclu-

são foi um processo longo que levou 25 anos entre a autorização para a obra (1837) e sua inauguração (1862).

Além da construção do canal Macaé / Campos (1837 a 1861), a primeira concessão para estudar e intervir na planície foi dada ao major Rangel de Vasconcelos em 1883, escolhido pelo governo imperial para estudar as causas das febres palustres nas zonas banhadas pelos rios Meriti, Irajá, Pilar e Iguaçu. A escolha deste espaço que, geograficamente, era mais próximo da Corte aponta para uma tensão político-administrativa em torno das intervenções de todas as comissões, tanto as estaduais quanto as federais, qual seja, a disputa entre o norte fluminense, onde se localizava o grupo dominante que agia dentro do Estado fluminense, e área do entorno da cidade do Rio de Janeiro, então a maior cidade do País.

As obras realizadas na baixada dos Goitacazes tinham como lógica a manutenção da produção já existente na região e visavam à sua conservação e ampliação, diferentemente da baixada da Guanabara, que buscava uma justificativa, economicamente viável, para os gastos públicos que seriam gerados pelas intervenções de saneamento e dessecamento, sua única vantagem era geográfica, a proximidade com o Distrito Federal. Essa questão aliada ao fato de a Baixada Fluminense ser entendida como toda a planície do Estado tornava os recursos liberados pelo poder público, para a intervenção na região, alvo de disputas. Para onde seriam direcionados os poucos recursos? Para a Baixada Fluminense, próxima ao Distrito Federal e com pouca participação na arrecadação estadual, ou para a Baixada Fluminense, distante do Distrito Federal e com características de agroexportadora?

A divisão da planície do Estado em quatro seções (baixadas) realizadas pela Primeira Comissão Estadual, chefiada por Marcelino Ramos, se objetivava para permitir maior racionalização do uso dos recursos e diminuir a tensão entre as seções. O discurso sobre "a baixada fluminense estava vazia e abandonada" utilizado para toda a planície, na prática, era devido, usualmente, ao espaço próximo da capital federal, buscando trazer para a baixada próxima da capital federal as possíveis intervenções. A baixada descuidada que figurava na cons-

trução do discurso oficial dos relatórios era a Baixada da Guanabara, – região do entorno da cidade do Rio de Janeiro que foi designada pela Primeira Comissão como 1ª Seção – estando desamparada pelo poder público e tendo seu potencial mergulhado no pântano insalubre no qual se transformou a região.

Primeira Comissão Estadual

Desde o primeiro governo estadual de José Thomaz Porciúncula (1892) até o mandato de Nilo Peçanha na presidência da República (1909), a construção do discurso de legitimação das obras foi desenvolvida pela via do abandono da região, ainda que variassem os motivos. Cada governo elegeu uma justificativa para o abandono, desde a abolição e/ou a construção das estradas de ferro, que mudaram a dinâmica econômica do entorno dos portos para as estações de trem, passando pelas epidemias e a expulsão dos jesuítas no século XVIII, até a simples conjunção de todos esses fatores.

A construção da imagem da Baixada da Guanabara ligada ao "abandono e vazio" foi a opção escolhida pelos governos estaduais como forma de legitimar a construção do discurso de intervenção em uma seção da planície. Aliás, foi durante o mandato de Porciúncula como governador que, em 1894, foi instituída a Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro, com o compromisso de organizar um estudo que pudesse direcionar como e onde as obras de saneamento deveriam começar.

A Comissão tinha o objetivo de fazer um levantamento das condições econômicas (produtivas) de toda a planície bem como indicar suas potencialidades. Em paralelo confeccionaria mapas sobre as principais bacias da região, informando os principais locais de alagamento, além de fazer serviços de nivelamento onde fossem executadas as obras. A Comissão em meio a todas essas atribuições não poderia perder de vista seu principal objetivo*, "o aproveitamento de rios e canais para a navegação e irrigação."* (GÓES, 1934, pp. 318 e 319.)

Todos estes objetivos da Primeira Comissão Estadual formavam uma síntese das necessidades expressas, tanto pelo Estado como

pela elite agroexportadora, de maximizar o uso econômico da planície do Estado fluminense. Cada item expresso nos objetivos da Comissão foi inserido a partir da tensão de demandas acumuladas que pendiam para o abandono público, principalmente em se tratando da Baixada da Guanabara e para a necessidade de expansão para além dos pântanos, no caso da Baixada de Goitacazes.

A fração da planície que corresponde à Baixada da Guanabara, assim como todo o Estado, foi ocupada pela sesmaria, da propriedade plena (Lei de 1850) e da posse. Esta última passou a ser reconhecida como prática comum pelo Estado, sendo facilitada pelo modelo agrícola utilizado, cuja característica era a instabilidade da permanência do agricultor em função da (in) fertilidade do solo. Assim, após ser abandonada, devido ao cansaço das terras, entres outros fatores, uma grande fazenda poderia ter sua extensão legalizada ou ser subdividida, passando para as mãos de "posseiros".

Um dos mais complexos objetivos da Primeira Comissão Estadual estaria na tentativa do Estado de demarcar e distinguir as propriedades em uso e as que fariam parte das terras "devolutas". Estas "intenções" estavam descritas nos artigos 8º a 12º do Decreto 128 que instituiu a Primeira Comissão Estadual, ressaltando que uma das possibilidades almejadas pelo trabalho deveria ser a de tentar organizar/dominar a estrutura fundiária da planície do Estado.

Outro desígnio da Comissão era fazer um inventário da produção local, levando em consideração a divisão de quatro seções. A Baixada dos Goitacazes contava com um histórico de produção para exportação, enquanto a Baixada da Guanabara, com plantio de gêneros para o mercado interno. Dinâmicas e estruturas produtivas diferentes sob o mesmo objetivo. Essas diferenças refletiam-se na forma como o Estado socorria os produtores, onde o grande proprietário monocultor de café ou açúcar, tendo maior importância na economia, tinha acesso aos recursos e subsídios em detrimento do pequeno produtor e o de subsistência, como afirma W. Dean,

> *"Um enorme prestígio era associado aos cultivadores de safras de exportação; nenhum aos cultivadores de safras de consumo interno;*

> *uma escala colonial de valores que não foi reordenada pela independência política"* (DEAN, 1996, p. 208.)

O problema não era estar desocupada: era estar em parte subocupada com o tipo de cultura que não coadunava com a visão econômica do período e que não oferecia ao Estado um retorno financeiro suficiente para justificar uma intervenção. O discurso do "abandono", do lugar de "doença" e insalubre foi articulado de modo a valorizar aspectos negativos (mosquito, doença, pântano, vazio demográfico) e, partindo destes, atrair uma elite agroexportadora para as características positivas do saneamento da região (liberação de novas terras, rede de transportes já estabelecida e proximidade à capital federal) que tornassem interessante o direcionamento de recursos para melhorar suas condições.

O Estado via na grande propriedade uma forma de gerar recursos, principalmente se a Baixada da Guanabara contribuísse com a tentativa de superar a crise financeira estadual, "Só a Baixada pôde produzir arroz em quantidade tanta quanta seja necessária para abastecer todo o Brasil" (RIO DE JANEIRO, 1902, p. 108). A ambição era dominar o espaço para resolver um problema de terras cansadas utilizadas na agricultura e, segundo a política econômica naquele momento, transformar os terrenos alagados em um cinturão verde de alta produtividade para a lavoura, contribuindo tanto para o mercado interno como para a exportação.

Segundo o relatório de 1898, produzido por Marcelino Ramos, a Primeira Comissão Estadual foi dividida administrativamente em três seções além do escritório central. Todos os funcionários estavam subordinados à direção do engenheiro-chefe João Teixeira Soares, afastado de seu cargo poucos meses após a instituição da Comissão, pois, a partir de 16 de abril de 1895, assumiu, interinamente, Marcelino Ramos da Silva e definitivamente em 22 de janeiro de 1896 até sua extinção em 1902. Apesar do término oficial dos trabalhos da Comissão datar de 1902, desde abril de 1900 os trabalhos estavam suspensos, e o engenheiro-chefe foi nomeado diretor de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro em 1º de fevereiro de 1899. Os trabalhos de Marcelino Ramos na comissão estadual o habilitaram a

ser também o engenheiro-chefe da Primeira Comissão Federal, constituída em 1910, sendo este seu último trabalho antes de falecer.

Para facilitar a identificação e atuação no espaço que compreendia cerca de 17.000 km², o engenheiro responsável pela comissão subdividiu a planície em quatro seções, em 1896. Essas quatro seções não correspondiam às seções administrativas, mas às bacias hidrográficas: Guandu, Guanabara, Araruama e Campos.

Cada seção corresponde, *grosso modo*, às quatro baixadas de Hildebrando de Góes da Segunda Comissão Federal de 1933. Apesar da divisão, a comissão estadual interveio efetivamente na 1ª Seção e na 2ª Seção, respectivamente, Baixada da Guanabara e Baixada dos Goitacazes; uma com estudos e planos e a outra com as obras de dessecamento.

Ao descrever as bacias dos rios da Baixada da Guanabara, o engenheiro Marcelino faz observações a respeito de antigas obras. Sua primeira crítica refere-se à bacia do rio Estrela no que concerne à abertura do canal da Taquara. Não sabemos quando esse canal foi construído, podendo ser uma das obras do contrato de 1883 ou resultado de um projeto particular. Para ele este canal levou grandes prejuízos ao local, quando desviou as águas do rio Roncador ligando-o ao Imbariê, pois secou o primeiro.

Constatando a situação e os prejuízos oriundos da construção do canal, o engenheiro promoveu um estudo para analisar e propor soluções para mudar o quadro do que ele chamava de "... um dos pontos mais insalubres litoral da baía do Rio de Janeiro". O resultado destes estudos foi a construção do canal do rio Estrela com o objetivo de aumentar a vazão das águas do rio. Mais tarde, Hildebrando de Góes, autor do relatório da Segunda Comissão Federal de Saneamento, faz referência ao canal do rio Estrela, construído por Marcelino Ramos, como única obra realizada e completada pela Primeira Comissão Estadual. Marcelino observa que aquela área já havia sido muito saudável e próspera, sustentando o argumento de ruína das numerosas propriedades encontradas na Vila de Estrela pela falta de saneamento.

Para o engenheiro, águas estagnadas entre a margem esquerda do rio Caioba e direita do Inhomirim também eram um problema criado artificialmente pela construção de estradas de rodagem que saíam da estação de Inhomirim até a estação em Suruí. Na bacia desse rio, a comissão fez o registro de uma lavoura, demonstrando a fragilidade do discurso construído em torno do "afogamento nos pântanos" e "vazio/ abandono" tão associados à Baixada Guanabara. Constantemente, seja pelos relatórios das comissões ou nas mensagens dos governadores, a imagem do lugar era associada a um passado próspero que se contrapõe a um presente decadente que aguardava desesperadamente a ação do poder público para ser restaurado.

Em contraposição à "decadência" da Baixada da Guanabara, o relatório segue descrevendo atuação da Comissão, constatando que os únicos canais limpos e em condições de navegabilidade em 1898 estariam em Campos, frutos da intervenção após as chuvas que ocorreram no Estado em 1895. Na mensagem do governador Joaquim Maurício de Abreu à Assembleia, em 1896, foram dadas algumas informações a respeito dos trabalhos iniciados, inclusive com uma referência às obras de Campos. O documento refere-se também à divisão dos trabalhos da Comissão depois das fortes chuvas de 1895 que prejudicaram a lavoura em Campos, chegando a interromper o tráfego da linha férrea Macaé/Campos.

Foi dentro desta lógica de transferência de atuação que oscilou a Primeira Comissão Estadual perpassando três governos estaduais e sendo objeto de disputas políticas para concentrar seus recursos na região campista. Com as chuvas, os argumentos em prol de Campos se fortaleceram e a transferência dos trabalhos para a 2ª seção foi definitiva. Se não fosse a interferência do secretário de Indústria e Obras Públicas, Augusto de Abreu Lacerda em 1895, suspendendo os estudos na Baixada dos Goitacazes, o norte do Estado teria, por ocasião das chuvas, todos os recursos da Comissão, sendo beneficiada também com os estudos das bacias de seus rios.

Assim, o trabalho que estavam sendo realizados primeiramente na área mais próxima à Capital Federal, defendido pelo Estado (que

abrigava grupos heterogêneos), e apoiado na imagem do "abandono e vazio", reivindicava a transformação do "charco" em espaço útil e aproveitável. Foi transferido para Campos em função das enchentes, fortalecendo o argumento da elite campista em reverter para o norte do estado os recursos da comissão. As obras mudaram de lugar, beneficiando aqueles produtores.

Segundo Fadel, a principal característica da mudança na intervenção seria,

> *"...uma possibilidade de, através das obras de engenharia, viabilizar a plantação e o transporte de mercadorias para essas regiões, do que propriamente como uma ação de combate ao impaludismo".* (FADEL, 2006, p. 99.)

Principalmente pelos recursos gerados pela produção de cana de açúcar em Campos.

O governador do Estado Maurício de Abreu, em 1897, com o objetivo de aproveitar os espaços já liberados, defendeu a utilização da área para a diversificação da agricultura, criticando, assim, a ampliação da monocultura identificada então como erro, principalmente porque derivava da memória das rendas auferidas pelo café no passado. O governador pertencia à classe dos grandes proprietários e sua concepção de indústria era a da agroindústria, ou seja, a fazenda como estabelecimento industrial não poderia comportar despesas improdutivas, assim investir em culturas e atividades alternativas entre as safras seria uma maneira inteligente de aproveitar as terras.

Ainda na mensagem de 1897, Abreu faz uma correlação entre saneamento, higiene, organização e o controle do espaço. Para ele, dentre os benefícios do saneamento estaria a legalização de novos espaços que, ao serem liberados, regularizados e vendidos, gerariam recurso por meio do imposto territorial.

Fadel (2006) também chama a atenção para uma questão levantada pelo governador seguinte, Alberto Seixas Torres, que assumiu

em 1898. Para ele o desmatamento seria responsável pela degradação da situação sanitária da Baixada da Guanabara,

> *"... a devastação das matas do estado como uma das possíveis causas de sequelas sanitárias e econômicas, quase que no prenúncio de uma relação entre devastação ambiental e perda da qualidade de vida"* (FADEL, 2006, p.100.)

Essa mensagem, segundo a autora, explicita a ligação entre engenheiros e médicos no combate às regiões insalubres, por associar o impaludismo e a má utilização do solo ao empobrecimento da população. Somente a partir da união entre a atuação do médico sanitarista e do engenheiro poderia ser alcançada uma solução que abarcasse todos os aspectos que envolviam o saneamento da região.

No entanto, pode-se entender também a declaração do governador como uma contribuição para a difusão do discurso político/intelectual/ambiental em torno da proteção da natureza e do uso racional dos recursos naturais que seriam essenciais à vocação agrária defendida por ele.

Segundo Roncaglio (2009), Alberto Torres foi importante ao aprofundar o debate entre degradação ambiental e o desenvolvimento econômico. Para Torres a devastação ambiental contribuía para a infertilidade do solo e, desta forma, inviabilizaria uma expansão da área cultivada. Essa ideia de investimento na vocação agrária brasileira "... permeava o projeto de um importante setor da intelectualidade brasileira, do qual fazem parte Alberto Torres, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e, principalmente, Oliveira Vianna". (MELO, 1993, p. 2.) Para ele, tão importante quanto o saneamento seria a inserção de uma política ambiental, em que a extração dos recursos naturais fosse orientada de forma eficaz.

Outro fator a ser observado na mensagem de Torres foi a constante referência à falta de recursos financeiros e de condições materiais para realizar o saneamento na vasta região que seria toda a planície do Estado. O discurso era que o Estado do Rio de Janeiro, com seus "parcos recursos", não teria condições de arcar sozinho

com o saneamento, mas ainda assim foram oferecidos, aos municípios fluminenses, grandes empréstimos para que cada um fizesse a sua própria intervenção. Ora, se o Estado, com maior estrutura que a municipal, não tinha condições de completar o dessecamento do vasto espaço, quanto mais os municípios. Isto significa que os recursos para o saneamento e dessecamento da região eram também utilizados como barganha política e que a descontinuidade de políticas administrativas inviabilizava a solução do problema. O resultado desta descontinuidade foi a perda do recurso e abandono das obras mal iniciadas nos municípios, tal como apontada na mesma mensagem por Alberto Torres.

A descontinuidade e o uso da liberação dos recursos como barganha política exigiam constantes solicitação de verbas, levando o governador a sugerir uma parceria entre o Estado e as empresas privada para a realização das obras de dessecamento da grande planície do Estado. Para Alberto Torres eram os capitais da iniciativa privada associados aos recursos do Estado os responsáveis pelo *"progresso nas sociedades modernas",* tentando assim atrair recursos e/ou parcerias com fazendeiros do Estado.

Em 1899, Torres discorre longamente sobre a situação financeira do Estado e descreve a continuidade da intervenção da comissão estadual na região Macaé/Campos, claramente privilegiando um espaço que, economicamente, foi responsável pelas divisas geradas com o açúcar para o Estado fluminense.

Em 1900, último ano de seu governo, Alberto Torres informava à Assembleia que os trabalhos da Comissão de Estudos do Saneamento tinham sido suspensos devido a dificuldades financeiras. Os trabalhos efetivos de intervenção da Comissão foram: a abertura de canais na baía do rio Macacu, de Macaé a Campos, São Bento, do rio Colégio até a lagoa Tahy Pequeno. Os estudos hidrométricos, mareográficos[3] e meteorológicos foram realizados entre os rios Iguaçu e Estrela, desde o litoral até a Vila do Pilar e da Estrela na Baixada da

[3] Mareógrafo mede a maré, registrando os níveis momentâneos experimentados pela superfície do mar, considerando este como um lençol de água quando isento de onda.

Guanabara, e nas bacias Ururaí, Macabu e Lagoa Feia na Baixada dos Goitacazes.

Os dados fornecidos pela mensagem de Alberto Torres divergem das informações encontradas no relatório de Hildebrando, que utilizou o relatório de 1901 da Primeira Comissão Estadual. Segundo Góes, somente na primeira seção, designada por ele como Baixada da Guanabara, foram realizados os estudos, constando com registros em 76 folhas de mapas parciais e uma planta geral. Observamos que uma área foi realmente estudada enquanto outra ficou com as obras de intervenção. Esse é provavelmente o motivo para a Primeira Comissão Federal ter elegido a mesma área, do rio Meriti ao Guaxindiba na Baixada da Guanabara como seu espaço de atuação, uma vez que as plantas e estudos desta região já estavam prontos.

Outra questão omitida na mensagem é que o levantamento na bacia do rio Macabu foi suspenso, pois a comissão estadual tomou conhecimento de uma concessão para efetuar esses estudos. O interessante é que o concessionário (concessão 1889/1897) e o primeiro engenheiro chefe da Comissão Estadual eram a mesma pessoa, João Teixeira Soares. A força política de Campos teria atraído para a sua região dois empreendimentos públicos no mesmo período e só foram suspensos após a mudança na direção da Comissão Estadual, saindo Teixeira Soares e entrando Marcelino Ramos. Assim, os estudos que seriam feitos na Região Nnorte do Estado foram transferidos para a margem esquerda do rio Estrela e Inhomirim, completando os estudos da primeira seção.

Com relação aos trabalhos finalizados também existem diferenças: enquanto a mensagem do governador se refere às obras em Macaé e Campos, o documento de Hildebrando afirma que a única obra realmente terminada foi a da bacia do rio Estrela (dragagem e canalização). Uma possível explicação seriam as intrincadas disputas políticas que estavam ocorrendo naquele momento no Estado. A ênfase dada por Torres às obras concluídas foi direcionada aos produtores de açúcar do Norte do Estado presentes na Assembleia estadual. A propaganda política enfatizando as obras realizadas, ainda que não

finalizadas, em favor de uma elite agrária açucareira, objetivava a obtenção de apoio à próxima eleição, onde o governador indicaria Quintino Bocaiuva como seu sucessor no governo do Estado.

A Comissão de Papel

O tema saneamento retoma sua importância já na primeira mensagem de Bocaiuva em 1901. Nela, o governador chamava a atenção para a existência de um espaço insalubre que se comunicava diretamente como a capital federal, demonstrando que administrativamente defenderia o projeto de dessecamento e intervenção.

Mesmo antes do fim das grandes obras de intervenção de Pereira Passos no Rio de Janeiro, que viriam evidenciar claramente a discrepância entre a cidade e o seu entorno, Quintino destacava a importância de se pensar a área mais próxima à capital federal como um espaço em direção o qual deveriam se estender as obras de saneamento e como essas intervenções colaborariam para diminuir má fama internacional da capital como cidade insalubre.

Também foi Bocaiuva o primeiro governador a fazer menção da divisão da baixada do Estado em quatro seções, apropriando-se de uma organização do espaço produzida pela Primeira Comissão de Estudos Estadual. Mais tarde, essa divisão foi utilizada pela Segunda Comissão Federal de Hildebrando de Góes. Para o líder estadual, o saneamento da região é,

> *"... um dos assumptos mais debatidos por todos quantos se intercessão pelo futuro do nosso Estado. Administrativa e economicamente considerado, é o maior problema que temos a resolver."* (RIO DE JANEIRO, 1901, p. 19.)

Para dar maior ênfase a questão, Quintino destaca o tamanho da área dos 17.880 km², segundo ele, mais de 8.000 estariam afogados em pântanos e alagadiços.

No desejo de aproveitamento para o uso da agricultura na Baixada da Guanabara e pecuária/agricultura na Baixada dos Goita-

cazes, o líder estadual abre uma concorrência para a continuidade das obras, paralisadas desde abril do ano anterior (1900). Para executar estes trabalhos, o governador diz ter recebido algumas propostas que encaminhou a Assembleia, mas que não descreveu na mensagem. Oficialmente, o contrato de 1894 foi encerrado em 1902.

Em seguida, Quintino abrira uma concorrência para a realização de obras de dragagem e limpeza dos rios da planície do Estado, sendo aceita uma proposta de Francisco Ribeiro de Moura Escobar. Ribeiro de Moura era advogado e contratado do Estado de São Paulo para construir a estrada de ferro de Taubaté. O contrato provisório com o Estado fluminense foi elaborado e assinado no dia 26 de maio de 1902. O contratado teria um prazo de quatro meses para apresentar um levantamento das bacias e proposta de obras. O documento definitivo seria assinado seis meses depois, no entanto isso nunca ocorreu. O referido contrato seria de concessão que perduraria por 25 anos e possuiria a extensão do Estado. Foi esta a Segunda Comissão Estadual e, como seu contrato final não foi firmado, será denominada "Comissão de Papel".

Na interpretação de Simone Fadel (2006), a importância da Segunda Comissão Estadual está no ideário ruralista que caracterizou seu contrato. (FADEL, 2006, p. 103). Para a autora, a Comissão de Papel foi precursora da Primeira Comissão Federal ao levar ao Congresso Nacional aspirações de uma elite rural fluminense. De fato, foi o que ocorreu. No entanto, não devemos deixar de analisar que os elementos que compunham o contrato da Comissão de Papel foi o resultado de um processo de legitimação do saneamento da planície do Estado, construído metodicamente ao longo de todas as comissões, estudos e concessões anteriores.

A Comissão de Papel foi importante também na construção de uma nova racionalidade para o saneamento. Este contrato previa tanto uma continuidade no espaço a ser dessecado como na extensão do prazo para conclusão dos trabalhos, demonstrando uma evolução na concepção dos engenheiros em relação à atuação que seria necessária para a transformação efetiva da região.

Em relação ao reflorestamento como meio de conter a insalubridade, a Comissão de Papel foi a primeira a assinalar a correlação entre o plantio de Eucaliptos e o enxugamento dos pântanos, reconhecendo experiências no exterior, onde a utilização da planta era realizada.

Por último, este contrato previa a colonização dos espaços saneados e construção de colônias agrícolas para estrangeiros e nacionais. A regularização das terras, sua ocupação, venda, desapropriação (se necessária à obra) e a cobrança de impostos sobre o espaço saneado eram ideias correntes e mais tarde seriam defendidas pela Primeira Comissão Federal.

Apesar destas questões levantadas pela Comissão de Papel, uma análise das mensagens dos governadores e relatório da Primeira Comissão Estadual, o investimento na vocação agrária da planície do Estado não se refere apenas ao contrato da Comissão de Papel, a despeito de sua profícua e inegável contribuição, mas sim a todos os movimentos orquestrados ao longo desse período que objetivavam a liberação e ocupação daquele espaço.

Simone Fadel destaca também que foi a Comissão de Papel que levou o tema saneamento da Baixada Fluminense ao Congresso Nacional, via constituição da Primeira Comissão Federal de 1910. No entanto, um outro fator deve ser destacado como contribuinte no processo, já que ao contrato da Comissão de Papel não foi concluído. As articulações políticas capitaneadas por Nilo Peçanha no bojo do processo de constituição do niilismo no Estado, foi a força destas articulações políticas que proporcionaram a chegada, do que Fadel chama de *"demandas dos proprietários rurais fluminenses"* à esfera Federal garantindo os acordos firmados por Nilo quando deputado, senador e governador, e proporcionaram a formação de uma rede que pode ser posta em prática de forma direta com sua ascensão à presidência da república.

Ainda segundo Fadel (2006), foi na mensagem de 1902 que Quintino Bocaiuva fez, pela primeira vez, a relação saneamento-colonização, atestando que a péssima reputação do Estado fluminense

no exterior era um complicador para receber imigrantes estrangeiros. As condições relatadas pelo governador descrevem o fracasso das lavouras, devido à escassez da mão de obra, esgotamento do solo e a escolha errônea da monocultura, o que seria a razão do endividamento dos proprietários. Essa conjunção de fatores levava o dono da fazenda a ter dificuldade em manter a produtividade, diminuindo os empregados, esvaziando assim cada vez mais a planície do Estado e aumentando os espaços sem os cuidados, crescendo as áreas alagadas. "Cada fazenda adjudicada aos Bancos é mais um pedaço de território que se despovoa e que se esterilisa."(RIO DE JANEIRO, 1902, p. 26.)

No entanto, as questões descritas acima abarcam somente uma parte da mensagem do governador. Ele também colocou nesse documento uma série de motivos para aproveitar melhor as terras da planície do Estado e como isso poderia ser feito, já que a imigração traria recurso com novos empréstimos em função dos créditos liberados aos agricultores que viessem trabalhar as terras.

Outra ideia desenvolvida por Quintino naquele documento foi a da miscigenação como forma de contribuir na "evolução" dos habitantes da região. O branqueamento e a transformação da cultura por meio da interação com o imigrante europeu passavam tanto pela cor como pela absorção de costumes considerados mais civilizados. O governador evidenciava compartilhar de um pensamento em que a inferioridade da cultura e costumes dos afrodescendentes era entendida como um mal que deveria ser expurgado da sociedade, sociedade esta que considerava o modelo europeu como superior e civilizado, conforme ressalta Domingues (2002) ao dizer que "Os brancos, independentemente da classe social, produziram uma autorrepresentação positiva e concebiam seus valores como naturalmente superior", eram estes os valores que o líder fluminense informava que deveriam ser atraídos para ocupar todo o Estado, principalmente a Baixada da Guanabara, por sua proximidade à capital federal.

> *"As imigrações não influem somente alterando as condições dos territórios pelo trabalho agrícola e pelo desenvolvimento das industrias e da riqueza. Ellas operam igualmente a modificação das raças pelo cruzamentoe modificando os archetypos primitivos, dão origem*

> *á formação de um novo typo, physica e intellectualmente superior. Não se dirá que podemos dispensar essa vantagem. Longe disso a observação mais superficial pode attestar, sobretudo, no interior do nosso paiz, a degenerescencia da raça, a presença do cretinismo, o abastardamento dos nossos mestiços. Esse elemento não é o que pode concorrer para elevar o grau da nossa civilisação nem o que melhor pôde, pela energia physica e pelo desenvolvimento intellectual, garantir no futuro o poder da nossa nacionalidade."* (RIO DE JANEIRO, 20 de setembro de 1902, p. 30.)

Alguns anos depois Hildebrando de Góes ratificaria a mesma ideia do governador no relatório de 1934. Góes construiu um memorial da história da colonização do Brasil traçando juízo de valor acerca da miscigenação onde o indígena é louvado por sua resistência nativa e independência de caráter; o branco é descrito como "...expedicionário da Europa, aventurando explorações ao longo dos mares, em conquista das matérias-primas de regiões desconhecidas" e o negro, segundo ele, pouco contribuiu para formação do povo brasileiro, uma vez que a "... escravidão lhe deformava a personalidade…" e apesar de vir para o continente em grande levas, não prevaleceu diante dos povos civilizados que favoreceram o Brasil com sua origem branca. Entre os dois documentos de mais de três décadas, identifica-se a construção de um ideário que ratificava o imaginário daquele momento, defendendo que as terras liberadas pelo saneamento deveriam ser ocupadas pelos grupos éticos identificados como "bons trabalhadores".

Na mensagem de 1902 ainda há um conjunto de leis e decretos que tiveram como tema o saneamento da planície do Estado, onde o governador arrolava todas as tentativas administrativas de dessecamento das terras. Desde a referência ao Decreto 1º, de 24 de março de 1835, que tratava do pedido de orçamento para dessecar a terra da bacia do rio Macacu e de Magé, o líder estadual buscava legitimar a necessidade de intervenção na planície do Estado, invocando decretos, leis e resoluções anteriores ao seu mandato.

Outro argumento utilizado para legitimar o saneamento foi o início das obras na capital federal e como esta poderia ser mais bem aproveitada se contemplassem o entorno da cidade. Alguns dos planos

de trabalho de dessecamento da planície na 1ª seção (Baixada da Guanabara) iriam coincidir com o de saneamento da capital e se dariam em sua jurisdição (a exemplo das obras no rio Pavuna), o que levou o governador a sugerir uma unificação dos planos de trabalhos.

Na Fala Anual surge a primeira correlação entre os alagamentos da planície do Estado e a existência das estradas de ferro, já que os aterros no assentamento dos trilhos e o desvio de cursos de água teriam contribuído para o acúmulo das águas das chuvas. Esta correlação só seria analisada minunciosamente na Primeira Comissão Federal.

Em 1907, Alfredo Backer retomaria o tema ao corroborar que o abandono das vias de comunicação fluviais e a construção das estradas de ferro agravaram o alagamento das baixadas, principalmente a da Guanabara e a dos Goitacazes. Este discurso seria contínuo nas mensagens e nos relatórios, daí em diante passaria a compor o quadro da imagem do "abandono".

Todos os argumentos produzidos pelo governador em favor de novas intervenções na planície do Estado constituíram uma introdução para solicitação à Assembleia da aprovação de mais um contrato de prestação de serviços para a Baixada dos Goitacazes. Backer, assim como os demais governadores, buscou efetivar as demandas da classe proprietária de sua região natal, mas a falta de recursos estaduais impossibilitou tal ação, mesmo com o governador buscando a iniciativa privada.

A política estadual ficou instável desde o rompimento de Backer com a "tutela" de Nilo Peçanha, naquele momento na vice-presidência do País, e com seus correligionários niilistas no Estado. A decisão por uma administração "independente" do Estado complicou-se "...quando os partidários de Nilo Peçanha pediram a intervenção federal no Estado e o encurtamento do mandato de Backer", em 1907. Alfredo Backer tinha assumido a liderança do Estado por ocasião do afastamento de Nilo para compor a chapa das eleições à presidência, mas ao tomar posse rompeu com os niilistas, em represália os niilistas tentaram encurtar seu mandato alegando que ele deveria ficar só pelo período que restava a Nilo para presidir o Estado.

O período de instabilidade na política fluminense se estendeu durante todo o ano de 1908, modificando-se com a morte do presidente da República Afonso Pena em junho de 1909. Com a chegada Nilo Peçanha à presidência e reorganização das forças nilistas no Estado do Rio de Janeiro, o tema saneamento voltou a ser ponto de pauta para a administração estadual, agora com apoio federal. O apoio se materializou na constituição da Primeira Comissão Federal.

A trajetória das intervenções na planície do Estado fluminense culminou com a Primeira e a Segunda Comissões Estaduais, aqui expostas, e teve o intento de rememorar a construção das políticas públicas voltadas para o saneamento e sua importância na consolidação da imagem de uma região.

Considerações finais

Com exceção da dragagem de um canal na barra do rio Estrela, não houve intervenção de fato na primeira seção (Baixada da Guanabara) ainda que fossem feitos vários estudos no local. No entanto, a Primeira Comissão Estadual foi importante, primeiro por elaborar uma divisão da planície do Estado em seções, que mais tarde Hildebrando de Góes a transformaria nas quatro baixadas do Estado. Segundo, por dar continuidade e força à construção de uma imagem de abandono e vazio, e por meio dessa leitura negativa potencializou a aplicação de recursos para a região. Terceiro, por ser a primeira a considerar a devastação das matas, algumas obras de engenharia (como pontes e aterros) como potencializadoras da insalubridade, principalmente na Baixada da Guanabara.

A Primeira Comissão Estadual também foi importante porque demonstrou a força da elite campista no uso da máquina administrativa na consecução das políticas públicas para a região. Apesar disto, foram os estudos realizados pela Primeira Comissão na 1ª Seção que garantiram não só a delimitação da área de atuação da Primeira Comissão Federal (do rio Meriti a o Guaxindiba), espaço este mapeado por Marcelino Silva, como também sua indicação para engenheiro chefe da Primeira Comissão Federal.

A Segunda Comissão Estadual (Comissão de Papel), apesar de não ter concretizado seu contrato com a assinatura definitiva, também contribuiu para a existência da Primeira Comissão Federal. Mesmo sendo de Papel (por não ter sido efetivada), uma análise de seus principais termos revela a evolução do processo de apropriação do espaço. O contrato contava 29 cláusulas que definiam tanto o aumento da área (em km²) a ser saneada como de tempo a ser utilizado (25 anos para efetuar e explorar as terras liberadas pelo saneamento), demonstrando com isto uma nova racionalidade do que deveria ser a ação do Estado no território, já que não passava mais pela atuação dispersa e fragmentada das antigas comissões.

Essa Segunda Comissão também foi importante porque trouxe à cena a questão da regularização fundiária e a cobrança de imposto, tão defendida nas mensagens dos governadores e nos relatórios, transferindo para a empresa contratada as áreas liberadas, ou seja, para a iniciativa privada a cobrança de taxas que o Estado até aquele momento tinha se mostrado incapaz de recolher.

A Comissão de Papel pode ser vista como uma precursora, guardadas as proporções, da base contratual que efetivou a Primeira Comissão Federal, principalmente no que se refere à imposição do reflorestamento com espécies especificas, do aproveitamento das quedas de água para produção de energia, da criação de novos estabelecimentos de sericultura, apontados como necessários ao desenvolvimento da planície do Estado.

A transformação do ideário presente tanto na Primeira como na Segunda Comissão Estadual em política pública da união demonstrou um avanço na atuação do governo federal na região e a vitória de uma concepção de uso para o território. Afinal, foi a partir destas contribuições e, é claro ao lado da articulação política fluminense, que o projeto de saneamento e dessecamento pôde deslocar-se da esfera estadual para a federal com a constituição da Primeira Comissão Federal de Saneamento com o político campista Nilo Peçanha à frente da presidência da República. Com isto, finalmente a Baixada da Gua-

nabara (1ª Seção) ganharia visibilidade, enquanto problema nacional a ser resolvido pelo governo federal.

Referências Bibliográficas

DOMINGUES, P. J. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos,* Ano 24, nº 3, pp. 563-599. *2002*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300006, acesso janeiro 2016.

FADEL, Simone. *Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império à Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense.* SP: USP, 2006 (Tese de doutorado em geografia).

FERREIRA, M. M. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República 1889-1930.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

GÓES, H. A. Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. S/E, Rio de Janeiro, 1934

MELO, M. C. Municipalismo, nation-building e a modernização do Estado no Brasil. RBCS 23: 85-100. 1993. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_23/rbcs23_07.htm, acesso 02 de março de 2016.

RIO DE JANEIRO. Relatório da Comissão de estudos do Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: S/E, 1898.

RIO DE JANEIRO. Mensagens dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro de 1892 a 1930. Disponível em: http://hemeroteca-digital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-estados-brasileiros/720488, acesso 20 janeiro 2015.

RONCAGLIO, C. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente,* n. 19, p. 111-128, jan./jun. Editora UFPR. 2009. Disponível em :http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/14517/10888, acesso 28 setembro 2015.

WARREN, D. *A ferro e a fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira.* São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

Resumo

As Comissões Estaduais de Saneamento foram instituídas pelo governo fluminense para dessecar a planície do Estado do Rio de Janeiro durante o período da Primeira República. O objetivo deste artigo é apresentar a atuação das comissões demonstrando sua importância para a instituição da Primeira Comissão Federal em 1910, onde o problema de saneamento do Estado passou a ser tratado pela União. Esse processo descortinou uma leitura do espaço e noção de saneamento, além de um avanço na atuação do governo federal na região e vitória de uma concepção de uso para o território.

Palavras-chave: Saneamento, Baixada Fluminense, Política Pública.

Abstract

The State Sanitation Committees were set up by the Government of Rio de Janeiro to drying out the plain of Rio de Janeiro State during the period of the First Republic. The purpose of this article is to present the performance of the commissions demonstrating its importance to the institution of the First Federal Commission in 1910, where the problem of sanitation in the State began to be treated by the Union. This process to reveal a reading of space and concept of sanitation, in addition to a breakthrough in the performance of the federal Government in the region and a victory a conception of use for the territory.

Keywords: *Sanitation, Baixada Fluminense, Public Policy.*

Recebido em 7 de janeiro de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.

CONFEITARIA COLOMBO: ARQUITETURA, LITERATURA E TRADIÇÃO

Olinio Gomes P. Coelho[1]

A Confeitaria Colombo é a conceituada casa que, inaugurada em grande brilho em 17 de setembro de 1894, existe até hoje como o exemplar mais representativo de um tipo da sociedade brasileira dos primeiros tempos da República.

A sociedade do Rio de Janeiro, que até então vivia nos salões dos solares senhoriais ou nos interiores dos palácios, começa a modificar seus hábitos, comparecendo à rua para fazer "lunch", tomar gelados, saborear sorvetes, nas primeiras confeitarias que aparecem nas ruas centrais da cidade.

Com o alvorecer da República, a cidade passa a ter verdadeira vida parisiense. A Cidade-Luz é o exemplo constante – foco de imitação da sociedade carioca. Modistas, romances, pratos, chapéus, sapatos, vinhos, eram sempre, quando não diretamente importados, aqui imitados. Até as mulheres francesas eram as preferidas... As *cocottes* aqui chegadas eram tratadas como padrão de elegância e bom gosto. É nesse ambiente de nítida influência dos costumes e hábitos da sociedade francesa que veremos surgir um novo ciclo em nossa história social. A República veio ainda mais aumentar o prestígio e a consideração de governantes e público pelos artistas e literatos que formavam nosso mundo cultural. Talvez, pelo grande amor desses homens pelos regimes democráticos, seu prestígio tenha se mesclado com as forças dos republicanos.

---

[1] Arquiteto. Urbanista. Livre-docente e Doutor em Arquitetura. Professor titular da UFRJ. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras..

A cultura literária da cidade e, portanto, podemos dizer, do Brasil encontrava-se espalhada pela terra carioca em pequenos cenáculos, organizados em algumas confeitarias. A Cailteau, "confeitaria francesa, que fiava a casamento ou a garantia de hipotéticas heranças, desde que se tratasse de um literato", o estabelecimento misterioso e controvertido, que uns teimavam em chamar de confeitaria, apesar de não vender confeitos, outros asseguravam que era uma casa de frutas, e mais irreverentes afirmavam ser simplesmente uma venda; a Castelões, prestigiosa confeitaria teatral, onde se vendiam doces de *cognac* ou de *vermouth* a 300 réis e bilhetes de espetáculos; o Babo, onde havia um pequeno barril de vidro com excelente cachaça, receptáculo que os boêmios batizaram com o sugestivo nome de "Pipinha Invencível"– por ser inesgotável; a confeitaria Paschoal, velha e prestigiosa casa que criou a novidade de estufa para o *lunch* quente, para ser comido ali mesmo, de pé, enganando como fosse possível, o caixeiro, modernamente...

Entre outras, ainda, existia o Café Papagaio, onde Raul Pederneiras e Calixto Cordeiro, no começo de sua carreira artística, faziam caricaturas das figuras políticas da época, sobre os tampos de mármore das mesas. E é nesse ambiente que surge a Confeitaria Colombo, fundada por Manoel José Lebrão e Joaquim Borges de Meirelles.

A Confeitaria Paschoal, na Rua do Ouvidor, mesmo depois de aberta a Confeitaria Colombo, continuava a ser o ponto de preferência de literatos e das reuniões sociais. Esses homens de cultura eram o ponto de interesse da confeitaria, e em busca de seu convívio alegre e espiritual ia a sociedade carioca. Continuaria a ser o cenáculo dos literatos se dois fatos não tivessem acontecido para remover aqueles literatos da Rua do Ouvidor para a Rua Gonçalves Dias. Manoel Lebrão, comerciante de espírito avançado, percebendo as necessidades de chamar a atenção do público para sua confeitaria recém-inaugurada, em 1897, resolveu mudar a refinação de açúcar, parte da fábrica de doces e do armazém para uma filial na Avenida Treze de Maio, onde se ergueu a Fábrica Colombo, que era, segundo os cronistas da época, "o melhor e o mais higiênico estabelecimento nesse gênero" que a cidade possuía. Assim, ampliou as instalações da confeitaria, aumentada com

luxuoso bar. Enquanto isso, verificou-se uma desavença entre o poeta Olavo Bilac e o gerente da Paschoal. Comumente constatavam-se desinteligências entre aquele gerente e os literatos que frequentavam aquela confeitaria. Profundamente sensibilizado por aqueles fatos, resolveu Bilac não mais entrar na Paschoal, e assim o fez. Mudou-se então para a Colombo com todos os de sua roda de amigos.

> "*Lebrão não era somente um negociante inteligente, mas também um coração bem formado. Não tinha restrições para aqueles rapazes que começavam a dar prestígio imenso à sua casa. E, como eles nem sempre pediam para si, mas para os outros, para os necessitados e infelizes, o Lebrão nada lhes negava. Guardando embora uma encantadora modéstia, a do anonimato – não houve subscrição de viúvas, bilhetes de beneficências, viagens e manutenção de enfermos, enterros a fazer, que a Colombo não entrasse com a maior parte das despesas.*
>
> *Não apenas a humildade e a amizade de Lebrão eram presentes na Colombo, para cada vez mais aumentar o prestígio da casa; seus empregados eram modelo de polidez e de diplomacia com os fregueses. E entre eles, o França, como empregado da casa, estaria dando o seu registro de verdadeiro diplomata, fadado a ser em breve o gerente e depois o diretor dessa prestigiosa casa de chá. Era fino, delicado, amável e cuidado de si. E, inteligente, com algumas luzes pouco comuns entre empregados do comércio, captou logo a simpatia do meio ilustre que frequentava a confeitaria. O prestígio do França entre os melhores fregueses logo lhe proporcionou uma situação junto ao chefe. Teve categoria, e as pessoas mais importantes – as senhoras, então, não queriam conversa com outro – exigiam sua presença.*"[2]

Com a instalação da fábrica, abrigou-se a indústria que tão bem queria Lebrão, fabricando-se, então, em grande escala, a marmelada, a goiabada, pessegada, laranjada, geleias de morangos, abacaxis, *tablettes* cristalizados, compotas, tudo feito dentro da mais avançada técnica industrial e de grande aceitação pelos consumidores.

---

[2] Processo nº 03/300.096/67. Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara.

Estampa para embalagem. Impresso sobre papel. 17x19cm.
Designer Jules Raison. Acervo particular.
Fig. 1

A Confeitaria Colombo teve suas instalações modificadas a partir de 1912, transformando-se em luxuoso e confortável estabelecimento, alvo dos "mais francos elogios dos estrangeiros notáveis que a têm visitado", documenta um cronista da *Illustração Brasileira*, de 7 de setembro de 1922.

No antigo Arquivo Histórico do Estado,[3] encontra-se o processo de reconstrução e modificação do edifício que abriga a confeitaria, com algumas indicações da decoração de interior. Em 10 de janeiro de 1912, Manoel José Lebrão ingressava no Distrito do Sacramento com um requerimento em que solicitava licença para reconstruir o prédio nº 34 da Rua Gonçalves Dias, de acordo com plantas anexas. Segundo esse projeto, o edifício teria 28 metros de altura, não sendo permitida naquela rua construção tão elevada. O prédio teria quase o dobro do que era permitido em lei, em relação à largura do logradouro. No entanto, em vista da existência de outros edifícios, até com seis pavimentos, foi concedida a licença, por equidade. Em 3 de setembro de 1912, foi solicitada prorrogação e modificação das obras.

Em 1913, Lebrão dividia seus negócios, ficando com a Fábrica Colombo, passando aos seus antigos interessados, Antonio Ribeiro

[3] Atual Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

França, Antonio Francisco Correa e Eloy José Jorge, a Confeitaria, que passou a funcionar sob a firma França & Cia.. Desta forma, os prestimosos auxiliares de 24 anos de trabalho foram merecidamente recompensados.

Com a vinda de Bilac a frequentar a Colombo, desvia-se para lá a roda de intelectuais que compareciam à Paschoal. Entre eles, alguns mais velhos relutavam em não deixar a Rua do Ouvidor. Paula Ney dizia que não sabia beber em outro lugar que não fosse a Paschoal. Raul Pompeia quase não comparecia à Colombo. Gastão Bousquet estava ora na Colombo, ora na Paschoal. Só quem ficara firme na Rua do Ouvidor era o Ernesto Senna, famoso repórter do *Jornal do Commercio*.

Bilac, aos poucos, ia reunindo na Colombo gente velha e gente nova.

> "*Seu brilhante espírito empolgava. Sua alegria moça, mas discreta, era uma chama em torno da qual se aqueciam ilustres homens de letras ou simples aspirantes. Com ele veio o Dermeval Fonseca, com sua ironia mordaz, sua erudição musical, sua medicina de milagres, comentada na roda com entusiasmo. Veio o Emilio de Meneses, o grande poeta satírico, o cáustico de todos os magnatas antipáticos, e que compunha ali mesmo, a uma mesa à parte, os famosos epitáfios que causavam uma explosão de risos, quando lidos ao cenáculo.*"[4]

Outros mais compareciam às reuniões diárias às mesas da nova confeitaria. Veio padre Severiano de Rezende, que mais tarde deixaria a batina para se casar. Pedro Rabello, com seu eterno soneto *A árvore*, Plácido Júnior e Guimarães Passos eram outros personagens do mundo cultural aficcionados também à Colombo.

Outro grupo era sempre presente, o formado por Gonzaga Duque, crítico de arte, e do qual faziam parte o poeta Mário Pederneiras e o escritor Lima Campos. Luís Edmundo chefiava outro grupo quase que exclusivamente composto por pintores e escultores, como

---

[4] Processo nº 03/300.096/67. *Idem*.

Helios Seelinger, os Thimotheos e o Modestino Kanto. O poeta Álvares de Azevedo Sobrinho também era outro frequentador assíduo da Colombo.

De São Paulo viera outro poeta como correspondente de um jornal da colônia italiana – *O Fanfulla*, assentando praça no cenáculo alegre da Colombo –, era Alfredo de Ambry, "uma criatura encantadora, fogosa, realmente, mas de um coração de pomba. Belo rapaz, que se dizia enfaticamente anarquista – individualista, e era incapaz de fazer mal a um gato".

Dias também de tristeza viveram os alegres grupos da Colombo, como uma certa manhã ao levar à São Cristóvão, o corpo de Plácido Júnior, ou quando foram ao Russel, onde agonizava Alfredo de Ambry. No entanto, outros alegres personagens vieram para a Colombo: Oscar Lopes, Américo de Mello Franco, José do Patrocínio, Alberto Ramos, Félix Bocaiúva, Henrique Holanda. Figura constante da roda literária era o Rocha Alazão, encarregado de levar cartas, bilhetes em prosa ou verso ou os enigmas pitorescos em que se pedia, com muita graça, dinheiro aos amigos mais prósperos.

Durante os carnavais, a Colombo era o quartel-general da alegria. "Troças imortais ali se improvisavam, e a roda literária empolgava a cidade – e de toda parte vinha gente à Colombo, só pelo prazer de assistir a essas troças". Nesses dias, Bilac portava-se como uma criança, delirando com as brincadeiras.

> *"Numa tarde de sábado gordo, quando o cenáculo au grand complet bebia e inventava pilherias, dando trotes em todo o mundo, apareceu um tipo com um saco de papel metido pela cabeça. E, com estupor geral, viu-se que o tipo tinha graça. Tinha graça a valer, mas também tinha muito vapor de álcool na cabeça e começou a ser impertinente. Quiseram-lhe amarrotar-lhe o saco. Mas, o príncipe dos poetas defendeu-o: 'Afinal, o espírito não era monopólio de literatura nacional'. Aquele homem do saco, talvez um burguês, tinha*

o direito de ter espírito. E tirou-lhe o saco. Sucesso! Era o Bastos Tigre...”[5]

Cada vez mais aumentava o prestígio da Colombo. Entretanto, houve várias tentativas de a Rua do Ouvidor retornar à hegemonia literária. Uma dessas manifestações foi o banquete à Colombina.

“*Quem era essa Colombina que, apesar do nome, não prestigiava a Colombo? Era uma cocotte, célebre por sua beleza e por seus haveres. Uma espécie de mulher enigma, que só admitia intimidades com gente de prol. Quiseram alguns antigos homens de letras da Rua do Ouvidor prestar-lhe uma homenagem. Preparam-lhe um banquete no salão alto da Paschoal. Cortinas fechadas. A orquestra ao fundo, invisível. Iguarias esquisitas. Única bebida: champanhe granitado, com pétalas de rosas vermelhas. Os criados, de casaca e luva branca, serviram e foram mandados retirar. Começaram a dançar, entre um copo e outro, ou mesmo durante os copos que os próprios convivas serviam. Colombina, única mulher, dominava a festa e os festeiros, e passava de braço em braço, rodopiando, ou de boca em boca... Uma elegantíssima esbórnia!”*[6]

Mas que importava tudo isso, se ninguém via? As cortinas estavam descidas. Mas não era tanto assim. Defronte, debruçado ao parapeito de um segundo andar às escuras, um repórter esmiuçava, procurava lobrigar as personagens por uma fresta e outra que a brisa permitisse. E foi pouco, um por um identificando os convivas do lindo banquete em ruidoso segredo.

No dia seguinte, *O Paiz* descrevia a festa maravilhosa e os seus convivas, cujos nomes não apareciam. Mas a descrição era tão detalhada e psicológica, que durante a manhã a Colombo agitou-se em comentários. E um dos seus frequentadores, que a resenha jornalística sugeria com o seu bigode aparado, o cigarro de palha no canto da boca, a grande calvície e o dorso arqueado, não teve coragem de enfrentar a banda dourada. E o Henrique Chaves foi visto passando de largo...

---

[5] Processo nº 03/300.096/67. *Idem*.

[6] Processo nº 03/300.096/67. *Idem*.

Pensaram logo os seus companheiros em fazer-lhe uma perversidade. Henrique era amigo de Chaves Faria – e os maldizentes insinuavam que eram também sócios no galanteio a essa linda criatura que acabavam de festejar. Não se sabe quem escreveu – se o Dermeval, se o Emílio –, mas os dois Chaves encontraram no bolso, em duplicata, esta quadrinha maligna:

"Oh: que cambada de chaves!
Que grossa patifaria!
- de dia é Henrique Chaves.
- de noite é o Chaves Faria..."

O banquete da Colombina foi a derradeira manifestação literária nas confeitarias da Rua do Ouvidor. Também a Cailteau já havia desaparecido e a Castellões periclitava, vendendo mais bilhetes de teatro que doces.

Novos literatos e poetas começavam a frequentar a Colombo, encontrando no grande Bilac o encorajamento necessário aos que iniciam. Martins Fontes ficara encantado com a recepção do excelso poeta e passou a seguí-lo sempre. Outros homens de nomes já conceituados ingressaram também no cenáculo da Gonçalves Dias, e todos ainda prestando homenagem ao poeta Bilac. Rodrigo Otávio, Domingos Olympio, Felinto de Almeida, João Lopes, Rochinha (Manoel da Rocha, fundador do jornal *A Notícia*) e B. Lopes eram os novos frequentadores do tradicional cenáculo literário.

No entanto, um grupo de "novos" investia sobre a antiga roda, atacando-a veementemente, hostilizando, mesmo, a tradicional casa, refugiando-se em outro estabelecimento – o Café do Rio, na esquina de Ouvidor com Gonçalves Dias. Paulo Barreto – o futuro João do Rio, chefiava o grupo da nova geração, formado por Camerino Rocha, Victor Viana e Mário Guaraná. Tinham eleito um novo Deus, a dirigir-lhes os passos: Nietzsche. Procurando cindir o grupo clássico da Colombo, os "novos" instigavam contra eles o Raul Braga, rapaz de imenso talento. Mas nada conseguiam. O Braga fazia verdadeiros *meetings* contra o cenáculo da Gonçalves Dias, mas ninguém o levava a sério. Nada conseguindo contra os antigos literatos e poetas, o grupo

de Barreto resolveu também comparecer à Colombo. No entanto, os ataques à academia intensificavam-se.

Entretanto, a inspirada roda dos homens de letras e artes da Colombo teria que, com o passar do tempo, ir enfraquecendo; muitos morreram, outros partiram para a Europa, como Bilac; outros tornaram-se funcionários ou abraçaram outros afazeres. A dispersão do cenáculo não tirou da Confeitaria a característica de ser o ponto de reunião de intelectuais e artistas. Assim, outros vieram a frequentá-la: o jornalista Joaquim de Salles, o poeta Goulart de Andrade, o historiador Gustavo Barroso, o jornalista Raphael Pinheiro, os caricaturistas Kalixto e Raul, o Adoasto de Godoy. Estes iriam também combater o grupo dos valores novos, da mesma forma com que Barreto hostilizara o grupo de Bilac.

Em 1918, por essa ocasião, assumira a direção da confeitaria o antigo e exemplar empregado França, que a transformara em magnífica casa de chá, acompanhando assim o progresso da cidade. Perdera a Colombo aquele "ar pitoresco e ingênuo, mas delicioso, de grande aldeia, e também a razão de ser dos cenáculos literários". Não podia ser mais aquele "recinto sagrado, das pugnas literárias, onde viveu quase trinta anos a boemia mais ilustre que o Rio tem tido". Olavo Bilac, que constantemente viajava à Europa, era sempre, em seus regressos, bem recebido em seu antigo cenáculo literário.[7]

Os cronistas da época, os jornais, as revistas e outros veículos de informação não cansavam de exaltar as notáveis qualidades da Confeitaria Colombo. Publicações que apareceram por ocasião das numerosas comemorações do Centenário da Independência não poupavam efusivos elogios à confeitaria recentemente modernizada.

São transcrições de periódicos:

O *Correio da Manhã* assinalava[8]

---

[7] Processo nº 03/300.096/67.

[8] Publicado em 7 de setembro de 1923.

"Tratando-se da Rua Gonçalves Dias não podemos esquecer a Confeitaria Colombo e o Café Papagaio. Neste, Raul Pederneiras e Calixto Cordeiro, logo no começo de sua carreira artística, em amável colóquio, não cessaram de garatujar sobre os mármores das mesas interessantes caricaturas de personalidades políticas da época; naquela, aí pelos anos de mil oitocentos e noventa e tantos, Olavo Bilac, Guimarães Passos, José do Patrocínio, Plácido Júnior, Pedro Rabello, Emílio de Menezes e outros, era onde iam tomar o vermouth, que lhes abria o apetite do jantar. (Trecho de artigo de Hermeto Lima)."

Jornal do Commercio registrava[9]

"Raras vezes temos a satisfação de assinalar na vida do nosso comercio um resultado tão brilhante e tão digno da admiração geral como desse grande empreendimento de organização paciente de trabalho constante que é a Confeitaria Colombo.

Todos no Rio de Janeiro conhecem bem o que é esta vasta e excelente empresa. Ela é mais do que um estabelecimento modelo que honraria qualquer das maiores e mais adiantadas capitais do mundo; ela é uma expressão de nossa capacidade e da pujança e inteligência do nosso meio.

A Confeitaria Colombo merece, sem dúvida, um registro especial sempre que se tiver de tratar do progresso da cidade, seu desenvolvimento material, seus hábitos de conforto e elegância.

É bem justo que todos na nossa capital se orgulhem da prosperidade e grandeza desse estabelecimento, feito pelo esforço estremo e continuado de homens de excepcional atividade e de um largo senso prático e penetrante tino. A grande empresa comercial que hoje é a Confeitaria Colombo não apareceu de um momento ao influxo de fortes capitais, como que improvisada e posta no seu pé atual por uma organização grandiosa, surgida inesperadamente no nosso meio como um assombro de arrojo e iniciativa. Ela veio pouco de um núcleo mais modesto, atravessando lenta, mas seguramente fases sucessivas e crescentes de progresso e adiantamento, demonstrando ter sempre à testa do seu desenvolvimento uma inteligência viva, capaz e arguta.

---

[9] Publicado no dia 1º de janeiro de 1925.

Assim, a Confeitaria Colombo acompanhou a evolução da nossa cidade e no seu desenvolvimento, longo, mas sempre em progresso, nunca deixou de ser a expressão do grau de melhoria material que o Rio ia conquistando, graças às iniciativas particulares e ao impulso governamental.

Foi devido aos esforços e capacidade organizadora do Sr. Manoel José Lebrão, seu fundador, continuados pelo seu atual chefe da empresa, e seu antigo auxiliar o Sr. Antonio Ribeiro França, ambos figuras de grande destaque no nosso meio comercial que a Confeitaria Colombo completa trinta anos de existência hoje em um grau de prosperidade excepcional, prova magnífica da excelência e capacidade dos seus administradores.

O seu luxuoso salão de chá, situado no primeiro andar e inaugurado por ocasião do centenário da nossa Independência, é um dos mais elegantes e belos da América do Sul e frequentado por toda a nossa alta sociedade mundana e pelos estrangeiros ilustres que nos visitam e não têm discrepado nos elogios entusiásticos feitos à sua instalação, ao bom gosto do seu mobiliário artístico, no seu fino e esmerado serviço de mesa e à correção perfeita de seu pessoal.

Só com a inauguração desse lindo salão, a firma que dirige a Confeitaria Colombo mereceria de todos nós justificado reconhecimento pela contribuição magnífica que deu ao progresso da nossa cidade e aos seus foros de elegância e bom gosto. É esta fama de bom gosto e perfeição que determina a procura da Confeitaria Colombo para os serviços de banquetes e festas, em que ela põe um cuidado especial fazendo-se rivalizar com os das melhores casas de Paris e Londres.

Neste particular, a Confeitaria Colombo tem-se desempenhado, com a maior perfeição de serviços oficiais, como sejam os de embaixadas estrangeiras, missões diplomáticas, como foi a do ministro Lauro Müller aos Estados Unidos, e ainda atualmente tem a seu cargo o serviço de bordo do couraçado S. Paulo, onde viaja o Sr. Felix Pacheco, ministro das Relações Exteriores, que foi em nome do Governo Brasileiro levar os cumprimentos da Nação a S. A. R. o Príncipe herdeiro da Itália.

A Confeitaria Colombo é no seu gênero, talvez o mais completo estabelecimento do Brasil e, sem dúvida, um dos primeiros da América, pois, nela tudo se encontra desde os mais finos artigos de confeitaria propriamente ditos, como também os melhores e mais escolhidos gêneros

alimentícios, em armazém anexo à parte principal do seu edifício. Todos os artigos do seu enorme stock são de sua primorosa e acreditada fabricação ou então das melhores e mais preferidas marcas estrangeiras."

A *Illustração Brasileira* focalizava a importância desse tradicional estabelecimento, registrando, quando da inauguração do seu salão de chá[10]

"Vasto, suntuoso, mobiliado e ornado, rigorosamente, em estilo Luiz XVI, é forçoso reconhecer constituir a inauguração desse belo salão, um fato notável na vida da sociedade carioca, elegante e culta, que ali encontra ao par da urbanidade um pessoal competente, atencioso e educado, a extrema comodidade, o máximo conforto, o luxo, a decoração esmerada, em uma palavra, o mais fino e requintado gosto artístico.

É o mais rico salão de chá que o Rio de Janeiro possui. Todo ele é aprimorado, é arte, é riqueza, e de qualquer ponto que se o veja, desperta verdadeiro sentimento de admiração.

Ao lado, também inaugurado, encontra-se a sala de espera igualmente primorosa e obedecendo ao mesmo formoso estilo Luiz XVI; confortável, dispondo de todos os requisitos para que os convidados possam desfrutar momentos agradáveis de palestras elegantes.

A Confeitaria Colombo com as suas admiráveis instalações da parte térrea, com o rico salão de lanche, e o suntuoso salão de chá e banquetes, e a linda sala de espera do primeiro andar, é um estabelecimento perfeito no gênero, o primeiro da América do Sul; e quiçá, da Europa.

Os milhares de ilustres visitantes estrangeiros que ocorrem à nossa maravilhosa cidade, neste momento em que comemoramos o Centenário da nossa Independência, verificarão que além do Governo do Brasil, os particulares também muito se esforçaram para o brilho dessa comemoração, e entre esses, os Srs. França & Cia., com o seu suntuoso estabelecimento que tanto honra a nossa Capital."

O pesquisador Noronha Santos deixou em seu magnífico arquivo anotações que registram alguns dados referentes à Colombo.[11]

---

[10] Publicado em 7 de setembro de 1922.

[11] Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

"Confeitaria Colombo, frequentada pela boemia literária e... ponto obrigatório do Rocha Alazão.

Em 1906, a Confeitaria Colombo um prédio velho e escuro.

Confeitaria Colombo que pertenceu a Manoel José Lebrão, falecido a 27 de abril de 1932, no Rio de Janeiro.

... é frequentada pela boemia literária do Rio e pelas mundanas.

... prédio reconstruído em 1922."

Em 27 de dezembro de 1947, o jornal *Correio da Manhã* publicava artigo de Costa Rego – *Os Fantasmas*, em que são lembrados alguns nomes das rodas boêmias dessa tradicional casa de chá:

"A dois passos do Café Papagaio, entrava-se na Confeitaria Colombo, já com tradição na boêmia literária do Rio. Quem na primeira mesa do centro recitava epigramas para a roda que os ouvia sorridente? Emílio de Menezes. Quem plantado à porta, afugentava os fregueses? Rocha Alazão, necessitado sempre de um nota de cinco mil réis. Quem acabava de tomar às pressas um refrigerantes, sem deter-se na mesa dos epigramas? Olavo Bilac, a correr para as obrigações."

Rótulo para embalagem. Guache sobre cartão. 32x10cm.
Designer Jules Raison. 1928. Acervo particular.
Fig. 2

Rótulo para embalagem. Guache sobre cartão.. 32x10cm.
Designer Jules Raison,1928. Acervo particular.
Fig. 3

Entre 1912 e 1918, o interior da Confeitaria foi remodelado com a colocação de grandes espelhos importados de Antuérpia, com cerca de 4 m de altura por 3 m de largura, com preciosas molduras de jacarandá executadas pelo artesão Antonio Borsoi[12], que também criou o mobiliário dos salões. Painéis, molduras de espelhos, tetos, lampadários e serralherias marcam definitivamente a presença da arte francesa nesse estabelecimento carioca. Os painéis com motivos de arte grega e elementos da natureza desenvolvem-se sobre os panos de paredes, em composições típicas do gosto Luiz XVI. A nova iluminação dos salões refletia as imagens nos largos espelhos multiplicando o espaço, oferecendo aos frequentadores admirados um inesperado espetáculo de luxo e bom gosto.

Em 5 de setembro de 1922, a Colombo reinaugurou o salão do segundo pavimento, com amplo espaço contemplado com uma magnífica claraboia, de fabricação francesa, e acesado por um dos primeiros elevadores da cidade.

As instalações comerciais da Confeitaria Colombo, importante documento do ciclo eclético da arquitetura brasileira de gosto classicizante, registram a influência do ciclo *art-nouveau* em nossos

---

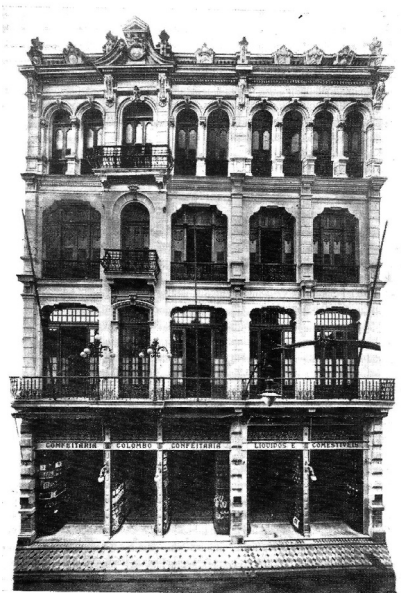
[12] O mestre artesão Antonio Borsoi nasceu em São Paulo em 1990 e morreu no Rio de Janeiro em 1953, tendo executado inúmeros interiores de lojas no Rio de Janeiro, como o Magazin A Torre Eiffel, a Joalheria Bernarcci, vizinha à Confeitaria Colombo, o Cinema Íris e as confeitarias Tijuca, Primor e Renascença.

programas arquitetônicos comerciais, sendo relevante exemplar da *belle époque* carioca. Nos interiores dos salões do primeiro e segundo pavimentos da Colombo se vai encontrar o gosto irrepreensível dos interiores Luiz XVI, amplamente utilizado pelos arquitetos das primeiras décadas do século XX.

O estilo Luiz XVI foi, com efeito, uma das manifestações artísticas francesas mais apreciadas fora de suas fronteiras. Constitui-se na expressão mais pura do gênero artístico, afirmando seu eloquente gosto. Como o estilo Luiz XIV, o Luiz XVI assinala um retorno à inspiração das artes antigas, no entanto, os seus efeitos são bem distintos. À gramática das artes clássicas foi associada a linguagem dos elementos da natureza. Caracteriza-se pela simplicidade de suas linhas aliada à sua ornamentação sóbria e refinada. Baseia-se mais nos modelos gregos que romanos, dada a revelação e divulgação das artes gregas, por volta de 1760, devida à publicação de levantamentos do templo grego de Paestum, na Sicília, por Charles-Nicolas Cochin e Jaques--Germain Soufflot e à obra do arquiteto Julien-David Le Roy sobre as ruínas dos mais belos monumentos da Grécia, publicada em 1758.

Não se pode negar a influência de Diderot e Rousseau sobre esse ciclo artístico. Um, o apóstolo da simplicidade dos costumes e da benevolência; o outro, pregando o amor à natureza e o retorno às formas simples da vida. Essa dupla influência ofereceu à arte Luiz XVI atributos rústicos e sentimentais. Seus elementos de decoração serão casas de abelhas, cestos de palha, corações atravessados por flechas, tochas acessas, pássaros etc., junto a elementos de arte antiga – óvulos, gregas, dentículos etc. "Il en résulte un mélange savoureux d'archaïsme et de naturalisme, qui est une des particularités et un des charmes du style Louis XVI". Entre as obras Luiz XVI, encontramos a Escola de Medicina e o Palácio de Salm, em Paris, como também a decoração dos aposentos de Maria Antonieta, em Versailles. Foi Jacques-Ange Gabriel o mais ilustre arquiteto desse período, em França. Entre suas obras relacionam-se a Escola Militar, no Campo de Marte,

o Castelo de Compiègne e o Petit Trianon – uma obra-prima da arquitetura francesa.[13]



Fachada, 1918. Fonte: CARLOS, 1970).
Fig. 4

Preservando a Colombo

Em 1967, a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, sob a direção do professor Marcello de Ipanema, propôs o tombamento das instalações comerciais da Confeitaria Colombo, aprovando proposta elaborada pelo Serviço de Tombamento e Proteção dessa Divisão.

A empresa Confeitaria Colombo Comércio e Indústria S.A. foi notificada de seu tombamento pelo diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, professor Marcello Moreira de Ipanema, em 12 de abril de 1967, e apresentou impugna-

[13] MARTIN, H. *Op. cit*.

ção, em 26 de abril de 1967, de acordo com o disposto no artigo 9º do Anexo do Decreto "N" nº 346, de 31 de dezembro de 1964. Entre suas justificativas para a impugnação do tombamento assinalava que o mesmo acarretaria problemas na marcha de seu negócio, que "a todo dia sofre influências de concorrentes que, procurando evoluir comercialmente, empregam modificações substanciais no sistema de atendimento ao consumidor, com reflexo nas instalações comerciais internas dos estabelecimentos[14].

Acrescenta que o lema é "modernizar para subsistir, adaptar-se à técnica contemporânea para não entrar em liquidação", não havendo outra opção. "É caso de vida ou morte de um padrão de métodos antigos e raros nas relações entre fornecedor e consumidor que a Confeitaria Colombo vem suportando enquanto for capaz."[15]

No entanto, a empresa concluiu afirmando que a impugnação do tombamento não significava que "se pretenda modificar ou substituir instalações nos salões: conforme se faz há 50 anos, vamos conservar e restaurar as benfeitorias dos salões a fim de fazer juz ao conceito e à consideração que a freguesia sempre dispensou a nossa casa".

A impugnação foi contestada pelo Serviço de Tombamento e Proteção que considerou que a preservação desse bem cultural era ato de legítimo interesse público, tendo em vista que seu tombamento representaria "a chancela oficial do poder executivo em tradição consagrada pelo povo desta cidade, e já definitivamente incorporada à história da literatura brasileira".

O processo tramitou pela secretaria de Educação e Cultura, tendo sido encaminhado pelo diretor do Departamento de Cultura Albano Marques ao secretário de Estado de Educação e Cultura, professor Benjamin Moraes Filho, sugerindo que fosse submetida ao Conselho Estadual de Cultura. Tratava-se de um entendimento pessoal desse diretor, uma vez que o secretário poderia decidir sobre o tombamento,

---

[14] Processo nº 03/300.096/67. *Idem*.

[15] Processo nº 03/300.096/67. *Idem*.

de acordo com a legislação vigente, não prescindido de parecer daquele Conselho, porquanto o Conselho Estadual de Tombamento era o órgão consultivo nessa matéria. O secretário encaminhou a referida proposta em 21 de julho de 1967.

No Conselho Estadual de Cultura, o tombamento recebeu parecer favorável por uma comissão integrada pelos conselheiros Francisco Gomes Maciel Pinheiro, Roberto Accioli e Monsenhor Guilherme Schubert, sendo aprovado em reunião plenária de 3 de outubro de 1967. Foi encaminhado em 17 de outubro de 1967 ao secretário de Estado de Educação e Cultura, professor Benjamin de Moraes Filho, para que fosse submetido ao Conselho Estadual de Tombamento.

O jornal *O Globo* publicou extensa matéria sobre a proposta de tombamento da Confeitaria Colombo:[16]

> *"**Rio de Bairro em Bairro***
>
> ***Serão Preservados os Salões de Chá da Confeitaria Colombo***
>
> *O arquiteto Olinio Gomes Coelho, diretor em exercício do Patrimônio Histórico e Artístico a Guanabara, propôs ao Governo do Estado o tombamento e respectiva inscrição nos livros do Tombo das Belas Artes, das instalações internas do salão de chá do primeiro pavimento e da sala de espera e salão de chá do segundo pavimento da Confeitaria Colombo...*
>
> *Além de seu incomparável valor artístico – afirma o arquiteto – reveste-se ainda de importância histórica incontestável, por ter sido essa antiga casa local dos cenáculos literários mais importantes da cidade, que sempre foi o foco da cultura brasileira. O pedido do Patrimônio Histórico deverá ser apreciado brevemente pelas autoridades superiores do Estado.*
>
> ***Fundação***
>
> *Na apreciação histórica apresentada do Governo, lembra o diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico que a Confeitaria Colombo foi fundada, com grande festa, em 17 de setembro de 1894, sendo hoje*

[16] Parte da matéria publicada. Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1968.

o exemplo mais representativo de um tipo de sociedade brasileira dos velhos tempos da nova República."

De 17 de abril de 1967 a 23 de abril de 1970, permaneceu o processo de tombamento no Conselho Estadual de Tombamento, quando nessa data foi iniciado o debate para o seu tombamento. Quase três anos esperando...!

A escritora Lasinha Luis Carlos publicou, em 14 de abril de 1970, importante livro *A Colombo na vida do Rio*, em que afirma a importância desse estabelecimento na história do Rio de Janeiro, concluindo com estas significativas palavras:

> *"Neste 1969, em que a Colombo completa o seu 75º ano de existência, saúdo o futuro. Esse futuro que a recente visita do homem à Lua já nos indica fértil em novas emoções, rico em surpresas. A tal ponto que até se fica com pena de morrer. Pois se irá deste mundo ignorando tanta coisa que os outros irão logo saber...*
>
> *De uma coisa, porém, se leva: a Colombo estará firme, no seu lugar, cumprindo o seu destino. Como no passado, sempre presente, ponto aonde repercutem os acontecimento da vida da cidade. Atraindo, reunindo, congregando. Tudo passando em volta, e ela permanecendo. Resistindo. Continuando. Como a Esfinge de Giseh no areial egípico. Vendo tudo sumir, em torno, tudo desaparecer. Os dias, os meses, os anos, as pessoas. Indo-se. E ela – esfinge sem segredos – , ali postada, diante das coisas e dos homens, que vêm e vão, efêmeros e incontáveis como as areias de um deserto... "*[17]

No Conselho Estadual de Tombamento, o processo foi encaminhado ao conselheiro Milton Rodrigues, representante da Casa Civil do Governo, que, em abril de 1971, o devolveu ao presidente desse órgão, por ter deixado a Casa Civil. Em 30 de abril de 1971, o professor Trajano Garcia Quinhões, presidente do Conselho Estadual de Tombamento, reencaminhou o processo ao Serviço de Tombamento e Proteção, despachando "para aguardar".

---

[17] CARLOS, L. L. *Op. cit*.

O processo somente voltou a circular em 15 de janeiro de 1975, quando, por determinação do diretor da Divisão, voltou ao seu gabinete para nova apreciação.

Novas propostas de tombamento

Em 26 de setembro de 1980, o vice-presidente do Conselho Estadual de Cultural, atendendo à proposta do conselheiro Marcello de Ipanema, solicitou ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro o "tombamento do espaço da Rua Gonçalves Dias em que se localiza o mencionado estabelecimento", no processo nº 001866/80 desse Conselho. Solicitação idêntica fez o vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura ao presidente da Fundação Rio, em 26 de setembro de 1980, que a enviou ao Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, no dia 30 do mesmo mês.

Em 8 de dezembro de 1980, o presidente desse Conselho encaminhou as duas propostas de tombamento ao conselheiro Gilberto Ferrez para relatar a matéria. O conselheiro Gilberto Ferrez, discordando frontalmente da proposta inicial de tombamento exarada pelo Conselho Estadual de Cultura, pronunciou seu voto contrário a esse tombamento, em sessão plenária realizada 10 de setembro de 1981, com fulcro nos seguintes argumentos, entre outros:

1. *Que não vê como o Estado pode chegar a dizer a uma firma comercial, que se encontra em pleno funcionamento que tudo o que ali está não pode ser mais tocado ou modificado, estribado em uma lei mal redigida e pior interpretada" (A Lei nº 166), contestando o fato de o Poder Público, em caso de urgência ou de interesse público relevante", decreta o tombamento de um bem, em caráter provisório".*

2. *Que o tombamento do edifício seria "um golpe terrível para a Firma, na medida em que perde a liberdade de vendê-lo ou hipotecá-lo".*

3. *Que, prevalecendo "estas idéias socializantes de ataque à propriedade privada, a pretexto de defesa ao patrimônio cultural da Na-*

ção, não haverá mais empecilhos para que queiram tombar também coleções ou acervos de particulares".

4. *Que gostaria de "ver perpetuado aquele estabelecimento", mas que deverão ser achados outros meios que tornem viável a sua sobrevivência e manutenção, sem que seja necessária uma interferência direta dos poderes públicos.*

5. *Que, "já que a Prefeitura está interessada em perpetuar a imagem turística que a Confeitaria Colombo representa para a cidade, é subsidiá-la ou desapropriá-la pelo seu justo valor".*

O autor, então integrante desse Conselho, solicitou vistas do processo e emitiu voto contrário ao parecer do conselheiro Gilberto Ferrez, contestando suas afirmações:

> *"Não obstante o meu profundo respeito pela posição do senhor conselheiro doutor Gilberto Ferrez, ilustre pesquisador e eminente historiador brasileiro, com uma notável contribuição à pesquisa e à documentação histórica deste País, votando contra o tombamento das instalações da Confeitaria Colombo, rogo a este Conselho que proceda a este tombamento, uma vez que a Confeitaria Colombo é expressivo exemplar da arquitetura e decoração de interiores do ciclo do ecletismo no Rio de Janeiro, e que além de seu incomparável valor artístico, reveste-se ainda de importância histórica e documental, por ter sido essa antiga casa um dos cenáculos literários mais importantes desta Cidade, que tem sido o foco da cultura brasileira.*
>
> *(...)*
>
> *Proponho*
>
> *O tombamento e respectiva inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico do Salão de Chá do primeiro pavimento, da Sala e Espera e do Salão de Chá do segundo pavimento, com os respectivos móveis, equipamentos e instalações e da Fachada principal do edifício da Confeitaria Colombo, situado na Rua Gonçalves Dias, 32/36, nesta Cidade, de propriedade da Confeitaria Colombo, Comércio e Indústria S. A.."*

Em 19 de dezembro de 1981, o jornal *O Globo* publicou extensa matéria sob o título "No centro do Rio uma fábrica de guloseimas produz para o Natal", de autoria de Sonia Biondo, com fotos de Alberto Jacob.

"Os rumores que correm sobre a venda da Confeitaria Colombo não chegam à sua fábrica de doces e salgados, no terceiro andar da loja da Rua Gonçalves Dias, no Centro. Alheia ao futuro comercial da casa e impulsionada pelo movimento das festas de fim de ano, a fábrica mobiliza cerca de 70 pessoas diretamente no preparo das já tradicionais guloseimas da confeitaria – como os gaufrettes, os biscoitos tipo waffle em forma de leque, os casadinhos, pastéis de natas, coxinhas recheadas de camarão e bolinhos de bacalhau – e começa, agora, a fazer as centenas de bolos de Natal e de Reis, que são solicitados à lojas do Centro e Copacabana. Na Fábrica, ninguém sabe sobre o tombamento, pelo Instituto Estadual de Patrimônio, que proíbe a demolição do prédio, ou dá informações sobre uma possível negociação de venda, que estaria sendo feita através do Banco Lar Brasileiro. Mais preocupados com o ponto da calda dos pingos de tocha e com a leveza das massas folhadas, eles deixam com a direção da casa a responsabilidade dos comentários. Manoel Antônio de Sousa Veloso, um dos proprietários, é quem desfaz os "boatos espalhados pelos pequenos acionistas" e tranqüiliza aqueles que temem que a confeitaria seja transformada em mais um empreendimento imobiliário da cidade: a Colombo, garante ele, não está à venda.

(...)

Sócios garantem que confeitaria continuará mesmo se for vendida

– Não há nada que não esteja à venda, mas garanto que essa possibilidade ainda não ocorreu aos proprietários da Colombo. E, se isso acontecer, todos podem ficar certos de que o faremos com a condição de que a confeitaria seja preservada.

Com forte sotaque português, Manoel Antônio de Sousa Veloso, um dos acionistas majoritários da Colombo, encerra as especulações sobre a hipótese da cidade perder, em breve, a confeitaria. Ele esclarece que esses rumores, que já geraram várias reportagens sobre o assunto, não passam de "boatos espalhados por pequenos acionistas"– interessados que estão em qualquer transação comercial que lhes aumente o capital ali empatado. Com a simplicidade de quem começou na casa há 60 anos, vendendo empadinha no balcão, Veloso se diz sincero quando fala

em nome dos sócios majoritários França e Carlos Jorge, afirmando que só pensariam no caso "se se tratasse de uma proposta estupidamente boa". E faz uma ressalva:

– Fosse qual fosse a proposta, porém, ela teria de se submeter à condição de preservar ou restaurar a Colombo, de modo que a casa continuasse funcionando a todo vapor, como hoje.

A Colombo tem, ao todo, cerca de 700 empregados – 300 na loja da Gonçalves Dias, 230 na fábrica da Gamboa (onde são feitos o creme de arroz e a geléia da casa) e 170 na loja de Copacabana. Segundo Veloso, a boa convivência da firma com seus funcionários se deve à visão trabalhista que Manoel José Lebrão, fundador da Colombo, tinha na época da sua criação, em 1894.

Socialista, ele atraía mão-de-obra oferecendo férias e comissões, quando sequer existiam leis que beneficiavam o trabalhador. Além disso, a Colombo tinha fama de ser uma casa em que o empregado podia chegar a dono. Com a ajuda do presidente João Goulart, que autorizou um empréstimo para que ele e França comprassem a maior parte da sociedade, Veloso provou que essa teoria era viável. Hoje, bem-sucedido negociante, ele só se preocupa com os sempre presentes rumores do fim da Colombo."

Apesar do tombamento da Confeitaria Colombo ter sido iniciado pela Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do antigo Estado da Guanabara, em 1967, não foi efetivado pela Guanabara, nem pelo seu órgão municipal sucessor, quando da criação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Foi o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) o órgão responsável pelo seu tombamento provisório, realizado em 19 de janeiro de 1978, sendo o tombamento definitivo determinado em 9 de fevereiro de 1983: depois de 16 anos de sua proposta ser aprovada pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado da Guanabara.

"A Confeitaria Colombo é um dos mais tradicionais espaços da memória da belle époque do Rio de Janeiro. Seus amplos e elegantes salões foram, desde o final do século XIX, frequentados por artistas, intelectuais e políticos, bem como por boêmios, damas e cocottes. Inaugurada em 17 de setembro de 1894, sofreu grande reforma de 1914 a 1918, recebendo os atuais móveis e a decoração interna da autoria de Antônio

Borsoi. O salão de chá em estilo Luís XVI, no segundo andar, foi inaugurado em 1922. A abertura oval entre os dois andares, a clarabóia com vitral e a grande área de espelhos belgas nas paredes laterais conferem ao espaço interno um ambiente requintado e agradável."[18]

Colombo, hoje

No ano de seu centenário de fundação, em 25 de abril de 1994, o jornal *O Globo* publicou matéria, sob o título *Senhora Centenária*, de autoria de Cláudio Vieira, com fotos de Antonio Duarte.

"Dona de um quarto da história da cidade e do próprio país, a Confeitaria Colombo comemora este ano o seu centenário, reunido entre suas mesas, espelhos e cristais lembranças vivas como os versos de Olavo Bilac, o Príncipe dos Poetas, um de seus mais ilustres frequentadores. Além de um baile e um desfile de modas com roupas do início do século, que acontecerão no dia 17 de setembro, um livro está sendo preparado para documentar os 100 anos do estabelecimento.

A programadora visual Beth Matos e a jornalista Alda Rosa Travassos vêm desenvolvendo os trabalhos de pesquisa há vários meses. Na confecção do livro Confeitaria Colombo, 100 anos da Cidade do Rio de Janeiro, com lançamento previsto para julho, elas descobriram muita coisa interessante, detalhes que fazem daquela loja um dos tesouros mais preciosos do acervo carioca. Souberam, por exemplo, que o forno e o elevador da Colombo são os mais antigos da cidade. A confeitaria também foi a pioneira na aquisição de um gerador.

(...)

Os móveis seculares guardam recordações cívicas, como as reuniões dos fins de tarde entre os correligionários de Prudente de Morais, que o levaram à presidência da República em 1894, na primeira eleição direta do país, semanas após a fundação da casa. Guardam também visitas ilustres como as do rei Alberto, da Bélgica, da rainha Elizabeth, da Inglaterra, do primeiro-ministro alemão Helmut Kohl e dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

---

[18] Site: www.inepac.rj.gov.br .

Frequência feminina e pioneira

A Colombo fez moda e criou hábitos. Com o bonde elétrico circulando pelas ruas da cidade, finalmente a mulher deixou os domínios do lar e saiu. Passou a ser comum tomar o bonde para fazer compras no Centro, e ao fim da tarde participar do chá das cinco na Colombo. Depois da "hora das senhoras e famílias" chegavam as "coquettes", acompanhadas de seus coronéis, transformando a casa num alegre e barulhento ambiente de música, bebida e diversão.

Retrato da "Belle Époque" carioca, a Confeitaria possui uma arquitetura e decoração consideradas obra-prima do início do século. Os espelhos belgas, de mais de seis metros quadrados cada um, vieram da Bélgica em 1913, especialmente para homenagear a visita que o rei Alberto fazia a nosso país. Das mesas de opalina e cadeiras estilo Luiz XVI originais só existe um par, guardado na vitrine principal. Nas vitrines laterais estão expostos os cristais franceses, bacará e Saint Louis – também confeccionados para o banquete oferecido ao rei Alberto. São verdadeiras raridades. A louça original era a Limoges, francesa.

Na Colombo contas foram penduradas magistralmente por poetas como Emílio de Menezes, autor do Hino à Dentada, guardado em moldura no escritório da diretora da empresa, Vera de Barros Jorge. A grande maioria dos cheques emitidos pelos clientes, no entanto, é quente. A garantia é tão grande que a casa abriu mão do tele-cheque. Também pudera: em 100 anos de existência, a Colombo carrega um recorde insuperável no comércio carioca. A loja nunca sofreu um assalto."

Hino à Dentada
Lebrão! Tu sabes que a Confeitaria
Colombo é verdadeira sucursal
Da nossa muito douta Academia
Mas sem cheiro de empréstimo oficial
Cerca-te sempre a grande simpatia
De todo literato honesto e leal,
E tu te vais tornando dia a dia
O Mecenas de todo esse pessoal
Nisto mostras que és homem de talento,
Que não cuidas somente de pastéis
Nem de lucro tiras cento por cento

Atende, pois a um dos amigos fiéis,

Que está passando por um mau momento

E anda doido a cavar trinta mil réis!...

(Escrito entre 1894 e 1900 pelo poeta Emilio de Menezes, sob o pseudônimo de "Emílio Pronto da Silva", para tomar emprestado 30 mil réis de Manoel Lebrão, um dos donos da Colombo).

Salão do primeiro pavimento. Foto acervo particular.
Fig. 5

A Confeitaria Colombo volta às páginas dos jornais na matéria escrita por Simone Candida, Ludmilla de Lima e Rodrigo Bertolucci, no jornal *O Globo*, em 5 de julho de 2015, na seção Design Rio, registrando as vitrines centenárias ainda existentes no centro da cidade do Rio de Janeiro.

*"**Há mais de um século, uma festa para os olhos***

Centenárias, elas continuam sendo um deleite para os olhos. Feitas de cristal e madeira, em estilos eclético e art déco, guardam não só os produtos que exibem, como um pedaço da história da cidade. São vitrines de antigas lojas do Rio – como a Confeitaria Colombo, a Casa Cavé e a Granado Pharmacia (com "ph mesmo) – , que permanecem atraindo olhares até dos mais apressados pedestres que circulam pelo Centro."

Salão do segundo pavimento. Claraboia. Foto acervo particular.
Fig. 6

Alguns dos produtos da Confeitaria, famosos por sua incontestável qualidade, ainda hoje podem ser saboreados. Os salgados – empadas, pastéis, quiches, croquetes de carne, folheados, bolinhos de bacalhau, empanados e maravilhas de camarão; os doces – bombas de chocolate, pastéis de Belém, pingos de tocha, profiteroles, mil-folhas, quindins, pudins, tortas, entre tantas variedades de bolos e os biscoitos – rosquinhas, unhas de gato, casadinhos, amanteigados e os pães de glúten e de regime fazem o sucesso dessa tradicional confeitaria. Significativa é a produção de frutas e doces cristalizados, compotas e geleias, balas e bombons, todos sempre acondicionados em latas com *design* exclusivo. Durante as festas de Páscoa, de Natal e de Reis, a produção de bolos, bombons, balas e confeitos é consideravelmente aumentada para a satisfação de seus tradicionais clientes.

A confeitaria oferecia, ainda, serviços de bufê para grandes festas oficiais e particulares, como os banquetes oferecidos ao rei Alberto, em 1920, e à rainha Elizabeth, em 1968. Possuía requintada louçaria francesa personalizada, hoje substituída por novo *design* de produção nacional. Seus copos e taças de cristal francês, seus talheres de insuperável qualidade ofereciam aos frequentadores um tom de requinte e de bom gosto. Suas instalações sempre contaram com o que de melhor havia das novas tecnologias, como a utilização de elevador elétrico e fogão a gás.

Em 18 de abril de 1944, a empresa inaugurou uma filial em Copacabana, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, esquina da Rua Barão de Ipanema, lugar que se transforma no novo ponto de encontro das tardes cariocas. O ambiente da Gonçalves Dias instala-se na zona sul ao som de um piano. Funcionou até 1992. Seu espaço é hoje ocupado por uma agência do Banco do Brasil.

Em maio de 1992, a Confeitaria Colombo é adquirida pelo grupo empresarial Arisco, que, em 1999, é absorvido pela Unilever, que a vende para um novo grupo de investidores dirigidos por Mauricio e Roberto de Souza Assis.

> *"As modificações agitam a casa. Cada um dos novos proprietários tem uma história com a confeitaria e juntos querem recuperar a Colombo. Os tempos são outros. A cidade parece retomar a sua direção moderna com enorme cuidado com a tradição. Na mesma direção está a nova Colombo. Receitas antigas são recuperadas – já se encontram no cardápio os rivadavia e os biscoitos graufrette – e as estampas das latas e louças portuguesas de Vista Alegre voltam às vitrinas."*[19]

Em 2003, a Confeitaria Colombo inaugura uma filial, juntando "duas marcas da história do Rio": a Colombo e o Forte de Copacabana – o Restaurante Café do Forte de Copacabana, situado na Praça Cel. Eugênio Franco, nº 1, em Copacabana. A seguir, outra filial – o Restaurante Paineiras-Corcovado é instalado na Estrada do Redentor, 7871, no Alto da Boa Vista.

Atualmente, em seu *site* promocional, a empresa registra, com orgulho, que a

> *"... Casa ultrapassou a barreira do centenário, continuando sua trajetória de tradição, boa comida e bons serviços, funcionando como um dos pontos culturais e turísticos mais famosos da Cidade Maravilhosa".*
>
> *Por mais de um século a Confeitaria Colombo é uma das mais respeitadas casas comerciais do país. Hoje somos patrimônio cultural*

---

[19] FREIRE, Renato. *Op. cit.*.

e artístico da cidade. Não se pode contar a história da Confeitaria Colombo sem associá-la à história urbana do Rio de Janeiro. Faça-nos uma visita e venha fazer parte desta história."[20]

Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, a Confeitaria Colombo, fundada nos pródomos da República e sempre presente ao progresso da cidade, é significativo segmento da história da arquitetura carioca e da literatura brasileira.

Prato de serviço de mesa. Porcelana. Limoges, France. 24,5 x 2,8 cm.
Acervo particular.
Fig. 7

[20] Site: www.confeitariacolombo.com.br .

Abacaxi Cristalizado Colombo, 1921. 18,7 x 11,8 x 5,4 – Chapa metálica.
Acervo particular.
Fig. 8

Miscelânea em Tablettes. Doces cristalizados fabricados com fructas cuidadosamente escolhidas. 1921.
Chapa metálica. 12,6 x 8,2 x 4 cm. Acervo particular.
Fig. 9

Biscoitos Leque *Gaufrettes*. Especialidade para sorvetes e gelados.
Chapa metálica. Diâm. 16,5 x 7,2 cm. Acervo particular.
Fig. 10

Caixa para bombons. Papelão com interior forrado.
France. 22 x 14 x 6,5cm. Acervo particular.
Fig. 11

Rótulo para embalagem. Impresso sobre papel. 53x18.
Acervo particular.
Fig. 12

Fontes

Acervos particulares

Arquivo Histórico – Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, atual Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AG-CRJ).

Arquivos particulares

Correio da Manhã

Jornal do Commercio

O Globo

O Paiz

Site: .com.br .

Site: www.inepac.rj.gov.br.

Referências bibliográficas

CARLOS, Làzinha Luiz. *A "Colombo" na vida do Rio*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1970.

COELHO, Olinio Gomes P. . *Proposta de tombamento da Confeitaria Colombo*. Rio de Janeiro, 1967. Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara. Processo nº 03/300.096/67.

FREIRE, Renato. *Confeitaria Colombo:* sabores de uma cidade. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

GOMES, D. . *Antigos Cafés do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

MARTIN, Henry. *Le Style Louis XVI*. Paris: Flamarion, 1962.

NASCENTES, A. *Efemérides Cariocas*. Rio de Janeiro: PDF/SGEC, 1965 (?). Col. Cidade do Rio de Janeiro, 1.

SANTOS, Paulo F. Quatro Séculos de Arquitetura na Cidade do Rio de Janeiro. *In*: *Quatro Séculos de Cultura – O Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1966. Ciclo de conferências comemorativas do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, 1965. Universidade do Brasil, 1981. Separata.

SENNA, Ernesto. *O Velho Commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910 (?).

Resumo

A Confeitaria Colombo, fundada em 1894 e até hoje em intensa atividade comercial, é um expressivo exemplar da arquitetura eclética no Rio de Janeiro, de gosto classicizante e foi o local de antigos cenáculos dos mais representativos nomes da literatura brasileira, como Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Guimarães Passos, Luís Edmundo, José do Patrocínio, Bastos Tigre, Rodrigo Otávio e Gustavo Barroso.

Palavras-chave: Confeitaria Colombo; arquitetura; literatura.

Abstract

Confeitaria Colombo, founded in 1894 and still today in intense commercial activity, is an expressive exemplary of eclectic architecture in Rio de Janeiro, with classicizing taste, it was the venue of the most important names in Brazilian literature, as Olavo Bilac, Emilio de Menezes, Guimaraes Passos, Luis Edmundo, Jose do Patrocinio, Bastos Tigre, Rodrigo Otavio and Gustavo Barroso.

Keywords: *Confeitaria Colombo; architecture; literature.*

Recebido em 11 de fevereiro de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.

RENASCENÇA FLUMINENSE

Salvador Mata e Silva[1]

Foi o período histórico de 1910 até os primeiros anos da década de 1930, em que políticos e intelectuais fluminenses tentaram resgatar o prestígio econômico, político e sociocultural do Estado do Rio de Janeiro da época colonial e imperial.

No início do século XX, o Estado do Rio de Janeiro passou pela mais profunda crise econômica e política causada pelo enfraquecimento da cafeicultura e pelo predomínio da "Política do café com leite", que caracterizou a República Velha.

A Renascença Fluminense surgiu da necessidade de recuperar o orgulho e a autoestima de um Estado – que foi, de fato, a locomotiva econômica do Brasil, bem antes de São Paulo. Por sua vez, também refletia uma tentativa política regional ao fracassado projeto do presidente da República Nilo Peçanha, para apresentar ao Brasil uma proposta de superação do café com leite, que colocaria o Estado do Rio de Janeiro no centro das decisões.

Praça da República com monumento Triunfo à República

---

[1] Sócio efetivo do IHGN. IHGSG. IHGRJ, Instituto Histórico e Geográfico de Bom Jardim (RJ) e outros.

Assim, uma parcela dos políticos fluminenses, apoiada por intelectuais de Niterói, lança um movimento em busca de uma "Renascença Fluminense". Esse programa político-cultural criou o "Fluminensismo". Foram criados movimentos culturais regionais, em especial em torno da Academia Fluminense de Letras e do Café Paris (o segundo maior Movimento Cultural do Brasil, só perdendo para o Grupo Mônaco de Cultura, que funciona na Livraria Ideal), Niterói (RJ).

O Café Paris foi um dos poucos que ficaram imortalizados em relatos memorialistas e em estudos sobre a história literária de Niterói, então Capital Fluminense. Fundado em 1898, por Bento da Silva Braga, foi reduto de algumas gerações de intelectuais que por ele passaram até 1933, quando foi consumido por um incêndio. Localizava-se na antiga rua da Praia em frente ao Mercado Municipal, transformado, em 1908, em Estação Central das Barcas da Companhia Cantareira e Viação Fluminense.

Segundo Carlos Werhs, sua localização era central, pois ali,

> *"veio a ser o lugar de passagem obrigatória para um grande público. Verdadeiro cenáculo ambulante, nas palavras de um de seus frequentadores, foi um importante local da boemia literária da cidade que o deixava, ao fechar as portas, às dez horas da noite, e rumava para o restaurante Lido, que ficava no bairro de São Francisco, para aí concluir suas tertúlias literárias."*

A Renascença Fluminense teve como marco arquitetônico-urbanístico a Praça Renascença, o Porto de Niterói e seu Entorno e o Centro Cívico Estadual da Praça da República.

O Decreto nº. 801, de 6 de junho de 1903, assinado pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro, Quintino Bocaiúva, restabelece a capital em Niterói.

Em 1904, a prefeitura de Niterói foi criada por Nilo Peçanha e o seu primeiro prefeito foi o engenheiro Paulo Alves.

Até então, a cidade era administrada pelo presidente da Câmara Municipal. Cabe notar que somente na República Velha é que os prefeitos começaram a se preocupar com a modernização e o embelezamento da cidade.

Entre 1906 e 1910, sob a gestão do prefeito João Pereira Ferraz, a cidade de Niterói entrou em um processo de urbanização e embelezamento, que prosseguiu firme durante o governo de Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior. Na época, foram realizadas por toda a cidade obras de pavimentação, retificação, construção, edificação, saneamento etc.

A urbanização empreendida teve forte influência da reforma feita por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, contemporânea à de Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior no lado oriental da cidade, como tentativa de criação de uma identidade própria para Niterói, sendo que a principal concepção era a aproximação entre o centro comercial e o centro político.

De 1910 a 1914, assume a prefeitura de Niterói o engenheiro militar Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior, homem idealista e dinâmico. Foi o político mais identificado com a Renascença Fluminense. O movimento teve como secretário o Dr. Lacerda Nogueira, o secretário Perpétuo da Academia Fluminense de Letras. Com a grande ajuda do Acadêmico Quaresma Júnior. Ele é responsável por importantes medidas visando adornar a cidade. Dentre seus trabalhos, destacam-se o alargamento da área litorânea, aterro das margens, secagem de pântanos etc.

As obras de saneamento e aterro da enseada começaram em aproximadamente 1917/1918, prolongando-se por dez anos, dado o aterro de grandes proporções que quase duplicou a área urbana. Paralelamente às obras do aterro, ocorreu o desmonte hidráulico do Morro do Dr. Celestino para aterrar o Campo Sujo e pequena parte do Morro São Sebastião para aterrar parte do litoral do Centro de Niterói.

O aterrado de São Lourenço foi o primeiro exemplo do aterramento de vastas extensões, recebeu o nome de Largo do Aterro, depois

Praça Renascença, Praça Dez de Novembro (1937-1945) e, a partir de 12 de outubro de 1948, passou a se chamar Praça Almirante Alexandrino de Alencar.

Feliciano Sodré, o autor da obra, que foi prefeito de Niterói e, depois, presidente (governador) do Estado do Rio de Janeiro, imaginou a expressão do Centro de Niterói, via aterro. Realmente, com o aterro, a cidade pôde desfrutar de traçado mais favorável à circulação de carros.

A área conhecida como Campo Sujo (vazadouro de lixo) limitava-se pelas ruas Doutor Celestino, Marquês de Paraná, Coronel Gomes Machado e Visconde de Sepetiba, totalizando 1.650 metros quadrados.

> *"O Morro do Campo Sujo ou Morro Doutor Celestino era a área de esgotamento sanitário, despejo dos barris de dejetos conduzidos pelos "tigres" no século XIX. Desta área emergiria o centro político da cidade, representado pela Praça da República ou Praça dos Três Poderes e complexo de prédios, Escola Normal (Liceu Nilo Peçanha), Assembleia Legislativa do Estado, Delegacia de Policia, Palácio da Justiça e Biblioteca Estadual."*[2] (SILVA, Sulamita Castro Azevedo. Palestra: A Praça da República de Niterói. Caderno VII: IHGN, 2005.)

Em 1913, o governador Oliveira Botelho e o prefeito Feliciano Sodré adquiriram o terreno e projetaram "obras de embelezamento e urbanização". O projeto, de autoria do arquiteto Emile Deppuy Tessain, auxiliado por Pedro Compofiorito, previa a construção de edifícios de Administração Pública em torno da praça, formando um grande "Centro Cívico" composto pela Assembleia Legislativa do Estado, Biblioteca Estadual, Palácio da Justiça, Delegacia de Polícia, Escola Normal e abertura de uma ampla avenida de ligação entre a Rua Marquês de Paraná e a Visconde de Rio Branco (que em 1942 foi

---

[2] SILVA, Sulamita Castro Azevedo. Palestra: A Praça da República de Niterói. *In*: *Caderno VII: IHGN*, 2005.

concretizada e ganhou o nome de Avenida Ernâni do Amaral Peixoto), com isso, abrindo novas ruas ligando o Centro às áreas comerciais.

Com o desmonte de grande parte do morro situado à esquerda da Rua Doutor Celestino, aterrou-se o antigo Campo Sujo e construiu-se a praça da República.

Com a volta de Deppuy para a Europa, os projetos foram assumidos pelo italiano Pedro Campofiorito, porém, não os pode assinar por não ter habilitação profissional regularizada no Brasil. Daí o fato de vários projetos terem a assinatura de engenheiros da Secretaria de Obras do Estado. Por Exemplo, o projeto da Biblioteca Estadual foi assinado por Lothar Kastrup, o jardim da Praça por Pio Borges de Castro; o da Assembleia Legislativa por Heitor de Mello.

Reconhecendo o Papel Histórico, Urbanístico e Afetivo desse espaço, o INEPAC[3] tombou todo o logradouro (o "Centro Cívico") em 6 de setembro de 1990, por meio do processo E-18/000164/90.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Em 1975, a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara retira de Niterói a condição de Capital.

---

[3] Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

O prédio onde atualmente está a Câmara Municipal de Niterói é uma das edificações que compõem a Praça da República, conformando um Centro Cívico, juntamente com a Delegacia de Polícia Civil, o Fórum, o Liceu Nilo Peçanha e a Biblioteca Estadual. O imóvel foi projetado para ser sede da Assembleia Legislativa do Estado. Sua arquitetura é monumental, como a dos demais prédios públicos da época da República Velha, reflete a influência dos modelos europeus imponentes, unindo traços neoclássicos e a ornamentação pesada do final do ecletismo.

A fachada principal do prédio inspira-se num templo romano, com seis colunas e um frontão triangular de ornamentação simples, onde se vê pintado o brasão do Estado do Rio de Janeiro. A entrada se faz por cinco grandes portas em arco pleno precedidas por ampla escadaria, onde duas alegorias escultóricas de cimento representam a Ordem e o Progresso, de autoria do escultor italiano Hugo Tadei. A Ordem é representada pela figura feminina com vestes romanas, que traz na mão direita uma espada e tem a mão esquerda apontando para um livro. Seu simbolismo fala da ordem fundamentada nas leis e mantida pela energia que corrige. A alegoria Progresso é também uma figura feminina que tem à sua mão direita uma tocha ao alto e, aos seus pés, um jovem segurando engrenagens industriais. Representa as perspectivas de acelerado progresso, trazido pelo desenvolvimento industrial.

No nível da calçada, dois sólidos pedestais sustentam dois leões de cimento, um de costas para o outro, olhando para lados opostos, simbolizam os dois horizontes e o percurso do sol. Vigiando o passar do dia, representam o ontem e o amanhã e simbolizam o rejuvenescimento e o vigor – esforço e repouso. O prédio foi construído pela firma Meanda Curty e inaugurado em 1º de agosto de 1917. Desde essa época, sediou a Assembleia Legislativa do Estado até 1975, quando, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal de Niterói passou a ocupar o prédio.

Em 26 de janeiro de 1983 o prédio foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC – juntamente com todo

o conjunto urbanístico da Praça da República, por meio do processo E-03/18.213/83.[4]

Biblioteca Estadual e Academia Fluminense de Letras

A construção da biblioteca teve início em 1927, mas questões políticas retardaram as obras, que foram paralisadas por falta de recursos financeiros durante cinco anos. Em 1933, o interventor Ary Parreiras providenciou a finalização do prédio. Estava concluído parcialmente em 1934, quando nele se instalou a Academia Fluminense de Letras, permanecendo lá até hoje. Foi inaugurada festivamente em 15 de março de 1935, nas comemorações do centenário de elevação de Niterói como cidade e capital da província.

Com o projeto assinado, oficialmente, pelo arquiteto Lothar Kastrup, sua arquitetura é, porém, atribuída ao italiano Pedro Campofiorito, autor de outras edificações na cidade. Trata-se de obra monumental, assim como os demais prédios da praça.

O prédio é característico do final do ecletismo, com o predomínio de linhas clássicas. O vocabulário arquitetônico clássico pode ser observado nas meias-colunas duplas com capitéis jônicos e portas em arco pleno entre as colunas. Seu tímpano é ornamentado por duas alegorias masculinas apoiadas num livro aberto, em relevo. O telhado é escondido por platibanda sóbria. No segundo piso, as portas abrem-se para balcões com balaústres torneados.

Sendo o prédio integrante do conjunto cívico da Praça da República, foi tombado pelo INEPAC, em 26 de janeiro de 1983, por meio do processo E-03/18.213/83, conforme já mencionado.

---

[4] Niterói, Patrimônio Cultural: Secretaria de Cultura de Niterói, 2000.

Palácio da Justiça

Seu projeto data de 1913 e, como o anterior, foi assinado por Emilio Dupuy Tessain auxiliado por Pedro Campofiorito. Sua construção foi iniciada pelo engenheiro e construtor Heitor Mello, em 1914. Suspensas em 1915, as obras voltaram a ser dirigidas pela firma Meandra Curty em 1918, quando o governador Angelo Collet autorizou sua complementação. Foi inaugurado em 7 de julho de 1919 sem solenidades, aproveitando apenas um julgamento de grande interesse público, qual seja, o do coronel Philadelpho Rocha, ex-comandante da Polícia Militar, autor de crime passional no ano anterior.

Quanto ao estilo, é também uma construção eclética, com acentuada predominância do Renascimento Italiano em sua fachada principal para a Praça da República.

Delegacia de Polícia

A história do imóvel é idêntica à dos prédios da Assembleia Legislativa e do Palácio da Justiça. Seu criador também foi Emílio Dupuy Tessain, auxiliado por Pedro Campofiorito, projeto em estilo inglês.

A planta primitiva passou por alterações em virtude das condições estruturais do terreno. Sua construção foi iniciada por Heitor de Mello e interrompida várias vezes, até ser concluída pela firma

Meandra Curty, em 1917. Foi inaugurado na gestão de Nilo Peçanha como governador em 3 de maio de 1917. Trata-se do primeiro dos prédios cujo término teve lugar no conjunto arquitetônico da praça. Sofreu muitas reformas e acréscimos ao longo dos anos. Um incêndio destruiu o seu telhado central. Quanto ao estilo, é uma construção inglesa, talvez em homenagem ao grande investigador policial Sherlock Holmes.[5]

Monumento "Triunfo à República"

O monumento "Triunfo à República" foi a culminância, a realização final do sonho de Feliciano Sodré, que desde 1911 pensava homenagear os grandes fluminenses que lutaram pela República: Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva e Silva Jardim.

A execução do monumento foi automatizada pela lei de 7 de setembro de 1925 e seu projeto entregue ao escultor fluminense José Octávio Correia Lima. Para a sua construção foi feita grande campanha financeira em todos os municípios fluminense, estimulada por políticos influentes do Partido Republicano Conservador, ao qual pertencia o governador Feliciano Sodré.

---

[5] SILVA, Sulamita Castro Azevedo. Palestra: A Praça da República de Niterói. *Caderno VII: IHGN*, 2005.

Em 21 de dezembro de 1927, inaugurou-se o monumento, com a presença de autoridades estaduais e municipais e, bem assim, a do presidente da República Washington Luiz. E, naquele momento, a Praça Pedro II passou a ser chamada de Praça da República. A obra, considerada pelo próprio autor como a de maior arranjo e concepção, é tida como a mais importante da cidade.

Terminada a obra do escultor José Octávio Correia Lima e estando também construídos os prédios da Delegacia de Polícia, da Assembleia Legislativa, da Escola Normal e do Palácio da Justiça, Feliciano Sodré, na Presidência do Estado, inaugurou solenemente a Praça da República, no dia 21 de dezembro de 1927.

Liceu Provincial e Escola Normal

A construção visou sediar a Escola Normal de Niterói, que, desde 1835, até então estava sem local definido. O prédio fez parte do projeto idealizado por Feliciano Sodré, quando de sua gestão como prefeito da cidade. Ao francês Dupuy Tessain coube o primeiro traçado, mas novamente Pedro Campofiorito executou o traçado definitivo.

O executor da obra foi Heitor Mello, mais tarde substituído pela firma Meandra Curty. A inauguração deu-se em 1918.

Na gestão de Feliciano Sodré, como governador do Estado, o prédio sofreu acréscimo de um novo torreão, novas salas e mudanças do telhado do torreão original.

De 1931 a 1955 o prédio abrigou simultaneamente a Escola Normal e o Liceu de Humanidades Nilo Peçanha, que foi criado pelo Decreto n°. 2539 (1801/1931) pelo doutor César Tinoco. Mas, em 1955, a Escola ganhou nova sede, cabendo ao Liceu ocupar todo o prédio.

Cabe lembrar que o estilo escolhido para este prédio foi o das escolas francesas do século XIX, seguindo concepção tipológica das construções ecléticas.

Outro marco arquitetônico-urbanístico de destaque da Renascença Fluminense foi a Praça da Renascença e seu entorno (o Porto de Niterói, o Tribunal de Contas, a Subsistência do Exército, a Estação Ferroviária e outros prédios).

As obras do Aterro de São Lourenço foram o primeiro exemplo de vastas extensões aterradas em Niterói, quase duplicou a Área Urbana de Niterói.

Feliciano Sodré, o autor da obra, que foi prefeito de Niterói e depois presidente (governador) do Estado do Rio de Janeiro, tornou-se o mais produtivo da República Velha. Niterói, antiga Capital Fluminense, foi dotado de grandes obras de urbanização e saneamento, iniciadas a partir de 1911, quando prefeito Municipal de Niterói (1910-1914).

Ao assumir a Prefeitura de Niterói, deu prosseguimento à obra remodeladora de Pereira Ferraz. Em 1911, o Porto de Niterói começa a ser idealizado entre a Ponta d´Areia e o Porto do Méier, região da Enseada de São Lourenço (ou Mangue de São Lourenço), outrora ocupado por manguezais, e que, a partir dos séculos XVIII e XIX, começou a sofrer progressivo processo de assoreamento, tornando-se o vazadouro de lixo da cidade, insalubre, uma "ferida cancerosa aberta em pleno coração da cidade" (Comissão Construtora do Porto de Nic-

theroy e Saneamento da Enseada de São Lourenço, 1927). Em 1913, oficializou-se por decreto a construção do Porto de Niterói.

A urbanização empreendida teve forte influência da Reforma feita por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, contemporânea à de Feliciano Sodré. A ideia era a aproximação entre o Centro Comercial e o Centro Político.

Ao ser empossado governador, Feliciano Sodré expede a autorização para a construção do Porto e o saneamento completo da enseada.

O Projeto de Urbanização proposto pela Comissão Construtora do Porto de Nictheroy e Saneamento da Enseada de São Lourenço aterrou uma área de 357.000m^2. O traço urbano do aterrado, radial concêntrico (formando um leque, semicírculo), possuía ruas que convergiam para a Praça Central – Renascença (onde existe a estação da "Leopoldina Railway", hoje Companhia Docas do Rio de Janeiro, inaugurada em 1930). O primeiro trecho do porto foi inaugurado em 1927 e o segundo, em 1939.

Nas áreas adquiridas, a ocupação estava destinada a indústrias e edificações públicas (prédio da administração estadual, prédios militares, mercado municipal) e se deu de forma incompleta e dispersa.

No cenário intelectual, além do Café Paris, já citado no texto, vamos encontrar o Grêmio Literário Guarani, o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro (de duração efêmera) e a Academia Fluminense de Letras, uma das mais antigas do Brasil, fundada em 14 de julho de 1917, pelo grupo de intelectuais frequentadores do Café Paris, da cidade do Rio de Janeiro e do interior do Estado. Teve como primeiro presidente Belisário Augusto Soares de Souza, que não teve nenhuma atuação e foi substituído por Epaminondas de Carvalho (filho do professor, educador e pedagogo fluminense Felisberto de Carvalho).

A Academia Fluminense de Letras, que ocupou um lugar de destaque na institucionalização da Intelectualidade Fluminense, cria-

da por jovens, foi motivo da sátira de um panfletário que a chamou de "Jardim de Infância da Literatura Fluminense".

Em 21 de setembro de 1923, alguns acadêmicos descontentes com o andamento da Academia fundaram a Academia Fluminense de História e Letras. Logo, mudou o nome para Cenáculo Fluminense de História e Letras, um ano depois, no momento de sua formação legal.

Seu primeiro presidente foi Amadeu de Beaurepaire Rohan (conde de Rohan, pela França), filho do general e conde de Rohan, Luís Máximo de Baurepaire Rohan; irmão de Henrique Pedro Carlos de Baurepaire Rohan (visconde de Beaurepaire, pelo Brasil).

A Academia Fluminense de Letras foi fundada com 48 cadeiras para a Classe de Letras, número correspondente aos municípios Fluminenses então existentes. Só podendo pertencê-la quem for fluminense nato.

Sua instalação solene ocorreu durante os festejos do Centenário da Criação da Vila Real da Praia Grande, em 10 de maio de 1919.

Em mil novecentos e vinte e sete, a Renascença Fluminense fundou em Niterói alguns Grupos de Escoteiros.

Nessa ocasião foi fundado o Grupo Arariboia, que depois passou a ter o nome de Tropa. O dr. Lacerda Nogueira Secretário Perpétuo da Academia Fluminense de Letras e secretário da Renascença Fluminense, nomeou o dirigente do Grupo, o sr. Carlos Mendonça. O Grupo Arariboia foi criado para camuflar as reuniões dos Renascentistas Fluminenses que, em determinados momentos, foram perseguidos pelo Governo da República Velha.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Antônio Figueira de. *Os fluminenses na História do Brasil*. Niterói (RJ): Tipografia Jeronymo Silva, 1928.

___. *História Fluminense*. Niterói (RJ): Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís. 1929.

ALMEIDA, Lyad. *Lili Leitão, o Café Paris e a vida boêmia de Niterói e Niterói, Poesia e Saudade*. Niterói (RJ): Niterói Livros, 1996.

CASADEI, Thalita de Oliveira. *Niterói*: A terra e o Homem. Gráfica Jornal da Cidade. 1997. 176 p. il.

CEZAR, Almir. *Limiar e Transformações Econômicas; 100 Anos da Praça da República, a primeira revitalização elitista da cidade*. Niterói (RJ): Monografia – UFF. 27 de janeiro de 2013.

CÔRTE, Andréa Telo da. *Praça da República: poder, identidade e história urbana em Niterói*, Niterói (RJ): Ed. Niterói Livros. 2011 .

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro (RJ): Rio Fundo. 1989. pp. 215-258.

FORTE, José Matoso Maia. *Notas para a História de Niterói*. 2. ed. Niterói (RJ): Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural. 1973.

KNAUSS, Paulo (Coord). *Sorriso da Cidade. Imagens urbanas e história política da Niterói* (RJ): Niterói Livros. 2003.

LACOMBE, Lourenço Luiz. *Os Chefes do Executivo Fluminense. Petrópolis* (RJ): Editora Vozes, 1973. 118 páginas.

LEITE Netto, Wanderlino Teixeira. *Passeio pelas Letas na Taba de Arariboia. A Literatura em Niterói no século XX*. Niterói (RJ): Niterói Livros. 2003.

MARTINS, Ismênia de Lima e KNAUSS, Paulo (org.). *Cidade Múltipla*: Cenas da história de Niterói. Niterói (RJ): Ed. Niterói Livros. 1999.

MEDEIROS, Maurício de. O Presidente Sodré e a Renascença Fluminense. *In*: Manoel Leite Bastos (org.). *O Estado do Rio de Janeiro e seus homens*. 2. ed. Niterói: 1928. p. 2.

PONTES, Cristina da Fonte. *Centro Cívico*: Construção do Conjunto Arquitetônico, Centro de Niterói. *In*: Revisa do IHGRJ. 2012.

SILVA, Salvador Mata e. *São Lourenço: onde nasceu Niterói*. Niterói (RJ): UNICOP. 2006. 140 p.: il.

___. S*esquicentenário da Irmandade de São Vicente de Paulo*. Niterói (RJ). Ed. Muiraquitã, 2004, 120 p. il.

_____. *Patronos de Ruas de São Gonçalo*. Niterói (RJ): Gráfica Eletrônica. 1999. 80 p. il.

SILVA, Sulamita Castro Azevedo. Palestra: A Praça da República de Niterói – VII Curso de História de Niterói. *IHGN*. 2005.

SOARES, Emmanuel de Macedo. *Monumentos de Niterói (1889-1975)*: Êxito – Fundação de Artes de Niterói, 1992. História Política do Estado do Rio de Janeiro. Niterói (RJ): Imprensa Oficial. 1987. 90 p. (Biblioteca de Estudos Fluminenses).

WEHRS, Carlos. *Capítulos da memória niteroiense. Niterói* (RJ): Niterói Livros, 2002. Página 44.

Fontes Manuscritas

Arquivo da Irmandade de São Vicente de Paulo – Niterói (RJ)

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro – RJ)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Biblioteca Estadual de Niterói (Niterói)

Biblioteca do IHGB (Rio de Janeiro)

Biblioteca do IHGN (Niterói)

Biblioteca Central do Gragoatá (UFF)

Real Gabinete Português de Leitura

Fontes Impressas

Almanack Laemmert

Jornais, revistas, informativos e folhetos

Revista da Academia Fluminense de Letras (vários números)

Resumo

O artigo estuda o período histórico de 1910 até os primeiros anos da década de 1930, em que políticos e intelectuais fluminenses tentaram resgatar o prestígio econômico, político e sociocultural do Estado do Rio de Janeiro da época colonial e imperial.

No início do século XX, o Estado do Rio de Janeiro passou pela mais profunda crise econômica e política causada pelo enfraque-

cimento da cafeicultura e pelo predomínio da "Política do café com leite", que caracterizou a República Velha.

A Renascença Fluminense surgiu da necessidade de recuperar o orgulho e a autoestima de um Estado – que foi, de fato, a locomotiva econômica do Brasil, bem antes de São Paulo. O movimento surgiu no momento em que políticos e intelectuais fluminenses tentaram resgatar o prestígio econômico, político e sociocultural da Velha Província e do início da República Velha após a crise econômica e política causada pelo enfraquecimento da cafeicultura e pelo predomínio da Política do Café com Leite. Assim, uma parcela dos políticos fluminenses, apoiada por intelectuais de Niterói e interior do Estado do Rio de Janeiro, lançou um movimento em busca de uma "Renascença Fluminense".

Palavras-chave: Academia Fluminense de Letras; Feliciano Sodré; Renascença Fluminense; República Velha.

Abstract

"Renascença Fluminense" was a period of history from 1910 to the early years of the thirties, the State of Rio de Janeiro, led at the time by capital (Niterói) lived. The move came at a time when politicians and intellectuals fluminenses tried to rescue the economic, political and sociocultural prestige of Old Province and the beginning of the Old Republic.

After the economic and political crisis caused by the weakening of coffee and the predominance of Coffee-with-milk policy that characterized the Old Republic, the need to restore pride and self-esteem of a Province emerged - which was, in fact, economic locomotive of Brazil and Sao Paulo before.

Thus a portion of Rio's politicians, supported by intellectuals of Niterói and the State of Rio de Janeiro, launched a movement in search of a "Renaissance Fluminense."

Keywords: *Fluminense Academy of Letters; Feliciano Sodré; Renaissance Fluminense; Old Republic.*

Recebido em 11 de fevereiro de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.

O COLÉGIO PEDRO II E A METÁFORA DO "NOME DO PAI"

Vera Lucia Cabana Andrade[1]

"Eu só governo duas coisas no Brasil:
a minha casa e o Colégio Pedro II."[2]

A presente comunicação propõe, com base na metáfora lacaniana do nome do pai[3], uma releitura da inscrição do significante do pai/*patrono* que nomeia o sujeito histórico/*Colégio Pedro II*, definindo como questão de análise o pressuposto de que foi em torno do Imperador que se construiu a identidade do colégio modelo da Instrução Pública do Império e se reconstruiu esta mesma marca identitária de preservação/sobrevivência da instituição nos períodos de crise e indefinição das políticas educacionais republicanas.

Apesar da ruptura republicana com a tradição do Imperial Colégio – mudanças de nomes, extinção do bacharelado, abolição de títulos e diplomas, política de equiparações dos ginásios estaduais e colégios particulares –, a memória de D. Pedro II foi sempre reverenciada.

Portanto, a existência de um passado comum entre o Colégio e a Monarquia, foi o ponto de partida para a construção da memória institucional dentro da memória nacional. O enquadramento da memória-histórica – configurada por um conjunto de práticas e representações e pela geração de documentos-monumentos – registra

---

[1] Profª Drª em História Social pelo IFCS/UFRJ. Professora Aposentada da UERJ e do CPII. Pesquisadora do NUDOM/CPII, Sócia do IHGB, do IHBRJ e do IHGN.

[2] Frase atribuída a D. Pedro II. Citada por DÓRIA, Escragnolle. *Memória Histórica do Colégio Pedro II (1837-1937).* 2ª ed. Brasília: INEP, 1997. p.103.

[3] Releitura do complexo edipiano de Freud, o "Pai da Psicanálise", feita por Jacques Lacan (1901-1981). *In*: *Nomes do pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

o processo histórico de tradição reinventada/revivida que sustentou a instituição na fase de crise de identidade de sua natureza elitista e esgotamento do modelo de educação clássica e humanística, como resultantes da modernização imposta pelo progresso na República.

Este processo de enquadramento da memória que se alimenta do material da história é, segundo Michel Pollack, um

> *"trabalho que reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro, no sentido [de reconstrução] da identidade individual e grupal".*[4]

Na recriação formal da memória coletiva, aqui entendida, segundo Le Goff, como *"o que fica do passado no vivido dos grupos"*[5], o poder pessoal e aristocrático do patrono foi preservado no patrimônio cultural escolar como um atributo afetivo e garantia hipotética do idealizado ensino humanístico, bem como sua presença moral e protetora de avaliador erudito, evocada nos rituais de lembrança, constitui marca de seu zelo paternal e um dos fundamentos da memória petrossegundense:

> *"O Imperador dando aos Ministros plena liberdade de ação no governo, fazia exceção ao Colégio de Pedro II. O Colégio, todos sabiam, vivia sob a direção imediata e pessoal do Imperador. (...) O monarca aparecia quase todas as semanas, inopinadamente, e não se limitava a assistir aos concursos [dos professores], aos exames e às aulas [no Externato], percorria também a chácara, os dormitórios, a biblioteca, a cozinha e mais de uma vez sentava-se à mesa e provava a comida [no Internato.] O poder pessoal do Imperador era verdade incontestável e cuja existência não se podia negar".*[6]

> *"A menina dos olhos do Imperador parece que foi, durante a parte mais longa do seu reinado, o Imperial Colégio, com o seu nome,*

---

[4] POLLACK, Michel. "Memória, esquecimento, silêncio". *In*: *Revista de Estudos Sociais*, v. 2, nº 3. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989. p.11.

[5] LE GOFF, Jacques. *Memória*. *In*: *Memória-História. Enciclopédia Einaudi***.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 44.

[6] DORIA, Escragnolle. *Op cit*. p.168.

situado, como era natural, na própria Corte. Ao alcance, portanto, da sua vigilância verdadeiramente paterna quanto à qualidade do ensino aí ministrado. Era um ensino que terminava por coroar o aluno com o título então particularmente valioso: o de Bacharel em Letras. (...) Quem fosse, entretanto, Bacharel do Pedro II entrava triunfalmente em qualquer escola superior. Era como se saísse do Imperial Colégio um pequeno príncipe. Com direito a todos os acessos que dependessem da inteligência aprimorada pelo saber humano."[7]

"Formava o Colégio pequenino Estado, com a sua lei, os seus chefes supremos e os auxiliares destes, mestres ou não, desenvolvendo tudo quanto requer a vida coletiva: a cidadania, a união, a solidariedade, o espírito de disciplina social, o hábito de convivência em comunidade, a consciência dos deveres e dos direitos."[8]

Esta vivência que transborda de um tempo histórico para outro, como forma de apropriação do passado sempre presente, define um sentimento de pertencimento e de identificação grupal da comunidade escolar –*"sentimento de continuidade presente, porque só retém do passado aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém".*[9]

A morte de D. Pedro de Alcântara no exílio (5/12/1891), semiabandonado e pobre, em hotel de segunda classe (Hotel Beresford), e a repercussão do cerimonial fúnebre ocorrido em Paris, acompanhado por significativa parte da realeza europeia, trouxe de volta ao Rio de Janeiro a figura do ex-imperador e sua imagem de *"homem culto, gentil e indulgente, de cidadão patriota e pacificador"*, veiculada pela imprensa estrangeira. A representação do *"velho herói civilizador, novamente o mártir da Nação",* atinge a civilidade da República que responde ao mundo com o silêncio: *"os líderes republicanos, temerosos*

---

[7] FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 3 ed., t. 1, Rio de Janeiro: José Olympio/MEC,1974. pp.165-166.

[8] *Id*. p.161.

[9] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990. p. 81.

da grande repercussão que teve a morte do imperador [aos 66 anos], silenciaram sobre seu desejo de ser enterrado no Brasil."[10]

As instituições culturais ligadas ao seu patronato entenderam o necessário tempo de espera do governo republicano e prepararam o retorno de D. Pedro por meio de um movimento de culto à sua memória. Em cada oportunidade comemorativa, o segundo imperador seria imortalizado por seus historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelas cores de seus pintores da Academia de Belas Artes, pela melodia de seus músicos do Conservatório Musical e pela tradição de "seu colégio", instituições partícipes do projeto civilizatório do Império.[11]

Neste clima de incertezas de consolidação do regime republicano, foi comemorado, em 1902, o 65º aniversário de fundação do primeiro colégio de instrução secundária do Brasil, (re)nominado *Ginásio Nacional*, em 1890.[12] A comissão organizadora do evento, dirigida pelo bacharel José Bernardino Paranhos da Silva, programou uma série de festividades para o dia 2 de dezembro, aniversário do colégio e do antigo Imperador. As comemorações tiveram início com a missa solene na Igreja de São Joaquim e prosseguiram com a visita ao Cemitério do Catumbi, para homenagear os restos mortais dos outros "pais fundadores": o regente Araújo Lima, o ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos e o primeiro reitor D. Antônio de Arrábida.

No mesmo dia, em sessão solene realizada no Salão Nobre do colégio – Salão D. Pedro II: lugar de referência das solenidades sociais e culturais do Império –, que contou com a presença de autoridades civis e eclesiásticas e do corpo docente e discente, o decano dos bacharéis Busch Varella, da primeira turma de 1843, relembrou em

---

[10] SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.493.

[11] ANDRADE, Vera Lucia Cabana. Colégio Pedro II – Um lugar de memória. (Tese de Doutorado/ IFCS- UFRJ). Rio de Janeiro, 1999.

[12] BRASIL, Ministério dos Negócios Interiores. Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal de 1890.

seu discurso a história do colégio e de seu patrono e reapresentou, *"em nome da Pátria"*, a solicitação de repatriação dos restos mortais de D. Pedro e de D. Teresa Cristina de Portugal para o Brasil:

> *"A iniciativa da ideia não é minha, antes de mim manifestou-a na imprensa um ilustre brasileiro [Embaixador Salvador de Mendonça] – foi ele quem em 1893 aconselhou à República que, para dar ao mundo documento de sua estabilidade, mandasse transladar para a terra da Pátria, os restos mortais do Brasileiro e de sua santa esposa, que nos deram a todos o modelo da família e o exemplo dos bons costumes e dos sentimentos pios."*[13]

Apesar, do presidente da República Rodrigues Alves estar presente aos festejos e, também como ex-aluno, atender à chamada do tradicional sino do pátio do Externato, formando com seus colegas da turma de 1865, ainda não era hora de trazer os restos mortais dos ex-monarcas para o Brasil. D. Pedro só voltaria para sua terra vinte anos depois.

Contudo, nos primeiros anos da República, a luta pela volta da designação histórica do colégio, empreendida pelos Bacharéis em Ciências e Letras e pela comunidade escolar, representou o desejo de *"exposição de uma ausência e exibição de uma presença"*[14] sempre sentida e materializada nos testemunhos de época:

> *"Cinqüenta e dois anos de tradição [1837-1889] sagraram para o colégio o nome de Pedro Segundo. (...) Tradição inteiriça, coesão perfeita. (...) O voto da Congregação, o desejo dos órgãos da opinião nacional, a voz dos oradores nas festas de grau da Casa sempre pediram a mesma coisa: – a volta do nome Pedro Segundo para todo o estabelecimento [Externato e Internato]. Só, pura e simplesmente. (...) Não é demais insistir no amor ao nome do colégio. Nome ilustre constitui na pátria, em qualquer ordem social, na própria família, patrimônio inestimável."*[15]

---

[13] DORIA, Escragnolle. *Op. cit*. p.279.

[14] CHARTIER, Roger. *A História Cultural.* Lisboa: Difel, 1990. p. 23.

[15] DORIA, Escragnolle. *Op. cit*. p. 280.

Este movimento, conduzido pelo Instituto dos Bacharéis conseguiu, em 1911, a adesão do mais ilustre ex-aluno da época, o chefe de governo marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do fundador da República, cujo apoio e aprovação da nova Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, proposta pelo ministro Rivadávia Correa, foi fundamental para a restauração do nome Pedro II à instituição oficial de ensino e a redefinição de sua nova natureza e finalidade:

> *"Art. 1º O Colégio Pedro II tem por fim proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências da vida e difundir o ensino das ciências e das letras, libertando-o da preparação subalterna de curso preparatório."*[16]

As solenidades centenárias, tradição inventada na Europa desde o século XVIII e no Brasil a partir do início do século XX, cristalizaram exemplos de celebração da memória nacional e institucional, em seus conteúdos político, moral e cultural de representação do tempo passado. Neste contexto, reabilitar política e culturalmente a figura do monarca, nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil e também celebrar seu centenário de nascimento significou a oportunidade de recuperar sua obra, a época de apogeu de seu reinado e a fase áurea de "seu colégio".

Como parte das comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil, o Governo da República revogou o decreto de banimento da família real *(Decreto nº 78 de dezembro de 1889)* e autorizou o translado dos despojos mortuários de D. Pedro de Alcântara e D. Teresa Cristina do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, para a Catedral de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

A República do Café com Leite, carente de heróis nacionais e de popularidade, recebeu o ex-monarca como um *"herói do passa-*

---

[16] Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República e novo Regulamento para o Colégio Pedro II – Decreto nº 8.659 e Decreto nº 8.660 de 5 de abril de 1911.

do", conforme notícia histórica descritiva do cerimonial e da reação popular:

> *"Tiraram-lhe de bordo lentamente. O fizeram descer ao troar dos canhões e entre descargas da fuzilaria até que finalmente aqueles restos voltaram ao chão sagrado da Pátria. Estava morto, mas ainda sua grande figura, trinta e três anos depois da catástrofe, dominava senhorialmente a imaginação da população. Parece que o ambiente eletrizava-se com a aproximação desses despojos envolvidos na saudade mais sobre os quais pairava a indestrutível auréola de um século de glória."*[17]

O Colégio Pedro II esteve representado nas homenagens públicas, planejadas para a recepção dos despojos do casal real e na parada militar e cívica ritualizada e institucionalizada para servir aos propósitos republicanos nacionais. O Batalhão Escolar, constituído por alunos maiores de 16 anos, desfilou exibindo bandeiras históricas do Brasil e a bandeira do colégio, tradição inventada[18] sem registro legal de criação, simbolizada pela esfera armilar branca, envolvida por ramos verdes de café e de tabaco, num fundo azul-céu, cor imagem da monarquia, que objetivava associar suas velhas tradições, principalmente sua continuidade nominal, e (re)integrar o Colégio ao Estado e à Nação.

As comemorações do centenário natalício de D. Pedro II, em 1925, representaram uma aliança política em prol da reabilitação do monarca e não do regime monárquico, ambos mortos e descontextualizados pela imagem agora estabilizada da República. O dia 2 de dezembro foi declarado feriado nacional e comemorado com uma série de festejos populares, missas, desfiles, bandas, e, principalmente, a inauguração da estátua do *"monarca pensador",* em Petrópolis. Estes festejos contribuíram para a sedimentação do mito do *"monarca magnânimo"* fora da Monarquia, perpetuando a imagem do *"monarca*

---

[17] *Apud* F. Pessoa, Coleção Tobias Monteiro, FBN. *In*: SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit*. p. 505.

[18] HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 15.

cidadão de barbas brancas", como na representação oficial de D. Pedro, de pé bem no meio da Quinta da Boa Vista.[19]

Nos redutos das instituições culturais ligadas ao seu patronato – IHGB e CP II –, a memória de D. Pedro foi celebrada em solenidades especiais, com medalhões comemorativos e publicações oficiais, divulgadas amplamente pela imprensa.

No IHGB, em sessão solene do dia 2 de dezembro de 1925, foram prestadas as homenagens dos homens das letras a D. Pedro. O Instituto, *"fiel à sua missão e à memória de seu grande protetor"*, além de homenagear a figura do Imperador, *"presta um serviço relevante à História Brasileira"* reescrevendo a história do Segundo Reinado e reunindo os *"tributos de veneração"* registrados pela imprensa da época, e especialmente publicados em *Tomo Especial da Revista do IHGB,*[20] organizado em três partes.

A primeira parte – *"D. Pedro: Apreciações gerais"* – consta de 29 artigos do periódico *O Jornal*. Deste conjunto, destacamos o artigo de Epitácio Pessoa, intitulado *"A Justiça de Deus na voz da história"*, que faz a reabilitação política da figura do Segundo Imperador ao mesmo tempo em que redime a República:

> *"Ufano-me de ter sido o presidente que ao Congresso Nacional pediu a volta dos despojos mortais de d. Pedro e sugeriu a revogação do banimento da família imperial. (...) Era para a República um ato de grandeza moral; para o mundo, a prova de que as novas instituições haviam conquistado definitivamente a Nação; para o Brasil, o modesto pagamento de uma grande dívida."*[21]

A segunda parte da revista – "*O homem público e os problemas*" – possui 26 artigos do mesmo periódico citado. Deste campo temático destacamos o artigo "*O Imperador e a Instrução Pública*", de autoria de Ramiz Galvão, que apresenta a educação e a cultura como

---

[19] *Idem*. p. 511.

[20] *Revista do IHGB*. Tomo 98, v. 125. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

[21] *Id*. pp. 9-10.

pontos básicos do governo pessoal de D. Pedro II, sendo considerados fatores evolutivos da sociedade:

> *"Entre as graves preocupações de d. Pedro, durante quase meio século de reinado, um dos assuntos que sempre mereceram sua particular atenção foi o desenvolvimento da instrução pública, que ele encontrou imperfeita e mal esboçada, quando em 1840 assumiu as rédeas do governo, e que conseguiu melhorar notavelmente com o auxílio de alguns de seus ministros mais devotados a esta nobre causa. (...) Quanto ao Colégio Pedro II, o nosso estabelecimento modelar de ensino secundário, é sabido que de cuidados lhe mereceu, já na escolha criteriosa dos seus reitores, já na seleção do professorado, já e até em minúcias administrativas."*[22]

A última parte da publicação reúne 45 artigos de diferentes jornais – *Jornal do Commercio, Jornal do Brasil, O Globo, Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Do Imparcial* – com temas bem variados. Desta coletânea, destacamos o artigo de autoria de Max Fleiuss *"O imperador julgado pelos intelectuais"*, publicado no jornal *Do Imparcial*, onde o autor promove o reconhecimento intelectual do ex--Imperador:

> *"Agora que o vulto centenário de d. Pedro passou definitivamente às páginas da História, é justo considerar aqui o conceito que dele formaram já os intelectuais do Velho e Novo Mundo, ou seja, os mais competentes para julgá-lo como pró-homem de Estado e o mais sábio dos reis da sua era. (...) Nem a grandeza da morte, nem os reveses do ostracismo superaram em d. Pedro II a majestade da estatura moral e a intelectualidade do Rei-Sábio que os mais célebres homens de ciência e das letras do mundo inteiro já consagraram. (...) D. Pedro II fez-se um incorrigível estudioso. (...) A leitura era o seu prazer favorito. Lia sempre, e a prova disso é que sua coleção bibliográfica, composta de obras de mais variado gênero, compreendendo astronomia, história, ciências naturais, literatura, (...) encerram anotações de próprio punho (...) reveladoras de genuína e vastíssima erudição."*[23]

---

[22] *Id*. pp. 363-370.

[23] *Id*. pp. 958-963

No cômputo geral, o documento monumento – RIHGB Tomo Especial 98 – apresenta D. Pedro II como um político de visão, capaz de manter a unidade nacional, pedra de toque da opção monárquica e do princípio da alteridade em relação à América Hispânica, e capaz de arbitrar dissidências internas e conflitos externos, um estadista empreendedor e aberto aos princípios do liberalismo econômico, e, principalmente, um monarca culto, sábio, e orientador da política educacional.

Como não poderia deixar de ser, o centenário natalício do Patrono do Colégio Pedro II foi também comemorado em Sessão Solene do mesmo dia 2 de dezembro de 1925, no Salão Nobre do Externato, que recebeu as mais conceituadas personalidades políticas, sociais e intelectuais do Rio de Janeiro, a Colenda Congregação da escola, os bacharéis do passado e os alunos do presente e seus professores, destacando-se o ministro Affonso Penna Júnior, o príncipe D. Pedro de Orléans e Bragança, neto de D. Pedro II, e sua esposa, a princesa Elisabeth, condessa da Bohemia, e o conde de Affonso Celso, reitor da Universidade do Brasil.

A solenidade marcou a oportunidade para celebrar o passado de glórias do Imperador e do Colégio, homenageando o patrono e sua obra, celebrando a memória institucional dentro da memória nacional.

A Sessão Solene foi iniciada pelo diretor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo que, em seu discurso de abertura, justificou o culto à memória do protetor da Casa como uma dívida de gratidão ao patrono, sem caráter político:

> *"O próprio nome deste Instituto está sobejamente justificando a atitude dos seus diretores, lentes e alunos ao promoverem esta comemoração, a que em boa hora se associaram os bacharéis e os antigos discípulos num formoso e espontâneo gesto que revela nobilitantes sentimentos de solidariedade e gratidão. (...) Quero agora lembrar-vos senhores professores e alunos do Colégio, que há um preito, qual não poderíamos achar melhor, que nos cabe render à memória de D. Pedro II. Empenhemos nossos votos extremos de não pouparmos esforços por aumentar o lustre ao renome da nossa es-*

cola, que seu benemérito fundador preordenara a altos destinos com a graça de tão grandes mercês."[24]

Em nome da Congregação, o orador oficial Escragnolle Dória, professor catedrático de História do Colégio e membro do IHGB, discursou rememorando fatos históricos e chamando a atenção para a necessidade de preservação da memória e da tradição nas comemorações:

"Este dia do presente pertence por inteiro ao passado. (...) Vamos recordar, portanto reviver, em torno da grande memória. Podiam faltar a D. Pedro II todas as homenagens, menos a nossa. Esquecê-lo era deslustrar-nos, bastando nomear-nos para compreender a gravidade do olvido. (...) O sino colegial, que de vários toques, conhecia um especial para anunciar a visita de Sua Majestade. (...) Do título constitucional e merecido [Defensor Perpétuo] desviava sempre uma partícula em favor do Colégio de Pedro II. (...) O Colégio criado quando a nacionalidade começava a crescer, é a casa da tradição e da história. (...) Aqui se reuniram as glórias do professorado em várias épocas. (...) Tudo aqui é de um lado história, saudade, de outro preito, justiça e confiança no Brasil. (...) Sobre ele [o Colégio], em letras bem visíveis, gravadas pelo tempo, em nome da gratidão, sempre se lerá este nome: D. Pedro II." [25]

Em nome dos antigos alunos e do Instituto dos Bacharéis, o Dr. José Antônio de Abreu Fialho, professor catedrático da Faculdade de Medicina, discursou seguindo a mesma linha de exaltação do colégio e de seu patrono, aproveitando, ao mesmo tempo, para exortar a República como continuação das glórias do passado e ampliação da democracia:

"A República é a Democracia! Não tem do que desmaiar de vergonha e de tristeza, porque exalta a vitória cívica e moral de Pedro II, deste cidadão nobilíssimo que tanto tinha de democrata e de pa-

---

[24] COLÉGIO PEDRO II. *Annuario do Collegio Pedro II. Comemmorativo do 1º Centenário Natalício de D. Pedro II.* v. VI. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1927. pp. 39-41.

[25] *Id*. pp.42-55.

triota, parecendo até que nasceu Imperador para melhor servir a democracia e a pátria! É a glória do Império que se continua na glória da República. A República é entendimento, é coração. (...) Amigos! Quanta alma, quanta vida nestes recordos! Que amor não devemos nós ao Colégio de Pedro II. (...) Honrada e louvada seja a memória de D. Pedro II!"[26]

Do conteúdo saudosista dos três discursos podemos depreender a preocupação de assegurar a lealdade institucional ao regime republicano, ao mesmo tempo em que é enfatizada a lealdade primeira ao patrono justificada pela tradição.

A cerimônia comemorativa foi encerrada com a inauguração de placa com a efígie do ex-monarca com a seguinte inscrição:

"A D. Pedro II
Patrono deste Colégio
Os que aqui estudaram
1825 – 2 de dezembro – 1925"[27]

O encomendado retrato a óleo do velho soberano de corpo inteiro, trazendo nas mãos o decreto de fundação do colégio, obra do pintor Carlos Osvald, só foi inaugurado em 2 de dezembro de 1928, na solenidade dos 103 anos do monarca e 91 anos do colégio, encontrando-se até hoje no Salão de Leitura do prédio do antigo Imperial Colégio de Pedro II, depois Externato, hoje Unidade Escolar Centro do CPII.

O Colégio fez, também, uma publicação especial do evento – *Anuário Comemorativo do 1º Centenário Natalício de D. Pedro II (1825-1925)* –, onde ficaram registrados os discursos proferidos na Sessão Solene, a relação dos docentes e discentes do Externato e do Internato da época, e, numa evocação direta do passado, as reproduções do decreto de fundação de 1837, a lista dos primeiros alunos matriculados em 1838, dos primeiros bacharéis em Letras de 1843 e

---

[26] *Id*. pp. 56-78.
[27] *Id*. p. 38.

dos últimos bacharéis de 1889, dois retratos de D. Pedro, um do menino com suas irmãs e outro já ancião, e gravuras dos prédios escolares antigos. Este "documento monumento" foi produzido com o objetivo político-cultural de luta pela salvaguarda da história-memória do Colégio.

Nas celebrações centenárias do Colégio Pedro II, parte do Calendário Cívico do Estado Novo, tempo, espaço e patrono "compossuíram-se na memória histórica". Desde sua fundação, em 1837, em homenagem ao Imperador-Menino, no dia de seu 12º aniversário, que a metáfora do "nome-do-pai" se inscreve como marca simbólica, marca esta que testemunha, ainda hoje, a identidade do colégio.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Vera Lucia Cabana. *Colégio Pedro II – Um lugar de memória.* (Tese de Doutorado/ IFCS- UFRJ.) Rio de Janeiro, 1999.

ARQUIVO NACIONAL. *Infância e Adolescência de D. Pedro II.* Rio de Janeiro: Officinas Gráphicas, 1925.

BRASIL, Ministério dos Negócios Interiores. Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural.* Lisboa: Difel, 1990.

COLÉGIO PEDRO II. *Annuario do Collegio Pedro II. Comemmorativo do 1º Centenário Natalício de D. Pedro II.* v. VI. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1927.

DÓRIA, Escragnolle. *Memória Histórica do Colégio Pedro II (1837-1937).* 2ª ed. Brasília: INEP, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 3ª ed., t. 1, Rio de Janeiro: José Olympio/MEC,1974.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LACAN, Jacques. *Nome-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. *In*: *Memória-História. Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Revista do IHGB. Tomo 98, v. 125. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

Resumo

A presente comunicação propõe, com base na metáfora lacaniana do "nome do pai", uma releitura da inscrição do significante do pai/*patrono* que nomeia o sujeito histórico/*Colégio Pedro II*, definindo como questão de análise o pressuposto de que foi em torno do Imperador que se construiu a identidade do colégio modelo da Instrução Pública do Império e se reconstruiu esta mesma marca identitária de preservação/sobrevivência da instituição nos períodos de crise e indefinição das políticas educacionais republicanas.

Palavras-chave: História-Memória; Imperador Patrono; Colégio Pedro II.

Abstract

This Communication proposes, based on Lacanian metaphor of the name of the father*, a new reading of the inscription of the signifier of the father / patron appointing the historical subject /* Colegio Pedro II*, defining as a matter of analysis, the assumption that it was around the Emperor who built the identity of the college model of Public Instruction of the Empire and rebuilt the same identity and preservation / survival of the institution in times of crisis and uncertainty of republican educational policies.*

Keywords: *Memory-History; Emperor patron; Colegio Pedro II.*

Recebido em 11 de fevereiro de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

PESQUISA DOCUMENTAL

GENEALOGIA DOS PREFEITOS DO DISTRITO FEDERAL – XVI

Paulo Carneiro da Cunha [1]

Informações: Revista *Patriótica*, a.2, n.10, 1900, p.91.

Francisco Marcelino de Souza Aguiar (1855 - 1935)

Nascido em 2.07.1855, em Salvador, BA, e falecido em 10.11.1935, no Rio de Janeiro. Filho do engenheiro militar Francisco Primo de Souza Aguiar e de Joana Maria Freund.

Representou o Brasil na Exposição Internacional de Chicago (1893). General de divisão. Engenheiro militar, construiu vários prédios de vulto no Rio de Janeiro, como a Biblioteca Nacional, o hoje demolido Palácio Monroe, e o Quartel Central do Corpo de Bombeiros, na Praça da República. No governo Afonso Pena, foi prefeito do Rio de Janeiro.

---

[1] Ex-sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e ex--titular do Colégio Brasileiro de Genealogia; revisado pelo sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro Victorino Coutinho Chermont de Miranda.

Casado em 12.12.1883, em São Gabriel, RS, com Maria Gabriela Ferreira Bica, nascida em 18.3.1866, em São Gabriel, RS, e falecida em 23.4.1951, no Rio de Janeiro, RJ. Filha do coronel Clementino Ferreira Bica e de Eulália Rodrigues Barbosa.

Pais de:

I.1 – Maria de Souza Aguiar, religiosa da Irmandade de Sion.

I.2 – Eulália de Souza Aguiar (*Laia*)
* c. 1887, Bagé, RS
† 31.12.1933, Rio de Janeiro, RS
x 20.01.1906, Rio de Janeiro, RS
José da Cunha Pires, militar
* c. 1882, Rio de Janeiro, RJ
† 28.08.1921, Rio de Janeiro, RJ

I.3 – América de Souza Aguiar (*Baby*)
* c. 1887
† Eugenio Lessky.
Pais de:

II.1 – Francisco Eugenio Aguiar Lessky

II.2 – Aluisio André Aguiar Lessky

I.4 – Jenny de Souza Aguiar
* c.1889, Bagé, RS
† 30.08.1966, Rio de Janeiro, RJ
x 20.11.1909, Rio de Janeiro, RJ
José Domèque de Barros
* 1878, Rio Grande do Sul
† 08.01.1960, Rio de Janeiro, RJ

I.5 – Francisco de Souza Aguiar
* 03.1890
† 03.11.1890, Rio de Janeiro, RJ

I.6 – Francisco Primo de Souza Aguiar
* 25.05.1891, Rio de Janeiro, RJ
† 15.01.1892, Rio de Janeiro, RJ

I.7 – Laura de Souza Aguiar
* ....10.1895, Rio de Janeiro, RJ
† 08.01.1897, Rio de Janeiro, RJ

I.8 – Gabriel de Souza Aguiar, engenheiro
* 07.01.1899

I.9 – Rafael de Souza Aguiar, I
* 09.1900
† 07.11.1901, Rio de Janeiro, RJ

I.10– Miguel Ângelo de Souza Aguiar, engenheiro
* 1902
x Na...
Pais de:

II.1 – Francisco José de Souza Aguiar

I.11– Louis de Souza Aguiar
* 22.08.1904, Saint Louis, Missouri, USA.

I.12– Rafael Augusto de Souza Aguiar, militar, médico e engenheiro
* 02.06.1906, Rio de Janeiro, RJ
x 12.12.1929, Rio de Janeiro, RJ
Marina Velho Bayma do Lago
* ..... 1908, Curitiba, PR
† ...12.1994.
Pais de:

II.1 – Luciana Maria de Souza Aguiar
* 23.09.1930, Rio de Janeiro, RJ
x 10.03.1952, Rio de Janeiro, RJ
Gilberto Amary Aché Pilar, oficial de Marinha.
* 25.06.1926, Rio de Janeiro, RJ
Pais de:

III.1 – César Aché Pilar
* 02.04.1953, Rio de Janeiro, RJ

III.2 – Yolanda Maria Aché Pilar
* 28.03.1956, Rio de Janeiro, RJ

II.2 – Antonio José de Souza Aguiar
* 12.02.1936, Rio de Janeiro, RJ

II.3 – Marco Antonio de Souza Aguiar
* 04.03.1940, Rio de Janeiro, RJ
x 22.02.1960, Rio de Janeiro, RJ
Regina Saldanha Marinho.
Pais de:

III.1 – Raphael de Souza Aguiar
* 15.11.1960

Referência Bibliográfica

Arquivo do Colégio Brasileiro de Genealogia, Rio de Janeiro.

LAGO, Laurenio. *O Estado-Maior General do Exército Brasileiro (período republicano)*. Rio de Janeiro: EME, 1934, p. 51.

PINHEIRO, Manoel Carlos. *Francisco Marcellino de Souza Aguiar, vida e obra*. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2008 (Coleção Prefeitos do Rio).

Iconografia

Renascença, Rio de Janeiro, n. 20, 1905, p. 144. Coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

Recebido em 11 de fevereiro de 2015. Aprovado em 25 de março de 2015.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

RESENHAS

MORTON, Orde. *The Story of the Marvelous City: Vitoria*, Canada, 2015

Miridan Falci[1]

Este livro relata a história da cidade do Rio de Janeiro cobrindo 500 anos desde os acontecimentos mais antigos até o ano de 2015. Segundo o autor, existindo muitos livros escritos em francês e espanhol e poucos em inglês, ele pretende contribuir para o conhecimento dessa história. Ele espera que o livro seja de grande utilidade para aqueles que virão participar dos acontecimentos dos jogos olímpicos no ano de 2016. O autor utilizou inúmeras fontes primárias e secundárias e, principalmente, teses e monografias defendidas nas universidades. Dispõe de uma bibliografia em www.ordemorton.com

Foi ajudado por seus alunos na Universidade Federal Fluminense e inúmeros amigos brasileiros e americanos, embora o autor não informe o período em que deu aulas naquela universidade.

Morton optou por mesclar a história do Rio com a do Brasil por ser mais inteligível para a maioria dos estrangeiros e, principalmente, porque a sociedade e a história brasileiras são resistentes a esclarecer linhas de divisão. Por exemplo, o que significa, na verdade, cor de pele preta e cor branca, esquerda política e direita política, o que é urbano e o rural, o que são regras militares e democracia, o que é legal e o ilegal, o criminal e a polícia, o cristianismo e o politeísmo – os brasileiros sucessivamente não são claros nessas definições. Palavras que aparecem ao mesmo tempo em português e inglês podem significar diferentes coisas como a máxima política brasileira "para os amigos, a justiça, para os inimigos, a lei".

---

[1] Professora de História da UFRJ. Doutora pela USP e Pós-doutora pela EHECS. França. Sócia do IHGB e IHGRJ.

A história do Rio pode ser, ao mesmo tempo, a história do Brasil, pois ele é parte do mundo ocidental. Na sua visão, Morton pretende refletir sobre a natureza internacional do Rio, do povo e de suas ideias, influenciados pelo comércio da Europa, da África e da América do Norte que, convivendo desde 1502, criaram uma cidade de muitas facetas. E assim Morton passa visões das várias cidades dentro da cidade do Rio; a dos ricos, a dos pobres, a cidade da música, a das praias e a cidade da escravatura, do racismo, da violência endêmica. E tenta mostrar a natural e extraordinária imagem que emerge delas.

Finalmente ele tenta ser sério, mas não solene. Os cariocas têm um senso de humor que lhes dá um lugar nessa história.

Chama a atenção para o fato de que o Rio teve muitos nomes: Real e mais tarde Imperial Corte, Município Neutro, Distrito Federal, A Mais Leal e Heroica cidade de São Sebastião, Estado da Guanabara. E o seu nome se confunde com o nome do Estado a que ela pertence e se expande para as regiões suburbanas ao redor dela.

Figuras públicas no Brasil são chamadas pelo seu primeiro nome, apelidos ou com as iniciais. Isso pode indicar uma intimidade e desrespeito e é mais simples do que usar sobrenomes que são longos e complicados. Felizmente os nomes brasileiros são muito variados, com enorme gama, desde Agamenon até Zaratustra. Um bom exemplo é o nome de um jogador de futebol, Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, universalmente conhecido pelo seu primeiro nome, do filósofo grego.

Usa-se no Brasil também várias formas de chamar uma pessoa, desde Dom, para os mais antigos nobres, até para prelados da Igreja e um pequeno número de nobres portugueses. Além disso, chamados de Dom são também os membros da ordem dos beneditinos.

O livro possui 365 páginas com 16 capítulos agrupados em quatro partes e três capítulos isolados chamados de interlúdio: I, II e III.

Apresenta um conhecimento geográfico da cidade, pouco comum em livro factual histórico. Percebe os problemas que surgiram numa cidade encravada entre picos e serras, lagoas e o mar.

Na primeira parte, MORTON trata da "Cidade Colonial", desde 1502 até 1808, e é composta de quatro capítulos, terminando com a visão da cidade colonial que já era uma cidade internacional, uma das maiores do mundo, na época.

A segunda parte, com os capítulos 5, 6 e 7, compreende a Independência, o "Império e a República", desde 1808 a 1920.

No Interlúdio I, analisa a "Alta Sociedade", com o capítulo oito – a década tumultuosa de 1890, – e o capítulo 9, / A velha república 1898-1920.

Segue-se o Interlúdio II, chamado de "A criação de uma Cultura popular".

A terceira parte, chamada de "Idade do Ouro 1920 – 1960" compreende os capítulos 10, 11, 12 e 13 onde analisa a "Política e a Cultura Brasileira nos 1920", e a seguir analisa "A Primeira Presidência de Getúlio Vargas1930-1945".

Desejando mostrar a ascensão da classe média, faz um interlúdio, o de número III, intitulado "Modos de Vida da Classe Média".

A parte IV intitula-se "Uma Cidade por si Própria", composta dos capítulos 14, 15 e 16, onde se estuda "O Fim da Segunda República", a "Criação do Estado da Guanabara 1960-1975" e "Aprendendo a Viver".

O livro retrata a vida, a obra e os objetivos políticos de cada presidente do Brasil que aqui morou, antes da mudança da capital para Brasília. E o faz, também, para cada governador do Estado da Guanabara e cada prefeito da atual cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, não é um livro de análise política. É um livro descritivo e memorialístico, como um manual.

E, finalmente, finaliza com "Últimas Palavras: *Rio em 2014"*.

Embora seja um livro descritivo, como dissemos quase factual, com a sequência factual de cada presidente, governador e fato histórico, o autor tem a preocupação de abrir páginas ou encartes de opiniões e julgamentos sobre valores, pessoas, fatos ocorridos na cidade do Rio, ampliando assim os objetivos de um livro que seria apenas memorialístico.

A análise da parte colonial utiliza antigos cronistas. Na parte imperial se destaca no capítulo "Para o Mar e as Praias", mostrando a mudança de eixo de moradia e urbanização que passa a ocorrer no século XIX e que perdura até hoje. Insere palavras de historiadores, presidentes, escritores, jornalistas, apoiando o que quis dizer.

Como exemplo, citemos as suas explicações sobre as favelas:

No governo de Carlos Lacerda

> *"as favelas passaram a ser vistas não como uma maldição a serem erradicadas mas um problema a ser resolvido. O provimento de água, esgoto, e ruas calçadas é fisicamente difícil. A posse e ocupação das terras estão dificultadas por uma série de leis, burocracia, com ambiguidades legais e ausência de uma registro central de títulos de propriedade."*

Uma apreciação muito perspicaz, o autor fez sobre a nova zona sul – a Barra da Tijuca –, onde se verificou a expansão da classe média e turística e onde os nomes ingleses dominam as terras circundadas de lagoas, pensando-se até estar em Miami ou Califórnia.

O livro é ilustrado com fotos de catedrais, personagem histórico como Duguay Trouin, da princesa Isabel, de vários presidentes, como a de Getúlio num carro com Roosevelt, ícones como o da cobra fumando na época da II Guerra Mundial, de comidas, de revistas anti-

gas, como a *Revista da Semana*, edifícios públicos importantes, como a Academia Brasileira de Letras, ou o antigo Ministério da Educação e Cultura (cujo nome está errado, pois chama-se, atualmente, Palácio da Cultura), onde se assinala a edificação e os azulejos de Portinari. Há também fotos da cidade, como a do Aterro do Flamengo.

Assinala a mudança do estilo arquitetônico neocolonial com a influência do modernismo.

O Rio de Janeiro possui uma luxuosa e complexa história que dura cinco séculos, e *Marvelous City* é o primeiro livro completo acerca dessa história escrito em inglês. Desde a vida praiana de Ipanema e Copacabana até as dificuldades das favelas, essa é uma história de contraste e contradição. Oferece um relance sobre a alta sociedade carioca e sua rica cultura, assim como a violência endêmica, corrupção e disparidade social que perduram até hoje. Com sua política populista e a mistura única das culturas europeia, africana e ameríndia, o Rio de Janeiro se tornou, ao longo dos séculos, um lugar único, maior que a soma dessas influências, distintamente brasileiro e cujo símbolo é o carnaval carioca, maior festa do mundo.

O coração pulsante do Brasil, Rio de Janeiro, é a cidade sede dos jogos olímpicos de 2016. O autor Orde Morton convida o leitor a olhar além da perfeição do cartão-postal e suas belezas naturais e descobrir essa cidade única e suas maravilhas multifacetadas.

OSÓRIO, Mauro; MELO, Luiz Martins de; VERSIANI, Maria Helena; e WERNECK. Maria Lúcia (Org.). *Uma Agenda para o Rio de Janeiro: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico*. Rio de Janeiro: FGV – SINAVAL, 2015. 391 p.

Roberto Schmidt de Almeida[1]

No nº 20 da Revista do IHGRJ (2013) resenhei dois livros sob o título "Rio de Janeiro: os olhares no passado e no presente". O clássico de Maurício de Almeida Abreu "Geografia Histórica do Rio de Janeiro –1502-1700" e a coletânea do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) organizada por Armando Castelar e Fernando Veloso: "Rio de Janeiro: um Estado em transição". A resenha fez uma comparação entre as questões econômicas do início da ocupação do atual Estado do Rio de Janeiro (séculos XVI – XVII) e do período da primeira metade do século XXI.

O livro a ser resenhado agora se parece com a coletânea do IBRE, porém seus autores não são pesquisadores do IBRE e sim professores e pesquisadores das universidades cariocas e fluminenses e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Enquanto o livro do IBRE separou o conjunto de temas em três grupos: Economia, Instituições Políticas e Gestão Fiscal e Aspectos Sociais, a coletânea "*Uma Agenda para o Rio de Janeiro*" lista um conjunto geral de onze temas: infraestrutura da periferia da Região Metropolitana do RJ, o setor petrolífero, a infraestrutura da construção naval, estrutura e gestão dos sistemas de saúde, processos de inovação no sistema industrial, potencialidades e obstáculos ao setor turismo, esporte e lazer, finanças públicas, infraestrutura logística, mobilidade urbana e violência e aparato policial.

---

[1] Doutor em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Enquanto a coletânea do IBRE tratou os temas separadamente, como uma análise de *per se*, o livro "*Uma Agenda*" trata a questão, como o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas, com vistas a orientar os decisores do poder público e privado do Rio de Janeiro nas questões mais problemáticas por que passa o Estado, muito embora, a maioria dos textos se assemelhem aos da FGV, constatando fatos e problemas, mas tendo pouca possibilidade de organizar soluções.

As palavras dos organizadores no capítulo introdutório, "Desafios para o desenvolvimento socioeconômico do Rio de Janeiro", dão essa sinalização, ao historiar os processos históricos por que passou o RJ, cobrindo um vasto leque de problemas derivados das transformações políticas, econômicas e sociais que impactaram o Rio de Janeiro, principalmente depois dos anos 1960 até a atualidade. Perda de densidade política e econômica, mas ainda com forte atratividade demográfica, com todas as consequências negativas que advieram dessas transformações.

A primeira intervenção de Bruno Leonardo Barth Sobral, economista da UERJ, foca os problemas da precária infraestrutura da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tanto no aspecto econômico quanto no social, falando de um "vazio produtivo" da periferia metropolitana fluminense e comparando as gestões das principais Regiões Metropolitanas (Belo Horizonte e São Paulo) com a do Rio de Janeiro. Analisa os setores produtivos da economia e os confronta com o mercado de trabalho nas três Regiões Metropolitanas, enfocando principalmente a população jovem, com pouca escolaridade e escassas possibilidades de se integrar à força produtiva formal. Discute a pouca capacidade de gestão pública, tanto no nível estadual quanto no municipal nessa periferia, que repercute nos baixíssimos índices de modernização das infraestruturas (saúde, educação e segurança) e na logística de transporte, principalmente a que deveria garantir a locomoção das populações e das mercadorias na referida RM.

Conclui, mostrando a necessidade de uma estrutura de governança para a RMRJ sob o apoio do governo estadual, o único agente

legal que possui as condições políticas, econômicas e administrativas para implementar essa estrutura.

O artigo de Adilson de Oliveira (UFRJ) e Hildete Pereira de Melo (UFF) tem como objetivo a análise do setor petrolífero do RJ. Carro chefe da economia estadual, tanto pela exploração convencional da plataforma continental quanto pela exploração de águas profundas no contexto do pré-sal. O trabalho foca a chamada "janela de oportunidade" que a exploração petrolífera estruturou após os anos 1970 na plataforma continental brasileira, principalmente na bacia de Campos no RJ. Essa estruturação ensejou uma forte mudança na escala produtiva de óleo e gás e abriu novas frentes de pesquisa tecnológica nas áreas de geologia, mecânica pesada, construção naval, petroquímica e logística de transporte de combustíveis, além de incentivar um deslocamento de mão de obra especializada ou não para cidades como Macaé, Campos, Barra de São João, Cabo Frio e Búzios. A figura dos *royalties* da exploração petrolífera alterou drasticamente as fontes de renda dos municípios do litoral norte fluminense, criando desenvolvimento em algumas áreas, ou problemas em outras, em função do despreparo das administrações municipais em fazer frente à gestão desses recursos. No contexto estadual, o RJ tenta gerenciar a administração desse setor em prol da sociedade fluminense, mas sofre grandes pressões de outras unidades da federação, que gostariam de também usufruir financeiramente desse recurso natural, sem as despesas que incorrem com sua implantação.

O trabalho de Floriano Pires Jr. (UFRJ) analisa o setor naval fluminense, historiando seu desenvolvimento desde o período colonial até os nossos dias, em função da posição privilegiada do porto da cidade do Rio de Janeiro, dentro das águas protegidas da Baía da Guanabara. Descreve os principais períodos da construção naval fluminense, enfocando a fase de desenvolvimento de navios de carga na década de 1970, a estagnação ocorrida entre os anos 1980 e 1990 e o seu soerguimento, no início do século XXI, com o advento da exploração petrolífera na plataforma continental. O autor detalha os processos de construção dos equipamentos *offshore* (plataformas, navios especializados e barcos de apoio), principal êmulo do setor na atualidade.

A parte final do artigo enfoca as questões de competitividade e de sustentabilidade do setor, analisando a demanda futura de petróleo, sua cadeia produtiva e os desafios que serão enfrentados em termos de tecnologia e de recursos humanos para fazer frente a tal empreitada.

Lia Hascenclever (UFRJ) e Júlia Paranhos (UFRJ) abordaram o complexo da economia da saúde fluminense e, no subtítulo, levantam uma questão: uma oportunidade de ampliar o desenvolvimento do estado? O trabalho aborda os dois sistemas que compõem o que as autoras chamam de "complexo da economia da saúde": o sistema de saúde (público e privado) e o de produção e inovação de insumos (bens e serviços), que provê os suprimentos (equipamentos e medicamentos) para o seu funcionamento. É por conta dessa interação que Lia e Júlia vislumbram as condições para o desenvolvimento do RJ. Para essa análise elas trabalharam com um panorama de oferta e demanda para esses dois sistemas que estão interligados, no caso da saúde, por meio das demandas por medicamentos e equipamentos e, no caso dos insumos, pela da oferta de medicamentos e equipamentos e da pesquisa biomédica, que orienta as decisões no campo da saúde, tanto na indústria farmacêutica e de equipamentos médicos quanto no provimento desses insumos para o sistema como um todo (os setores atacadista e varejista e de prestação de serviços especializados). As relações entre as compras públicas feitas pela Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro e o mercado dão a escala econômica do complexo. As despesas com a saúde são a variável *proxy* para monitorar o desenvolvimento dessa inter-relação. Foram também verificados os papéis dos principais atores do complexo: paciente, médico, profissionais auxiliares, seguradoras e prestadoras de serviços. No caso dos insumos, além dos atores já conhecidos, ainda tomam parte a indústria farmacêutica e de equipamentos e seus intermediários (atacadistas e varejistas e representantes comerciais e prestadores de serviços), sendo que o sistema público cobre todas essas inter-relações, ordenando e gerindo a maior parte dessa economia. O artigo detalha diversas políticas organizadas pelo Estado, mostrando as possibilidades de investimento, geração de renda e de empregos nos dois sistemas abordados.

O capítulo trabalhado por Jorge Britto (UFF), José Eduardo Cassiolato (UFRJ) e Israel Sanches Marcelino (UFRJ) objetiva estudar o processo de inovação industrial no RJ por meio da avaliação de uma pesquisa realizada pelo IBGE. A PINTEC – IBGE levanta os principais fatores de inovação industrial brasileira em termos regionais e cobre um horizonte temporal entre 1998 e 2011. Essa avaliação se tornou muito importante para o RJ em função do esforço tecnológico investido na exploração *offshore* de petróleo e gás. O trabalho enfatiza também as relações entre o sistema educacional oficial e de treinamento, com as empresas que possuem uma estrutura de pesquisa e desenvolvimento, relação essa garantidora dos coeficientes de inovação industrial no estado.

Turismo e Sustentabilidade: contexto, obstáculos e potencialidades é o título do trabalho de Renata Lèbre La Rovere (UFRJ), Marta de Azevedo Irving (UFRJ) e Marcelo Augusto Gurgel de Lima (UFRJ), que tenta contextualizar a problemática do turismo no RJ, levando em consideração a relação entre a atividade turística e a conservação física e cultural dos espaços definidos com atração turística. Desenvolveram as principais políticas públicas orientadas para a atividade turística e história o processo, enfatizando o período pós-Rio-92. Analisaram as principais atividades turísticas da cidade do Rio de Janeiro, evidenciando o contexto praia e os grandes eventos atratores do fluxo turístico e avaliando a participação econômica e trabalhista do setor. Apresentaram também um quadro regional do Estado em termos de turismo (cultural ou ambiental), explicando a regionalização feita pelo Plano Diretor de Turismo do RJ (2001) em sete regiões. Finalmente, apresentaram algumas conexões entre as potencialidades e os riscos inerentes ao gerenciamento da atividade turística do RJ.

Esporte e Lazer foi o tema desenvolvido por Luiz Martins de Melo (UFRJ) que cobre as relações entre os esportes (competitivos ou não) e a fruição de uma atividade que entrelaça vigor físico e o domínio de alguma técnica esportiva. Para o autor, as atividades físicas devem ser referenciadas a um direito da cidadania e é dever dos gestores públicos e privados dar condições para que essa atividade seja amplamente oferecida à sociedade. O artigo explica a cadeia

produtiva do esporte e define seus principais atores: os que praticam e os que gerenciam cada esporte de *per se* e os que apreciam (torcedores). Os valores financeiros envolvidos nos esportes são bastante significativos e empregam um considerável conjunto de pessoas entre assistentes, esportistas, pessoal auxiliar e gerência. O autor teceu algumas considerações sobre os megaeventos esportivos e relacionou algumas políticas públicas com eles. Copa do Mundo, Olimpíadas, Jogos Pan-americanos são eventos que envolvem prioritariamente o poder público e privado em função da infraestrutura urbana e logística que deve acompanhar essas realizações que comportam centenas de milhares de pessoas. No outro lado da moeda, estariam as atividades físicas que devem ser o objetivo da política pública para a sociedade como um todo, visando à saúde e o bem-estar. O exemplo das ciclovias, das praças de esporte e da manutenção da qualidade da água do mar são alguns exemplos bem característicos.

Paula Alexandra Nazareth e Marcos Ferreira da Silva (Tribunal de Contas do RJ) trataram das finanças públicas do Estado e municípios do RJ. Na parte introdutória do artigo, os autores já sinalizam, assim como no trabalho de Mansueto Almeida e Alexandre Manoel da coletânea "*Rio de Janeiro: um estado em transição*", as dificuldades em reduzir as disparidades financeiras do estado, em virtude da incapacidade do sistema fiscal brasileiro em tratar com igualdade os estados e municípios. Paula e Marcos analisaram, primeiramente, as receitas orçamentárias do Estado em 2012: tributárias, *royalties* do petróleo, transferências, operações de crédito e outras. Em seguida, detalharam as receitas tributárias (impostos e taxas cobrados de diversas maneiras) e as demais receitas, enfatizando os *royalties* e as transferências do governo federal ao RJ. Em seguida, foram analisadas as receitas do conjunto de municípios do RJ, também fazendo um detalhamento do mesmo modo do Estado, mas enfatizando o IPTU, imposto sobre a propriedade predial e territorial que é exclusivo do município. A segunda parte do trabalho foi dedicada à análise das despesas do Estado e, posteriormente, as dos municípios. No caso do Estado, elas estão divididas em dois grupos: as despesas correntes (salários e encargos sociais e juros da dívida) e as despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Houve também uma

análise das despesas por funções (previdência, educação, segurança, saúde etc.). No caso das despesas municipais, os autores regionalizaram o conjunto de municípios em nove regiões e concluíram o trabalho analisando também as principais funções do conjunto municipal. As principais conclusões do estudo mostraram uma forte dependência do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias), uma incerteza quanto ao futuro em termos da arrecadação dos *royalties* do petróleo e um alto percentual de despesa em salários e encargos sociais, sobrando pouco para as despesas de capital.

O tema logística foi tratado por Riley Rodrigues de Oliveira (UFRJ), que avaliou a malha rodoviária, a ferroviária, o sistema aeroviário e o portuário, que foi bem detalhado, dedicando a cada porto (tanto os em funcionamento, quanto os em construção e em projeto) uma análise de óbices e oportunidades. Finalizou com uma seção sobre a integração porto-ferrovia, analisando a cobertura, os elos faltantes e as possibilidades futuras.

Fernando Mac Dowell (PUC-RJ) analisou a logística da mobilidade urbana na cidade e na periferia da região metropolitana, historiando os principais sistemas modais e mostrando suas respectivas evoluções. Mostrou alguns exemplos de ampliação dos sistemas como no caso das barcas, da Supervia (ferrovia), do metrô e dos BRTs. Explicou que a adoção da Participação Público Privada (PPP) foi a melhor solução para o desenvolvimento da mobilidade urbana.

Por último, Silvia Ramos (UCAM) tratou da questão segurança pública, historiando a violência entre 1979 e 2009, analisando as estatísticas sobre homicídios e mostrado o acentuado crescimento das mortes violentas a partir dos anos 1990. A autora também mostra que parte considerável dessas mortes foi em ações policiais. Analisou também o crescimento do tráfico de drogas e sua correlação com os homicídios de jovens e o aparecimento das milícias, grupamento de policiais e civis que, aparentando ser uma força contra o tráfico nas favelas e bairros proletários, acabam por escravizar os moradores cobrando pedágio, controlando a venda de bujões de gás e de material de construção e o transporte de vans. Finalizou avaliando a criação

das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), sistema de alocação de policiais em locais específicos nas favelas e em bairros proletários, objetivando estar presente na comunidade e assim coibir as ações criminosas, tanto de bandidos quanto de policiais corruptos.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
ANO DE 2015

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

SESSÕES ORDINÁRIAS

Março
Ata de Abertura do Ano Social de 2015

Às quinze horas do dia 12 de março de 2015, realizou-se na sala Pedro Calmon, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária de abertura do ano social de 2015 do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do professor doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Professor doutor Roberto Schmidt de Almeida. Ao iniciar os trabalhos o residente chamou para compor a Mesa as seguintes autoridades, a primeira-secretária do IHGB professora Cybelle de Ipanema, o presidente do IHGV, arquiteto Olínio Paschoal Coelho e a professora doutora Neusa Fernandes, conferencista da sessão. Em seguida passou a palavra ao primeiro-secretário para a leitura das efemérides de Roberto Macedo referente ao dia 12 de março. Em seguida, fez uso da palavra para explanar as principais atividades do biênio que se encerrará em dezembro de 2015. Em seguida, passou a palavra à conferencista, professora doutora Neusa Fernandes, que expôs os mais recentes resultados das pesquisas sobre a Inquisição no Brasil Colonial, fruto de um sistemático cotejo documental dos arquivos brasileiros e portugueses, que já gerou alguns livros sobre o tema em várias escalas espaciais, como, por exemplo, o livro sobre a Inquisição em Minas Gerais, que foi relançado em nova edição e o próximo, a ser lançado ainda esse ano sobre a Inquisição no Brasil. Foi, primeiramente, apresentado um panorama geral da Inquisição e na Península Ibérica, com

maior detalhamento do caso português e sua atuação na colônia brasileira. Depois foram expostos alguns exemplos de processos inquisitoriais brasileiros que objetivavam judeus convertidos (cristãos-novos) e processos contra pessoas acusadas de bruxaria e de blasfêmias e de práticas sexuais consideradas heterodoxas pela Igreja Católica. Ao encerrar a sessão, o presidente convidou a todos para a confraternização no terraço, onde se deu o lançamento do livro sobre a Inquisição em Minas Gerais. E eu, Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Abril

Ata da Sessão Ordinária de 9 de abril de 2015

Às quinze horas do dia 9 de abril de 2015, realizou-se na sala CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do professor doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo primeiro-secretário professor doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema 40 anos da Fusão Guanabara /Rio de Janeiro. O presidente Paulo Knauss, ao abrir os trabalhos, explicou seu pedido de exoneração da Presidência do IHGRJ, por conta de sua nomeação para a direção do Museu Histórico Nacional e assegurou que a vice-presidente em exercício, professora doutora Ester Bertoletti, irá presidir o IHGRJ até o final do mandato em dezembro de 2015. Em seguida passou a palavra ao primeiro-secretário para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 9 de abril e para a leitura da ata da reunião de março. O presidente então passou a palavra aos conferencistas de tarde. A professora doutora Marieta de Moraes Ferreira, da UFRJ/FGV, apresentou o trabalho "O Novo Estado do Rio de Janeiro: Laboratório da Transição Política". A expositora lembrou a parca repercussão das comemorações desses 40 anos, principalmente quando confrontados com festejos dos 450 anos de fundação da cidade. Explicou que o presente trabalho foi fruto de uma série de entrevistas e de depoimentos realizados com os principais agentes do processo de fusão. Esse material está arquivado no CEPEDOC da FGV. As discussões de prós e contras ao processo foram compiladas e expostas pela professora, principalmente no contexto político-partidário do período (1975). As repercussões da transferência da capital do

Rio para Brasília em 1961 ainda estavam e evidência e forças políticas antagônicas ainda estavam testando seus esforços, principalmente o quadro clássico de Governo (Militar) x Oposição. Em seguida, o presidente passou a palavra ao segundo expositor, o economista Mauro Osório da UFRJ que destacou alguns mitos e versões que se criaram no processo de fusão. A primeira questão colocada foi "A fusão foi positiva? " Para o expositor, quando vista retrospectivamente, a mudança foi positiva, pois amalgamou uma metrópole a sua área metropolitana e a um interior estadual que sempre esteve alijado das forças políticas que o comandavam. Para Mauro Osório, o principal desafio de ontem e de hoje ainda é o processo de integração da área metropolitana do RJ, principalmente no que se refere a abastecimento e de água e tratamento de esgotos, além de problemas com o lixo, sistemas de saúde e transporte de massa. Ao encerrar a sessão, o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ em 2015, e convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu, Roberto Schmidt, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Maio

Ata da Sessão Ordinária de 21 de maio de 2015

Às quinze horas do dia 21 de maio de 2015, realizou-se na sala CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência da professora Esther Bertoletti e secretariado pelo primeiro-secretário professor doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema Fotografias do Rio de Janeiro com as pesquisadoras Maria Pace Chiavari e Maria Teresa Bandeira de Mello. Em seguida passou a palavra ao primeiro-secretário para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 21 de maio e para a leitura da ata da reunião de abril. A presidente então passou a palavra aos conferencistas de tarde. A pesquisadora doutora Maria Pace Chiavari apresentou uma síntese de seu trabalho de doutoramento na UFRJ que explica o papel da fotografia na apresentação dos processos de urbanização do centro do Rio de Janeiro entre 1906 e 1922, analisando três álbuns oficiais que foram elaborados pelas instâncias governamentais (Governo Federal e Prefeitura do Distrito Federal) sob a contratação de serviços fotográficos dos fotógrafos Marc Ferrez (1909), L. Musso (1910) e Augusto Malta, Hubert Baer, S. Hygas e

outros (1922). A pesquisadora analisou diversos aspectos do relacionamento entre a fotografia e o urbanismo, a engenharia e arquitetura, expondo as fotos de avenidas e prédios de referência nos três períodos estudados. Em seguida, a presidente passou a palavra a segunda expositora, Maria Teresa Bandeira de Mello, que descreveu o processo de construção do novo porto do Rio de Janeiro, a partir do álbum "Álbum das Obras do Porto do Rio de Janeiro" encomendado pelo Ministério de Viação e Obras Públicas à Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais em 1913. A expositora, em paralelo com as fotografias do álbum, expôs as principais fases do projeto, finalizando com a primeira atracação de um transatlântico no novo porto. Ao encerrar a sessão, a presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ em 2015, e convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu, Roberto Schmidt, lavrei essa Ata que assino com a presidente.

Junho
Ata da Sessão Ordinária de 11 de junho de 2015

A sessão iniciou-se com a apresentação pessoal da segunda-secretária Miridan Falci, informando da sua atuação na sessão em razão da ausência da sra. presidente em exercício Esther Bertoletti.

Foi lida a Ata da sessão anterior pelo primeiro-secretário Roberto Schmidt de Almeida, aprovada sem contestação, e também lidas as Efemérides Cariocas e Fluminenses pelo primeiro-secretário.

Seguiu-se a sessão com a participação de dois palestrantes.

O primeiro a falar foi o sócio Roberto Guião, com o tema "Similitude da arquitetura no vale do Paraíba". Agradecendo o convite, lembra inicialmente as pesquisas do sócio Fernando Tasso Fragoso.

Fala sobre Criciúma de 1872, de Florença da mesma data e de Itapema de 1860.

Lembra que a similitude tem sido apresentada como construções de parentes ou de casas próximas cujo projeto arquitetônico teria sido copiado ou seguido pelos amigos ou parentes, mas lembra da similitude das plantas das casas da Sta. Luzia, de Nogueira da Gama

e da Conceição do Rosário, pertencentes a famílias diferentes e cujas casas ficam muito distantes.

Dedica-se à análise de duas fazendas: Paraizo e Secretário.

Destaca as seguintes similitudes:

a) Padrão de necessidade: ambas possuem a área de receber (parentes ou para tratamento de assuntos econômicos), a área íntima, a área de serviço;

b) Possuem dois pavimentos todos habitáveis, escadas internas de madeira e construção excepcionais, pinturas nas paredes feitas sob encomenda de pintor reconhecido como o Vilaronga, escadas soltas no pátio, acesso frontal com escadaria ou degraus em pedra, estátuas acompanhando a entrada. (na Paraízo dentro e em Secretário do lado de fora).

c) A disposição se dá da seguinte maneira: no primeiro andar salões, alcovas, capela, corredor ligando as partes (Paraízo), sendo que Paraízo possui 10 alcovas e 65 cômodos e Secretário 4 cômodos.

d) Explicou sobre a função das alcovas – (alojamento das filhas solteiras ou de uma pessoa adoentada ou a mulher que acabou de parir). Lembrou que essas fazendas eram, ao mesmo tempo, produtoras de café, mas também moradia do dono, produtor.

e) A Secretário pertence a Marta Ribeiro de Brito, que a restaurou, principalmente a capela, e Paraízo só pertenceu a três famílias –ali morando por mais de 50 anos os proprietários, embora pertencendo por 14 anos ao Banco Aliança. É toda original e autêntica.

f) Áreas: 2.150 m^2 (Paraizo) e 1.346 m^2 (Secretário)

g) Lembrou que a fazenda Secretário foi do avô de Eufrásia Teixeira Leite (esta conhecida como Eufrazinha), o barão do Campo Belo, Laureano Correa e Castro, que para lá mudou-se em 1844 com sua esposa, Eufrásia. Laureano foi um grande produtor de café e, juntamente com os Teixeira Leite emancipou o município de Vassouras.

Segue-se, em seguida, a fala de Nilson Solem sobre Barra Mansa.

Patrimônio urbano remanescente do século XX.

A fala foi totalmente coberta com belíssimas fotos sobre o acervo arquitetônico existente em Barra Mansa e antigas fotos dos prédios que já foram demolidos. Foi um reviver de uma cidade que possuiu uma importante arquitetura urbana e que a " modernidade" demoliu. Inicia pela foto de 1922 com a ponte sobre o Rio Paraíba do Sul e ainda as fábricas antigas, o teatro Éden, as avenidas antigas, o Hotel Careca do Barão de Guapi, com pinturas de Vilaronga, e mostrando que tudo está demolido.

Importantes fotos apresentadas foram: o casarão Fagundes Varela de 1855, depois Fórum também hoje demolido em 1980, e a fazenda da Posse de 1800 onde havia Engenho, demolida em 1980 e 1990, a Igreja Matriz de São Sebastião, o Clube Municipal do major José Bento, a Estação Ferroviária Barra Mansa de 1881, o incêndio na Estação e a foto atual da Estação, finalizando com o prédio da Prefeitura, o palácio do barão de Guapi e quadros a óleo retratando os palacetes.

Foi aberta a sessão para o debate, onde se apresentam Marco, Tasso Fragoso, Armando Azevedo e Paulo Knauss; todas elogiando e acrescentando alguns detalhes sobre a belíssima sessão.

Encerrando a sessão, a presidente agradeceu a presença de todos e convidou para a confraternização do terraço com o cafezinho histórico. E eu, Miridan Britto Falci, lavrei essa ata, que assino com a presidente.

Julho

Ata da Sessão Ordinária de 9 de julho de 2015

Às quinze horas do dia 9 de julho de 2015, realizou-se na sala CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do pesquisador Roberto Guião de Souza Lima, em virtude da ausência da presidente em exercício professora Esther Bertoletti, e secretariado pelo primeiro-secretário professor doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema "História do Teatro no Rio de Janeiro". Em seguida, passou a palavra ao primeiro-secretário para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo

referentes ao dia 9 de julho. O presidente então passou a palavra aos conferencistas de tarde. O historiador Antônio Herculano explanou o trabalho "Martins Pena entre a nação e o Ocidente", tratando da vida profissional do crítico e teatrólogo Martins Pena, enfatizando seu trabalho como crítico das artes líricas no Rio de Janeiro, exemplificando casos curiosos ocorridos em sua vida profissional. Em seguida, o nosso confrade, jornalista e professor de teatro Marco Santos, explanou as carreiras profissionais de dois grandes atores e donos de companhias teatrais: "Brandão o Popularíssimo e Procópio Ferreira", que atuaram entre o final do século XIX e início do XX. Da mesma forma, Marco Santos exemplificou casos curiosos sobre as vidas profissionais desses dois atores que foram referências importantes na história do teatro no Rio de Janeiro e no Brasil. Ao encerrar a sessão, o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ em 2015, e convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu, Roberto Schmidt, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Setembro

Ata da Sessão Ordinária de 17 de setembro de 2015.

Às quinze horas do dia 17 de setembro de 2015, realizou-se na sala CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência da professora doutora Esther Bertoletti, presidente em exercício do IHGRJ, e secretariada pela segunda-secretária professora doutora Miridan Britto Falci, em virtude da ausência do primeiro-secretário por motivo de cirurgia. Na abertura, a presidente passou a palavra à secretária para leitura das Efemérides Cariocas, de Roberto Macedo, referente ao dia, e em seguida dedicou à sessão ao pronto restabelecimento de saúde do sócio e primeiro-secretário do IHGRJ, professor doutor Roberto Schmidt. Sua ausência também justificou a falta da leitura da ata da sessão anterior de 13 de agosto de 2015. Dando prosseguimento aos trabalhos, a presidente destacou que a nova seção seria dedicada ao estudo e pesquisa do tema "Rio de Janeiro: Corte e Província", com a participação da sócia do IHGRJ professora doutora Lucia Silva e a professora doutora Fania Fridman, do IPPUR-UFRJ. Assim, foi dada a palavra à primeira palestrante, professora Lucia Silva, que apresentou estudo intitulado "Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: um capítulo da história da Baixada

Fluminense", esclarecendo que pretendia tratar de um recorte de seu projeto de pesquisa atual e agradeceu a presença de colegas docentes da região da Baixada Fluminense que vieram prestigiar a sessão. Em sua apresentação, caracterizou que a área da antiga freguesia de Jacutinga correspondia a uma área do antigo município de Iguaçu, no século XIX, onde se localizava a antiga fazenda de Maxambomba, onde se estabeleceu o novo núcleo urbano que deu origem a atual Nova Iguaçu. No entanto, a área da antiga freguesia não corresponde ao território do atual município. Sua área hoje se distribui entre outros municípios. Com mapas de época e conjecturais procurou apresentar a delimitação do território da freguesia. Salientou que o nome se relaciona à presença antiga originária e a existência comum de uma ave típica. A antiga população tupinambá teria sido dizimada no processo conquistador na época do governo Mem de Sá. A relação de bens do Marquês de Lavradio é outra fonte de época importante para se conhecer as fazendas da região. Em seguida, a presidente passou a palavra à pesquisadora Nilma Accioli, que tratou da obra de José Gonçalves da Silva sobre o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio e exemplificou com um vídeo sobre família de antigas proprietárias e produtoras rurais que foram destituídas de suas posses, mas conseguiram recuperar parte de suas terras com a ajuda de moradores e advogados. Ao encerrar a sessão, a presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ em 2013, e convidou a todos para a confraternização no terraço e para o lançamento do livro de Nilma Accioli sobre o tema apresentado. E eu, Miridan Britto Falci, lavrei essa Ata que assino com a presidente.

Dezembro

Ata da Assembleia Geral de Eleição de Diretoria, Conselho Fiscal e Comissões Especiais de 10 de dezembro de 2015

Às quatorze horas do dia 10 de dezembro de 2015 (em segunda convocação), realizou-se na Sala Cephas, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, situado à Avenida Augusto Severo, 8, 12º andar, Glória, Rio de Janeiro, a Assembleia Geral de Eleição de Diretoria, Conselho Fiscal e Comissões Especiais (biênio 2016-2017) do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sob a presidência da presidente em exercício Esther Bertoletti e secretariado pelo primeiro-secretário Roberto Schmidt de Almeida. Na abertura, a pre-

sidente leu a composição da única Chapa apresentada em 16 de novembro de 2015. Diretoria Executiva: presidente – Neusa Fernandes, vice-Presidente – Miridan Britto Falci, primeira-secretário – Marco Aurélio Santos, segundo-secretário – Nelson de Castro Senra, primeiro-tesoureiro – Roberto Schmidt de Almeida, segundo-tesoureiro – Carlos Whers; Conselho Fiscal: Eliana Rezende Furtado de Mendonça, Lucia Helena Pereira da Silva, Fernando Tasso Fragoso Pires, Suplentes: Mary Lucy Murray Del Priore, Salvador Mata e Silva; Alex Nicolaeff; Comissões Especiais: Admissão e Exclusão de Sócios: Lucia Maria Paschoal Guimarães, Cybelle de Ipanema, Victorino Coutinho Chermont de Miranda; História, Geografia e Cartografia: Arno Wehling, Maria de Lourdes Viana Lyra, Roberto Guião de Sousa Lima; Ciências Auxiliares da História: Ângela de Azevedo Balousier Ancora da Luz, Ondemar Ferreira Dias Junior, Vera Lucia Botrel Tostes; Redação da Revista: Miridan Britto Falci, Olínio Paschoal Coelho, Rogéria de Ipanema. A cédula de voto foi distribuída pelos 15 sócios presentes, conforme as assinaturas do Livro de Presença para serem depositadas dobradas dentro da urna. A seguir o presidente convocou os sócios Marco Santos e Nelson Senra para o escrutínio dos votos, confirmando mais uma vez o número de cédulas (15), onde a Chapa única foi vencedora por unanimidade. Assim, a presidente declarou eleita a Nova Diretoria, Conselho Fiscal e Comissões Especiais (biênio 2016-2017). Os eleitos declaram não haver impedimento legal para exercerem a administração. A presidente em exercício, em nome do ex-presidente Paulo Knauss de Mendonça, agradeceu as contribuições de todos durante o biênio que se encerrou e convidou a todos para a segunda Assembleia que julgará as candidaturas dos novos sócios do IHGRJ a serem empossados durante o ano de 2016. Informou e convidou ainda para Sessão Magna Comemorativa dos 57 anos do IHGRJ a se realizar nesta mesma sala da Cephas as 17:00h. Eu, Roberto Schmidt de Almeida, lavrei esta Ata que assino com a presidente.

Ata da Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2015

Às quinze horas do dia 10 de novembro de 2015, realizou-se na sala CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência da professora Esther Bertoletti e secretariado pelo primeiro-secretário professor Doutor Roberto Schmidt de

Almeida para tratar do tema Personalidades do Rio de Janeiro com o pesquisador musical Orlando de Barros – historiador da UERJ. Primeiramente a presidente passou a palavra ao primeiro-secretário para a leitura das Efemérides Cariocas de Roberto Macedo referentes a 10 de novembro. Em seguida apresentou o expositor e logo passou a palavra a Orlando de Barros, que explicou seu projeto de trabalho: a elaboração de um arquivo de informações sobre a cultura musical do Rio de Janeiro. Aproveitando a data do centenário de nascimento de Orlando Silva, o pesquisador analisou diversos aspectos da vida e da obra do cantor, mais conhecido como o "Cantor das Multidões". Apresentou vários trechos de suas principais canções e relatou sua ascensão e posterior declínio de sua carreira, em virtude do vício da bebida. Fez várias comparações com outros cantores da época, relacionando o ambiente cultural dos anos 40 e 50 no Rio de Janeiro, as principais emissoras de rádio e o início incipiente da TV. Ao encerrar a sessão a presidente agradeceu a presença de todos e convidou para a confraternização no terraço. E eu, Roberto Schmidt, lavrei essa Ata que assino com a presidente.

Ata da Assembleia Geral Ordinária para Julgamento de Candidaturas a Sócios do IHGRJ

Às 15:30 horas do dia 10 de dezembro de 2015, em segunda convocação, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária para julgamento das 16 candidaturas a sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, após terem sido, cada um, propostos por um sócio efetivo e corroborados pelas assinaturas de 10 (dez) outros e devidamente aprovados pela comissão de Admissão e Exclusão de Sócios do IHGRJ do biênio 2014-2015: Lucia Maria Paschoal Guimarães, José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros e Victorino Chermont de Miranda. As cédulas com a lista dos candidatos foram distribuídas pelos 15 (quinze) sócios presentes, que aprovavam ou não cada candidatura ou todo o conjunto. A presidente em exercício designou os sócios Nelson Senra e Marco Santos para o escrutínio e, após a contagem, declarou aprovados os seguintes candidatos:

1 *Ana Maria da Silva Moura* – Historiadora da Universidade Severino Sombra, Vassouras
2 *Ana Maria Ribeiro de Andrade* – Historiadora do MAST

3 *Arthur Sofiati* – Historiador da UFF, Campos dos Goitacazes
4 *Beatriz Kushnir* – Historiadora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
5 *Cinara Jorge* – Historiadora autônoma em Três Rios
6 *Fania Fridman* – Historiadora da FAU/UFRJ
7 *Fátima Argon* – Historiadora do Museu Imperial, Petrópolis
8 *Guilherme das Neves* – Historiador da UFF
9 *Hildete Pereira de Melo* – Economista da UFF
10 *Ismênia de Lima* – Historiadora da UFF
11 *Júlio Bandeira Marques Ferreira* – Historiador do Iphan
12 *Marcos Cotrim* – Historiador da ARH
13 *Margareth da Silva* – Arquiteta/Historiadora da FAU-UFRJ
14 *Marieta de Moraes Ferreira* – Historiadora da FGV/UFRJ
15 *Roselene Martins* – Historiadora do IHGV
16 *Vera Lúcia Cabana* – Historiadora do IHGB

A presidente em exercício encerrou a assembleia explicando que os novos sócios serão empossados ao longo do ano de 2016 e 2017 e reiterou o convite a todos para a Sessão Magna de encerramento do ano de 2015, às 17:00 nesta mesma sala da Cephas. Eu, Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa ata que assino com a presidente em exercício.

Ata da Sessão Magna comemorativa dos 57 anos do IHGRJ

Realizou-se no dia 10 de dezembro ente 17 e 18 horas, na sala da Cephas, a Sessão comemorativa dos 57 anos de atividades do IHGRJ.

Foi assentado, entre os presentes, uma pequena sessão de congraçamento pelas excelentes atividades culturais desenvolvidas no ano de 2015 e, principalmente, pela feliz realização da eleição de novos sócios que preencherão os quadros vagos da instituição. O ex-presidente Paulo Knauss que deixava, na ocasião, o Instituto, por sua nova atividade cultural como diretor do Museu Histórico Nacional, convidou o professor titular Orlando Barros, da UERJ, que apresentou excelente palestra acompanhada de material audiovisual sobre o can-

tor Orlando Silva. Ao final, os presentes se congratularam, parabenizando as atividades do ano e aguardando os novos trabalhos do IHGRJ no ano de 2016. E eu, Miridan Britto Falci, segunda-secretária, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo presidente.

PROGRAMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Abril

Ata da Assembleia Geral Ordinária para apreciação do Balanço e das Demonstrações Financeiras do IHGRJ referentes ao Exercício de 2014, encerrado em 31.12.2014.

Aos 30 dias do mês de abril de 2015, às 14 horas, em segunda e última convocação, reuniram-se os sócios efetivos e beneméritos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro em Assembleia Geral Ordinária para deliberarem sobre a seguinte pauta:

– Apreciação do Balanço e das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2014, encerrado em 31.12.2014.

A senhora presidente do IHGRJ em exercício, professora doutora Esther Caldas Bertoletti, abriu a Assembleia convidando o sócio efetivo Roberto Guião de Souza Lima, na qualidade de membro e representante do Conselho Fiscal (CF) do IHGRJ, para comentar o Balanço e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, bem como para apresentar o Parecer do CF sobre as referidas peças contábeis, registrando que o CF é composto por ele e pelas confreiras Eliana Rezende Furtado de Mendonça e Lucia Helena Pereira da Silva. Após rápida explanação sobre os números contábeis/financeiros do exercício de 2014, foi comentado o Parecer do CF que ressalva não estarem contempladas no Balanço e nas Demonstrações Financeiras em 31.12.2014, as despesas com serviços contábeis e assessoria financeira/administrativa no valor de R$ 7.770,00 e o saldo em aberto de R$ 7.158,60 aportados pelo diretor e primero-secretário, já incluídos nos mencionados valores as despesas e os aportes de exercícios anteriores, conforme ressalva do Conselho Fiscal no Parecer referente ao exercício encerrado em 31.12.2013, datado de 24 de abril de 2014. Os aspectos ressalvados pelo CF têm sua origem na insuficiência de caixa do IGHRJ – que é baseada na receita de anuidades –, gerando dívidas referentes a despesas não pagas além da necessidade de re-

cursos complementares por parte de membros da Diretoria. Informou ainda que a expectativa é que os valores mencionados sejam liquidados à medida que o IHGRJ tenha suficientes recursos financeiros. O Conselho Fiscal recomendou, ainda, como detalhado no mencionado Parecer, que sejam levantados, valorados e contabilizados os bens do IHGRJ como "Ativos Permanentes" bem como sejam mantidos permanentemente atualizados os registros dos livros e periódicos, respectivamente 629 e 179, que compõem a Biblioteca da Instituição. Após as explicações do representante do CF e as complementações ao tema feitas pela presidenta, o Balanço e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, encerrado em 31.12.2014, foram aprovados por unanimidade. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente agradeceu aos presentes e convidou a todos a assistirem a sessão temática de 11 de junho p.v. que tratará do tema "Arquitetura do Café no Vale do Paraíba Fluminense". Eu, Roberto Schmidt de Almeida, diretor e primeiro-secretário, lavrei a presente ata que assino com a presidente do IHGRJ e com o representante do Conselho Fiscal da Instituição.

Esther Caldas Bertoletti

Roberto Schmidt de Almeida

Roberto Guião de Souza Lima

São anexos da presente Ata: O "Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras" e o "Parecer do Conselho Fiscal", do IHGRJ, ambos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Parecer do Conselho Fiscal sobre o balanço financeiro e patrimonial do IHGRJ no ano de 2014

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015

PARECER

O Conselho Fiscal (CF) do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro examinou o Livro Diário nº 17, o Livro Razão nº 17 e o Balanço Patrimonial relativo ao período de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, sendo de parecer que está traduzida com

fidelidade a situação patrimonial desta entidade no período em apreço, exceto o registrado na ressalva e na recomendação a seguir:

Ressalva:

Não estão contempladas nas demonstrações financeiras de 31.12.2014:

(a). As despesas com os serviços contábeis e de assessoria financeira e administrativa no valor de R$7.770,00, já incluído neste valor os R$2.590,00 apurados como despesas não pagas e registradas no Parecer do CF de 24.04.2014, referente ao exercício encerrado em 31.12.2013.

(b) O saldo em aberto no valor de R$7.158,60 referentes a aportes feitos no exercício pelo primeiro-secretário para cobrir despesas operacionais, já incluído neste valor os R$4.500,00 a ele devidos e registrado no Parecer do CF de 24.4.2014, referente ao exercício encerrado em 31.12.2013.

Recomendação:

Nos termos do Capítulo V "do Patrimônio" e em atendimento ao disposto no Art. 17 do Estatuto do IHGRJ, o CF recomenda que seja feito um levantamento físico de: (i) todos os equipamentos eletrônicos (computador, impressora, HD externo, projetor etc.); (ii) outros equipamentos e/ou bens físicos como: móveis, mapotecas e arquivos; (iii) livros que compõem a Biblioteca da Instituição; (iv) livros em estoque e que, eventualmente, podem ser comercializados; (v) coleções iconográficas, manuscritos e quaisquer outras peças de valor histórico de modo a permitir que estes bens sejam valorados e contabilizados como "Ativos Permanentes" do IHGRJ, a partir das contrapartidas que a eles deram origem como compras e/ou doações. Em relação à Biblioteca, a listagem produzida no recente levantamento e catalogação que totalizou 629 livros e 179 periódicos deve ser considerada como suporte analítico ao registro contábil e como tal deverá contemplar todas as inclusões, modificações e/ou exclusões que acontecerem após a incorporação ora recomendada.

Eliana Rezende Furtado de Mendonça

Lucia Helena Pereira da Silva

Roberto Guião de Souza Lima

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Edição da Revista do IHGRJ, ano 21, nº 21 de 2014 (ISSN 1519 5678)

No dia 9 de julho de 2015 foi distribuída a Revista do IHGRJ referente ao ano 21, nº 21 de 2014. O sumário destacou, além da apresentação dos Editores, 12 artigos de autoria de Vasco Mariz, Maria Beltrão, Ângela Ancora da Luz, Nilma Teixeira Accioli, Fernando Antônio Ielpo Jannuzzi júnior, Cinara Jorge, Vera Lucia Cabana Andrade, Karolina Carula, Ana Maria Ribeiro de Andrade & Marta de Almeida, Andrea Casa Nova Maia, Neusa Fernandes, Salvador Mata e Silva. Uma saudação a nova sócia, professora doutora Mary Del Priore feita pela professora Cybelle de Ipanema e respectivo discurso de posse pela homenageada Mary Del Priore. Uma homenagem a Joaquim Manoel de Macedo. A revista também publicou o discurso de posse do presidente do IHGRJ Paulo Knauss de Mendonça, sobre a Historiografia Fluminense além do relatório de atividades do ano anterior, a relação do quadro social e de seus fundadores.

NOTAS DE FALECIMENTO

Felizmente, em 2015, não tivemos falecimento de sócios.

Roberto Schmidt de Almeida
Primeiro-Secretário
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
(Biênio 2013-2014)

Miridan Britto Falci
Segunda-Secretária
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
(Biênio 2013-2014)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

QUADRO SOCIAL

1º de janeiro de 2015

SÓCIOS EFETIVOS (por ordem alfanumérica)

		Patronos
1	Alex Nicolaeff	23
2	Angela Ancora da Luz	12
3	Arno Wehling	48
4	Christóvão Dias de Ávila Pires Jr.	37
5	Cláudio Moreira Bento	13
6	Eliana Rezende Furtado de Mendonça	14
7	Esther Caldas Bertoletti	45
8	Fernando Tasso Fragoso Pires	18
9	Francisco de Vasconcellos	44
10	Guilherme de Andréa Frota	20
11	Jaime Antunes da Silva	21
12	João Maurício de Araújo Pinho	49
13	José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros	7
14	Lucia Helena Pereira da Silva	22
15	Lucia Maria Paschoal Guimarães	24
16	Marco Aurélio Martins Santos	36
17	Marcus Antônio Monteiro Nogueira	35
18	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	47
19	Maria de Lourdes Viana Lyra	30
20	Mary Lucy Murray del Priore	25
21	Nelson de Castro Senra	38
22	Neusa Fernandes	6
23	Ney Oscar Ribeiro de Carvalho	11
24	Olinio Gomes Paschoal Coelho	32

25	Ondemar Ferreira Dias Júnior	17
26	Paulo Knauss de Mendonça	5
27	Rachel Esther Figner Sisson	16
28	Roberto Guião de Souza Lima	9
29	Roberto Schmidt de Almeida	28
30	Rogéria Moreira de Ipanema	10
31	Salvador Mata e Silva	39
32	Stelio Emmanuel de Alencar Roxo	29
33	Stella Leonardos	26
34	Surama Conde Sá Pinto	8
35	Vera Lúcia Bottrel Tostes	1
36	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	2

CADEIRAS E PATRONOS (por ordem numérica)

Cadeiras

1 Júlio Afrânio Peixoto
2 Alberto Frederico de Morais Lamego
3 Manuel Tomás Alves Nogueira
4 José de Anchieta
5 Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo
6 Ariosto Espinheira
7 Baltazar da Silva Lisboa
8 José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco
9 José Barbosa Rodrigues
10 Basílio de Magalhães
11 Batista Caetano de Almeida Nogueira
12 Benevenuto Berna
13 João Capistrano de Abreu
14 João da Costa Ferreira
15 D. Pedro II
16 Luís Gastão d'Escrangnolle Dória
17 Everardo Bachheuser
18 Augusto Fausto de Souza
19 Felisbello Firmo de Oliveira Freire
20 Frei José Mariano da Conceição Veloso
21 Frei Vicente do Salvador

22 Frederico Hermeto Pereira Lima
23 Cónego Januário da Cunha Barbosa
24 João Batista Ribeiro de Andrade
25 Joaquim Manuel de Macedo
26 Joaquim Norberto de Souza Silva
27 José Cândido Guilhobel
28 Luís Gonçalves dos Santos
29 Armando Magalhães Correia
30 Max Fleiuss
31 Alexandre José de Melo Morais
32 Alexandre José de Melo Morais Filho
33 Cândido Mendes de Almeida
34 Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo
35 Manuel Duarte Moreira de Azevedo
36 Alfredo Moreira Pinto
37 Manuel da Nóbrega
38 Francisco Agenor de Noronha Santos
39 Olavo Freire
40 Manuel de Oliveira Lima
41 Otelo de Souza
42 João Pandiá Calógeras
43 Benjamim Franklin de Ramiz Galvão
44 José Francisco da Rocha Pombo
45 Rodolfo Augusto Amorim Garcia
46 Edgar Roquette Pinto
47 Teodoro Fernandes Sampaio
48 Francisco Adolfo de Varnhagen, visc. de Porto Seguro
49 José Vieira Fazenda
50 Virgílio dos Reis Várzea

SÓCIOS BENEMÉRITOS

1 Carlos Wehrs
2 Cybelle Moreira de Ipanema
3 Miridan Britto Falci

SÓCIOS EMÉRITOS

1 Luiz de Castro Souza

SÓCIOS HONORÁRIOS

1 Guarany Nunes de Carvalho

SÓCIOS CORRESPONDENTES BRASILEIROS
(por unidade da federação)

ALAGOAS (IHGAL)
1 Jayme Lustosa de Altavila

AMAZONAS (IGHA)
2 José Geraldo Xavier dos Anjos

BAHIA (IGHB)
3 Consuelo Pondé de Sena

CEARÁ (Instituto do Ceará)
4 José Augusto Bezerra

DISTRITO FEDERAL (IHGDF)
5 Adirson Vasconcelos
6 Affonso Heliodoro dos Santos

ESPÍRITO SANTO (IHGES)
7 Gabriel Augusto de Mello Bittencourt
8 Getúlio Marcos Pereira Neves

GOIÁS (IHGG)
9 Aidenor Aires
10 José Mendonça Teles

MARANHÃO (IHGM)
11 Telma Bonifácio Reinaldo dos Santos

MINAS GERAIS (IHGMG)
12 Francisco Augusto Xavier Brandão
13 Celso Falabella Figueiredo Castro

PARANÁ (IHGPR)
14 Ernani Costa Straube

PERNAMBUCO (IAHGP)

15 George Félix Cabral de Souza
16 Reinaldo José carneiro Leão

Piauí

17 José Elmar de Mello Carvalho

RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN)

18 Jurandyr Navarro da Costa

RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS)

19 Luis Alberto Cibilis
20 Miguel Frederico do Espírito Santo

SÃO PAULO (IHGSP)

21 Adilson Cezar
22 Geraldo Barbosa Tomanik
23 Hernâni Donato
24 Nelly Martins Ferreira Candeias

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

ITÁLIA

1 Giulio Sanmartini

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS
(por unidade da federação)

1 Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)
2 Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)
3 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
4 Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
5 Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
6 Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)
7 Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
8 Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
9 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
10 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS)
11 Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
12 Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
13 Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
14 Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)

15 Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
16 Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
17 Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
18 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
19 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)
20 Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO)
21 Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
22 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
23 Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

FUNDADORES

Afonso Várzea

"Almirante" (Henrique Foreis Domingues)

Antonio Carneiro Leão

Ariosto Berna

Augusto Maurício Queirós Ferreira

Douglas Sidney Amora Levier

Eduardo Tourinho

João Batista de Matos

Manuel Paulo Teles de Matos Filho

Mário da Veiga Cabral

Nelson Costa

Odorico Pires Pinto

Pedro Calmon Monis de Bittencourt

Sílvio Salema Garção Ribeiro

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os textos deverão ser entregues em uma cópia impressa em formato A4, no endereço do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e em um arquivo pelo e-mail: ihgrj@ihgrj.org.br.
2. Os arquivos devem ser salvos na extensão "doc" ou "rtf", digitados em programa de editor de texto no padrão Microsoft Office Word, edição 98 ou superior.
3. Utilizar a Fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e alinhamento justificado.
4. Os textos devem conter no máximo 15 (quinze) laudas (ou até 35.000 caracteres com espaços).
5. Os textos devem começar na altura da 8ª linha da página depois da linha do autor, de forma contínua, sem pular nenhuma linha e não deverão conter tabulação, colunas e separação de sílabas hifenizadas.
6. Somente os parágrafos devem iniciar-se com 1,5 cm de recuo.
7. Margens: superior 3 cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm e direita 2 cm.
8. As páginas devem ser numeradas, com exceção da primeira, na margem superior direita.
9. O título do trabalho deve ser apresentado em letra maiúscula, negrito e centrado, na primeira linha da página. Quando houver subtítulo, este deve ser em letra minúscula, separado do título por dois pontos, (ex. TÍTULO: subtítulo)
10. A autoria deve vir abaixo do título, em itálico, separado por uma linha em branco, alinhado pela direita e acompanhado da nota de rodapé – número 1 (um). Nesta nota, deve conter a titulação máxima do autor, mais 1 (uma) informação sobre o cargo ou função que exerça em uma instituição em que trabalhe ou a que pertença. Se o autor for sócio do IHGRJ, incluir ainda no fim, antecedido por vírgula, a categoria: Sócio Efetivo, Emérito, Correspondente... do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.
11. As notas devem vir no rodapé, na fonte Times New Roman, em corpo 10 e espaçamento simples. Devem ter apenas o caráter explicativo/complementar e ser numeradas em algarismos arábicos sequenciais. (Ex.: 1,2, 3 etc.)

12. Evitar palavras, expressões ou frases em itálico, negrito ou sublinhado.
13. As palavras estrangeiras devem vir obrigatoriamente em itálico.
14. Caso o trabalho contenha imagens, estas deverão ser escaneadas em 300 "dpi" no formato TIF ou JPG, dimensionadas no formato aproximadamente, de no máximo 8 x 8 cm, contendo legenda e fonte, e na quantidade máxima de 5 (cinco) imagens, inseridas no próprio documento, na posição correta, como também reunidas em arquivo separado.
15. As tabelas devem ser digitadas seguindo a formatação padrão de tabela do programa editor de texto.
16. As citações até 3 (três) linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses, o último sobrenome do autor em letras maiúsculas, o ano de publicação e o número da página ou das páginas, antecedido da letra p. : (SOBRENOME, ano: p. número da página).
17. As citações a partir de 4 (quatro) linhas devem estar em fonte Times New Roman, corpo 10, itálico, espaço simples, com recuo esquerdo de 4 cm. As referências das mesmas devem constar no final do texto recuado, entre parênteses, como no exemplo acima.
18. As Fontes e as Referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto, precedidas da palavra correspondente em negrito (ex.: Fontes (em primeiro, quando houver, e Referências bibliográficas) e deverão respeitar as regras da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor, como nos exemplos:

. Livro no todo:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico: subtítulo em normal (quando houver). Cidade: Editora, ano.

Quando se tratar de segunda ou mais edições, referendar depois do título (ex.: 2 ed., 3 ed.).

. Capítulo em livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: Título da obra em itálico. Cidade: Editora, ano. p. .... - ..... .

. Artigo em revista:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título da revista. Cidade: Editora, a., v. , n. , p. ..... - ....., data/ano. (quando for o caso de trimestre ou bimestre, abreviar os meses (exemplo: jul./set. 2009.)

. Artigo em jornal:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do jornal. Cidade, nome do caderno ou coluna (quando houver), p. ... - ..., data. (exemplo: 5 jan. 2009).

19. Após as Referências bibliográficas, que encerram os textos, incluir, no alinhamento justificado, Resumo e Abstract ou Resumé ou Resumen com até 6 (seis) linhas cada, acompanhados de 3 (três) Palavras-chave e 3 (três) Keywords ou Mots-clés ou Palabras-clave respectivamente, separados por ponto e vírgula. Exemplo:

Resumo

(texto)
Palavras-chave: ..... ; ..... ;.....

Abstract ou Resumé ou Resumen
(texto)
Keywords ou mots-clés ou palabras-clave: ..... ; ..... ;.....

O Conselho Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos que não atendam às normas estabelecidas ou que não correspondam aos objetivos e interesses da Revista.

Os trabalhos não aceitos pelo Conselho Editorial deverão ser retirados na Instituição com agendamento prévio pelo e-mail: ihgrj@ ihgrj.org.br

Os textos devem ser entregues ou remetidos para:

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
Miridan Britto Falci (Editora)
Av. Augusto Severo, n. 8 – 12° andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ

Visite a nossa página: www.ihgrj.org.br

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

Capa: Rogéria de Ipanema
Diagramação: Leandro S. Lima

NOVA
Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A impressão da nova fase da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* é realizada pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, uma parceria iniciada pela publicação do número 17, do ano de 2010.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 22, número 22, 2015

Textos de:

Adriana Branco Correa Souto

Andréa Telo da Corte

Fernando Lourenço Fernandes

Lúcia Silva

Luiz F. F. Tavares

Marco Santos

Miridan Britto Falci

Nelson de Castro Senra

Neusa Fernandes

Olinio Gomes P. Coelho

Orlando de Barros

Paulo Carneiro da Cunha

Paulo Knauss

Roberto Guião de Souza Lima

Roberto Schmidt de Almeida

Salvador Mata e Silva

Vasco Mariz

Vera Lucia Cabana Andrade

NOVA
Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678